

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS MIDIÁTICOS E PRÁTICAS
SÓCIOCULTURAIS

KAROL NATASHA LOURENÇO CASTANHEIRA

**“TCHAU, QUERIDA”: OS ENQUADRAMENTOS DO JORNAL NACIONAL
NO PROCESSO DE IMPEACHMENT**

BAURU
2018

KAROL NATASHA LOURENÇO CASTANHEIRA

**“TCHAU, QUERIDA”: OS ENQUADRAMENTOS DO JORNAL NACIONAL
NO PROCESSO DE IMPEACHMENT**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Bauru/SP, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Comunicação desenvolvida sob a orientação do Professor Doutor Cláudio Bertolli Filho.

BAURU
2018

Castanheira, Karol Natasha Lourenço.

“Tchau, querida”: os enquadramentos do Jornal Nacional no processo de impeachment / Karol Natasha Lourenço Castanheira, 2018.

254 f. il

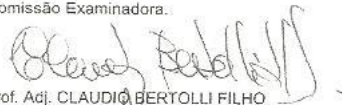
Orientador: Claudio Bertolli Filho

Tese (Doutorado)– Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2018

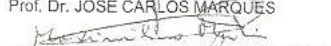
1. Identidade. 2. Impeachment. 3. Enquadramento. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

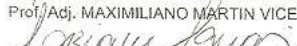
ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE KAROL NATASHA LOURENÇO CASTANHEIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

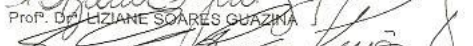
Aos 17 dias do mês de agosto do ano de 2018, às 14:00 horas, no(a) Sala dos Órgãos Colegiados da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Adj. CLAUDIO BERTOLLI FILHO do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru / UNESP Bauru, Prof. Dr. JOSE CARLOS MARQUES do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Prof. Adj. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Profª. Drª. LIZIANE SOARES GUAZINA do(a) FACULDADE DE COMUNICAÇÃO / Universidade de Brasília, Professora Doutora ANA CAROLINA ROCHA PESSÔA TEMER do(a) Programa de Pós Graduação em Comunicação / Universidade Federal de Goiás, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da TESE DE DOUTORADO de KAROL NATASHA LOURENÇO CASTANHEIRA, intitulada "Tchau querida": os enquadramento do Jornal Nacional no processo de impeachment. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APPROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Prof. Adj. CLAUDIO BERTOLLI FILHO

Prof. Dr. JOSE CARLOS MARQUES


Prof. Adj. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE


Profª. Drª. LIZIANE SOARES GUAZINA


Professora Doutora ANA CAROLINA ROCHA PESSÔA TEMER

A todos os pós-graduandos que
não desistem da pesquisa, mesmo
diante de jornadas insanas de
trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao próprio processo de doutoramento, que me fez entender que o processo pode ser até mais valioso que o produto final.

Ao meu orientador Claudio Bertolli a quem me acolheu na academia nos últimos dois anos. Obrigada pela sua generosidade intelectual, suas pontuações cirúrgicas e pelas palavras sinceras.

Ao meu primeiro orientador na Unesp, professor Maximiliano Vicente, a quem em 2010 me deu a oportunidade de ingressar no mestrado e experimentar um novo ambiente acadêmico, distante das terras do Mato Grosso do Sul onde me formei, e, tão enriquecedor quanto.

Ao meu primeiro orientador do doutorado, Danilo Rothberg, a quem me permitiu regressar à Unesp em 2014. Foram dois anos dedicados à pesquisa em comunicação pública e aos processos deliberativos dentro dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Aos membros da minha banca de qualificação, professora Liziane Guazina e o professor José Carlos Marques. Espero que a escrita final esteja em sintonia com o que ouvi atentamente no dia 20 de abril. À professora Ana Carolina Temer por aceitar fazer parte deste momento tão importante da minha vida acadêmica.

Aos amigos que fiz ao longo desta jornada unespiana, em especial à Renata e Muriel a quem dividi as angústias, os copos de cerveja, as orientações e algumas viagens. Que nossas parcerias e amizade se estendam, se multipliquem e nos acompanhem sempre. Com vocês sempre verei o copo cheio.

Aos ‘pobres doutorandos’, forma na qual nos tipificamos para viver esta experiência coletiva de desgaste emocional e muito amadurecimento intelectual, em especial ao Carlos por compartilhar também a experiência docente na UEMG.

Ao Bruno e ao Octávio, obrigada pelo companheirismo e por me acolherem tantas vezes em Bauru. Giovana, minha amiga e companheira de república na época do mestrado e que também me acolheu no doutorado, obrigada por tudo.

À UEMG nesses últimos seis anos, que me permitiu conhecer a dinâmica de uma universidade pública. As experiências que adquiri de gestão acadêmica e de formação docente são indescritíveis nessas linhas. O doutorado me conferiu maturidade intelectual e a UEMG maturidade acadêmica.

Aos meus amigos de Frutal, que me fizeram sorrir quando tantas vezes chorei pela ingerência no ensino superior. Vocês são a melhor parte da minha história no Triângulo Mineiro.

Ao Fábio pela leitura incansável desta tese, pela indicação de diversos autores e pelo companheirismo na vida.

Aos meus pais e minha irmã responsáveis por darem sentido a minha vida. Todas as dificuldades que passamos me fizeram mais forte e mais determinada. Minha jornada de trabalho e luta por uma educação superior de qualidade não são somente por aquilo que acredito, mas por vocês.

O saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar. Por isso, a história genealogicamente dirigida não tem por finalidade reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, obstinar-se em dissipá-la. Não busca demarcar território único de onde viemos, essa primeira pátria na qual os metafísicos nos prometem que voltaremos. Ela pretende, ao contrário, fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam, porque nossa identidade bem frágil, que tentamos assegurar e reunir sob uma máscara, não passa de uma paródia. O plural a habita, inumeráveis almas nela disputam, sistemas se entrecruzam e dominam uns aos outros. Quando estudamos a história não podemos nos sentir felizes, mas tristes, porque não abrigamos uma alma imortal, mas muitas, muitas almas, e todas elas, terrivelmente mortais.

Michael Foucault

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Comparativo da Imagem de Lula em 1989 e 2002.....	81
Figura 2: Dilma é exposta em capas de jornais e adesivos.....	83
Figura 3: Escândalos Políticos Midiáticos Envolvendo o PT.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Julgamento Moral e Indicativo de solução (2 de dezembro de 2015).....	117
Quadro 2: Repetições, Ênfases e Omissões do dia 2 de dezembro de 2015.....	118
Quadro 3: Categorização dos fatos, 2 de dezembro de 2015.....	120
Quadro 4: Tipificação do sujeito do dia 2 de dezembro de 2015.....	121
Quadro 5: Julgamento moral e indicação de solução nas manifestações pró-impeachment.....	125
Quadro 6: Repetições, ênfases e omissões das manifestações pró-impeachment.....	127
Quadro 7: Categorização do fato nas manifestações pró-impeachment.....	128
Quadro 8: Tipificação do Sujeito nas manifestações pró-impeachment.....	128
Quadro 9: Julgamento moral e indicação de solução nas manifestações pró-governo.....	137
Quadro 10: Repetições, ênfases e omissões das manifestações pró-governo.....	139
Quadro 11: Categorização do fato nas manifestações pró-governo.....	139
Quadro 12: Tipificação do Sujeito nas manifestações pró-governo.....	140
Quadro 13: Julgamento moral e indicação de solução na votação na Câmara.....	147
Quadro 14: Repetições, ênfases e omissões na votação na Câmara.....	150
Quadro 15: Categorização do fato e tipificação do sujeito na votação na Câmara.....	150
Quadro 16: Julgamento Moral e Indicativo de solução (12 de maio de 2016).....	158
Quadro 17: Repetição, ênfases e omissões, 12 de maio de 2016.....	160
Quadro 18: Categorização do fato- matéria 1: Senado Afasta Dilma.....	161
Quadro 19: Categorização do fato- matéria 2: Dilma recebe apoio de manifestantes..	161
Quadro 20: Categorização do fato- matéria 3: Ato fecha a Avenida Paulista.....	162
Quadro 21: Categorização do fato- matéria 4: Os motivos do processo de impeachment.....	162
Quadro 22: Categorização do fato- matéria 5: Economia Governo Dilma.....	163
Quadro 23: Categorização do fato- matéria 6: Trajetória de Dilma.....	164
Quadro 24: Tipificação do sujeito - matéria 1: Senado afasta Dilma Rousseff.....	165
Quadro 25. Tipificação do sujeito: Categorização do fato- matéria 2: Dilma recebe apoio de manifestantes.....	165
Quadro 26: Tipificação do sujeito - matéria 3: Ato fecha a Avenida Paulista.....	166
Quadro 27: Tipificação do sujeito- matéria 4: Os motivos do processo de impeachment.....	167
Quadro 28: Tipificação do sujeito- matéria 5: A Economia do governo Dilma.....	168
Quadro 29: Tipificação do sujeito- matéria 6: Trajetória de Dilma.....	169
Quadro 30: Julgamento Moral e Indicativo de Solução, 31 de agosto de 2016.....	177
Quadro 31. Repetições, ênfases e omissões, dia 31 de agosto de 201.....	178
Quadro 32: Categorização do fato, dia 31 de agosto de 2016.....	179
Quadro 33: Categorização do fato, dia 31 de agosto de 2016.....	180

CASTANHEIRA, K.N.L. **“Tchau, querida”: os enquadramentos do Jornal Nacional no processo de impeachment.** 2018. X folhas. Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP, Bauru, 2018.

RESUMO

Ao acionar no imaginário social o impeachment de Dilma Rousseff, os sujeitos sociais se valem de seu repertório de significados previamente construídos. A mídia e o judiciário adquirem papel importante nesse processo, pois detêm a prerrogativa de propriedades estruturantes na sociedade moderna ao produzirem pacotes interpretativos sobre os eventos políticos. Portanto, o discurso jornalístico, nesta tese, será perquirido como um espaço de disputa simbólico, que se apodera das múltiplas estruturas de significado da cultura e a notícia será investigada como um produto cultural baseado na linguagem e produzido a partir de enquadramentos culturais negociados pelo veículo, jornalista, público e as circunstâncias do contexto social. Nesse sentido, o objetivo desta tese é discutir como a Rede Globo, por meio do Jornal Nacional, foi construindo e imputando identidades a então presidente Dilma nos anos 2015-2016. Nesse processo, os velhos e novos atores do impeachment destituíram não somente a função de agente político de Dilma, mas também de sujeito social. Durante este episódio, os agentes corresponsáveis pela gestão pública e membros do PT envolvidos na Operação Lava Jato, como o próprio ex-presidente Lula, não produziram uma condição de desconto, mas potencializaram a presunção de culpa de Dilma, na medida em que o discurso jornalístico categorizou de modo genérico os representantes do PT como corruptos e responsáveis pela crise econômica do país. Como metodologia este trabalho recorre à análise de enquadramento a partir dos seguintes itens de observação: a) ideia organizadora; b) atribuição de responsabilidade e o julgamento moral; c) indicação de solução; d) categorização do fato; e) tipificação do sujeito. A contribuição da tese se estabelece no âmbito metodológico pela vinculação entre o operador tipificação do sujeito presente nos estudos de enquadramento com o conceito de identidade.

Palavras-chave: Identidade; Impeachment; Enquadramento; Tipificação do Sujeito;

ABSTRACT

In order to trigger Dilma Rousseff's impeachment in the social imaginary, social subjects make use of their previous constructed repertory of meanings. Media and judiciary system assume an important role in this process, since they hold the prerogative of structural proprieties in the modern society as producers of interpretative packages about political events. Therefore, in this dissertation journalism discourse will be inquired as a space of symbolic disputed. It seizes from the multiples structures of cultural meanings. In this case, news will be seen as a cultural product based on language, a result of cultural framings negotiated between the media outlets, the journalists, the public and the circumstances of the social context. In this sense, this dissertation seeks to discuss how Brazilian TV network Rede Globo, through its main broadcast news Jornal Nacional, constructed and imputed identities to the former president Rousseff on 2015-2016 period. In this process, old and new impeachment actors impeached not only the Rousseff function as a political agent, but also as a social subject. During this episode, public agents and members of Partido dos Trabalhadores (PT, the Brazilian Labor Party, left wing) involved on the federal investigation Operação Lava Jato, such as the former president Lula himself, did not produced a mitigating situation. On the contrary, they enhanced Rousseff guilt assumption, car journalist discourse in general categorize PT members as corrupted and responsible to the Brazilian economic crisis. This work draws on framing analysis as methodological path. It applies the following categories: a) organizing ideas; b) responsibility attribution and moral judgement; c) Pointing out a solution; d) Fact categorizing; e) Typifying the subject. This PhD dissertation contributes in the methodological level by associating the framing studies operator typifying the subject to the cultural concept of identity.

Key words: Identity; Impeachment; Framing; Typifying the Subject; Brazilian politic

Sumário

1. INTRODUÇÃO	15
Hipótese de Pesquisa	16
Problematização.....	17
Objetivos.....	18
Objetivo geral:	18
Objetivos específicos:.....	18
Justificativa.....	19
Percurso teórico-metodológico.....	20
Estruturação da Tese.....	23
2. A NOTÍCIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL	25
2.1 Jornalismo enquanto instituição social	26
2.2 O século XX e a objetividade como ideologia no jornalismo	29
2.3. Mudança do conceito de convicção para virtude e opinião	31
2.4 A objetividade no século XXI	35
3. TELEJORNALISMO UMA PRODUÇÃO CULTURAL	38
3.1 Televisão e Sociedade	41
3.2 Rotinas Produtivas e estrutura organizacional	43
3.3 Para quem escrevemos?.....	46
3.3.1 A relação com a audiência como um contrato de comunicação.....	46
3.3.2 As audiências no telejornalismo	48
3.3.2 Reconfigurações da relação jornalista-públicos	51
4. ATORES DO PROCESSO DE IMPEACHMENT	53
4.1 Impeachment: discursos técnicos e conjuntura	53
4.1.1 Aspectos Técnicos do Impeachment	56
4.2 Os velhos atores.....	57
4.2.1 Religião e Política	57
4.2.2 Judiciário e Política.....	60
4.2.3 Mídia e Política	65
4.2.3.1 Globo: atuação pragmática	65
4.2.3.2 Globo: versatilidade no trato político	70
4.3 Novos Atores	73
4.3.1 MBL e Revoltados Online	75

4.4 O Antipetismo	76
5. DILMA, LULA E O PT	80
5.1 Dos Movimentos Sindicais à presidência da República.....	80
5.2 Os escândalos Políticos Midiáticos	88
5.2.1 Escândalos envolvendo o PT	89
6. OS FRAMES DA COBERTURA DO IMPEACHMENT NO JN	96
6.1 Caminhos teórico-metodológicos	96
6.1.1 Jornalismo/Enquadramento	100
6.2 Recorte Metodológico: Análise textual	102
6.2. Breve estado da arte: frames do impeachment	106
7. “REPUTAÇÕES E VERDADES”: ANÁLISES	109
7.1 Quadros preliminares.....	109
7.2 Abertura do Processo de Impeachment	113
7.3: Manifestações Pró-Impeachment – 14 de março de 2016.....	124
7.4 Manifestações contra o impeachment - 19 de março de 2016.....	132
7.5 180 dias: o afastamento de Dilma.....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193
APÊNDICE	202

1. INTRODUÇÃO

O processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff agendou discussões em diversos campos do conhecimento e da vida cotidiana afetada pelas contingências dos jogos de disputa que assolam a vida política do país e da judicialização das demandas privadas e públicas, consequência, inclusive, do enfraquecimento político dos poderes Executivo e Legislativo.

Parte-se do princípio de que o impeachment não foi apenas um movimento de cima (elites) para baixo (povo), mas trouxe consigo características macroestruturais de uma cultura brasileira marcada pelo conservadorismo, machismo e autoritarismo que corroboraram para construir e legitimar a deposição de Dilma. E, se instaurou ainda nas microinterações das práticas simbólicas e sociais dos cidadãos comuns, que negociavam as informações adquiridas mediante as representações midiáticas com os seus repertórios prévios, permitindo assim, esquemas interpretativos dos acontecimentos políticos do país.

A mídia tradicional¹ adquiriu papel importante nesse processo como uma das propriedades estruturantes da vida moderna, pois contribuiu para a produção de sentido e organização dos eventos. Por conta disso, o Jornal Nacional (JN) da Rede Globo foi escolhido como objeto de estudo, a fim de verificar como o telejornalismo enquadrou² “O que está acontecendo³” no processo de impeachment.

Busca-se verificar a partir das categorias de análises, que serão discriminadas a *posteriori*, em que medida o telejornal teceu a narrativa do impeachment agregando às

¹ O conceito mídia tradicional é entendido nesta tese como o conjunto de instituições que utiliza de tecnologia específica para intermediar a comunicação humana. Tecnologias como o rádio e a televisão, por exemplo, aparecem tardiamente na história da humanidade e constituem-se em símbolos cruciais da modernidade. As principais características deste tipo de mídia são: produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos. No caso brasileiro está fortemente ligada ao coronelismo eletrônico que se formou a partir da interferência de empresariais de mídias nos processos regulatórios do setor no país, que permitiram a propriedade cruzada dos meios e inviabilizaram a pluralidade de fontes no espaço público. (Cf: LIMA, 2011)

² Foram analisadas seis edições completas: 02 de dezembro de 2015, quando Cunha aceitou a admissibilidade do processo de impeachment na Câmara dos Deputados; 14 de março de 2016, data posterior às manifestações pró-impeachment; 19 de março de 2016, um dia após as manifestações contra o impeachment; 18 de abril de 2016, data que teve como gancho a votação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados; 12 de maio de 2016, quando Dilma é afastada por 180 dias; e 31 de agosto de 2016, momento em que ela é deposta.

³ Esta pergunta norteia os estudos de Goffman (1974) sobre os *frames*. O autor foi fundamental para a construção das primeiras noções de enquadramentos a partir de uma perspectiva sociológica.

notícias efeitos moralizantes e indicativos de solução, e, principalmente como e quais identidades conferidas a Dilma Rousseff foram ressignificadas pelo JN. Esta imputação incide sobre os aspetos culturais da produção da notícia, o que inviabiliza pensar o jornalista como um simples relator da realidade. Assim, o sociólogo do jornalismo Michael Schudson passa a ser uma fonte importante para entender a objetividade jornalística no plano da cultura, renegando a possibilidade dela estar inserida em uma concepção ontológica da notícia, ou de uma forma menos extremista, inerente a ela; entendendo para, além disso, o papel das fontes como atores relevantes desse processo.

As omissões do discurso, os atos de escolha, as condições de trabalho e as convenções entre práticas profissionais e o público condicionaram a produção da notícia a um plano complexo de variáveis interdependentes, inseridas no caso do impeachment, em um jogo de disputa ainda mais complexo, o da cultura política⁴.

Na condição de produtos culturais, os conteúdos comunicacionais foram elaborados e articulados também com as necessidades político-ideológicas⁵ e econômicas como estratégias de sobrevivência e aderência social dentro de seu contexto histórico.

Hipótese de Pesquisa

A televisão, meio crucial de divulgação massiva e posta como democrática nas sociedades ocidentais, foi usada como instrumento para práticas, forças e valores reacionários. E, o telejornalismo da Globo, buscou garantir um reposicionamento da sua credibilidade enquanto fiscalizador das instituições políticas do país.

⁴ De acordo com Gaona (2000 apud FANTINEL, 2011), não se concebe uma cultura política como uma unidade, uma entidade homogênea e integrada plenamente a determinados setores, grupos ou classes sociais, como a perspectiva marxista leva a crer. Nesse sentido, seria a cultura política heterogênea, com base na qual os atores sociais constroem percepções sobre as relações de poder e sustentam sua ação política. A cultura política seria, assim, o universo simbólico associado ao exercício e às estruturas de poder, síntese heterogênea, por vezes contraditória, de valores, conhecimentos, opiniões, crenças e expectativas, com base na qual se integra a identidade política dos cidadãos, grupos sociais ou organizações políticas (GAONA, 2000). Portanto, o político não se restringe ao âmbito das instituições onde se exerce a política formal, mas abrange (e se expressa através de) múltiplos e diversos espaços da vida social. Pretende-se, nesse sentido, investigar o impeachment como um produto dinâmico e reflexivo da cultura do país.

⁵ A ideologia é entendida nesta pesquisa a partir da perspectiva de Geertz na obra *A interpretação das culturas*, na qual a contempla como um sistema cultural ordenador de conjuntos simbólicos capazes de comunicar realidades sociais. A notícia, portanto, enquanto produto cultural não se desvincularia da ação simbólica da ideologia, pois assim como a economia, ela se insere no tecido social. Como sistema cultural, a ideologia deve ser analisada entre as estratégias simbólicas que englobam situações que elas representam.

Problematização

O desenrolar dos acontecimentos políticos não passaram despercebidos à estrutura simbólica e de poder das Organizações Globo. Ao partir deste pressuposto, a problemática da pesquisa está em investigar de que maneira a mídia vem construindo/imputando identidade a Dilma Rousseff, em um primeiro plano, e a Lula – de forma tangencial, a fim de verificar se os acontecimentos paralelos ao impeachment produziram uma condição de desconto ou se potencializaram a culpabilidade de Dilma.

Busca-se também romper com a ideia maniqueísta das coberturas jornalísticas de certo/errado, justo/injusto – utilizada como recurso de enquadramento para produzir efeito moral – buscando, dessa forma, discutir como as relações Lula/Dilma x PSDB/PMDB foram construídas pelo telejornalismo da Globo.

As notícias são vistas aqui como processos de representação que se referem a sistemas simbólicos e atuam como espaço de disputa entre enquadramentos concorrentes, nos quais as fontes competem pela construção social da realidade ao produzirem pacotes interpretativos que definem os assuntos de seus interesses (Cf. HALL et. al., 1993; MOLOTCH & LESTER, 1993; SCHLESINGER, 1992). Esta problemática se constrói na medida em que os jornalistas ao invés de se posicionarem como mediadores a fim de dar voz à diversidade e garantir que a complexidade dos eventos seja noticiada a partir de uma pluralidade de fontes, contextualização e aprofundamento, se veem ainda amesquinhados em sua suposta função social de meros reportadores da realidade, contribuindo para um debate superficial dos acontecimentos políticos na esfera pública.

De certa forma, esta pesquisa busca romper com um posicionamento em voga de que o impeachment evidencia uma luta de classes, marcada por questões predominantemente econômicas e que a Rede Globo corroborou para a produção simbólica alinhada aos seus interesses privado-comerciais, levando a discussão puramente para o âmbito da ideologia e renegando das análises toda a potencialidade e dinamismo das representações.

No campo metodológico, a problematização recai na tentativa de vincular o conceito de identidade à tipificação do sujeito nos estudos sobre o enquadramento. Diversos operadores de análises foram sendo articulados por pesquisadores na medida em que se debruçavam em uma variedade de eventos políticos e contextos dispersos para garantir uma proximidade e inteligibilidade do que acontece. Partiu-se do

pressuposto aqui, que ao analisar os sistemas de representação é preciso investigar a relação entre cultura e significado (HALL, 1997). No caso da produção jornalística envolvendo a presidente Dilma, os significados foram sendo descobertos a partir da ideia de quais posições-de-sujeitos eles tentam produzir. Nesse interim, a análise se desloca dos sistemas de representações⁶ para as identidades imputadas por eles, e, o telespectador-usuário vai dando sentido à experiência e conferindo ao conteúdo recebido um modo específico de subjetividade. Portanto, a produção simbólica atribuída a Dilma se configura como uma ameaça simbólica da representação de si, que se reverbera em âmbito social por meio da identificação com políticas públicas contrárias às defendidas por ela e nas diferentes formas de marcar o antagonismo partidário/ideológico na vida cotidiana, classificando o país de modo simplista entre direita e esquerda, bons resultados econômicos e crises, moral e corrupção.

Objetivos

Objetivo geral:

- ✓ Investigar as instâncias de significado nos enquadramentos jornalísticos, do Jornal Nacional, no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.
- ✓ Identificar quais símbolos foram utilizados na imputação de identidade a Dilma no processo de impeachment como estratégia para acessar valores sociais em circulação na cultura brasileira capaz de legitimar a construção noticiosa.

Objetivos específicos:

- Discutir a notícia como construção da cultura e o jornalista como um profissional que participa dos processos de negociação em torno dessa construção.
- Analisar o enquadramento do Jornal Nacional em seis grandes momentos: 1) 02 de dezembro de 2015; 2) 14 de março de 2016; 3) 19 de março de 2016; 4) 18 de abril de 2016; 5) 12 de maio de 2016; 6) 31 de agosto de 2016.
- Agregar o conceito de identidade à categoria do enquadramento tipificação do sujeito.

⁶ Entende-se por representações as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos (WOODWARD, 2014, p.12).

- Identificar no telejornalismo da Globo os quadros de referência que acionam valores e práticas reacionárias.

Justificativa

Optou-se pelo telejornalismo por pensar ainda o seu valor de capital simbólico em um país que tem 98% dos seus lares com televisores. A prática de consumo midiático e os processos de mediações estão sendo alterados, e aqui, não se faz oposição a isso. Pelo contrário, se reconhece as transformações. No entanto, a Globo ainda possui um papel importante na veiculação de conteúdos informativos e ficcionais no país.

A escolha da TV aberta se deu por dois motivos. Primeiro, o fato de que apenas 30% da população brasileira possui acesso à TV por assinatura. Segundo, pelo interesse particular em relação ao processo de regulamentação da televisão aberta no país, como uma variável importante que interfere no jornalismo político. Assim sendo, a vasta literatura e as problemáticas acerca dessa regulamentação geram um terreno fértil de análise e problematização que permitem entender a relação da Globo com a política.

No que compete ao campo acadêmico, a pesquisa contribui para abordagens mais relacionais acerca dos objetos sociais, não se restringindo às análises textualistas da mídia, pois busca o entendimento dos processos de produção simbólica a partir da sua negociação com o campo da cultura política e cultura organizacional dos próprios jornalistas⁷.

O impeachment, portanto, se configura como um processo de disputa de poder e luta simbólica, entre partidos e agentes políticos, midiáticos e judiciários, que procuram colocar em tela, seu lugar de fala a partir da produção de verdades e jogos de representação.

O Judiciário⁸, por exemplo, tem assumido progressivamente um papel central na produção da verdade nas sociedades modernas. O discurso produzido pelos órgãos

⁷ Entrevistas formais e informais foram realizadas com jornalistas que trabalharam ou ainda trabalham na rede Globo a fim de entender a cultura organizacional e a imbricação das rotinas produtivas e estrutura organizacional dentro do processo de produção da notícia. Por uma inviabilidade de tempo e de uma amostragem maior capaz de subsidiar uma tese elas foram pouco utilizadas e retiradas do apêndice a fim de que não houvesse nenhum tipo de identificação a essas pessoas. Os registros serão utilizados futuramente com a inserção de outras entrevistas.

⁸ A questão da judicialização da política brasileira foi trabalhada de forma mais detalhada por Castanheira e Ormelesi (2018, prelo) no artigo *Dispositivos de controle político: um ensaio sobre a deposição de Dilma*. Apesar de adotar uma perspectiva foucaultiana para investigar o processo de impeachment, o texto

judiciais é responsável pela verdade, na medida em que o monopólio da interpretação das fontes do direito ficou a cargo do Poder Judiciário.

É notável a forma como a discussão política no cenário brasileiro tem despertado a curiosidade, por assim dizer, do público em relação aos juízes, principalmente os ministros do Supremo Tribunal Federal. Neste mesmo sentido, cortejados pela grande mídia, os ministros parecem também se deleitar com a atenção que lhes vem sendo despendida. A isso podemos chamar de fenômeno dos "juízes vedetes" (CASTANHEIRA; ORMELESE, 2018, no prelo).

Concomitante a isso, busca-se discutir em que medida a Rede Globo, como maior conglomerado de mídia no país, colaborou para posicionar Dilma no processo de impeachment em uma narrativa marcada por personagens com papéis bem definidos – se verá ao longo da análise. Da mesma forma, o discurso do judiciário, mais precisamente sujeitado pela figura do Supremo Tribunal Federal, que detém o monopólio de interpretação da Constituição Federal, foi usado na construção noticiosa como indicativo de solução a partir de uma verdade “irrevogável”: as Pedaladas Fiscais!

Ao trabalhar essas questões, esta tese deve, ao final, permitir ao leitor entender que o impeachment é mais uma reflexividade cultural, ressignificada por propriedades estruturantes, como mídia e judiciário, e agendada por parte significativa da população. Sua importância reside na possibilidade de construir uma reflexão sobre o tema junto à própria sociedade brasileira, marcada pela sua heterogeneidade, mas que aciona ainda quadros sociais que carregam o autoritarismo, o elitismo e a aversão por políticas públicas distributivas no seio das produções de sentido sobre a vida política do país nos espaços públicos.

Percurso teórico-metodológico

Os *frames*⁹, ou enquadramentos como são conhecidos no Brasil, derivam de uma sociologia que busca compreender os esquemas de interpretação e quadros de sentido (GOFFMAN, 1974) que oferecem aos indivíduos elementos para classificarem e organizarem suas experiências de vida. “A interpretação do mundo feita pelos diferentes

traz contribuições importantes acerca dessa judicialização e da postura de um novo e velho judiciário. Assim, partes do artigo que competem ao processo de judicialização foram aproveitadas na tese.

⁹ O caminho metodológico traçado foi uma das etapas mais difíceis da pesquisa. Depois de uma série de leituras, o enquadramento pareceu ser uma saída possível para alinhar referencial teórico, objeto e objetivo.

agentes sociais e tipificada pelo jornalista por meio da notícia se baseia em um ‘acervo de experiências prévias’ que funcionam como um esquema de referências, a partir de uma espécie de ‘conhecimento à mão’.” (ANTUNES, 2009, p.86).

Segundo Antunes (Idem) o enquadramento só ganhou destaque nas pesquisas em jornalismo há pouco mais de trinta anos. A literatura sobre esse conceito apresenta uma diversidade de operadores de análises para distintos objetos de pesquisa, tendo como especial foco a investigação dos conteúdos dos acontecimentos, da sua identidade e, em alguns poucos casos, a investigação de regras que transformam um acontecimento, em notícia.

Quanto ao conteúdo, a perspectiva do enquadramento permite entender “as repetições, focalização e associações reforçadas, palavras e imagens, que permitem a interpretação ser mais rápida e memorável” (ENTMAN, 1993, p.54). A omissão também é uma variável importante de análise para a compreensão do fato noticiado. O trabalho do pesquisador em comunicação consiste, nestes casos, entre outras funções, em descobrir o que está por trás do discurso.

Para esquadrihar a construção noticiosa da cobertura do impeachment da presidente Dilma Rousseff foram apropriadas as categorias de análises produzidas pela pesquisadora da Universidade de Brasília, Liziane Guazina (2011), em sua tese sobre a cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão. O objetivo aqui foi buscar aplicar esses procedimentos de análise em outro objeto a fim de oferecer uma continuidade no desenvolvimento de referenciais teórico-metodológicos no contexto dos estudos de jornalismo e política no Brasil, tendo como ponto de apoio a perspectiva do enquadramento. Nesse sentido, foram reapropriadas do trabalho de Guazina, as seguintes categorias de análises:

- a) ideia organizadora a partir das manchetes (escalada) e as aberturas de matérias.
- b) atribuição de responsabilidade e o julgamento moral (ênfase, seleção, ocultamento, adjetivações e palavras-chave)
- c) Indicação de solução (fechamento de sentido à matéria)
- d) Categorização do fato – se relaciona diretamente com as duas últimas categorias anteriores e permite pensar a representação do fato, como ele foi enquadrado em um quadro social de referência, ou seja, qual a tipificação da narrativa.
- e) Tipificação do sujeito – fundamental para avaliar a tipificação de identidade e a formação ou não de estigma.

Pontua-se que tanto a categorização do fato e a tipificação do sujeito não estão presentes na pesquisa de Guazina (2011), mas foram acrescentadas buscando-se investigar a identidade imputada ao próprio processo de impeachment e aos personagens principais envolvidos.

A tipificação do sujeito relaciona-se à forma como a notícia se refere aos personagens do acontecimento. Nesta pesquisa, a ideia de referência traz uma concepção teórica ainda mais relevante, que é a noção de atribuição de identidade. Ao tipificar, a mídia imputa valor, classifica e tenta marcar a posição-de-sujeitos dos personagens políticos do impeachment. Ao imputar uma identidade, a mídia não necessariamente fixa um rótulo, mas alimenta de diferentes maneiras um conteúdo comum pretendido nas representações. Há intrínseco a isso uma produção de verdade constituída em uma “unicidade” discursiva que permeia o enquadramento dominante do pacote interpretativo das notícias, capaz de ser decodificado pela cultura compartilhada. Portanto, o estudo considera as identidades como historicamente localizáveis. Elas são fluidas e “aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um passado comum” (HALL apud WOODWARD, 2014). Dilma, porém, teve pouca eficácia ao transmutar a imagem que lhe era conferida pelos sistemas de representação de mídia em um contexto nacional. O que se pretende, então, é investigar quais identidades lhe foram atribuídas e como isso se deu no processo de enquadramento da notícia.

Tanto os quadros de referências sociais como os quadros de referência do jornalismo também são construções historicamente localizáveis, a partir de interesses e demandas também identificáveis (CARVALHO, 2009). Como pontua Antunes (2009, p. 86), “o discurso jornalístico pode ser entendido como um dos dispositivos sociais que operam na produção de regimes de historicidade” atribuindo à notícia o enquadramento da experiência temporal, capaz de criar modos para discorrer sobre as vivências do tempo relatado.

Sendo assim, faz-se necessário pensar o enquadramento a partir de “uma ligação entre estrutura e ação, cognição e práticas sociais, pois isso seria útil não só ao estudo do jornalismo, mas à própria avaliação do papel da imprensa num momento particular da vida coletiva” (...) (SILVEIRINHA, 2005, p.2). O jornalista, portanto, não é entendido como um ser desprendido de senso comum, crenças e imaginários sociais e o discurso jornalístico, inclusive o que compete à arena política, não é homogêneo e se

apodera das múltiplas estruturas de significado da cultura para corroborar o interesse pretendido.

Essa relação entre ação (no caso a prática jornalística) e estrutura (entendida pela perspectiva dos interesses privados comerciais da mídia, ao qual o jornalista, trabalha e também a classe dominante, que comanda a política brasileira) se reflete no plano simbólico (discurso noticioso).

Estruturação da Tese

Com a alteração da ABNT, a introdução passou a ser o primeiro capítulo da tese, responsável por apresentar a pesquisa, seus objetivos, problematizações e métodos que nortearam todo o percurso narrativo da escrita. A partir disso, o segundo capítulo posiciona a notícia enquanto construção social, dinâmica e reflexiva a cultura historicamente localizada no seu tempo e espaço. Para tanto, recorreu-se a um atributo marcadamente compartilhado na imprensa ocidental que toma como modelo o jornalismo norte-americano, que é o conceito de objetividade, para exemplificar em que medida a notícia encontra-se no campo das representações e como o jornalista, dentre os papéis possíveis, não pode ser entendido como um relator da realidade.

Ainda nessa trajetória, circunscreve-se a televisão e mais especificamente o telejornalismo como um produto cultural, no terceiro capítulo, e, apresenta a notícia como um processo complexo de negociação entre jornalistas, fontes e públicos. Porém, abre-se um espaço, já que o foco recai sobre a televisão, acerca dos aspectos estruturantes presentes com a ausência de um marco regulatório para essa mídia no país, que inviabiliza a pluralidade de fontes e conteúdos, restringindo assim, a interpretação da realidade, de forma massiva, a pequenos grupos familiares detentores de conglomerados de mídia no país. Esta constatação não inviabiliza, contudo, a proposta de investigar a notícia sob a luz da disputa simbólica, da produção de sentido e da própria cultura organizacional dos jornalistas responsáveis, como as formações e tradições, pela reordenação do mundo social.

Os capítulos quatro e cinco abordam com mais especificidade o impeachment, os casos de corrupção envolvendo o partido e traz uma pergunta, na qual recorreremos ao Goffman e que será articulada nas análises: as produções simbólicas envolvendo o PT, Lula e Dilma foram suficientes para criar um estigma? Podemos pensar um movimento

antipetista em processo concomitante com o processo de impeachment? Para responder a essas questões, o capítulo quatro busca pontuar alguns velhos e novos atores do processo de impeachment, como as igrejas, o judiciário e a própria mídia, mas também, movimentos sociais, principalmente das diversas direitas no país, vistos como propulsores de esquemas interpretativos da vida política do país. Já o capítulo cinco busca traçar uma linha tangencial entre Dilma, Lula e o Partido dos Trabalhadores para pensar em que medida os escândalos políticos midiáticos envolvendo o PT e depois Lula contribuíram para a presunção de culpa de Dilma.

Na sequência, o capítulo seis traz os aspectos teóricos-metodológicos e o sétimo a tabulação e a descrição dos dados. Por fim, nas considerações finais é apresentada e discutida a interpretação do material coletado em uma tentativa de entrecruzar os aspectos teóricos e empíricos desta pesquisa, que refletem a ânsia de trazer uma leitura mais acadêmica e interpretativa a um acontecimento histórico, que fez girar novamente a roda das políticas sociais e econômicas do país. As identidades nada fixas das figuras políticas que governaram o Brasil carregando a estrela branca com as siglas vermelhas do Partido dos Trabalhadores, hoje buscam se reposicionar no espaço público, sobreviver à envergadura do judiciário e se ressignificar para ocupar um lugar de fala novamente na política.

2. A NOTÍCIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

O discurso do jornalista sobre o próprio trabalho muitas vezes põe a notícia como um registro do mundo ou como uma instância de correspondência com a realidade, na qual permite pensar que a metáfora do espelho ainda é muito recorrente (Cf. TRAQUINA, 2001). A ideia da notícia como um reflexo da realidade e não uma representação da representação permite ao jornalista atribuir o valor de credibilidade à sua prática por conta de sua possível neutralidade e imparcialidade. Porém, não esclarece o leitor, que é um discurso possível, dentre tantos pretendidos e, como tal, carrega em si aspectos valorativos.

O jornalista inevitavelmente precisa atribuir valor à realidade para determinar o que é ou não um fato noticiado. O profissional re-hierarquiza o mundo a partir de suas experiências, do seu *ethos* de sua subcultura, da ação das fontes na promoção ou não de um acontecimento e da interferência de diversos fatores externos ao processo de apreensão da informação e sua produção discursiva, como os próprios interesses privado-comerciais do veículo ao qual trabalha¹⁰.

Assim, ao vestir o manto da objetividade, amparado pela técnica e o rigor científico que corroboram o discurso em torno da isenção da notícia, o profissional da informação reconstrói o mundo em forma de matéria jornalística e, ao mesmo tempo, se exime da responsabilidade moral, protegida sob a égide da tese da correspondência entre fato e fato noticiado, e do seu papel como portador da realidade. Nesse sentido, produzir investigações sobre objetos jornalísticos é buscar, nos interstícios de poder e da cultura, argumentos que expliquem, dentre uma variedade de elementos, a noção de enquadramento e a aplicabilidade de termos que são articulados no processo de produção do discurso noticioso a fim de identificar o que está oculto e o que está em evidência, não somente no texto, mas para além dele; busca-se revelar o que foi omitido. Ou seja, é observar em que formato jornalístico o discurso é articulado e reconhecer as especificidades inerentes às estratégias de comunicabilidade e o modo de endereçamento.

¹⁰ Enquanto este capítulo se baseia em um valor, no caso a objetividade para conferir o caráter cultural à notícia, o próximo irá estabelecer um diálogo maior entre a relação jornalista, fonte e público, reforçando assim a ideia do caráter iminente da negociação constante do jornalista para com ele, para com os seus colegas e chefes de trabalho, e por fim, para com a audiência.

Dessa forma, este capítulo recorre à concepção de Raymond Willians (1971) na qual compreende o jornalismo como uma instituição social e o telejornalismo como uma forma cultural e busca em Schudson (2001) os aspectos sociológicos da notícia e o resgate histórico do conceito de objetividade da imprensa americana, no qual institucionaliza o jornalismo a partir da sua relação com o contexto histórico, social e econômico.

2.1 Jornalismo enquanto instituição social

Para Willians (1971, p. 118), as instituições são um dos três aspectos do processo cultural, junto com as tradições “expressas mais evidente das pressões e limites dominantes e hegemônicos e as formações, entendidas como os movimentos e tendências efetivos que têm significativa influência no desenvolvimento ativo de uma cultura” (GOMES, 2007, p.20). Os meios de comunicação como as escolas, as igrejas e a família “exercem poderosas pressões sobre o modo de vida, que ensinam, confirmam e, na maioria dos casos, finalmente impõem significados, valores e atividades” (GOMES, 2007, p.19).

A noção de Willians acerca dos meios de comunicação tangencia o pensamento de Giddens (2000) na forma cambiante com que a modernização afeta as estruturas e os efeitos estruturantes imersos em processos dinâmicos culturais, interações sociais e compartilhamento de códigos informativos. O mundo social, para ambos, constitui e é constituído de teias de significados, conflitos e interpretações (re) produzidos por seus agentes de forma reflexiva.

O jornalismo enquanto instituição, por exemplo, tem a sua função social legitimada por um pacto comunicativo em que lhe é conferido a prerrogativa de tornar a informação publicamente disponível. Tarefa executável por várias organizações jornalísticas por meio de uma ordem cultural¹¹, que se constitui desta determinada maneira em sociedades específicas (GOMES, 2007).

Assim, o *modus operandi* de ordenamento da realidade se dá por meio de um pacto entre produtores da informação e consumidores. As cláusulas desse acordo podem e são modificadas a partir de novas demandas sociais e inserções tecnológicas nos

¹¹ Para Geertz (1989, p.153), a cultura não é um poder, algo a que eventos sociais, comportamentos, instituições ou processos podem ser causalmente atribuídos; é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos.

ambientes produtivos, que se realinham as perspectivas do pacto comunicativo (GOMES, 2007).

O jornalismo se legitima a partir das convenções estabelecidas entre a prática profissional, a organização de mídia e o público. Há uma reflexividade intrínseca nessa relação que constrói as normas e valores da profissão em uma relação dialética com o tempo vivido, que configura os produtos comunicacionais específicos em contextos diferentes. Não é possível, como pontua Gomes, pensar um jornalismo, mas em diversos jornanismos, sociedades e tempos históricos, capazes de ressignificar valores e convenções, formas e gêneros.

Para Gomes (2007), a configuração do jornalismo no Brasil, país que possui traços de uma sociedade democrática ocidental, recebeu influências norte-americanas a partir de meados do século XX¹². Nesse processo, produtos e valores norteadores da prática jornalística, foram incorporados, readaptados pelos próprios profissionais da notícia e no âmbito de um pacto prévio com a recepção. “Essas funções e serviços implicam também uma específica concepção de notícia ou de informação jornalística. É nesse modelo de jornalismo que as noções de imparcialidade e objetividade fazem sentido” (Op.cit, p.21). A autora continua:

É claro que, na nossa concepção, a notícia é uma construção e não uma representação “fiel” da realidade. As noções de objetividade e imparcialidade no jornalismo são mais apropriadas a uma concepção empiricista da realidade que está fora do enquadramento da nossa perspectiva teórica. É certo que a objetividade é construída e tem uma hereditariedade comercial (SCHUDSON, 1978; DAYAN, 2005), entretanto, ambas as noções são úteis na análise porque enquadram o modo como o jornalismo é socialmente aceito, e regulam, pelo menos retoricamente, as ações profissionais e as expectativas do público (Idem, Ibidem).

A "norma de objetividade" no jornalismo americano, em última análise, “oferece algum tipo de benefício ao grupo que a articula, seja por estimular a coesão social (no sentido de Durkheim) ou o controle social (em um Weberiano)” (ANDERSON; SCHUDSON, 2009, p. 94). Nesse sentido, a ética e as normas, para os autores, se colocam como razões rituais capazes de proporcionar coesão interna a um grupo particular. “As necessidades dos superiores (editores) para controlar seus subordinados

¹² O jornalismo brasileiro teve grande influência dos valores europeus até o fim da segunda guerra, como será mais bem explicitado posteriormente.

(repórteres) em grandes organizações exigem a adoção de um tipo de ‘reforço ético aberto’ que ajuda a dirigir os indivíduos de forma racional e previsível” (Idem, Ibidem).

Porém, a normativa e os valores que dão coesão aos grupos particulares se distinguem à medida que o contexto cultural se modifica. Exemplifica-se isso a partir da observação dos jornalistas na Alemanha ou na China, que trabalham com normas que vão além da objetividade (SCHUDSON, 2010; Cf. REESE, 2008).

O entendimento de Schudson das notícias como construção social, que se estabelece a partir de uma relação entre os jornalistas e seu público, e também como um “gênero textual específico deve ser considerado no contexto de sua perspectiva de estudos culturais, onde as questões de forma, significado e comunidade desempenham um papel muito mais proeminente do que nos estudos de jornalismo” (BENSON, 2017, p.4). Assim, a história moderna do jornalismo e das notícias está sob o ângulo das formas culturais e estruturas sociopolíticas segundo a argumentação schudsoniana apontada por Benson¹³.

Segundo Becker et. al (s/d, p.100), a imprensa:

Além de protagonista do debate público, também realiza a mediação simbólica com atribuição de voz e visibilidade que contribuem (ou não) para o tensionamento dos limites entre interesses públicos (relativos à vontade coletiva) e privados (mobilizados por questões de mercado e particulares). São esses limites que colocam em xeque o potencial democrático dos meios de comunicação (Esteves, 2003, p.61). Nesse sentido, cabe ressaltar a importância do jornalismo enquanto instituição social responsável pela produção das narrativas pelas quais indivíduos experimentam diferentes realidades, além de construir procedimentos, critérios de seleção e construção da notícia que permite traçar os contornos dessa “mundanidade” (Gomes, 2009). O debate público que ocorre na esfera de visibilidade pública não prescinde, portanto, do discurso jornalístico.

De acordo com Costa (2008), a natureza do jornalismo se origina na sociedade, incorporando ao longo do século XIX as características industriais, sem as quais ele não seria o que é hoje¹⁴. Importante frisar que não existe uma condição *sine qua non* sobre

¹³ Nas sociedades ocidentais marcadas pela democracia como regime de governo, a comunicação pública, por exemplo, é vista como um indicador de qualidade e a imprensa ocupa um lugar de fala importante em meio à complexidade da vida moderna.

¹⁴ Um exemplo do conceito da incorporação do conceito de objetividade no século XIX vem apresentado por Costa (2008, p. 214): Em 1878, Adolph Ochs, tornou-se dono do Chattanooga Times, do Tennessee, nos Estados Unidos, aos vinte anos de idade. Em 1986, comprou o New York Times, moldado por suas mãos no mesmo tipo de jornal “imparcial” – o mesmo em que ele havia transformado o Times de Chattanooga porque percebeu ter algo para vender: notícia. Mr. Ochs, entre outros donos de jornais, compreendeu que se uma notícia mostrasse apenas um único lado, uma única versão, ela venderia menos exemplares do que se exibisse simultaneamente os dois lados de uma mesma moeda, quando poderia atingir mais público. Se se mostrasse “neutro”, interessaria a mais pessoas. Quanto mais abrangente,

um pensamento único da história do jornalismo e que a busca de uma gênese perpassa por abordagens distintas desde questões socioculturais a técnicas, mas segundo Jorge Pedro Souza (s/d) a notícia é um dos dispositivos determinantes e identificador do jornalismo, assim como os critérios de noticiabilidade que permitem distinguir o que é ou não notícia. O que se passa é que a definição do que é e seu modo de produção não se dá de maneira homogênea ao longo da história e dos contextos culturais.

2. 2 O século XX e a objetividade como ideologia no jornalismo

Diante do contexto econômico e social norte-americano das décadas de 1910 e 1920, o jornalismo se apoderou do conceito de objetividade, já posto em circulação na sociedade, principalmente no campo da ciência¹⁵. Tal processo se verifica principalmente no século XX, no que Michael Schudson (2010) denomina como uma resposta à democracia de mercado.

Nas palavras do autor,

[...] o ideal da objetividade, entendido como declarações consensualmente validadas sobre o mundo, com base numa separação radical entre fatos e valores, passa a se estabelecer. Contudo, ele surge não tanto como uma extensão do empirismo ingênuo e da crença nos fatos, mas como uma reação contra o ceticismo; não se tratava de uma extrapolação linear, mas de uma resposta dialética à cultura da sociedade democrática de mercado. Não representava, enfim, a expressão final de uma crença nos fatos, mas a imposição de um método projetado para um mundo no qual nem mesmo os fatos poderiam ser confiáveis (SCHUDSON, 2010, p. 144).

No período que precedeu a Primeira Guerra Mundial, aponta o autor, já existia o questionamento quanto ao papel da ciência e seus reflexos democráticos nas sociedades ocidentais. Entretanto, tratava-se de um posicionamento otimista, como se verifica, por exemplo, em *Drift and Mastery*, de Walter Lippmann, publicado em 1914. Porém, como consequência do conflito armado, regimes ditatoriais assumiram o poder de parte da

quanto mais lados o jornal dele pudesse abrigar, mais ele poderia vender. Quanto menos pudesse tomar partido em alguma notícia, quanto mais “independente” se mostrasse, mais valor teria a notícia, porque interessaria aos vários lados, interessaria a todos. Mr. Ochs foi um dos mais ferrenhos editores empenhados em transformar o diário “num jornal de notícias, em vez de uma gazeta de opiniões, uma plataforma para as estrelas das letras, um defensor dos oprimidos, ou um cruzado das reformas políticas e sociais”. Precisava vender notícias de “forma desapaixonada, com a garantia de que era confiável, sem inspirações tortuosas”.

¹⁵ Algo semelhante acontece nas relações que o jornalismo francês estabelece o método da então nascente Sociologia, como explica Ruellan (2017).

Europa. Seu desenvolvimento econômico foi ligado a um sistema político diferente do que se verificava nos Estados Unidos.

O sucesso econômico das nações com sistemas ditatoriais aponta Schudson (2010), em especial Alemanha e Itália, se deu de forma dirigida, com limites para a participação da população no processo político, o que foi compreendido como um desdobramento do pensamento científico aliado à administração pública. Conforme esse contexto foi desenvolvido, nas sociedades ocidentais, em especial nos Estados Unidos, “o pessimismo sobre as instituições da democracia e do capitalismo nos anos de 1930 tinha raízes nas dúvidas da década de 1920 a respeito da coletividade e da natureza humana, dos valores tradicionais e os conhecimentos adquiridos” (SCHUDSON, 2010, p. 148).

Mesmo antes da crise econômica que assolou os Estados Unidos na década de 1930, no período de prosperidade da década de 1920, intelectuais como Walter Lippmann analisavam com pessimismo a democracia política. Tendo como perspectiva o papel do jornalismo nesse contexto, em *The Phantom Public* (1925), Lippmann expressa desesperança em relação aos ideais democráticos, principalmente no papel do cidadão em relação às decisões tomadas pelo governo. O cidadão seria apenas um espectador, tendo como opções ser a favor ou contra determinadas medidas políticas e econômicas, mas sem papel decisivo no processo.

Os problemas enfrentados pelos Estados Unidos, e a falta de perspectiva para sua superação, continua Schudson, somado a prosperidade de regimes ditatoriais na Europa, criou as bases para a insatisfação com o sistema político vigente.

A culpa, em vez disso, argumenta Lippman, vem do “ideal inatingível” de cidadania. Não há sabedoria especial na vontade da maioria. Ao contrário, é mais provável encontrar a sabedoria entre os iniciados, especialistas na prática de governar. Votar é um procedimento excepcional que autoriza o público a agir apenas quando surge um problema. Problemas surgem somente se alguém contesta a política atual - enquanto existir um acordo geral, o público não tem interesse em política, e nem deveria ter. O povo não governa e nem deveria governar; no máximo, ele apoia ou se opõe aos indivíduos que governam (SHUDSON, 2010, p. 145-146).

A mudança de paradigma entre o que Lippmann escreveu em *Drift and Mastery* (1914) e *The Phantom Public* (1925) é que ele permaneceu tendo a ciência como parte importante no desenvolvimento da democracia, mas como aceleradora da vontade da

população e não como “o próprio motor democrático”. Nesse sentido, Lippman (1925) reforça no campo do jornalismo, de forma quase que militante, a ideia de que a objetividade deve ser encarada como um método¹⁶ e não puramente uma crença no relato dos fatos.

Tendo como perspectiva o trabalho de outros jornalistas daquele período, como o austríaco Felix Frankfurter que escreveu em 1930 o artigo *Epitáfios para a democracia são a moda do dia*, e Harold Laski *A democracia representativa parece ter acabado em um beco sem saída*, na *American Political Science Review* em 1932, verifica-se que o pessimismo em relação ao sistema político vigente nos Estados Unidos não era um posicionamento isolado de Lippmann.

A crise no sistema político expressa por meio da imprensa, mais tarde foi somada com as tensões que provocaram a Segunda Guerra Mundial, onde as democracias de modelo ocidental, como os Estados Unidos, entraram em conflito exatamente com as ditaduras que haviam se estabilizado no contexto europeu na década de 1920.

2.3. Mudança do conceito de convicção para virtude e opinião

Em meio ao contexto econômico, político e social americano no início do século XX, progressivamente foi alterada a percepção que a sociedade, em especial da elite branca americana, tinha sobre a natureza humana. Por meio da ciência, passou-se a compreender o ser humano, consumidor, como uma mescla entre razão e paixão. Essa perspectiva teve reflexos na propriedade privada, na constituição de conglomerados econômicos e na progressiva deficiência de autoridade vigente. Por meio do poder de compra, os indivíduos puderam se inserir de forma independente na democracia de mercado, e por meio do consumo, tomar parte na política. A partir desse cenário, Schudson (2010, p.155), pontua:

¹⁶ Vale lembrar que até esse momento, não se questionava de forma sistemática a objetividade como uma negação da subjetividade. Historicamente os jornais do século XVIII e XIX produziam poucas notícias e mais folhetins sobre assuntos políticos ou comerciais aos quais os próprios grupos que o financiavam tinham interesse em saber. Era comum, caso o próprio dono do jornal mudasse de interesses políticos fechá-lo; assim a ideia de imparcialidade e neutralidade, surge apenas com a ideia de um jornalismo massivo, ao qual para atender o maior número de público possível, deveria deixar para segundo plano a parcialidade escancarada. As mudanças tecnológicas e os hábitos sociais de consumo pela informação foram alterando, portanto, o caráter de produção da notícia, negociando os aspectos culturais e econômicos do jornalismo em seus devidos contextos espaço-temporais.

O mercado, como a democracia, estava crescendo. Entretanto, enquanto a participação formal se expandia, o controle substancial evaporava, e a voz do pequeno investidor não podia mais ser ouvida além do barulho dos administradores corporativos, e menos ainda os murmúrios do cidadão eleitor podiam ser ouvidos diante do ruído do imperialismo administrativo - o prefeito ou administrador da cidade tomando o poder do vereador, o presidente assumindo o controle do Congresso.

Com a pulverização do poder político em relação à veiculação de informação na imprensa, especialmente pelo poder econômico, no início do século XX surge a figura das relações públicas. Trata-se de uma profissão que tinha como perspectiva moldar o público, tendo em vista a concepção de que este era irracional, não analítico. “Ela produziu um impacto de longo alcance sobre a ideologia e as relações sociais cotidianas do jornalismo norte-americano” (SCHUDSON, 2010, p.162).

Nesse sentido, a atuação da imprensa, por meio da veiculação de notícias, pôde ser racionalmente dirigida de modo a saciar demandas tanto do público quanto das empresas, incluindo os interesses dos próprios meios de comunicação. Dessa forma, “a notícia parecia estar se tornando menos um relato dos acontecimentos mundiais do que a reedição daqueles fatos no universo de fatos que atraíam o interesse especial de quem poderia se dar ao luxo de contratar assessores de relações públicas” (SCHUDSON, 2010, p.162).

Essa prática profissional criou as bases para a perspectiva de que no jornalismo o fato possa ser interpretado de uma determinada maneira, respondendo a determinados fins. “As relações públicas foram um dos dois principais desenvolvimentos que fizeram os jornalistas suspeitar dos fatos e os tornaram prontos a duvidar do empirismo ingênuo dos anos de 1890. O outro foi a propaganda no período da guerra” (SCHUDSON, 2010, p.166). A veiculação de informação para fins dirigidos extrapolou o patrocínio de empresas ou para o próprio financiamento dos meios de comunicação, passando a influenciar na forma como a notícia passou a ser feita. Essa abordagem foi aperfeiçoada durante a Segunda Guerra Mundial, período em que foi aplicada com sucesso para a mobilização da população.

Entretanto, com o desenvolvimento das técnicas de arregimentação da opinião pública:

A imprensa reagiu à subjetivação aparente dos fatos de várias maneiras. Uma resposta foi o aberto reconhecimento da subjetividade como um elemento da reportagem. A notícia assinada começou a

aparecer com mais frequência. Uma olhada nas primeiras páginas do New York Times indica que, no início dos anos de 1920, as *by-lines* eram publicadas com parcimônia. Em geral, elas surgiam apenas nos casos de correspondência estrangeira e, mesmo assim, só eram consistentes quando o correspondente escrevia na primeira pessoa. Até os anos de 1930, as *by-lines* eram usadas livremente tanto para a correspondência doméstica quanto para a internacional. As primeiras *by-lines* da Associated Press surgiram em 1925. Isso foi explicado à parte como um caso especial, mas dentro de poucos anos as *by-lines* se tornavam comuns nos artigos da AP (SCHUDSON, 2010, p. 170).

Tendo como perspectiva a objetivação no jornalismo e suas relações com o desenvolvimento do mercado e da democracia, verifica-se a visibilidade proporcionada ao indivíduo, seu crescente papel tanto como consumidor, como em seu papel decisório na sociedade. Esse novo paradigma criou a possibilidade de diferentes interpretações para um mesmo fato, tendo em vista as particularidades do jornalista, seu público e o contexto em que ambos estão inseridos.

Vale lembrar que nesse período surgem também as chamadas reportagens interpretativas, como uma grande mudança no jornalismo norte-americano. A ideia é a de que a guerra, a depressão e o *New Deal* tornaram as questões da vida social mais complexas que forçaram o jornalismo a enfatizar “o significado” da notícia e o contexto dos eventos. No entanto, o apelo à objetividade também estava presente nesse tipo de reportagem, como afirma MacDougall (1932 apud SCHUDSON, 2010, p.173): “os mais bem-sucedidos jornalistas...serão aqueles com ampla formação acadêmica, com o conhecimento de um especialista em uma ou mais áreas, a capacidade de evitar emocionalismos e permanecer objetivo(a)”.

No caso brasileiro, as influências europeias foram significativas para o entendimento do jornalismo entre profissionais e públicos. Até princípios do pós Primeira-guerra, elementos do jornalismo francês¹⁷ contribuíram de forma preponderante para pensar os valores e as narrativas noticiosas brasileiras. Mas, ainda em 1926, como aponta Ribeiro (2000), é realizado em Washington o I Congresso Pan-americano de Jornalismo. Um dos objetivos do evento foi a criação de uma imprensa Interamericana, primeiro indício de uma aproximação dos Estados Unidos com a América Latina. A consolidação do modelo informativo com traços fortemente

¹⁷ “Sendo profundas nossas afinidades de espírito com os franceses, procuramos um serviço francês de informações, que visse o mundo segundo as nossas simpatias e nossos interesses, isto é, do ponto de vista de Paris” (DONSBACH; KLETT, 1993, p. 130). A citação refere-se a influência dominante do jornalismo francês no Brasil até a Segunda Guerra Mundial

americanos se deu, porém, anos mais tarde, como pontua a autora, depois do fim da grande guerra, por volta da década de 50 e mais expressivamente em 60.

A incorporação de técnicas jornalísticas como *lead*, pirâmide invertida, a figura do *copydesk*, e os *style books*, bem como os ideais de objetividade e neutralidade passaram a ditar os valores e técnicas dos jornalistas e das notícias, até como princípios para legitimar a especialização do relato, conferindo ao jornalista a condição de profissional da informação e, conseqüentemente, suas chances de fidelização e credibilidade junto à população. A objetividade no Brasil passa a se conectar, portanto, à ideia de profissionalização no discurso dos jornalistas.

Ao trazer a noção de objetividade para o contexto brasileiro não se busca aqui uma discussão acerca dos aspectos epistemológicos ou éticos, mas se faz à luz de um enquadramento cultural, que como em outros países, se estabelece também com características próprias. Em *Subjective Objectivity*, Wolfgang Donsbach e Bettina Klett (1993) compararam, por exemplo, como a objetividade é percebida por profissionais de mídia dos Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e Itália e chegaram à conclusão que: (a) quanto mais a noção do jornalismo for ativa e investigativa, menos importância se atribui à objetividade. Como também (b) é maior a avaliação da objetividade quanto mais tradicional é o entendimento do jornalista a respeito do termo – como o de “evitar a subjetividade” e “representação honesta de todos os pontos de vista políticos”.

Segundo Demeneck (2009), os estudos realizados por Donsbach e Klett deduziram que norte-americanos e britânicos tendem a uma noção conservadora, na qual os veículos são portadores localizados entre grupos de interesse e público. “Enquanto que, para jornalistas da Europa continental, a tônica é investigar as afirmações desses grupos de interesse e captar os fatos “verdadeiros” e “duros” da cena política” (DEMENECK, 2009, p.55). Independente dos casos, porém, a objetividade está intrinsecamente ligada ao tratamento necessário das notícias para se chegar à verdade.

Demeneck (2009) traz outro autor interessante: Danton Jobim, jornalista, senador do Rio de Janeiro pelo MDB, nos anos 1970 e, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Jobim (1993, p.153 apud DEMENECK, 2009, p.57) aponta que o latino tem uma tendência a ser *partisan*, a ser “contra ou a favor”, a notícia, no entanto, não busca deixar claro este posicionamento, mas se reveste de uma projeção de imparcialidade para reforçar mais uma vez a profissionalização da informação.

A objetividade no caso brasileiro estaria mais voltada para a precisão e clareza do discurso jornalístico, como instrumentos necessários para a compreensão da informação pelo público (JOBIM, 1993), do que propriamente como um princípio epistemológico dos modos de conhecer a realidade; entendida pelos jornalistas brasileiros, portanto, como uma questão de texto (SPONHOLZ, 2008 apud DEMENECK, 2009).

Hodiernamente, as especificidades e apropriações da objetividade adquiriram novas problemáticas no século XXI com o surgimento das novas tecnologias que afetaram não somente as narrativas jornalísticas, como também os modos de produção, distribuição e contato com o público.

2.4 A objetividade no século XXI

Ao contrário da proposta inicial de Lippmann, em pensar a objetividade como um método, e de grandes veículos de mídia tradicionais, a entenderem como um atributo de qualidade positiva e essencial para o fomento da credibilidade diante o público, a partir do século XXI, discussões sobre a realização entre o jornalismo e a realidade se intensificam. Nesse contexto, questões iniciadas no século anterior, como a inserção dos profissionais de relações públicas e dos publicitários no circuito noticioso e a emergência das práticas do jornalismo literário e das reportagens interpretativas ganharam força nos debates acadêmicos e profissionais sobre a prática jornalística.

Assim, da mesma forma que o século XX foi marcado pela primazia da razão, o século XXI oferece ainda mais indícios à crítica da razão instrumental¹⁸. Os questionamentos sobre a ideia da objetividade como pré-requisito para existência da própria notícia começam a ganhar força com o aparecimento de novas práticas comunicativas que se desenham no corpo social impulsionada pela Sociedade em Rede (CASTELLS, 1999) e pelo capitalismo informacional.

O surgimento da microeletrônica e a popularização das novas tecnologias, mesmo que ainda não de forma majoritária, mas ao menos hegemônica, permitiu uma descontinuidade de processos e estruturas consolidadas – alguns autores chegam a falar em uma ruptura em relação ao antigo paradigma de organização social. A comunicação

¹⁸ A crítica a razão instrumental não se deu no início do século XXI, mas já era fonte de discussões para Nietzsche, Adorno e Horkheimer, por exemplo, no entanto, as tecnologias digitais e seus efeitos materiais e sociais permitiram questionar ainda mais a instrumentalização da razão.

não somente foi afetada como também está no cerne das transformações, tendo como contribuição um novo modelo comunicativo de todos-todos¹⁹ e não mais um-todos. Isso permitiu aos cidadãos – nem todos - estarem não somente na condição de consumidores, mas de produtores da notícia, fato que agravou ainda mais a crise do jornalismo, afetada pelo modelo de negócio tradicional, bem como os próprios valores que regem a profissão, como a noção de objetividade.

A objetividade, portanto, propagada pelos meios como algo intrínseco ao jornalismo informativo e factual, ‘sem possibilidades de dúvida da sua existência’, passa a ser questionada e pensada a partir do seu efeito de sentido. Mecanismos de manutenção da objetividade como narração em terceira pessoa, dados estatísticos, fontes oficiais, relato a partir e somente do fato, foram sendo examinados não mais somente por especialistas, mas também pelo cidadão conectado, que passou a criar novos discursos por memes, posts, comentários e até mesmo “matérias” dos mesmos fatos veiculados e com diferentes tipos de leitura.

O desejo de satisfação pessoal levou a procura por informações mais segmentadas e isso está sendo cada vez mais alimentado pela formação de bolhas webs a partir de *cookies*, memória web e *softwares* que identificam os acessos mais frequentes dos usuários e potencializam as ofertas baseadas nos gostos pessoais. O espaço virtual, principalmente em redes sociais, passou a ser quase que um espaço *on demand*.

Importante frisar que não se faz jus aqui à idealização de um usuário com autonomia plena diante as potencialidades da internet, e, sim, salientar que ocorreram mudanças tanto do consumo quanto da produção. Tais mudanças incluem desde o modo de captação e checagem da informação, aos processos de distribuição, o contato com o público-receptor e as narrativas, com especial ênfase às transmídias, crossmídias e até mesmo à pirâmide deitada proposta por Canavilhas (2014). A comunicação não abarcou por completo todas essas mudanças, mas inegavelmente essas narrativas tornaram-se uma linguagem social mesmo que sua força se estenda mais no entretenimento (ficção) do que necessariamente nas notícias jornalísticas.

¹⁹Ressalta-se que a internet apesar de uma estrutura aparentemente descentralizada possui mecanismos de controle em diversos aspectos, seja por governos ou corporações, como os gigantes das telecomunicações que dominam parte de infraestrutura da rede. Em 2016, a empresa americana AT&T queria cobrar taxas mensais de sites para garantir o acesso rápido. O caso gerou polêmica inclusive com os empresários da Google e cidadãos que lançaram o abaixo-assinado Save the Internet. O controle pode se dar também por proprietários de servidores, roteadores, torres de comunicação e responsáveis por satélites e cabos. No caso do Brasil, por exemplo, os provedores ficam a cargo das telecomunicações e algumas delas dominam o mercado como Vivo, Tim e Net.

Nesse sentido, apesar das aparentes contradições das tecnologias digitais sobre domínio/liberdade, acesso/distribuição igualitária, o receptor hoje tem possibilidade de acionar quesitos de vigilância e pluralidade aos eventos sociais, como nunca foi feito antes, oferecendo assim multiperspectivas ao ‘real’. A própria tecnologia, por exemplo, passou a colocar em xeque a especificidade do jornalismo por meio das *fake News*²⁰, notícias falsas²¹, utilizadas de forma sistemáticas em campanhas eleitorais, como a do Trump e até mesmo, como formas de agendamento a outras pautas que se reverberam socialmente, como no caso da execução da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco (PSOL)²², dias depois de ter denunciado o abuso na conduta de policiais do 41º Batalhão da Polícia Militar de Acari. A produção dessas notícias foi pensada por equipes analíticas de *big datas*, marqueteiros, e profissionais outras especialidades que se beneficiam do uso da informação eleitoral, e, não propriamente por “jornalistas profissionais”. Nesse sentido, vale o questionamento: a quem cabe, portanto, produzir notícias no século XXI e o que passaremos a denominar como notícia?

²⁰ Segundo a Universidade de Oxford “mais da metade do tráfego da internet é feito por bots, programas que simulam ações humanas repetidas vezes e de maneira padrão. São capazes de fazer um tema se transformar em tendência, atacar uma figura pública, espalhar um boato e, inclusive, ser importante arma política” (apud G1, 2018). Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2018/02/fake-news-estudo-revela-como-nasce-e-se-espalha-uma-noticia-falsa-na-web.html>

²¹ Está tramitando no Congresso, o projeto de Lei do Senado 473/2017, do senador Ciro Nogueira (PP-PI), no qual estabelece pena de seis meses a dois anos de detenção no caso da simples divulgação de *Fake News* e, caso ainda o compartilhamento se dê pela internet, com a consciência do usuário em ser uma notícia falsa, o usuário pode pegar até três anos de reclusão.

²² Entre as diversas notícias falsas propagadas uma delas gerou impacto. A notícia disponível no site ceticismo político. Org. informava que a desembargadora Marília Castro Neves, do Rio de Janeiro, escreveu que a vereadora Marielle “estava engajada com bandidos” e seu assassinato era uma retaliação do Comando Vermelho por ter descumprido compromissos assumidos. A notícia falsa foi inclusive divulgada e compartilhada por membros do Movimento Brasil Livre (MBL), marcado pela sua onda reacionária e de direita. Ver a matéria em: <https://www.ceticismopolitico.org>.

3. TELEJORNALISMO UMA PRODUÇÃO CULTURAL

Até a década de 1950, os brasileiros tinham como fonte de informação e entretenimento fundamental o rádio, principalmente quem vivia nas zonas rurais, apesar do impresso também ter grande expressividade nos centros urbanos. Esse quadro foi se alterando a partir da criação por Francisco de Assis Chateaubriand, da TV Tupi-Difusora, inaugurada em 18 de setembro de 1950, veiculada no canal 3, com a programação voltada para a população de São Paulo.

Apesar de a internet ter afetado tanto as mídiatizações como as formas de sociabilidade pensadas inclusive nas pesquisas mais recentes nas suas agências de mediações e circuitos da cultura, a televisão ainda se põe como um dos veículos de comunicação mais presentes na vida das pessoas, tendo ainda alta capacidade de ditar modas, agregar valores, aquecer o mercado, abordar problemas sociais e redefinir fluxos e contra-fluxos que vão do internacional para o nacional, e do nacional para o regional. O ponto crucial é que a televisão não continuou com a mesma base de formatos, produtos, narrativas e distribuição, assim como em outros momentos da história, ela se atualizou e se reconfigurou. Foi assim com o surgimento da televisão à cor, com o *videoteipe*, controle remoto, dentre outras inovações, como a própria transição do analógico para o digital.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, 97,2% dos brasileiros possuíam acesso à televisão, número muito próximo de pessoas que tinham telefone fixo ou celular (94,6%)²³. Em compensação, o número de microcomputadores com acesso à internet era de apenas 40,1%. Outra pesquisa realizada pelo IBGE aponta que 116 milhões de pessoas estão conectadas à internet, o equivalente a 64,7% da população com idade acima de 10 anos.

Esses dados são importantes, pois identificam que a televisão ainda é majoritária no país, mas mostra uma tendência vertical para o consumo de meios com acesso à

²³ Importante salientar que o número de telefone fixo no Brasil vem caindo sendo que em 2010, 40,8% das pessoas tinham o aparelho e em 2016 houve uma redução de 7 % (33,6% com acesso ao telefone fixo). Já os aparelhos celulares vêm aumentando, em 2010 (83,2%) e em 2016 (92,6%). A pesquisa não mostra o acesso à internet na via móvel, mas percebe-se que a comunicação móvel vem ganhando cada vez mais expressividade em relação aos outros suportes midiáticos. Disponível em: <http://www.teleco.com.br/pnad.asp>

internet, característica fundamental para pensar o papel do telejornalismo hoje, como não sendo o único lótus midiático massivo de formatação do processo de enquadramento sobre a vida política no país.

A reconfiguração do hábito de consumo emergiu a necessidade de os telejornais repensarem suas estratégias narrativas e seus modos de produção. A própria coleta das edições do Jornal Nacional para esta pesquisa permitiu ratificar essa postura do ponto de vista da recepção, que muitas vezes recorre ao Globo Play, para acessar os programas produzidos pela TV Globo, e, não se posiciona necessariamente à frente da televisão, pois encontram o mesmo conteúdo disponível na internet e de forma fragmentada ou na íntegra, no caso dos assinantes. A digitalização da televisão permitiu o que Elizabeth Evans (2011) pontua como proposta *on demand*, a qual o telespectador-usuário não precisa mais seguir o fluxo determinado pela emissora, e sim, o que mais lhe interessa. Essa autonomia-relativa da audiência exigiu por consequência a produção de conteúdos mais criativos e “antenados” ao telespectador, a convergência e a interatividade; alterou inclusive o processo de construção narrativa que adquiriu, em alguns momentos, características hipertextuais²⁴.

Em sua tese sobre a mudança do telejornalismo após a popularização de novas ferramentas técnicas de registro da “realidade” como câmeras, celulares, smartphones e *tablets*, Martins (2015, p.10) aponta também para as transformações na ideia de acontecimento pela midiatização do mundo vivido e uma “certa crise sobre os valores-notícia; por consequência, registros diversos são elevados a notícias, os quais preencherão as pautas jornalísticas”. O jornalismo, não somente o televisivo, foi posto à prova como instância autorizada a “traduzir” o mundo; talvez como nunca antes na história, a audiência assumiu fundamental papel no processo comunicativo, agendando temáticas, criticando discursos, compartilhando posições e contribuindo para a intercomunicação entre televisão e internet. Nesse sentido, para Cirne e Lima (2015, p.46), “o texto do telejornal, mais do que inacabado pelo seu caráter ao vivo, configura hoje um texto de sentidos mais abertos, criados a partir das articulações de conteúdos possíveis proporcionadas “ao” e “pelo” telespectador, através de outras plataformas”.

²⁴ O hipertexto surgiu como uma “vingança” à televisão, uma vez que suas características conceituais demandavam leitores ativos, enquanto o texto da TV, à época, era voltado a uma audiência passiva. Outra característica do hipertexto, segundo Landow (2006), consiste na sua multilinearidade e multisequencialidade, na medida em que os corpos de textos “linkados” não têm um eixo primário de organização, e sim múltiplos “começos” e “encerramentos” (CIRNE; ABREU; LIMA, 2015)

A tentativa de um telejornal mais “hipertextual” contribuiu para os mecanismos de participação do telespectador/usuário, o qual tem a possibilidade de não somente assistir as reportagens como compartilhá-las nas suas redes sociais e comentá-las tanto na página de acesso jornalístico como em outras plataformas digitais. No entanto, uma pesquisa realizada pelo docente Paulo Eduardo Cajazeira em 2014 levantou a seguinte questão: “Em que medida as plataformas dos telejornais nas Redes Sociais reestruturam a audiência e possibilitam novas formas de interação e de participação do público?” A qual ele segue:

Com a ampliação e a desterritorialização do espaço televisivo e a sua inserção no mundo virtual, as conversas e os assuntos expandiram-se para outros lugares e tempos com dinâmicas diferentes de funcionamento. O público/usuário do telejornalismo incorpora-se aos novos formatos nas Redes Sociais e na Web, ao querer participar dos espaços da audiência desenvolvidos pelas corporações de informação e comunicação. As fanpages tornaram-se um desses novos espaços de legitimação, para o qual o telejornalismo migrou, a fim de inserir-se no ambiente de conversação do público, usuário desses ambientes de socialização. O que podemos compreender inicialmente é que esses espaços de comunicabilidade trazem uma legitimação dos discursos midiáticos no espaço virtual e ampliam as possibilidades de comunicação entre os sujeitos. O destinador/televisão mostra-se interessado em persuadir o destinatário/público, isto é, fazê-lo crer no simulacro de aproximação do telejornal instalado no ambiente da fanpage. A compreensão do saber fazer da televisão está diretamente ligada ao fazer crer do público (CAJAZEIRA, 2014, p.3)

Nota-se que o autor reconhece os níveis de participação da audiência e a alteração de formatos do telejornalismo, mas relativiza a interação, posta como um simulacro, em que o telespectador se faz crer diante as possibilidades virtuais. Cajazeira (2014, p.6) concluiu que a maior parte dos profissionais da TV não está preparada para a interação nas redes sociais, enquanto prática jornalística e, que a relação entre “os sujeitos se dá por meio de representações simbólicas das imagens dos interagentes: apresentadores dos telejornais e seguidores da *fanpage*, além dos interesses do público por reportagens com temáticas locais alinhadas ao valor-notícia de proximidade”.

O resultado de Cajazeira e de outros autores (Cf. SILVA, 2017; CASTRO, 2014; FRAZÃO e BRASIL, 2013; MOARES, TEMER e COELHO, 2013) se aproxima de uma pesquisa que realizei em conjunto com um aluno de jornalismo Caio Oliveira, por meio de um projeto financiado pela agência de fomento do Estado de Minas Gerais, Fapemig. Nesta pesquisa realizamos um contraponto do jornalismo colaborativo no G1 (MG) e o EM (Webjornal do *Estado de Minas*), detectamos que o papel adquirido pelo usuário é limitado pelos próprios meios de comunicação ao abrir pouco espaço de

interação e/ ou aproveitando de forma superficial o potencial das redes sociais. As próprias seções colaborativas não têm correspondência com o restante do noticiário. Assim, a ideia de interação se põe mais como participação ou interação reativa no modelo de Thompson. (Ver: OLIVEIRA; CASTANHEIRA, 2015).

Para compreender o espaço que a televisão ocupou na sociedade brasileira, as linhas que seguem buscam produzir um resgate da conexão entre televisão e sociedade capaz de fomentar a importância da aderência social na consolidação de um meio.

3.1 Televisão e Sociedade

A televisão não surgiu como um evento isolado ou mera evolução dos aparelhos de distribuição tecnológicos, mas como o resultado de um processo entre tecnologia e sociedade que ofereceu condições materiais para o seu subsídio e aderência social.

Diferentemente do cinema, que caracteristicamente endereçava-se ao casal que procurava, fora do lar, entretenimento para a noite, a televisão broadcast já está no lar. O aparelho de TV é um outro objeto doméstico, em que, frequentemente, colocam-se, em cima, fotos de família: a direção do olhar para as personalidades na tela sendo complementado pela presença dos “entes queridos”, que estão imediatamente acima. A televisão é íntima e cotidiana, mais uma parte da vida do lar do que um tipo especial de evento (ELLIS, 1982, p. 113).

Para Raymond Willians, essa tecnologia surgiu para atender demandas urgentes nos âmbitos sociais, políticos e econômicos, tendo na segunda metade do século XX, o fortalecimento do lar e do núcleo familiar como elementos cruciais para a sua formação. “A relativa melhoria dos salários e das condições de trabalho e a melhor distribuição entre dias da semana e finais de semana, assim como entre as jornadas de trabalho e os momentos de folga, fortaleceram a esfera do pequeno lar” (SERELLE, 2010, p. 191) e propiciou a idealização de uma audiência doméstica, que funcionou como “uma espécie de espectador modelo que norteou a produção de programas e de anúncios publicitários” (Idem).

A televisão se faz presente na vida das pessoas, não somente em frente à tela, mas fora tela, por meio de outras plataformas com a disponibilização do conteúdo, fator importante da lógica de mercado que rege este veículo atenta em conciliar a demanda social com a dinâmica cultural. As tradições sociais são guiadas por meio do tempo e

agregadas às novas tecnologias, que modelam um novo sistema tanto comunicacional quanto social. Juntas, mídia e sociedade vão se moldando e redefinindo fluxos socioculturais e tecnológicos. Mesmo com o advento das novas tecnologias como a Internet, por exemplo, a televisão permanece tendo um grande apelo popular e mais audiência que outros meios de comunicação, principalmente nas camadas medianas e pobres da população, justamente por causar identificação no público e por ajudar a construir o imaginário coletivo e, conseqüentemente, uma projeção estabelecida pela relação entre produção (televisão) e consumo (telespectador).

A televisão aberta é, tanto histórica quanto sociologicamente um meio suburbano. E através desta característica – literalmente “do e para o subúrbio”, metafórica e ideologicamente suburbana - que a televisão se encontra no centro de toda uma série de relações e identidades, tanto públicas como privadas, global e comunitária, doméstica e não doméstica, as quais marcam as fronteiras da vida cotidiana (SILVESTONE, 1994, p.52).

Dentre os produtos televisivos, o telejornalismo opera de forma estratégica²⁵ na grade de publicação, não somente no Brasil como em diversos outros países em que é posicionado em função da oferta de programação, possibilitando a organização da rotina das pessoas, tendo em vista o que querem ou não assistir.

Vale reforçar que no caso do Jornal Nacional, objeto de estudo desta tese, é historicamente o telejornal mais assistido na Globo e, no país; o que permite pensar que esse acordo tácito entre emissão e recepção ainda prevalece para muitas pessoas, como uma opção confiável de se manter informado. Golembiewski (s/d) retoma um dos fatores preponderantes para a consolidação do telejornal a partir dos textos de Priorelli (2000), que aponta na década de 70 o JN com 80 pontos de audiência e, também observa que, o modelo criado por Walter Clark (que dirigiu a Globo de 1965 a 1977) consolidou o chamado padrão Globo de Qualidade. Este modelo colocou o principal telejornal da emissora entre as duas novelas, tudo isso no *prime-time*, o horário nobre da televisão, que permanece até hoje, redefinindo, como dito anteriormente, práticas e representações.

Cria-se o hábito de ver TV, em família, com programações e horários reforçando-se mutuamente e garantindo uma fidelidade de público e um aumento vertiginoso dos índices de audiência, nos 20 anos subsequentes: alguns acompanham a primeira telenovela, enquanto

²⁵ Vale ressaltar que as estratégias não são fixas e variam de uma emissora para outra. Inclusive telejornais concorrentes ao Jornal Nacional optaram por serem exibidos em outro horário e, não necessariamente no “horário nobre” a fim de garantir audiência.

esperam o telejornal e outros assistem o jornal, enquanto aguardam a próxima telenovela (PRIORELLI, 2000, p.55).

Inclusive, ressalta Bucci (2000, p.31), essa aproximação de jornal e telenovela atribuiu ao JN aspectos do melodrama: “A regra central é o permanente conflito entre o bem e o mal, que culmina no Boa noite, com um *happy end* de preferência”. Assistir televisão passou a ser muito mais do que um ato de entretenimento e informação, mas um hábito de consumo inserido nas práticas cotidianas²⁶, que vai além do puro assistir, para o consumir e negociar informação e gostos, não somente consigo mesmo, a partir da aderência ou não de determinada moda, por exemplo, mas com os outros grupos sociais aos quais o sujeito-mediado dialoga constantemente. Em muitos casos, o hábito de “ver TV” levou inclusive a mudanças de cunho estético e arquitetônico nas próprias casas, antes marcada por um consumo familiar, de preferência na sala de televisão, cômodo determinado para este tipo de prática, até às práticas mais individuais, que impulsionaram a venda de televisores e, permitiram que cada casa tivesse mais de uma televisão, possibilitando assim, a apropriação de uso a partir de gostos próprios.

Apesar dessa imbricação entre cultura e meios de comunicação de massa é importante pensar que o jornalismo possui condições estruturais que interferem no pacto entre emissor/receptor, como será mais bem elucidado nos intertítulos que seguem.

3.2 Rotinas Produtivas e estrutura organizacional

Ao investigar de forma mais aprofundada, um texto que permite elucidar a negociação constante do jornalista dentro da sua rotina produtiva foi escrito pelo jornalista do *The Times*, Robert Darnton, especificamente no capítulo *Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica*. Em uma passagem da obra, Darnton relata que ao acabar de escrever um artigo observou um dos grafites na parede da sala de imprensa com os seguintes dizeres “toda notícia que couber, a gente publica”, a partir dessa expressão concluiu que: “O grafiteiro queria dizer que os artigos só são publicados no jornal se tiver espaço, mas ele também podia estar expressando uma verdade mais profunda: as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia” (DARNTON, 1990, p.33).

²⁶ A ação estratégica de colocar o telejornal em horário nobre contribuiu para que o momento de lazer e familiar se desse, inclusive, a partir de práticas mediadas por aparatos tecnológicos, no primeiro momento pela televisão e agora, devido a convergência por meio de múltiplas plataformas.

Nesse contexto, o jornalista que ocupa a posição de repórter dentro da estrutura organizacional possui autonomia limitada dentro do processo de produção da notícia, que deve passar pelo crivo do editor de editorias, do editor geral e do diretor de jornalismo, no caso de jornais impressos. Assim, ao pensar os elementos estruturais da organização, o jornalista precisa “aprender a ler”, termo utilizado por Darnton, o sistema hierárquico, que funciona como uma espécie de controle social na sala de redação.

A estrutura do telejornal se distancia do impresso, mas segue, de certa forma, a mesma lógica de sistema hierárquico a fim de garantir não somente o controle social, mas o planejamento das ações e a manutenção da linha editorial do veículo. No caso do Jornal Nacional, Willian Bonner é o editor-chefe e âncora, na acepção pensada por Squirra (1993), a qual define o âncora não somente como o apresentador de telejornal, mas aquele responsável por orientar os temas a serem cobertos, selecionar, determinar sua duração, eliminar assuntos, incluir novas abordagens, redirecionar o enquadramento. Assim, ficaria a cargo de determinar a política do telejornal e manter a sua marca. Porém, ao contrário do que Squirra discriminou como sendo os âncoras dos telejornais norte-americanos, Bonner, apesar de ocupar um papel estratégico dentro da estrutura organizacional e permear pela rotina de produção, por estar à frente das reuniões, ainda está subordinado aos diretores gerais da emissora e ao diretor de jornalismo.

Golembiewski (s/d) conta que o JN começa a ser produzido às 7h30, quase 12 horas antes de entrar no ar, com uma primeira reunião com os jornalistas que fazem o telejornal no Brasil e no exterior; a equipe geral de produção entra em contato com as emissoras das filiadas da Globo, com todas as praças nas principais capitais, com os correspondentes internacionais e leem os principais jornais e agências para definir os assuntos da edição. Quando o editor-chefe, no caso o Bonner, chega à redação é apresentado a ele os principais temas pré-selecionados e o que já tem de material produzido. Já às 10h30 ocorre a reunião de caixa²⁷, a qual um novo contato é estabelecido com a equipe das matérias pré-selecionadas, onde se define o tempo da reportagem, a abordagem, e qual repórter vai fazer. Uma hora depois sai o espelho, a lista das matérias previstas para o telejornal, que tem 31h32 líquidos por dia (GOLEMBIEWSKI, s/d).

²⁷ Nome dado porque no passado, o dispositivo para tornar a reunião possível assemelhava-se a uma caixa de sapato. Mas hoje o equipamento é pequeno e funciona como viva-voz.

Os pauteiros e produtores na parte da manhã começam agendar entrevistas, buscar informações, produzir o roteiro de perguntas e os contatos das fontes, que são repassados aos repórteres que “saem a campo” junto com o cinegrafista para a gravação da matéria. O *dead line* curto e a própria dinâmica audiovisual, que exigem um tempo maior para a “captura” da informação tanto das fontes como das imagens, levam muitas vezes o repórter a gravar os *offs* nos locais em que se deslocaram para fazer a reportagem ou até mesmo dentro dos carros. A partir disso, o material é levado novamente para a redação ou enviado via internet para ser editado e avaliado pelo editor geral. Nos casos de reportagens ao vivo a transmissão é feita agora pelo *Mochilink*²⁸.

Segundo Bonner (2014, entrevista), em entrevista disponível no Youtube²⁹, os diretores de jornalismo da Globo participam frequentemente das decisões do JN. “Nós da redação levamos até eles às questões” e, “não o contrário, como se pensa, em que a direção geral de jornalismo da Rede intervém de cima para a baixo nas decisões, controlando o que é produzido”, afirma. Bonner explica ainda que é uma ação de “lealdade, humildade e dúvidas editoriais, eu as levo, ao meu superior hierárquico, que é o Ali Kamel”. Logo em seguida, Kamel aparece pontuando “o que existe aqui é um ambiente de extrema liberdade”.

No entanto, em entrevista para esta tese³⁰ com um repórter-cinegrafista da Globo News, essa liberdade aparece de forma restritiva, porque “todas as matérias são editadas e seguem uma norma pré estabelecida de conteúdo” (Entrevistado, 2, , entrevista com a autora, 2017)³¹. Mas quando questionado se já sofreu algum tipo de censura pontuou: “Não, nunca me senti censurado, entendo perfeitamente que algumas imagens não são aproveitadas por opção da edição e do conteúdo da matéria... Se tem alguma imagem que eu considero fundamental eu luto por ela, mas é mais na questão estética do que por motivos políticos ou de qualquer outra natureza”. Essa postura é alterada, quando o assunto é política:

As matérias de conteúdo político passam por uma edição e um controle maior, tudo para minimizar estragos maiores, por exemplo, quando um político importante fala em público, ou dá uma coletiva de imprensa, temos que gravar todo conteúdo, porque se ele disser

²⁸ Sistema de tecnologia em que os sinais de áudio e vídeo são compactados e transmitidos via IP.

²⁹ Um Dia no Jornal Nacional. Youtube. Postado em 18 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GRAsL3yWHvM>.

³⁰ As entrevistas foram utilizadas apenas para contextualização dos objetos e não integram formalmente a metodologia de pesquisa desta tese.

³¹ Recorremos a tipificação de entrevistado para preservar a identidade dos jornalistas.

alguma besteira ou anunciar qualquer coisa que vai virar a notícia do dia, se eu não tiver aquele trecho gravado, terei sérios problemas, por isso pra todos os efeitos, mesmo que não vá usar, tenho que gravar tudo.

Perguntei a ele sobre o processo de produção das notícias sobre política e se esse processo se altera em coberturas de escândalos políticos ou denúncias.

Primeiro, existem jornalistas específicos para determinadas coberturas políticas, devido seu conhecimento e sua experiência e à medida que o escândalo ou denúncia são importantes o cuidado é maior, pelo compromisso com a verdade e com o público em geral (Idem).

Outros trechos da entrevista dele e com outros jornalistas explicam melhor a interpretação que eles têm enquanto repórteres ou cinegrafistas a respeito das negociações constantes que se dão a partir de suas rotinas produtivas, no entanto, uma questão é unânime entre os entrevistados, quando o assunto é política e economia, o controle em relação ao conteúdo e as imagens ainda é muito maior do que em relação as outras editorias. Nessa lógica de produção, a pergunta que se coloca é em que medida o público aparece na construção da notícia? O intertítulo que segue busca traçar uma visão de dentro da estrutura organizacional, a partir de referências bibliográficas, para pensar para quem escrevemos.

3.3 Para quem escrevemos?

Ao pontuar a notícia como um produto cultural deve-se interrogar para quem os jornalistas escrevem, e, de que maneira, esse pacto entre emissor e espectador negocia de fato valores e posições. Esta negociação está imersa em assimetrias que colocam o jornalista-repórter como mediador entre a linha editorial do veículo e as múltiplas instâncias de significado, cultura e sentido, que compõem a recepção.

3.3.1 A relação com a audiência como um contrato de comunicação

O jornalismo pode ser entendido como uma instituição social de mediação e organização dos acontecimentos cotidianos (HALL et al. 1993) e que para garantir

autoridade e legitimidade³² enquanto status profissional, é preciso que exista um acordo tácito entre o jornalista, quem produz a notícia e, o público.

Para Charaudeau (2009 apud GOMES, 2007), esse acordo chama-se contrato de comunicação, o que exige que determinadas condições existam e sejam identificadas na situação de comunicação. Antes, porém, a finalidade do profissional é reconhecida por ele e pelo público que lhe atribui o crédito do dever-ser da profissão. A esses sentidos que circulam socialmente como definidores do jornalismo, constitui o *ethos* prévio, isto é, “a imagem preexistente do locutor” (HADDAD, 2013, p. 145 apud BENETI, GADRET, 2017).

“Ainda que desconheça aquele locutor específico, tão logo compreenda que se trata de um texto jornalístico, o destinatário acionará um *ethos* prévio” (BENETI, GADRET, 2017, p.63). “De fato, mesmo que o coenunciador não saiba nada previamente sobre o caráter do enunciador, o simples fato de que um texto pertence a um gênero de discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos* [...]” (MAINGUENEAU, 2013, p. 71). Sendo assim, Beneti e Gadret, (2017, p.63) complementam que esse *ethos* prévio nada mais é do que o conjunto de representações anteriores do coenunciador sobre o enunciador.

As rotinas profissionais e os valores morais adquirem a prerrogativa de articuladores do *ethos*, que acabam por convocar a audiência a compreender algumas definições sobre o jornalismo (Op.cit). O telejornalismo, por exemplo, constrói uma representação de si por meio do discurso e configura sentidos que estruturam sua legitimidade. Charaudeau (2009) define como “condição de identidade” do contrato de comunicação – “quem fala para quem” – a partir da produção do discurso autorreferente do repórter de TV, que acaba por constituir uma imagem de si valorosa (GOFFMAN, 2011; MAINGUENEAU, 2010).

A construção da identidade se dá, portanto, a partir de pelo menos duas instâncias, o *ethos* prévio ou pré-discursivo, que reúne os atributos esperados do orador, e o *ethos* discursivo, que é produzido por esse orador em cada ato discursivo. Maingueneau (2014) chama ainda a atenção para uma terceira instância, que seria o *ethos* efetivo, ou seja, as características identitárias que são, efetivamente, percebidas pelo coenunciador e que nem sempre condizem com o *ethos* que o enunciador gostaria de ter produzido. O *ethos* institui-se no campo dos efeitos de sentidos. Ele depende da cena em que é

³² Para Bobbio (2000) essa legitimidade é adquirida por meio de valores e regras aceitos socialmente, pois somente assim algo pode se tornar efetivo. A legitimidade é entendida aqui também como um atributo do exercício de poder.

enunciado, do dispositivo de enunciação, do grau de adesão dos sujeitos a um conhecimento anterior sobre as finalidades do discurso e do grau de engajamento afetivo dos sujeitos (BENETI, GADRET, 2017, p.63).

As autoras pontuam que “a renovação desse contrato é realizada por conteúdos autorreferenciais, os quais os jornalistas justificam sua atividade por meio da construção de significados sobre sua função social, seus valores e suas rotinas produtivas” (Ibid, p. 64). Sendo que, esses conteúdos autorreferenciais produzem representações sobre o enunciador que são efeitos de verdade; o que produz um mecanismo dialético entre práticas e representações, por meio do qual se estabelece a significação psicossocial do contrato. Isso nos obriga a levar em conta tanto os discursos de justificativa, produzidos pelos profissionais das mídias sobre o seu modo de fazer, quanto as características do funcionamento da máquina midiática em si”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 73).

3.3.2 As audiências no telejornalismo

Como criar, portanto, uma imagem mental do telespectador a fim de que os aspectos valorativos da notícia sejam concebidos por uma leitura preferencial do veículo a fim de manter credibilidade e audiência? Essa questão levou a um embate público, em 2005, entre o apresentador do Jornal Nacional, Willian Bonner, e, o professor da Universidade de São Paulo, Laurindo Lalo Leal Filho. Bonner em uma reunião de pauta, a qual convidou alguns professores e pesquisadores para conhecer a rotina do JN, referiu-se ao espectador por meio de um personagem-metáfora, identificando-o como um telespectador médio, mais precisamente o Homer³³, da série de televisão Simpsons. Esse espetador-home limitado cognitivamente seria incapaz, aos olhos de Bonner, de entender notícias complexas e siglas, tendo, portanto, a notícia que ser clara e “mastigada”. Leal Filho, incomodado com a concepção restritiva do apresentador, passou a se manifestar em diferentes espaços de publicação, tanto midiáticos quanto acadêmicos, negando por completo essa visão de um “telespectador-imbecil”, indo além, ao próprio processo de captura de uma identidade desse espectador, o qual o próprio Bonner, encontra-se imerso, mas que mesmo assim, busca identificar a quem se

³³ Homer, patriarca da família, revela vários estereótipos de um operário estadunidense: preguiçoso, ignorante, grosseiro e que passa boa parte do seu tempo livre na frente da TV comendo rosquinhas e bebendo cerveja.

dirige cotidianamente, como artífice de tal condição, determinando ao sujeito diante do sofá a sua condição de pura apatia.

No cerne da discussão, uma pesquisa relevante foi à dissertação de um aluno de Ciência Política, da Universidade Federal do Rio Grande Norte³⁴, Alexandre Honório da Silva, defendida em 2009, em que buscou uma terceira posição entre a dicotomia estabelecida por Leal Filho e Bonner. Com base no conceito de espectador-reactivo de Jesus Martín-Barbero, Alexandre classificou o sujeito mediado como incógnito, impreciso, mas reativo aos processos complexos envolvidos pela comunicação e cultura. Silva (2009, p.10) pontua que: “As demandas dos sujeitos, dos múltiplos espectadores, deixam marca no cotidiano, concebem arestas, fissuras que implicam reconsideração das relações entre informação, comunicação e o lugar dos sujeitos enquanto receptores”.

O pesquisador não exime de suas análises a capacidade dos dispositivos simbólicos em ocupar espaços significativos dentro do imaginário coletivo, nas rotinas simbólicas, nas sensibilidades individuais e na subjetividade coletiva, “mas dá a prerrogativa a esse sujeito sua condição de mutável, por vezes incoerente, mas perceptível enquanto órgão-reflexo dos novos sentidos que integram os compostos massivos simbólicos que medeiam as sociabilidades” (Op.cit 11). Assim, os usos e re-usos do consumo que se debruça Barbero estão imbricados em matrizes complexas dos processos de recepção e réplica, sendo que o próprio Homer, símbolo caricato desse trabalhador-mediado, poderia ser considerado um “mosaico de usos e significados” e que fogem a “imposição de um arbitrário cultural dominante” (Op.cit 23-34).

Mas como tais brechas ou criptas se fazem perceber? De assalto ou em surdina, o espectador, investido por assimetrias, múltiplas facetas/manifestações, se interpõe enquanto instrumental que, ofuscado pela percepção que enxerga apenas sua superfície – sua apatia aparente, sua superficialidade consumista ou mesmo seu clamor imediato -, interpela o simbólico (SILVA, 2009, p. 24).

Se por um lado, esse espectador é multifacetado e impreciso, por outro, isso reforça ainda mais a dificuldade em pensar para quem escrevemos ou falamos. Robert Darnton (1990, p.41), ainda no livro *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*,

³⁴ Uma das primeiras pesquisas de audiência sobre o Jornal Nacional se deu, inclusive, em Natal no Rio Grande do norte, no ano de 1985, por Lins da Silva, a partir do impacto do noticiário em comunidades pobres no Brasil e conclui que: “O poder do JN é enorme. Mas não suficientemente grande para que as pessoas que o assistiram diariamente durante anos deixassem de ser militantes do Partido dos Trabalhadores, por exemplo. O JN jamais teve a mínima simpatia pelo PT. Mas nem por isso um milhão de pessoas que certamente se informavam por seu intermediário deixaram de votar nesse partido. E não se pode responsabilizar o JN por não terem sido mais” (LINS, 1985, p. 140).

relata que “nunca escrevemos para as imagens das pessoas invocadas pelas ciências sociais”, pelo contrário, os jornalistas escreviam uns para os outros, ou seja, para os seus grupos de referência, a começar pelos próprios colegas repórteres; leitores vorazes e “que precisam conquistar seu status diariamente, ao se exporem aos seus colegas de profissão” (Idem). Assim, aprender a escrever, termo cunhado pelo próprio Darnton (Op.cit., p.42), dentro da estrutura organizacional é estar atento “as designações, os cortes e a distribuição ou jogo das matérias que fazem parte de um sistema de reforço positivo ou negativo”. Antes de pensar o receptor, na lógica de trabalho do *The Times*, pensava-se na pressão exercida pelo grupo, por meio de uma acirrada competição entre colegas, e, a busca de uma superação pessoal, como prerrogativa para se posicionar dentro da estrutura organizacional.

Outro fator preponderante no discurso noticioso está na relação entre jornalistas e fontes, que ocorre de maneira mais direta e precisa, do que com o próprio público. Assim, Darnton (1990) expôs que em mais ou menos um ano, os próprios jornalistas, principalmente os especializados acerca de um determinado segmento, tendiam a adotar o ponto de vista das pessoas sobre as quais escreviam. Esse rito de passagem na redação vinha por um motivo simples, esses jornalistas passavam a compreender a complexidade das tarefas as quais as suas fontes viviam e, exemplifica, as pressões dos comissários de política, a falta de espaço de manobra na área de bem-estar social e a própria dinâmica do prefeito, que levavam o jornalista a um texto menos combativo.

Darnton, entretanto, faz uma ressalva que essa compreensão afetava muito mais o ângulo e o ponto de vista do repórter, do que propriamente o conteúdo da notícia, em vista de que essa está fora do seu controle, pois passava pelo olhar assíduo do editor. Logo, instiga para a necessidade de uma sociologia profissional atenta as simbioses e antagonismos que crescem entre repórteres e fontes. E, finaliza:

Os jornalistas podem ter alguma imagem [do público], embora e duvide disso, mas escrevem em uma série de grupos de referência: seus preparadores, seus diversos editores, seus diferentes grupos de colegas, as fontes, seus diversos objetos de seus artigos, os repórteres de outros jornais, seus amigos, os parentes e grupos específicos (DARNTON, 1990, p. 50).

O estilo de redação dos repórteres estava preso muito mais as mudanças oriundas na estrutura de poder, com a inserção de novos editores em espaços estratégicos do que, a própria negociação entre repórter e telespectador. Descrente

desse público mentalizado, Darnton (Op.cit., p.47) foi categórico “talvez seja equivocado falar em um público como se fosse uma entidade dotada de sentido, assim como não cabe, segundo os estudos de divulgação, pensar numa audiência de massa composta por indivíduos atomizados e indiferenciados”.

3.3.2 Reconfigurações da relação jornalista-públicos

Por partir de um pressuposto de que esse público seja heterogêneo, a necessidade de especialização do jornalista passou a ser cada vez mais frequente como uma alternativa possível de aderência dos diversos nichos sociais. Atualmente, a popularização da internet, mesmo que de forma ainda pouco equitativa, permitiu a criação de novas lógicas comunicacionais e *feedbacks* de audiência capazes de por em voga, positiva ou negativamente, o jornalista, a matéria e até mesmo o veículo; permitindo assim uma negociação-potencial dos diversos públicos que compõem a audiência.

Em um estudo comparativo das identidades dos jornalistas online em suas relações com os públicos Brasil e França, produzido por Pereira e Le Cam (2017, p. 71-72), as interações com o público propiciaram readequações na estrutura organizacional: “Assim, no Figaro.fr ou no Europe1.fr, foi introduzido um serviço de *community management*. No caso brasileiro, o cargo de editor de mídias sociais foi criado em vários veículos a partir em 2010”. Apesar disso, os autores apontam ainda uma prevalência por uma imagem mental do usuário a partir de uma visão quantitativa fornecida por meio de *softwares* capazes de propiciar dados como hábitos, preferências, origem, sexo, profissão dentre outros, mas que, muitas vezes, ainda ficam restritos ao conhecimento dos gestores do veículo, que condicionam as estratégias para angariar as audiências, sem repassar dados mais detalhados aos próprios editores ou repórteres, por exemplo.

Em outro trabalho, Pereira e Freitas (2011, p.215) apontam que:

No dia a dia das redações, os jornalistas negociam suas identidades e práticas a partir de tipificações que fazem do seu leitor. Fundamentam rotinas produtivas a partir do que imaginam ser as expectativas da audiência e os desdobramentos que essa relação pode adquirir (Gadini, 2007). É no formato dessas tipificações que o público geralmente integra o processo de produção jornalística. Dentro de uma redação, ele pode ser evocado nos processos decisórios ou durante as negociações com as equipes, de forma a eliminar os conflitos de

interesse em uma redação, “porque, se o efeito da rotina de trabalho jornalístico torna raros os momentos de questionamento, a definição do que interessa ao receptor e a maneira de se dirigir a ele está sempre sujeita a eliminar os conflitos de interesse” (Ruellan, 2006: 07). Nesse sentido, representações da audiência seriam evocadas pelos jornalistas com o objetivo de orientar o processo de produção do conteúdo³⁵.

Assim, especialmente na internet, a notícia tende a não ser um produto elaborado exclusivamente pelo jornalista, mas carrega em si traços dos leitores como parte da notícia ou mais ainda, observa em seus próprios usuários/leitores fontes concorrentes de informação, que produzem, mesmo que de maneira amadora, relatos do mundo social.

Traçar estratégias de mapeamento do público com a inserção das novas tecnologias nas rotinas produtivas dos jornais, de certa forma, ficou mais fácil do que em contextos históricos distintos como no próprio século passado, em que as distâncias entre repórter e público se intensificavam na medida em que os espaços de troca limitavam-se a telefonemas e cartas às redações. No entanto, vale ressaltar que apesar dessa aparente “facilidade” em detrimento de épocas anteriores, observa-se que esse rito de passagem em trazer o espectador da informação como partícipe do processo da notícia ainda se estabelece de forma restritiva (CASTANHEIRA, OLIVEIRA, 2015).

O capítulo que segue, ao contrário deste, busca refletir o processo de impeachment contextualizando o rito do processo, adentrando ao cenário não apenas a produção telejornalística exposta nas análises e nos dois primeiros capítulos teóricos, mas trazendo velhos e novos atores, que impulsionaram no âmbito das práticas sociais, um ordenamento de sentido para os acontecimentos políticos.

³⁵ Dans le quotidien des rédactions, les journalistes négocient leurs identités et leurs pratiques à partir des représentations qu'ils se font de leurs lecteurs. C'est par le biais de ces représentations que le public intègre généralement le processus de production journalistique. Ainsi, au sein d'une rédaction, afin d'éliminer certains conflits d'intérêt, le public peut être évoqué dans les processus décisionnels ou durant les négociations avec les équipes (Ruellan, 2006).

4. ATORES DO PROCESSO DE IMPEACHMENT

Busca-se, neste capítulo, identificar alguns atores do processo de impeachment a fim de conferir às análises uma relação entre sistemas de representação, no caso a mídia, com grupos que fortaleceram a aderência de um pacote interpretativo sobre a gestão política de Dilma e do Partido dos Trabalhadores em âmbito social.

Estratégias de ocupação de espaço político e que se desdobraram em estratégias de comunicação foram articuladas por diversos grupos sociais, como os religiosos, os movimentos sociais, os militares e os coletivos. Diferentes direitas, movimentos conservadores e neoconservadores se apropriaram de propriedades de mídias, inclusive as digitais, como instrumento de oposição ao governo e a materialidade social de políticas públicas como o Mais Médicos, ProUni, Fome Zero e posteriormente o Bolsa Família.

Pretende-se discutir também neste capítulo a oscilação simbólica do Partido dos Trabalhadores, como sujeito institucional afetado pelo circuito de significados e associações que foram sendo construídas organicamente no tecido social, por velhos atores como mídia, Judiciário e igrejas, e também por novos atores, o próprio Movimento Brasil Livre e Revoltados Online, primeiro grupo responsável pela organização do processo de impeachment.

Por fim, espera-se que seja possível relacionar a construção simbólica por estes grupos com o agenciamento de um movimento antipetista, capaz de englobar em um pacote interpretativo Dilma, Lula e o PT de forma genérica, como símbolos de corrupção e crise no país e, mais fortemente depois da eleição de 2015, a roupagem de anti-heróis.

4.1 Impeachment: discursos técnicos e conjuntura³⁶

A instabilidade política atual do país se agravou com as denúncias de corrupção feitas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal (MPF), principalmente às

³⁶ Este levantamento foi produzido em conjunto com as alunas Lyz Pucci, Letícia Ferreira e Elyelton Trindade na disciplina Metodologias de Pesquisa em Comunicação, do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Unesp.

relacionadas com a Operação Lava Jato, que ganhou publicidade após março de 2014. Muitos personagens ligados, direta ou indiretamente ao PT foram presos, como o ex-governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral e José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil de Lula e ex-deputado.

Dentre as pautas investigadas pela Lava Jato estava a suspeita de que a lavagem e o desvio de dinheiro pela Petrobrás, a maior estatal do país, também fossem destinados às campanhas de Dilma. Entretanto, a denúncia aceita para a deposição da presidente recaiu sobre a ocultação do déficit fiscal, as “Pedaladas Fiscais”, por descumprir a Lei 13.080/15 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015) e a Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

A vitória acirrada da Presidente Dilma Rousseff nas eleições de 2014 (51,64% dos votos válidos, totalizando 54.500.287) provocou ainda mais os ânimos da oposição ao governo Dilma e, até mesmo, de partidos que eram situação até àquele momento.

Ao analisar os fatores que demarcaram o cenário do processo de impeachment é importante compreender a relação existente entre as instabilidades políticas e econômicas que corroboraram não somente para a disputa de poder, mas para uma reposição simbólica que descaracterizava Dilma como presidente apta a solucionar os problemas do país. Essa disputa, inclusive perpassou a sua condição de sujeito mulher, a partir das frequentes violências misóginas no espaço público, desde adesivos a construções noticiosas como a matéria da revista *Veja* ‘Bela, recatada e do Lar’, publicada digitalmente na internet no dia 18 de abril de 2016, que tipifica o sujeito ideal da mulher na vida política (ver mais em CASTANHEIRA; ORMELESI, 2017).

Uma das pesquisas feitas pelo Data Folha, nos dias 04 e 05 de agosto de 2015, apontou que o índice de reprovação de Dilma atingiu 71%, o maior percentual desde que a petista assumiu a presidência, em 2011. Além disso, houve também um aumento na porcentagem de eleitores favoráveis ao impeachment da Presidente, totalizando 66% dos entrevistados.

O pedido de deposição foi aceito por Eduardo Cunha, no dia 02 de dezembro de 2015. O processo tramitou por todas as etapas previstas no Congresso Nacional. Cabe ressaltar que esse tipo de procedimento trata-se de um sistema bifásico, ou seja, que compõe o juízo de admissibilidade, o processo e julgamento.

Antes, porém, de tratar em específico sobre a admissibilidade do processo ressalta-se que pela Constituição Federal o (a) presidente da República pode responder em dois casos: infrações penais comuns, as quais são julgadas pelo Supremo Tribunal

Federal e a denúncia deve vir do procurador Geral da União, na época, Rodrigo Janot³⁷ ou, crimes de Responsabilidade, que possui natureza política e pode partir de qualquer cidadão comum; nesses casos deve ser julgada pelo Senado.

A denúncia aceita foi produzida por três juristas pagos pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB): Janaína Paschoal, Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior. Paschoal e Reale Júnior receberam cada um R\$ 45 mil para elaborar o parecer³⁸. O caso levou à defesa de Dilma a entrar com recurso alegando desvio de finalidade³⁹ em vista que os autores do pedido foram financiados pelo partido que ocupou o cargo da presidência da relatoria, na figura do senador Antônio Anastasia. O Supremo Tribunal Federal não reconheceu o desvio e o processo percorreu seu trâmite previsto.

Antes, porém, o texto de Sylvia Debossan Moretzson (2016), *A mídia e o golpe: uma profecia autocumprida*, apesar de assumir uma posição da interpretação dos eventos, intitulado o impeachment claramente como um golpe, traz elementos importantes de conjuntura que enriquecem o diagnóstico do contexto do impeachment.

Moretzson relembra que a revista *Veja* antecipou em outubro de 2014, mês das eleições, sua edição semanal para a sexta-feira, e trouxe na capa Lula e Dilma com os seguintes dizeres “Eles sabiam de tudo”, expressão que faz menção a corrupção da Petrobrás, que ganhou ainda mais repercussão com a denúncia do doleiro Alberto Yousseff, após acordo da delação premiada.

Foi aí que pela primeira vez se falou em impeachment: em sua coluna de 24/10/2014, dois dias antes da realização do segundo turno, Merval Pereira, um dos principais articulistas de política do jornal O Globo e comentarista da GloboNews, afirmou que, se comprovada a denúncia, “o impeachment da presidente será inevitável, caso ela seja reeleita no domingo” (MORETZSON, 2016, on-line).

³⁷ A atuação de Rodrigo Janot foi importante no processo de impeachment, pois já no dia 6 de dezembro de 2014, praticamente um ano antes da admissibilidade da denúncia, distribuiu à rede de Ministério Público Federal um documento sobre a extensão do escândalo revelado pela Operação Lava Jato, no qual continha, dentre outras falas: “Para profunda tristeza dos brasileiros honestos e cumpridores de seus deveres, o país convulsiona com o maior escândalo de corrupção da nossa história”. Ver mais em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pais-convulsiona-com-o-maior-escandalo-de-corrupcao-da-historia-diz-janot/>

³⁸ O vídeo com a revelação pode ser consultado na matéria produzida pela Revista Fórum divulgada em 29 de abril de 2016: <https://www.revistaforum.com.br/janaina-paschoal-confessa-ter-recebido-r45-mil-do-psdb-para-elaborar-pedido-de-impeachment/>

³⁹ O desvio de finalidade avalia um ato discricionário de acordo com a lei, mas que os motivos que dão ensejo a ele são questionáveis quanto a sua finalidade pública. Este argumento foi usado inclusive com a nomeação de Lula para ministro de Dilma.

Não obstante do texto na coluna, Merval compôs a bancada de comentaristas da Globo News que acompanhou o processo de apuração da eleição. E, conforme relata à autora, estava descontraído e bem humorado ao saber que Fernando Henrique Cardoso tinha viajado para Belo Horizonte, onde se encontrava Aécio Neves, seus familiares e os correligionários. Ele disse no ar: “Deve ser porque eles têm uma boa notícia, não é?”. No entanto, sua expressão ganhou outra forma, ao saber o resultado das eleições. Assim, como Merval, a oposição contestou o resultado, mas ao contrário de comentários, iniciaram-se os primeiros pedidos formais de deposição da presidente: “A oposição denunciou fraude, pediu recontagem de votos e, quatro dias após a eleição, protocolou o primeiro dos 37 pedidos de impeachment que seriam apresentados ao longo dos meses seguintes” (Op.cit). A quantidade de pedidos não é exata, o *Estadão* informa que foram 62, o *Congresso em Foco* aponta que foram 15 em seis meses e o *El País* pontua que foram 48.

Não obstante da imprecisão dos números, por curiosidade, a matéria do El País afirma que de 1990 para cá, foram 132 os pedidos protocolados na Câmara – 50 deles pelo Partido dos Trabalhadores, nos momentos em que atuou como oposição. Somente na época do Fernando Collor, o partido fez 29 pedidos ingressados na Câmara, inclusive alguns assinados por Hélio Bicudo, um dos autores da denúncia que depôs Dilma.

4.1.1 Aspectos Técnicos do Impeachment

No que diz respeito ao juízo de admissibilidade, o processo ocorre na Câmara dos Deputados, com a finalidade de declarar se a acusação procede ou não. Em seguida, é formada a Comissão Especial, para emitir um parecer – lido no Plenário da Câmara, sobre a acusação, e assim, subsidiar a votação pelos deputados federais, para a admissibilidade ou não do pedido de cassação.

Se o processo atinge os 2/3 necessários na Câmara dos Deputados é encaminhado ao Senado Federal. Posteriormente, uma comissão é eleita, contendo ¼ da formação do Senado, e assim inicia-se o julgamento presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Caso o processo seja instaurado, o Presidente fica suspenso, conforme aconteceu no dia 12 de maio de 2016, em que a Presidente Dilma Rousseff foi afastada por até 180 dias, enquanto aguardava o fim do julgamento.

Na quarta-feira, dia 31 de agosto de 2016, a presidente foi condenada, por 61 votos a favor e 20 votos contra, sem abstenções. No mesmo dia, em uma votação também realizada no Senado, a presidente “conseguiu manter” seus direitos políticos. Ou seja, Dilma teve garantido o seu direito de concorrer a outras eleições, votar e ocupar funções referentes à administração pública. No fim da tarde daquele mesmo dia, Michel Temer assumiu a Presidência da República, até outubro de 2018, período em que ocorrerá novas eleições.

4.2 Os velhos atores⁴⁰

De maneira oposta ao rigor constitucional e técnico conferido ao processo de impeachment, busca-se esmiuçar em que medida velhos atores contribuíram para a organização dos eventos políticos conferindo em seus espaços de fala materialidade às ideias pretendidas da deposição de Dilma.

4.2.1 Religião e Política

A intervenção religiosa no sistema político⁴¹ não é um fenômeno recente no país e carrega traços do período colonial, com forte apelo à cristandade como princípio fundamental de conduta e moralidade como marcadora cultural do que é certo e errado, justo e injusto. Em um levantamento recente, o pesquisador Luís Gustavo Teixeira da Silva, em seu artigo ‘Religião e Política no Brasil’, publicado em 2017, mostra que a Igreja Católica influenciou a elaboração da Constituição de 1934 através da Liga Eleitoral Católica, a partir da sua relação com o Governo Vargas. Ela também influenciou o golpe militar de 1964. Pode-se ir além da análise de Silva e discutir em que medida a Igreja Católica contribuiu para o processo de impeachment, por meio de

⁴⁰ O termo atores não é caracterizado pela individualidade do sujeito, mas a ação orgânica e dinâmica de instituições sociais, nas quais representam a ação coletiva dotada de recursos de poder e iniciativa de um dado grupo com significativa interferência na cena política. Ao resgatar a história brasileira tem-se no período colonial até os dias de hoje, uma forte intervenção religiosa como modelo catalisador da moral pública e privada como recurso fundamental de ordenamento social. Mais tardiamente, instituições como mídia e judiciário adquirem também prerrogativa na produção de sentido e ordenamento social na modernidade. Nesse sentido, apesar de reconhecer que não são os únicos velhos atores, optou-se por pontuar apenas estes três atores na pesquisa, intrinsecamente ligados às tradições sociais na perspectiva de Willians (1971), expressas nas pressões e limites hegemônicos.

⁴¹ A Constituição do Brasil de 1891 separou, formalmente, o Estado da Religião. Na prática, a bancada congressista cristã continua tendo forte influência nos enquadramentos simbólicos e decisivos de políticas públicas, que coloca em xeque os “princípios sagrados” da vida e da conduta humana.

sua estreita relação com a Rede Globo e pelo seu impacto junto à sociedade brasileira. Não se pode, porém, inferir uma ação homogênea da Igreja na esfera política, pois a própria Teoria da Libertação e as Comunidades Eclesiásticas de Base foram fundamentais para os movimentos e a formação de partidos de esquerda no país, como o próprio Partido dos Trabalhadores.

A emergência de igrejas pentecostais e neopentecostais, com possibilidade de atuação política na bancada congressista, contribuiu também, por sua vez, de maneira preponderante para agendar pautas conservadoras às discussões e políticas públicas dos últimos anos. A frente parlamentar religiosa dificultou ainda mais o debate sobre a descriminalização do aborto, legalização das drogas, casamento civil homoafetivo e eutanásia. Assim, os agentes religiosos/políticos adquiriram a sua função social em garantir os valores vitais da ordem social.

Nas primeiras décadas do século XX, Silva (2017) resgata o pensamento de Scott Mainwaring sobre a ascensão do comunismo e do movimento sindical. Fato este, que mobilizou de forma significativa muitos católicos a aderirem o movimento integralista no Brasil, com forte tendência conservadora. Segundo o autor, os Círculos Operários Católicos e a Juventude Operária Católica⁴² surgiram como uma alternativa aos sindicatos, não a fim de extingui-los, mas para garantir membros cristãos com capacidade de oposição à esquerda dentro de seus respectivos sindicatos.

Com o fim do período Vargas, a Igreja Católica começa a perder forças pelas instabilidades entre as instituições e o amparo do Estado, que já não dispunha mais. Silva (Op.cit) pontua que este cenário agregado à expansão dos centros urbanos abriu espaço para a emergência do pentecostalismo com forte inserção nas classes populares. Fato importante para um reposicionamento da Igreja Católica mais atenta às transformações sociais, o que contribuiu também para dois movimentos distintos dentro da própria instituição, um grupo mais progressista e ligado às perspectivas de esquerda e, outro mais conservador. Apesar da formação desse grupo progressista, a Igreja Católica apoiou o Golpe Militar.

O suporte ao golpe teve como objetivo afastar as possíveis ameaças de implantação do comunismo no Brasil, mas também, como pano de fundo, foi impulsionado para pressionar a

⁴² A Liga Eleitoral Católica (LEC) foi outro instrumento importante de estratégia na esfera política. A LEC foi instituída em todo Brasil e funcionava através de comitês, que se encarregavam de identificar possíveis representantes de seu projeto no interior da Igreja para as eleições de 1933 (SILVA, 2017, s/p). A maioria dos candidatos com o apoio da LEC foram eleitos e posteriormente contribuíram para o debate do Código Civil e Penal, a Lei Eleitoral e os valores da família.

chamada “esquerda católica”. Esta estratégia da hierarquia produziu efeitos substanciais na desarticulação dos setores progressistas, haja vista que algumas associações leigas tiveram militantes presos, foram consideradas subversivas e se tornaram ilegais a partir de 1966 (SILVA, 2017, s/p)⁴³.

Por outro lado, a partir da década de 1970, os pentecostais passaram a ter forte representatividade na população brasileira. As estratégias da Igreja Universal do Reino de Deus e da Igreja Internacional da Graça de Deus promoveram transformações cruciais não somente no campo religioso, mas em suas práticas comunicativas, instrumento essencial para sua expansão na sociedade e na política. De fato, a bancada evangélica entre 1982 e 1986 saltou de 14 para 33 representantes na Câmara dos Deputados. Atualmente, segundo dados da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, 198 deputados⁴⁴ compõe a lista na Câmara e quatro no senado⁴⁵.

O medo da Carta Constitucional contemplar questões como a liberação das drogas e a descriminalização do aborto levou, segundo Silva, a preocupação em garantir aos evangélicos assentos na política. Mais recentemente, a palavra "gênero" foi retirada do Plano Nacional de Educação, um indicativo de que a intervenção religiosa em questões de políticas públicas nacionais se materializa e se institucionaliza na sociedade brasileira, garantindo a liturgia conservadora das igrejas.

Ao relacionar a atuação de religiosos no processo de impeachment, dos 81 deputados em 2016, representantes da Bancada Evangélica na Câmara, votaram sim no dia 17 de abril, quando foi aprovada a admissibilidade do processo de impeachment na Câmara dos Deputados. A sessão durou mais de dez horas e foi marcada por um discurso político de ordem valorativa com forte influência da filiação religiosa, independente da vinculação ou não com a bancada Evangélica.

Pela minha família, minha esposa, meus filhos, pelas famílias brasileiras, pelas crianças do Brasil, pela minha Santa Rosa, meu povo do Rio Grande, pelo Brasil, é “sim”, sr. presidente! (Osmar Terra, PMDB-RS)⁴⁶.

⁴³ As Cebs não compactuavam com o apoio do grupo católico conservador e tiveram um papel importante na luta contra o regime militar.

⁴⁴ Nem todas as pessoas que se inscreveram como membros da Frente Parlamentar são evangélicos ou estão ativas no Congresso. Vários deputados são católicos, portanto, o número se reduz a 81 deputados de fato evangélicos.

⁴⁵ Cf: Frente Parlamentar Evangélica.
<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>

⁴⁶ Estes trechos foram transcritos por Prandi e Carneiro (2018):.

Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor! Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes, contra a corrupção e não desistindo do Brasil, meu voto é “sim” (Pastor Eurico, PHS-PE).

Sr. presidente, sem medo de ter esperança e com a convicção de que a Constituição Federal ampara esta sessão; pelo povo brasileiro; pelo Distrito Federal, todos aqui ouviram eu falar “Fora, Dilma!”, “Fora, Michel Temer!”, “Fora, Eduardo Cunha!”, “Fora, Rede Globo”, mentirosa, que fica difamando pessoas. Vocês podem ser grandes aos olhos do homem, mas, para Deus, vocês são pequenininhos. Em nome do Senhor Jesus, pela nação evangélica e cristã e pela paz de Jerusalém, eu voto “sim” (Ronaldo Fonseca, PROS-DF).

Glória a Deus! Sr. presidente eu profetizo a queda dos senhores a partir de hoje. E venho dizer aqui, pelos militares das Forças Armadas que estão sendo sucateados há anos, pelos militares da segurança pública que estão morrendo todos os dias, pelos militares que estão agora, inativos e pensionistas, sem salário, “Fora, Pezão!”, “Fora, Dornelles!”. Chega de corrupção! O meu voto é “sim”. Glória a Deus! Feliz a nação cujo Deus é o Senhor (Cabo Daciolo, PTdoB-RJ).

Os depoimentos apresentados pelos deputados tiraram de foco uma avaliação em si sobre a denúncia, como informa Prandi e Carneiro (2018): apenas 6,5% dos depoimentos mencionaram as Pedaladas Fiscais. Ainda segundo os autores as justificativas respaldadas por uma leitura de mau governo e corrupção estavam associadas fortemente à imagem de Lula e ao PT, que não deveriam estar sob a lupa do julgamento do Congresso naquela ocasião em específico.

Além dos aspectos religiosos, o Judiciário se instituiu como um dos pilares de produção da verdade legitimando a culpabilidade de Dilma por meio de um discurso técnico-constitucional, e, atribuindo a si uma produção identitária de neutralidade e imparcialidade, mesmo quando as práticas jurídicas se distanciam desta construção simbólica. Em contrapartida ao referencial desta tese, este intertítulo procura amparo nos estudos de Foucault por entender a relevância de suas investigações que agendam a noção de verdade e poder.

4.2.2 Judiciário e Política⁴⁷

O empoderamento dos homens de toga criou no século XXI um dos dispositivos centrais de controle da política brasileira. Ao se tornarem protagonistas da vida pública, figuras do Judiciário em cargos centrais começaram a cometer abusos em investigações,

⁴⁷ Este intertítulo foi publicado em (CASTANHEIRA; ORMELESI, 2018, no prelo).

sendo o julgamento do impeachment um exemplo empírico. Ao resgatar historicamente, no que compete ao protagonismo do Judiciário, a ideia da inércia da jurisdição é fruto de uma ideologia liberal que se instala no século XIX na concepção do Judiciário enquanto órgão estatal.

Hoje, tal perspectiva tem sido mitigada com as crescentes demandas de acesso à Justiça pela sociedade que levou à judicialização das políticas públicas. O “novo” Judiciário se despe de sua antiga neutralidade política e assume definitivamente seu posto nas dinâmicas das relações de poder; condição crucial para ditar a posição do sujeito atribuindo-lhe poder na própria construção de verdades. Ou seja, a posição-sujeito de quem detém o poder atribui autoridade e legitimidade para o que deve ser dito e o que deve ser excluído e qual a noção de verdade.

A legitimação social de um discurso vai variar, portanto, conforme a posição e o lugar ocupados pelo produtor do discurso, o que será determinante para que um discurso se converta num “regime de verdade” – no sentido Foucaultiano do termo⁴⁸ (FOUCAULT, 2015).

Nesse sentido, é possível inferir ser a verdade não apenas uma mera “expressão discursiva”, mas sim “o conjunto de procedimentos específicos regrados para a produção, a distribuição e a circulação de enunciados aos quais se atribui efeitos específicos de poder: o poder de serem aceitos como verdadeiros” (BRUNI, 1989, p. 205)

Ao pensar que no Brasil do século XXI, o judiciário detém o monopólio da lei, na medida em que, o Supremo Tribunal Federal oferece a última palavra em constituição por meio de uma uniformização da interpretação constitucional, cabe a ele, a posição de sujeito-agente na construção da verdade e autoridade para afirmar o que deve ser dito ou não.

Ao enfatizar o aspecto produtor do poder, no entanto, Foucault se insurge contra uma visão que o encara predominantemente como uma expressão de uma operação que teria a forma de enunciação da lei e do discurso da proibição, com toda uma série de efeitos negativos: exclusão, rejeição, ocultação, obstrução, etc. Com efeito, a partir

⁴⁸ A produção da verdade está intimamente relacionada ao poder. Ao contrário dos filósofos da política clássica, que pensam o poder como algo estático, para Foucault, ele é algo que se encontra diluído na sociedade. Ao invés de uma “teoria geral”, ele propõe uma “analítica” do poder. Sua microfísica objetiva analisar as formas através das quais as relações de poder se dão para além de considerá-lo como uma força meramente repressiva. Portanto, “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.” (FOUCAULT, 2015, p. 45).

desta perspectiva é a lei da interdição e da censura que atravessa todo o corpo social - do Estado à família; dos tribunais a toda a parafernália de punições cotidianas - como forma por excelência de exercício do poder. Para ele impõe-se uma mudança neste enfoque, encarando o exercício do poder menos em termos jurídicos e de proibição e mais como técnicas e estratégias com efeitos produtivos (MAIA, 1995, p. 86).

Um exemplo é a “judicialização” da vida cotidiana e a confiabilidade de que o judiciário está a serviço da justiça, enquanto o executivo e o legislativo estão vinculados à descrença e à corrupção. Nesse sentido, o poder simbólico contribui para as negociações discursivas imputando e dando visibilidade a Sérgio Moro como o homem capaz de fazer justiça.

O que nos interessa sobremaneira é apontar algumas estratégias utilizadas pelos órgãos do Judiciário na produção do discurso que levou à deposição da presidente Dilma. O objetivo é desconstruir o mito da neutralidade do Judiciário. O discurso jurídico, ainda aquele que se pretende científico, está impregnado pelas relações de poder, não sendo imparcial nem isento. Neste sentido, pode-se inferir que o Judiciário tem assumido progressivamente um papel central na produção da verdade nas sociedades modernas. O discurso produzido pelos órgãos judiciais é responsável pela verdade no Direito, na medida em que o monopólio da interpretação das fontes do direito ficou a cargo do Poder Judiciário.

É notável a forma como a discussão política no cenário brasileiro tem despertado a curiosidade, por assim dizer, do público em relação aos juízes, principalmente os ministros do Supremo Tribunal Federal. Assim, cortejados pela grande mídia, os ministros parecem também se deleitar com a atenção que lhes vem sendo despendida. A isso podemos chamar de fenômeno dos “juízes vedetes”.

O momento de crise política e suas reviravoltas em torno do tumultuado processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff colaboraram para a ascensão desses ministros “pop stars”. Inclusive, pode-se citar como exemplo o famigerado episódio da nomeação do ex-presidente Lula para a Casa Civil com as infinitas liminares que se seguiram a ela⁴⁹. O protagonismo do Judiciário é um fenômeno presente nas sociedades contemporâneas ocidentais⁵⁰.

⁴⁹ O episódio compõe o corpus desta tese e será analisado no capítulo 7.

⁵⁰ Há autores inclusive que sustentam que já se poderia falar na existência concreta de um “governo dos juízes”. Conferir Hirschl (2007).

A “judicialização” progressiva dos conflitos sociais desloca o palco de embate das relações de poder para a tutela do Judiciário, que passa a “dar a última palavra” nas questões da vida, normatizando de cima para baixo os contextos sociais complexos.

O problema de análise se coloca diante da seguinte questão: as consequências da “judicialização” da política. O termo seria uma versão em português da *judicialization* da teoria americana. Por outro lado, os franceses parecem preferir a ela o termo *judiciarisation*. Daí porque, na esteira da proposta de Jacques Commaille, vamos aderir ao termo remodelado em “judicialização” (que torna mais enfática a relação etimológica com o Judiciário), entendida como o protagonismo do Poder Judiciário em intervir em questões políticas. Para Commaille e Doumoulin (2009, p. 11-12), o fenômeno pode ser entendido como uma espécie de globalização do judiciário que caminha *pari passu*, com a “juridicização” (*juridicisation*) da sociedade, ou seja, a hipertrofia da legalidade, da forma jurídica nas sociedades ocidentais.⁵¹

Seria possível perguntar, na sequência, se tal fenômeno não seria algo de natural, ou melhor, e, esperado na medida em que o Supremo Tribunal Federal é tido como um órgão político e jurídico. Em termos de uma perspectiva luhmanniana, muito difundida na teoria jurídica nacional, a partir do momento em que a Constituição realiza o acoplamento estrutural (*strukturelle Kopplung*)⁵² entre os sistemas político e jurídico e, sendo o STF o guardião da Constituição Federal na dicção do artigo 102 da Carta de 1988, a conclusão mais lógica seria de que tal fenômeno é plenamente esperado na dinâmica sistêmica.

Entretanto, o protagonismo político que os juízes vêm assumindo no Brasil e nas sociedades ocidentais como um todo talvez seja um dos pontos mais imbricados das democracias modernas, incapazes de assegurar a pretensa neutralidade política de que aclamam estarem os magistrados imbuídos. Disso caminha-se a um governo dos juízes (*juristocracy*), na medida em que os perdedores políticos inconformados abarrotam o Judiciário, com ações populares e mandados de segurança, por exemplo, na tentativa de anular as decisões políticas do jogo democrático com as quais não concordam.

Assim, para além de questionar se a “judicialização” da política é um fenômeno bom ou mau, cumpre a denúncia derradeira da entronização de uma forma de violência

⁵¹ “La judiciarisation serait ainsi globalement une forme de juridicisation, mais il resterait à préciser la nature de la relation, plus complexe et moins univoque qu’il n’y paraît au premier abord, entre les deux phénomènes.” (COMMAILLE; DOUMOULIN, 2009, p. 12)

⁵² O acoplamento estrutural pode ser explicado, de forma simples, como a maneira como se dá a interpenetração dos sistemas sociais (troca de comunicações) na linguagem da teoria dos sistemas de Luhmann (1995).

simbólica por meio deste fenômeno. O poder simbólico, na acepção de Bourdieu (1989, p. 14) consagra uma forma de poder capaz de "construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer", sendo um veículo de dominação ideológico *par excellence*. No entanto, ele somente consegue se exercer na medida em que é reconhecido como tal. Ora, pela análise realizada acima, acredita-se ter ficado claro que a exposição midiática dos ministros do STF corrobora na convalidação de seu poder simbólico.

Dentro da sistemática adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro, os tribunais superiores são incumbidos de dirimir as controvérsias advindas da interpretação do direito. O Superior Tribunal de Justiça realiza a uniformização da interpretação da legislação federal segundo o art. 105 da Constituição Federal e o Supremo Tribunal Federal realiza a da Constituição, conforme o art. 102 da lei maior. Ou seja, eles têm o poder de fixar o entendimento dos dispositivos jurídicos, o que a doutrina chama por "uniformização da jurisprudência" e Foucault chamaria de produção de regimes de verdade.

A questão do monopólio interpretativo do Direito estar nas mãos do Judiciário remonta à doutrina da separação dos poderes, que foi responsável pela consolidação dos regimes republicanos modernos. Antes encarado como uma espécie de “fiel da balança” entre o Legislativo e o Executivo, hoje é comum a intervenção dos juízes nas mais variadas matérias.

A influência dos magistrados é tamanha na formulação do discurso jurídico que mesmo autores positivistas, como Hans Kelsen (1999), não deixam de reconhecer o papel central que a interpretação produzida pelos órgãos estatais possui. É conhecida a concepção dele de “interpretação autêntica” no meio doutrinário do Direito como sendo aquela que possui validade e obrigatoriedade no cumprimento pelos destinatários, vez que é formulada pelas autoridades estatais e se mostra efetivamente como criação de direito novo. Ela se contrapõe à interpretação realizada pela ciência do direito que, para Kelsen, possuiria apenas um caráter descritivo do direito em vigor, totalmente desprovida de autoridade.⁵³ Ainda que autores contemporâneos, como Peter Häberle (1997), tenham tentado alterar essa concepção dentro dos domínios da hermenêutica

⁵³ “A interpretação científica é pura determinação cognoscitiva do sentido das normas jurídicas. Diferentemente da interpretação feita pelos órgãos jurídicos, ela não é criação jurídica. A idéia de que é possível, através de uma interpretação simplesmente cognoscitiva, obter Direito novo, é o fundamento da chamada jurisprudência dos conceitos, que é repudiada pela Teoria Pura do Direito. A interpretação simplesmente cognoscitiva da ciência jurídica também é, portanto, incapaz de colmatar as pretensas lacunas do Direito. O preenchimento da chamada lacuna do Direito é uma função criadora de Direito que somente pode ser realizada por um órgão aplicador do mesmo e esta função não é realizada pela via da interpretação do Direito vigente.” (KELSEN, 1999, p. 250)

jurídica, a posição de Kelsen ainda vigora no plano pragmático, o que pode ser facilmente constatado empiricamente pelo elevado número de súmulas vinculantes editadas no Brasil.⁵⁴

Confere-se ao jurídico seu status de dispositivo capaz de capilarizar no tecido social enquadramentos simbólicos que dão sentido aos eventos, produzindo assim, efeitos moralizantes respaldados pelo viés cartesiano da Constituição Federal, imbuída de sua aparente neutralidade.

4.2.3 Mídia e Política

No processo de impeachment, a mídia também adquiriu a posição de agente político na disputa de verdades. No Brasil, o avanço tecnológico e a incorporação de mídias de massa fizeram com que o jornalismo interviesse de forma significativa na política nacional a ponto de exercer papéis que antes eram dados aos partidos políticos, como construção da agenda pública, gerar e transmitir informações, fiscalizar as ações do governo e canalizar as demandas da população (LIMA, 2011).

Com a prerrogativa de mediadora e de tornar público o que compete à vida política⁵⁵, a mídia, principalmente a “grande mídia” ou a “mídia tradicional” adquiriu papel preponderante como componente na estrutura da organização entre Estado e Sociedade. No entanto, a ideia de um mercado autorregulador, comprometeu a pluralidade de fontes e conteúdos tão necessária para a formação da cidadania. Por meio da Rede Globo, foco desta tese, relata-se aspectos importantes de intervenção do grupo midiático em questões políticas e, encerra-se articulando sua ação política no processo de impeachment.

4.2.3.1 Globo: atuação pragmática

A Globo é uma organização com gráficas, emissoras de rádio, de televisão, produtoras, jornais, gravadoras, editoras, além de outros investimentos fora do setor de

⁵⁴ A súmula vinculante é uma decisão do STF que possui obrigatoriedade de cumprimento em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. A edição de súmulas com caráter vinculante pelo STF está prevista no art. 103-A da Constituição Federal.

⁵⁵ A política é vista aqui na mesma perspectiva de Geertz (p.135) como “um reflexo da cultura”. Sendo a cultura estruturas de significado através das quais “os homens dão forma à sua experiência, e a política não são golpes ou constituições, mas uma das principais arenas na qual tais estruturas se desenrolam publicamente (Op.cit., p. 135).

comunicação, o que contribui para que ideias – estética, prática, política, social e moral – sejam apresentadas por meio desse grupo social com significativo poder de celebrá-las. Como afirma Geertz (2003, p.137): “As ideias têm de ser institucionalizadas para poderem ter não apenas uma existência intelectual na sociedade, mas também, por assim dizer uma existência material”.

A Rede Globo⁵⁶ começou a ser implementada no Brasil em 1961 com forte intervenção do capital estrangeiro, apesar da ausência de jurisprudência constitucional. A partir da década de 1970 passou a “absorver mais de 40% da totalidade das verbas publicitárias no país, e desse modo, condicionou todo o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa” (HERZ, 1987 p.17)⁵⁷.

Com alta tecnologia e práticas empresariais voltadas para a modernização e competição do mercado, a Globo sob o comando de Roberto Marinho, influenciou políticas oficiais que respaldavam suas ambições privado-comerciais. As interferências foram múltiplas e constantes. O próprio Código Brasileiro de Telecomunicações, elaborado sob a égide empresarial da radiodifusão, sofreu 52 vetos do então presidente João Goulart (PIERANTI, 2007). A disputa por prerrogativas regulatórias colocou de um lado o governo, que tentava fortalecer a função do executivo enquanto autoridade concessionária e fiscalizadora e de outro, empresários que buscavam a descentralização do poder mediante normas capazes de diminuir a atuação do executivo (SILVA, 2015). O resultado desse conflito se deu com a criação da Associação Brasileira de Emissoras

⁵⁶ O Grupo Globo é um conjunto de empresas espalhadas por todo o país. A TV Globo tem sua programação distribuída em quase todo o território nacional, por meio de cinco emissoras próprias, em parceria com empresas afiliadas, e em mais de 100 países, por meio da Globo Internacional. A Globo Filmes participa da coprodução de filmes brasileiros. A Globosat é uma programadora de canais de TV por assinatura. Conta com portfólio diversificado de canais, incluindo mais de 30 canais pagos com 24 horas de programação. Destaque para os canais SporTV, GloboNews, Multishow, GNT, VIVA e Gloob. O grupo atua nos segmentos de jornais e revistas, impressos e digitais, através da Infoglobo e da Editora Globo. A Infoglobo reúne os jornais diários O Globo, fundado em 1925, Extra e Expresso, além de participação no jornal Valor Econômico. A Editora Globo possui em seu portfólio 16 revistas, além de editar livros clássicos e contemporâneos. A Som Livre atua na área musical, produzindo e comercializando conteúdo de artistas brasileiros através de vendas físicas (CDs, DVDs e outros), digitais e eventos. No meio rádio, a atuação se dá através do Sistema Globo de Rádio, com emissoras próprias e afiliadas, nos segmentos de notícias (CBN) e talk (Rádio Globo). O ZAP é um portal de classificados online de atuação nacional (GRUPO GLOBO). Na internet, o G1 é um portal de notícias, em que as capitais também se apropriam do domínio do servidor para produzir notícias locais e regionais.

⁵⁷ Segundo o Uol a A Rede Globo e as cinco emissoras de propriedade do Grupo Globo (em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Brasília e Recife) receberam um total de R\$ 6,2 bilhões em publicidade estatal federal durante os 12 anos dos governos Lula. Os dados são referentes apenas as TVs de propriedade do grupo Globo, o montante ficaria ainda maior se fossem agregados os valores pagos as emissoras afiliadas. Disponível em: <https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/06/29/tv-globo-recebeu-r-62-bilhoes-de-publicidade-federal-com-pt-no-planalto/>.

de Rádio e Televisão (Abert), coincidentemente no mesmo dia da data de apreciação dos vetos, 27 de novembro de 1962.

Ao lado de Roberto Marinho, proprietário da Rádio Globo do Rio de Janeiro, e de Nascimento Brito, da Rádio Jornal do Brasil, o presidente do Sindicato de Empresas de Radiodifusão do Rio de Janeiro e deputado federal João de Medeiros Calmon criou um grupo de trabalho para discutir os vetos. O grupo conseguiu reunir representantes de 213 empresas no Hotel Nacional, em Brasília, como forma de pressionar o governo. A movimentação da classe empresarial deu resultados: todos os 52 vetos presidenciais ao projeto foram rejeitados quando da sua apreciação (Op. Cit., p. 284).

A fundação da Abert contribuiu para a formação de novos conglomerados midiáticos tendo como protagonistas congressistas e ministros de Estado. Entre 1985 e 1988, o presidente da República José Sarney (1985-1990) outorgou 1.028 concessões, 30,9% de todas as 3.330 outorgadas no País até o início do governo Fernando Collor (PIERANTI, 2006a, p. 107).

Foram beneficiados direta ou indiretamente com concessões 91 deputados constituintes, quantidade que representava 16,3% dos que participaram da Assembleia. Desses, 84 (92,3%) votaram a favor do presidencialismo como sistema de governo e 82 (90,1%) a favor do mandato de cinco anos para presidente da República. Outro dado relevante: dos 129 deputados federais proprietários de emissoras entre 1987 e 1990, 52% conseguiram se reeleger (PIERANTI, 2007). À época, também foram beneficiados com concessões o secretário-geral do Minicom Rômulo Furtado, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e o próprio presidente da República de então, José Sarney (MOTTER, 1994 apud PIERANTI, 2007).

Até a Constituição de 1988, conforme já pontuado anteriormente, a concessão de serviços de radiodifusão era prerrogativa exclusiva do Presidente da República, que a utilizava como barganha para o favorecimento de interesses políticos. Fruto dessa legislação permissiva criou-se o que passou a chamar de "coronelismo eletrônico" (LIMA, 2001; SANTOS, 2006; SANTOS; SILVEIRA, 2007; SANTOS; CAPPARELLI, 2005), com políticos controlando e usando a mídia local ou regional para seus interesses políticos e eleitorais.

Essa prática fortaleceu o clientelismo a grupos empresariais familiares e a elites políticas regionais contrariando ao menos dois princípios⁵⁸: legais (a constituição) e éticos (LIMA, 2006; 2012).

Alterações no processo de concessão foram introduzidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, como consequência principalmente do processo de globalização e das iniciativas neoliberais. Esse processo de desregulamentação, que quebrou o monopólio estatal das telecomunicações e permitiu a participação estrangeira no setor, não foi suficiente para quebrar a lógica privado-comercial nas normativas do setor. O monopólio familiar, a propriedade cruzada dos meios, o controle parcial de redes locais e regionais de TVs por políticos “fazem com que nosso sistema de mídia apresente ainda, depois de mais de duas décadas do retorno à democracia, uma reduzida e precária diversidade externa” (AZEVEDO, 2006)⁵⁹.

Ao resgatar novamente a interferência da Globo em decisões políticas sobre o setor de comunicação é importante mencionar o processo de digitalização da TV no Brasil. A Abert se juntou à Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações (SET), fundada em 25 de março de 1988 para se posicionar frente ao modelo digital, em vista que a escolha afetaria de forma significativa os empresários do setor de radiodifusão, que enfrentavam ainda uma crise financeira (SILVA, 2015, p.290). O intuito era a adoção do sistema japonês e não o europeu ou norte-americano.

Representantes do Intervozes e do Fórum Nacional pela Democratização da Informação (FNDC) propunham a adoção do sistema europeu, como uma iniciativa a diversidade de canais e a multiplicidade de vozes. Com Lula no Palácio do Planalto, a expectativa de que os interesses fossem atendidos aumentou, porque o estudo, planejamento e desenvolvimento da digitalização deixou de ser de responsabilidade da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e passou a ser prerrogativa do Ministério das Comunicações.

O desenrolar da história toma novos rumos em 2005 com a Ação Penal 470, que colocou o governo Lula na capa de todos os jornais brasileiros com o escândalo de

⁵⁸ Em seu Art. 54o , a Constituição de 1988 proíbe que deputados e senadores mantenham contrato – ou exerçam função, cargo ou emprego remunerado – com empresa concessionária de serviço público. Isso também já estava previsto no CBT, em seu Art. 38o. O desvio ético encontra-se no próprio Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em seu Art. 180o , § 6o , no qual estabelece que o deputado deve se declarar impedido se o assunto em pauta seja de interesse individual. “Parte-se do pressuposto de que deputados e senadores concessionários se tratam de atores dotados de racionalidade estratégica imersos num contexto historicamente favorável à ação instrumental” (SILVA, 2015, p. 287), portanto o conflito ético se instaura à medida que os atores que legislam são parcialmente os mesmos auto-interessados.

⁵⁹ http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762006000100004&script=sci_arttext

corrupção conhecido como “Mensalão”; um esquema de compra de votos na Câmara Federal, para aprovar projetos do governo.

A repercussão foi suficiente para fragilizar o governo Lula no parlamento e forçar uma reforma ministerial que acabou por levar Hélio Costa (PMDB) ao Ministério das Comunicações: Em tempos de escândalos políticos graves, com um governo fraco, totalmente à deriva, mais uma vez, o ministério das Comunicações está nas mãos da Rede Globo. (...) E não é mera coincidência que nesse exato momento o governo Lula, sob pressão de políticos e interesses poderosos, tenha escolhido o senador mineiro Hélio Costa para o ministro das Comunicações (BRASIL, 2005a, n.p. apud op.cit.; p. 304).

“O lobby em torno do padrão japonês mostrou-se muito mais forte, sobretudo a partir do momento em que Hélio Costa assumiu o ministério, com a vontade explícita de favorecer a proposta dos radiodifusores” (BRITTOS; BOLAÑO, 2009, p. 307). Marcado por sua relação com a rede Globo, Costa foi favorável à autorização de até 30% de capital estrangeiro no setor de radiodifusão nacional.

Em 29 de junho de 2006, o então presidente Lula, assinou o Decreto nº 5820/2006 informando a implementação do Sistema Brasileiro de TV Digital. O escândalo do Mensalão contribuiu para a tomada de decisão do presidente sob forte influência do grupo de pressão beneficiado com o modelo japonês (SILVA, 2015). Afinal, ao contrário do europeu, não incentivada à multiprogramação como forma de aumentar a quantidade de fontes no cenário comunicativo.

Como pontua Silva (2015), o ministro da Secretaria de Comunicação Social no fim do governo Lula anunciou o projeto de lei do novo marco regulatório para as comunicações e telecomunicações no Brasil. Na ocasião, o diretor-geral da Abert, Luis Roberto Antonik, afirmou: “Não podemos abrir mão do princípio constitucional da menor interferência do Estado nos meios de comunicação e na liberdade de imprensa”.

O governo Lula chegou ao fim sem que sequer se tornasse público o conteúdo do projeto. O contexto em que se desenrolava esse debate era de conflito por meio da mídia. Em análise sobre o ambiente político-eleitoral em 2010, Lima afirmou (2012, p. 310): “A hostilidade entre alguns veículos e o governo é agora, mais do que antes, inegavelmente recíproca e pública”. Dilma, eleita com 56,05% dos votos válidos, destacou o papel da imprensa em seu discurso de posse no dia 01 de janeiro de 2011. No único momento em que abordou, mesmo indiretamente, o tema, a presidente eleita o fez em sintonia com os argumentos reiteradamente utilizados pela Abert para

estancar o debate sobre qualquer regulamentação dos artigos do Capítulo V da Constituição (SILVA, 2015, p.310).

O poder simbólico da mídia e a correspondência de interesses com políticos detentores de concessões criaram mais uma vez condições materiais de resistência à regulamentação da comunicação, capaz de oferecer amplitude e pluralidade a novas fontes midiáticas. Nem mesmo governos assumidamente de esquerda, como no período de 2002 a 2016 sob a presidência de Lula e posteriormente de Dilma, foram capazes colocar a pauta em discussão a nível nacional, como também, mais uma vez engavetaram a possibilidade de diminuir a influência de uma mídia monopolista nas decisões políticas.

4.2.3.2 Globo: versatilidade no trato político

Num determinado momento, eu me convenci de que o sr. Leonel Brizola era um mau governador, afirmou o empresário. Ele transformou a Cidade Maravilhosa num pátio de mendigos e marginais. Passei a considerar o sr. Brizola perigoso e lutei, realmente usei todas as minhas possibilidades para derrotá-lo nas eleições (GLOBO apud HERZ, 1987, p. 25).

Não reconheço a Globo a autoridade em matéria de liberdade de imprensa. Basta para isso olhar a sua longa e cordial convivência com os regimes autoritários e com a ditadura que dominou o nosso país por 20 anos. Todos sabem que critico a Rede Globo e o seu poder imperial e suas manipulações (BRIZOLA, JORNAL NACIONAL, 1994)⁶⁰

As desavenças entre Roberto Marinho e Brizola eram notórias, como mostram as citações acima. No entanto, elas revelam não apenas uma luta de ideias, mas de estratégias de construções simbólicas no espaço público.

Brizola esteve à frente do Palácio Guanabara duas vezes (1983-1987 e 1991-1995). A conquista do governo fluminense passou por diversos obstáculos desde atentados à sua vida até a fraude da Proconsult. De um lado, via-se observado pelos militares e do outro a pressão acirrada de Roberto Marinho.

A fraude da Proconsult começou quando o regime militar a fim de manter o maior número de membros no partido juntou as eleições para todos os cargos em um único pleito com a justificativa de que o voto vinculado fortaleceria ainda mais os

⁶⁰ Em cumprimento a sentença do juiz de direito da 18ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, Brizola consegue direito de resposta no jornal nacional. A nota é lida por Cid Moreira no dia 15 de março de 1994.

partidos e a fidelidade partidária. Apesar da tática não ser unânime, transformou-se em lei e o cidadão na hora de votar, deveria optar por candidatos do mesmo partido para todos os cargos. Esperava-se com isso, um aumento no número de votos nulos e brancos, pelo desconhecimento do eleitorado. No entanto, em 1982, o PMDB ao contrário das expectativas, aumentou suas bancadas e os votos em branco ou nulo recuaram.

Na eleição para governador no Rio de Janeiro disputara: Wellington Moreira Franco, pelo PDS, partido vinculado ao regime militar, Miro Teixeira, pelo PMDB. Sandra Cavalcanti, pelo PTB, Leonel Brizola, pelo PDT e, Lysâneas Maciel pelo PT. Apesar da expectativa inicial de que a cadeira máxima do estado fosse para Moreira Franco, Leonel Brizola ganha as eleições, mas não é o que aparece nos resultados oficiais da Proconsult, empresa contratada para fazer a contagem dos votos. Segundo Amorim e Passos (2005), a fraude se intensifica já na escolha da Proconsult, que teve a seu favor a desistência de duas empresas concorrentes a Serpro e a Damatec. Concomitante a esse processo, os autores demonstram o papel preponderante da Globo em “amarrar” a história⁶¹.

Quinze dias do pleito, o Ibope indicava que Brizola tinha 25,5% e Moreira Franco, 22,3% das intenções de voto, porém, o título de O Globo de 30 de outubro de 1982 foi “ Brizola cai e Moreira dispara’. Segundo o jornal, na pesquisa anterior, Brizola tinha 27,5% e Moreira Franco, 16,7% na escolha vinculada” (Op.cit.,p.32). Um dia antes da eleição, o editorial do mesmo jornal recomendava o voto a Moreira Franco⁶².

As divergências entre Brizola com o presidente da Rede Globo cresciam à medida que os interesses se configuravam de forma antagônica. Outro exemplo envolveu o Projac, que deveria ter sido construído em dois anos, como apresentava o acordo com a Time Life, mas ficou pronto apenas dez anos depois, já que as obras foram suspensas por alegação de Brizola acerca do impacto ambiental.

⁶¹ “Em 10 de setembro, a TV Globo exibiu o filme João, um brasileiro. Leia-se como propaganda eleitoral para os candidatos do PDS. Como de fato, foi lido à época. Estava-se às vésperas do início da propaganda eleitoral na televisão, sob a égide da Lei Falcão, que decretada em 1976 pelo governo Geisel, permitia aos candidatos apenas que mostrassem seu rosto e número no vídeo. E foi o que se deu em 1982, de 14 de setembro a 13 de novembro (AMORIM; PASSOS, 2005, p. 25).

⁶² Por questões de fraudes, dificuldade de apuração, problemas em computadores e sabotagens o resultado correto demorou 15 dias para sair. Nesse ínterim, a Globo se posicionava claramente ao candidato do PDS, Moreira Franco. (Ver mais em: AMORIM, P.; PASSOS, M. **A peleja de Brizola contra a fraude eleitoral**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005).

Como relata o jornalista Luiz Erthal, a realidade do Rio de Janeiro nos anos 1980 refletia as consequências da ditadura militar: o inchaço das grandes cidades, a favelização, a desestruturação familiar e o surgimento do crime organizado.

Brizola e Darcy Ribeiro tentavam dirimir as discrepâncias sociais e propuseram a escola integral em turno único com o intuito de balizar a tríade educação, cultura e cidadania. Isso exigiria, porém, uma ruptura de paradigma da política brasileira, ou seja, os recursos não iriam mais para as elites brasileiras, mas sim para atender as necessidades da população⁶³.

Ao apresentar a proposta da Escola Integral intitulada no projeto como Cieps, para o então presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, Brizola relata:

Ele olhou, olhou, olhou e não disse uma palavra. Em uma segunda oportunidade em que nos encontramos, eu cobrei: ‘Então, doutor Roberto, o que achou do nosso projeto’. Então ele disse: ‘Olha, governador, se o senhor quer construir escolas, está muito bem. Mas não precisa disso tudo. Faça umas escolinhas... Pode até fazê-las bonitinhas, tipo uns chalezinhos...’.” Depois disso não houve mais diálogo entre eles (ERTHAL, republicado em 2015).

Porém, no processo político, não coube apenas a Brizola o revanchismo da Rede Globo. Quando o assunto é política, a Globo tem versatilidade no trato das matérias. Um exemplo disso aconteceu em janeiro de 1963, ano em que ocorreu o plebiscito que findaria o regime parlamentar no país. “A introdução do parlamentarismo fora a solução negociada para a posse de Goulart – após a renúncia de Jânio Quadros – e a volta do presidencialismo devolve-lhe os poderes retirados” (HERZ, 1987, p.121). A grande mídia opunha-se ao presidencialismo.

Em 7 de janeiro de 1963, em plena luta do sr. Roberto Marinho a favor da civilização ocidental e da religião cristã, quando o presidente João Goulart lhe parecia o anticristo, subitamente surgiu em um editorial em O Globo...chamando-lhe ‘o estadista’. Essa expressão custou à Caixa Econômica Cr\$ 240 milhões...O empréstimo foi liberado 24 horas após o plebiscito sobre parlamentarismo e presidencialismo que, contra expectativa geral fora apoiado por O Globo. O que se quer dizer é que O Globo obteve um empréstimo na Caixa Econômica mudando de linha política em 24 horas. E tanto é

⁶³ . “A inobservância desse princípio levou o presidente Getúlio Vargas ao desespero e suicídio; o presidente João Goulart à morte no exílio e a presidente Dilma, agora, a um completo isolamento político, culpados, todos eles, por fazerem transferência direta dos recursos públicos para o povo e não para as elites” (ERTHAL, republicado em 2015). Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/11/o-dia-em-que-marinho-dono-da-globo-fez-um-pedido-deploravel-a-leonel-brizola.html>

verdade que tão logo obteve o empréstimo voltou à posição primitiva (CARLOS LACERDA apud HERZ, 1987,p. 122).

As declarações envolvendo Roberto Marinho e seu posicionamento sem tantas amarras continuaram. ‘Nós fornecemos todas as informações necessárias, mas nossas opiniões são, de uma maneira ou de outra, dependentes do meu caráter, das minhas convicções e do meu patriotismo. Eu assumo a responsabilidade sobre todas as coisas que produzo’, disse, na época, Roberto Marinho como relembra Herz (1987, p.24).

Tantos outros exemplos podem ser conferidos em relação às diversas interferências da Globo no âmbito político e, para finalizar esse espaço destinado aos casos em que posiciona as Organizações Globo como ator político relembramos o caso do debate entre Lula e Collor em 1989. Em depoimento disponível no Youtube, o ex-diretor da Globo José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, Boni, conta as estratégias adotadas para conferir a Collor a imagem de um homem do povo:

O Lula era o povo e o Collor a autoridade, então nós conseguimos tirar a gravata do Collor, colocar um pouco de suor e colocamos as pastas com as supostas denúncias contra o Lula, mas as pastas estavam inteiramente vazias com papéis em branco foi uma maneira de melhorar a postura de Collor junto ao espectador para ficar em pé de igualdade com a popularidade do Lula” (BONI, 2016, on-line).

Ainda em depoimento, Boni relata que gostaria de usar a tática das caspas, como Jânio Quadros, mas Collor não aceitou. A invasão da vida privada de Lula, ao revelar uma filha fora do casamento, o uso das “pastas-denúncia”, que coibiram Lula ao longo de todo o debate e da manipulação da própria imagem de Collor reforçam os desdobramentos estratégicos da emissora em enquadrar os personagens de acordo com o seu roteiro prévio definido.

4.3 Novos Atores⁶⁴

Em meio a crises econômicas e políticas as instituições e o poder central se fragilizam abrindo espaços de fala para novas formações simbólicas se reverberarem

⁶⁴ Entende-se por novos atores, movimentos sociais e coletivos que se apropriam de tecnologias digitais como espaço de articulação e mobilização como recurso de poder e iniciativa para a produção de sentido e conferir materialidade às suas ideias. Na concepção de Willians (1971) estariam ligados às formações com influência no desenvolvimento ativo de uma cultura.

nas diversas instâncias sociais, oferecendo assim, novas produções de sentido para o ordenamento da vida pública e até mesmo privada. Recursos de choque e conflito contribuíram para o tensionamento das opiniões que tendem a se polarizar como instrumento facilitador para angariar adeptos. Esta prerrogativa não é apenas de dispositivos como mídia e judiciário, mas se estabelece também em movimentos sociais.

De forma estratégica, militantes tendenciosamente de direita ou das diversas direitas se apropriaram das manifestações de junho de 2013⁶⁵ articuladas por cidadãos comuns, mas com forte amplificação da ação contestatória da esquerda por meio do Movimento Passe Livre, “para construírem estilos de ativismo, apropriando-se de repertórios de confronto disponíveis, num jogo entre si e com as instituições políticas” (ALONSO, 2017, p.49). Pautas aparentemente comuns, como à luta contra a corrupção e a recusa dos partidos políticos como aglutinadores dos protestos, foram reapropriadas para a produção de uma atmosfera de descrença política, que viria a calhar um ano depois com a Operação Lava Jato. No contexto das manifestações, dois movimentos ganharam importância: O Movimento Brasil Livre e os Revoltados Online, um dos precursores do processo de impeachment.

Wilson Gomes, professor da Universidade Federal da Bahia, categorizou o termo “nova direita”⁶⁶ para investigar as estruturas desses movimentos conservadores e ultraconservadores no país. Observa-se empiricamente, que as mobilizações não se dão pelos mecanismos tradicionais da direita, mas adquirem o caráter de militância e ocupação de espaços historicamente “pertencentes” aos movimentos de esquerda, como as ruas, no caso do Movimento Vem pra Rua, cujo especial foco era a deposição da então presidente Dilma. Essa ocupação do espaço público se dá tanto nos ambientes físicos como, principalmente, nos ambientes digitais, outro elemento novo de

⁶⁵ “Duas mudanças de conjuntura contribuíram. A onda de protestos globais, de 2011 a 2013, funcionou como efeito demonstração e proveu um novo modelo de ativismo — o repertório autonomista. E sediar megaeventos no Brasil — Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014), Olimpíadas (2016) — ofereceu palco global para possíveis protestos. Outra alteração foi na relação entre governo e movimentos sociais. Ancorada em alta aprovação, Dilma pouco dialogou com a sociedade organizada, deixando o protesto como caminho para pleitos. Tampouco atacou tópicos abertos desde a redemocratização: problemas urbanos e eficiência de políticas públicas” (ALONSO, 2017, p. 50).

⁶⁶ Por uma questão pedagógica e acadêmica optou-se por utilizar a expressão usada por Wilson Gomes como “nova direita”, mas no âmbito da Ciência Política reconhece-se que a complexidade da vida moderna dificulta cada vez mais a categorização dualista de direita e esquerda. Nem todos os membros das comunidades virtuais do MBL, por exemplo, se caracterizam como sendo de direita (Cf. CASTANHEIRA, ARAUJO, PORTARI, 2018). No entanto, optou-se por manter o termo direita, pois ambos os grupos tendem a uma produção dominante conservadora, característica histórica fundamental em oposição às perspectivas ideológicas mais progressistas.

articulação dessa direita-militante, que busca criar novas agendas políticas, permeadas por um discurso exclusivista, intolerante e até mesmo reacionário (FAGUNDES, 2017).

4.3.1 MBL e Revoltados Online

Patriotismo e anticorrupção agendaram as pautas do MBL e dos Revoltados Online nos protestos de 2013. No decorrer de 2014, como oposição e descontentamento com o governo petista, ambos os grupos começaram a produzir diversos informes nas redes sociais: atacaram o Programa Mais Médico, xingaram a presidente durante a Copa do Mundo e organizaram cerca de 43 grupos (ALONSO, 2017), como o Vem para Rua, de caráter mais liberal, o MBL, e os reacionários Revoltados Online. Após a derrota nas urnas, gritos de fraude e discursos conservadores com forte ataque às minorias e políticas autoritárias, como a própria intervenção militar foram ganhando projeção e se estendem até os dias de hoje, quase cinco anos depois das primeiras manifestações de 2013.

O MBL criou sua página no Facebook no dia primeiro de novembro de 2014, logo após as eleições presidenciais, que colocaram Dilma mais uma vez a frente da presidência da República. Já o Vem para Rua se conectou com o sistema político via PSDB (ALONSO, 2017).

O empresário paulista, Marcello Reis⁶⁷, fundador do Revoltados Online, criou fama com a divulgação de vídeos xingando e destituindo o governo petista. Antes de sua página ser excluída do Facebook, ele tinha mais de dois milhões de seguidores. Nas Manifestações de Junho saiu com uma câmara na mão derrubando bandeiras de partidos políticos e no dia seguinte o vídeo foi divulgado inclusive pela imprensa. Seus minutos de fama alavancaram a página Revoltados Online, que se transformou em um espaço de militância a favor do intervencionismo militar e, sobretudo, contra o PT.

Ao entrar na página do Revoltados Online os seguintes dizeres aparecem na barra de rolagem: “Os precursores do Impeachment de Dilma Rousseff. Fomos censurados sumariamente pelo Facebook. Mas estamos no front de COMBATE a corrupção e pedofilia. Juntos somos mais fortes, com Deus somos imbatíveis”.

⁶⁷ “Neto de militar, foi criado pela prima, casada com um metalúrgico espanhol simpatizante do militarismo e anti-grevista. O espanhol referia-se a Lula como “sapo barbudo” ou vagabundo, adjetivos também utilizados por Reis já adulto. Sua militância nas redes sociais começou em 2006 com uma comunidade no Orkut de combate à pedofilia. Sua filha de três anos havia sido molestada” (PAVARIN, 2017).

De acordo com matéria divulgada pela *Revista Piauí*, produzida por Guilherme Pavarin, em 2017, no quarto de Marcelo há um quadro de Sérgio Moro, bandeiras do Brasil, o símbolo do Corinthians e uma miniatura de Lula com uniforme de presidiário. Por diversas vezes, passou 18 horas conectado para moderar conteúdos e divulgar produtos com mensagens a favor do impeachment. Embora tenha abandonado a escola depois do primário, começou a trabalhar com segurança da informação o que lhe garantiu formas estratégicas em recrutar membros do Revoltados Online. Ainda segundo Pavarin (2017, online): “Na busca por diretrizes ideológicas, ele se encontrou com os juristas Hélio Bicudo (um dos autores do pedido de impeachment contra Dilma) e Ives Gandra Martins. Ambos viraram gurus informais do Revoltados”.

No dia 15 de março de 2015 convocou pelas redes sociais manifestantes pró-impeachment na Avenida Paulista. Segundo dados da PM, compareceram cerca de um milhão de pessoas que gritavam “Fora Dilma” e “Fora PT”. Foi um momento crucial para que se recrutasse para a luta dois outros grupos, o Movimento Brasil Livre e o Vem para Rua. Mais tarde, o Revoltados Online entraria em rota de colisão com outros grupos de direita, inclusive o MBL, que passou a disputar o protagonismo nas ruas e nas redes sociais. Ironicamente, já com poucos amigos de militância, Marcelo Reis, no dia do impeachment, teve a sua página no Facebook, com mais de dois milhões de seguidores e mais de cem mil postagens, apagada. Além de perder os comentários de seus seguidores, perdeu também as doações que o sustentavam. O impeachment derrubou no mesmo dia Dilma Rousseff e Marcelo Reis.

4.4 O Antipetismo

Wilson Gomes (2018), em seus estudos recentes, começou a investigar à “nova direita” para analisar em que medida o antipetismo ganhou corpo no imaginário social, principalmente da classe média e classe média alta. Discursos de ódio passaram a atribuir sentido à realidade dentro dos ambientes on e off-line e isso pode ser vinculado a um segundo movimento que está em circulação na sociedade, o antipetismo, o qual circunscreve uma posição contrária não apenas ao Partido dos Trabalhadores, mas engloba dentro de um único universo simbólico os comunistas, socialistas, simpatizantes e militantes de esquerda, republicanos, dentre qualquer outra variação que não seja norteadas pelos princípios liberais.

Qualquer tentativa de crítica ao capitalismo e às políticas neoliberais são enquadradas, muitas vezes, dentro de um quadro de referência social maior, que é o antipetismo. Apesar de trazer essa questão ainda que de forma incipiente, por não ser o objeto principal desta tese, se faz importante pensar que Moro, ao ganhar o papel de herói e Lula o vilão (Cf. Prior, 2018), os telespectadores se guiam ressignificando a narrativa.

Prior (2017; 2018) relata que a narrativa jornalística se constitui por elementos da vida social. Ao narrá-la o jornalista, sempre tem um propósito ou uma intenção comunicativa. No caso dos assuntos envolvendo Lula e Dilma, desde 2014, outro elemento é agregado ao texto, o qual os narratológicos irão chamar de “tessitura da intriga” (Correia, 2012, p. 34), que oferecem atribuição de sentido a uma sucessão de ações e de acontecimentos no tempo⁶⁸ (PRIOR, 2017). Essa tessitura, a partir da formação de uma ordem cronológica dos eventos, que ganham visibilidade estrategicamente no mesmo período das eleições presidenciais utiliza de independentes eventos para amarrar à narrativa. Com a aprovação de Dilma para o segundo mandato, parte da população, que circunscreve mais precisamente a classe média e alta do país, se mostra insatisfeita e a montagem do impeachment, se constrói não somente no ambiente midiático como nas ruas. Ressalta-se, porém, outra problemática de fundo apontada por Canel e Sanders (2006, p. 54): “estórias noticiosas sobre escândalos convertem-se em contos morais”; assim, fomenta-se socialmente a necessidade de se “punir culpados”, mais precisamente no corpo social o “PT”.

Ao contrário, do que se pensa, o antipetismo não é somente a posição da pessoa que diverge do PT, ou pessoas que não votam no PT, é um discurso de ódio construído, como pontua Gomes (2017), a partir de um adversário, o petismo, que pode significar a esquerda, os direitos humanos, socialismo, comunismo, políticas públicas inclusivas, etc. O antipetismo dos manifestantes que foram às ruas pró-impeachment não procede simplesmente de uma reação às notícias sobre corrupção, provém também da

⁶⁸ Para Canel e Sanders, “[...] nos escândalos midiáticos, estórias e personagens são criadas e qualidades atribuídas; as estórias têm plots e pontos de viragem; elas recebem uma ordem temporal com vista à criação de um todo coerente” (CANEL; SANDERS, 2006, p. 53). Assim, como resgata Prior (2017, p.9), a partir dos estudos de Ricoeur (1986), tecer a intriga permite configurar a estória na sua totalidade, combinando as dimensões cronológica e configurante, obtendo uma síntese e uma totalidade temática. A “composição verbal” converte um texto em narração, composição verbal que Ricoeur designa de “intriga” ou melhor, de “mise-en-intrigue”, de organização da intriga. Correspondente, segundo relata Prior, a um plano de organização macroestrutural do texto, a intriga caracteriza-se pela apresentação dos eventos segundo determinadas estratégias discursivas que conduzem à progressão da história (REIS; LOPES, 1988): “[...] a intriga é o conjunto das combinações pelas quais há acontecimentos que são transformados em história ou – correlativamente – uma história é tirada de acontecimentos” (RICOEUR, 1986, p. 16).

divergência com projetos e políticas redistributivas e de expansão dos direitos de minorias. Muitos tiveram seu poder de compra restrito, seu emprego cortado, as viagens passaram a ser escassas, eventos que levaram um profundo incômodo principalmente entre a classe média, que de certa maneira adquiriu nas últimas décadas, em governos petistas inclusive, condições até então negadas a boa parte da população.

O texto *As coisas no seu devido lugar* de Fernando Horta e Patrícia Valim traz considerações interessantes acerca dessa classe média, que aparentemente tomou um rumo contrário aos próprios interesses ao abraçar a causa de derrubada do PT e de uma política de “compromisso de classe”. Os autores apresentam inicialmente⁶⁹ a perspectiva de Chauí⁷⁰, que indica a natureza ontológica à razão do divórcio da classe média com o restante do país, já Jessé de Souza esta natureza seria sociológica, porém, ambos afastam-se das formas de explicação marxistas do fenômeno. Para os autores, tanto Chauí quanto Jessé, apesar de usarem raciocínios estruturalistas em suas argumentações, partem para noções mais ligadas à identidade e às mentalidades dos grupos sociais. A questão material passa a ser descartada, pois a classe média enriqueceu durante os governos Lula e Dilma, o que inviabilizaria a produção de um fenômeno como o antipetismo, por uma questão puramente econômica. É exatamente nesse ponto, que Horta e Valim trazem uma explicação possível para a posição da classe média diante o cenário político do país. Tomando como ponto de partida do estudo publicado em 1951, pelo sociólogo, Charles Wright Mills acerca da sociedade norte-americana, o qual identificou a presença de um grupo de trabalhadores identificados como “White collars workers” que se distanciavam dos trabalhadores normais (simples proletários).

Este grupo, não era sensível aos apelos de ideologias proletárias de esquerda, não via nos movimentos organizados de proletários qualquer apelo, embora fossem – nas concepções clássicas – trabalhadores assalariados. Estes grupos, na visão de Mills, se viam não como “vendedores” de sua força de trabalho, mas viam-se com capacidade de negociar muitas outras qualidades que julgavam ter. Seus contatos pessoais, sua liderança sobre outros grupos de pessoas,

⁶⁹ Marilena Chauí apontava, em 2013, que ela era “uma abominação política, porque é fascista; uma abominação ética porque é violenta; e é uma abominação cognitiva porque é ignorante”. Recentemente, Jessé Souza foi além e, em seu livro, “A elite do atraso: da escravidão a lava-jato” (Leya, 2017), afirma que nossa classe média também é racista: “Um brasileiro de classe média que não seja abertamente racista também se sente, em relação às camadas populares do próprio país, como um alemão ou um americano se sente em relação a um brasileiro: ele se esforça para tratar essas pessoas como se fossem gente igual a ele” (HORTA; VALIM, p.22)

⁷⁰ Chauí ao se reportar aos anos recentes, fala muito em fascismo e apesar da invocação generalizada do termo inclusive por intelectuais, a deposição ou críticas à Dilma/PT não podem ser enquadradas conceitualmente como fascistas, mas como reacionárias ou conservadoras.

suas capacidades de criar e vender discursos, visões de mundo e etc (HORTA;VALIM, 2017).

Com capacidade de negociação, este grupo de trabalhadores, agiam assim, por motivações auto-interessadas e, por uma troca de favores seja na burocracia estatal ou no campo privado das profissionais, não tinham problemas em aceitar ser porta-voz da ideia de diferença social como parte do arranjo social. Como relatam os autores, não pertenciam a elite econômica, mas não estavam submetidos às pressões primárias do capitalismo exploratório. Ao resgatar esse cenário para o Brasil, Horta e Valim (2017) explicam que o comportamento da classe social não se explica pelos resquícios da escravidão, como muito se busca pontuar, mas mais do que dinheiro, a classe média brasileira busca privilégios.

Esta perspectiva leva a crer o impeachment não somente como uma formação conjunta entre mídia e judiciário, como dispositivos de poder da sociedade moderna, mas como um processo de disputa entre classes sociais.

Apesar de dar sentido e significado a processos históricos e de entender o desprendimento dos autores, faz-se necessário tomar cuidado para não categorizar em blocos as interpretações e ressignificações sociais. O antipetismo, apesar de ter ganhado corpo com a classe média, se reverbera por outros estratos sociais, que não teriam as mesmas explicações possíveis de Mills (apud HORTA e VALIM, 2017) para o compartilhamento das ideias de desigualdade. Além disso, a formação dessa classe média e a identificação de valores socialmente aceitos, compartilhados e negociados entre seus agentes, diz respeito à composição autoritária que permeia a história do país. A ideia aqui não é buscar na macroestrutura uma explicação plausível ao fenômeno, mas vale entender que não permeia no imaginário dos jovens de até pouco mais de 30 anos a memória social da dor da Ditadura, pois não vivenciaram períodos autoritários. Por isso, não há constrangimento social em fazer parte de uma direita reacionária, que ganha espaço de tempos em tempos, em um país recente em termos de democracia; e que em menos de um século vivenciou duas ditaduras e dois impeachments (Cf. CASTANHEIRA, ARAUJO, PORTARI, 2018).

5. DILMA, LULA E O PT

Dilma Vana Rousseff nasceu no dia 14 de dezembro de 1947 em uma família de classe média. Tornou-se membro do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e posteriormente da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) em combate ao regime militar, mas de 1970 a 1972 ficou reclusa e sofreu torturas de militares na Operação Bandeirante e depois pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Sua vinculação partidária era com o Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado, inclusive pelo seu companheiro por 30 anos, Carlos Araújo. Somente em 2001 se filiou ao Partido dos Trabalhadores, sendo que um ano depois integrou a equipe que formulou o plano de governo de Lula, em que assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil.

No dia 13 de junho de 2010, na Convenção Nacional do PT, oficializou sua candidatura como presidente do país tendo como seu vice Michel Temer, do PMDB. Apesar de Lula começar a preparar a candidatura de Dilma desde 2007, ela não era o nome central do Partido. As molduras midiáticas que a enquadraram, no entanto, vinculavam sua imagem de forma genérica ao Partido dos Trabalhadores e a Lula, figura importante no processo de impeachment que ao invés de produzir um enquadramento de desconto acabou reforçando a culpabilidade de Dilma, nas reportagens veiculadas que, inclusive também ministraram de forma genérica um pacote interpretativo anti-corrupção endossado por Sérgio Moro na figura de herói e de Dilma como cúmplice de Lula.

Este capítulo resgata um pouco a história do Partido dos Trabalhadores para investigar a intersecção entre Lula, Dilma e o PT.

5.1 Dos Movimentos Sindicais à presidência da República

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 1980, no Colégio Sion em São Paulo, por dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos ligados à Teologia da Libertação⁷¹, que surge na América Latina precisamente da década de 70,

⁷¹ A partir de uma reinterpretação analítica e antropológica da fé, a Teologia da Libertação, surge como uma leitura preferencial aos menos favorecidos, ou como o próprio Leonardo Boff, seguidor e divulgador dessa corrente, os oprimidos. A partir da década de 80, principalmente Boff começa a trazer para o âmbito das discussões da Teologia da Libertação questões também ecológicas: “pois não somente se deve

principalmente no Peru com Gustavo Gutiérrez e no Brasil, com Leonardo Boff. Ressalta-se o entrelaçamento da Teologia da Libertação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁷² como fundamentais para o PT, pois ao mesmo tempo em que se pensava uma nova perspectiva cristã se articulava na prática ações de fiéis católicos na luta política, que tinham como premissa a conscientização, democratização e organização para dirimir as desigualdades sociais e conferir aos cidadãos liberdade.

Porém, a história do partido começa a se desenhar dois anos antes, mais especificamente em maio de 1978, quando operários das indústrias automobilísticas de São Bernardo entraram em greve. Nesse momento, ainda não se esperava que de reivindicações e resistências articuladas principalmente por Luiz Inácio Lula da Silva, popularmente o Lula, José Cicote, Henos Amorina, presidentes dos sindicatos de Metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Osasco; Paulo Skromov, do sindicato dos coureiros; Jacó Bitar, dos petroleiros de Campinas; Olívio Dutra, dos bancários de Porto Alegre; entre muitos outros se despontariam como lideranças de um partido distinto e específico, de trabalhadores, para se opor à tradição de partidos de esquerda no Brasil que pretendiam falar em nome e pelos trabalhadores (REIS, s/d, p.2).

Ainda segundo Reis (s/d), outros grupos deram suporte para a construção do partido, como grupos revolucionários trotskistas, no qual se encontrava a Convergência Socialista, além de outros grupos contrários a ditadura como Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil, Ação Libertadora Nacional, Ação Popular MarxistaLeninista, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, Movimento de Emancipação do Proletariado e os militantes da igreja católica, baseados na fé militante da Teologia da Libertação.

O PT surgiu, portanto, a partir de uma ideia nova: negar as tradicionais lideranças do sindicalismo oficial e colocar em ação o socialismo democrático. Em 1980, greves e movimentos passaram a se espalhar pelo país, tendo como protagonistas ou inspiração lideranças do Partido. Dois anos depois⁷³, a disputa se deu nas urnas,

ouvir o grito do oprimido mas também o grito da Terra porque ambos devem ser libertados” (BOFF, wordpress).

⁷² “Em boa parte das CEBs, a legitimidade e inspiração teológica eram buscadas na teologia da libertação, segundo a qual deve haver uma necessária relação entre a teologia e contextos socioeconômicos. Essa assertiva corrobora com a “opção pelos pobres” cujo postulado é que “embora Deus ame igualmente os pobres e os ricos, favorece os pobres em sua luta pela libertação das estruturas opressoras do capitalismo, criados pelos ricos” (THEIJE, 2002, p. 23). Assim, é postulado importante na teologia da libertação o fato de que a salvação “deve ser encontrada nesta vida: não é um prêmio a ser obtido após a morte” (ibid, p. 23)” (COSTA; ZANGELMI; SCHIAVO, 2010, p.33)..

⁷³ Apenas como relato histórico, um ano depois, em 1983 forma-se “a Central Única dos Trabalhadores/CUT, aliada sindical do PT, embora autônoma do ponto de vista orgânico” (REIS, (s/d).

sendo que representantes dos partidos começaram a tomar assento nas bancadas legislativas e governos estaduais. O PT elegeu oito deputados federais, 12 estaduais e 117 vereadores em todo o país, e, Lula, apesar de perder para governador de São Paulo conseguiu votos expressivos, levando em conta que o partido ainda era recente no cenário político, segundo Singer (2001).

Em 1984-1985, um processo de grande envergadura tomaria corpo – a campanha das Diretas Já. A luta por eleições diretas imediatas para a presidência da república, quebrando a instituição das eleições indiretas, estabelecidas pela Ditadura através de ato de força, ainda em 1964, empolgou a sociedade, mesmo que, a princípio, tivesse sido recusada pelos conservadores e mesmo pelos políticos considerados realistas. O viés anti-ditatorial, o caráter de massas, a participação das esquerdas na liderança do processo, onde se destacava o PT, levaram importantes setores da grande mídia a boicotá-la em toda uma primeira fase, rendendo-se, num momento seguinte, afinal, à evidência das multidões que participavam ativamente das concentrações e comícios, cada vez mais gigantescos (REIS, s/d, p.7).

O Partido dos Trabalhadores ganha não somente notoriedade no processo das Diretas Já como consegue unificar, mesmo que temporariamente, as tendências dos diversos interesses dos sindicatos e movimentos sociais. No plano internacional, o professor da Universidade Federal Fluminense, Daniel Reis (Ibid, p.9), relata ainda que o neoliberalismo se reverberava em locais estratégicos no mundo: “Reagan viria a substituir Carter, M. Thatcher, retomava uma postura de ofensiva política, diplomática, militar e na América Latina, o cerco à revolução sandinista exprimia uma reação dura às alternativas radicais”. A União Soviética, por sua vez, se desmantelava e Gorbachev assumia a liderança em 1985 e em 1989, com a queda do Muro de Berlim degradava, por consequência, o socialismo na Europa Ocidental, a esquerda assumia assim uma posição de defensiva estratégica no mundo⁷⁴.

No Brasil, de forma surpreendente, o PT continuava a crescer na bancada executiva e legislativa, sendo que em 1985, Maria Luiza Fontenelle, elegeu-se prefeita de Fortaleza e em 1986 o Partido elege 16 deputados federais e 40 estaduais.

Lula se candidata pela primeira vez à presidência da república em 1989, pela Frente Brasil Popular (PT, PSB e PC do B), mas foi derrotado, no segundo turno, por

⁷⁴ Em meio às estratégias defensivas da direita em nível internacional, Lech Waleska surge como um nome de inspiração e modelo para os novos partidos de esquerda, inclusive o PT. Waleska era presidente do Solidariedade, um comitê organizado para coordenar o movimento sindical frente a uma tensa situação política e econômica que vivia a Polônia em 1980. O país quase a beira de uma guerra civil e a falta de informações do governo levaram Waleska a buscar apoio internacional para a sua causa, ao retornar foi interrogado e posto em prisão domiciliar por onze meses. Com a visita do papa João Paulo II, em 1983, a igreja passou a simbolizar resistência e apoio à liberdade. Nesse mesmo ano, Waleska recebeu o prêmio Nobel da Paz e em 1990 torna-se presidente da Polônia.

Fernando Collor de Melo, que conquistou 53% dos votos válidos. Não se candidatou a uma vaga no Congresso, após a eleição, para tentar aumentar a sua popularidade na corrida à eleição presidencial de 1994, período em que realizou diversas viagens pelo Brasil. Porém, é derrotado mais uma vez, só que agora para o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Fernando Henrique Cardoso, mas ficou em segundo lugar, com 27% dos votos válidos. Em 1998, foi derrotado pela terceira vez seguida, chegando à presidência apenas em 2002.

As propostas de Lula, antes com um caráter reformista-revolucionário, como pontuou Carlos Nelson Coutinho⁷⁵, em 1989, ganha uma concepção mais diplomática entre os interesses liberais e as políticas sociais, em 2002, com uma ressalva as estratégias de marketing, mais profissionais e especializadas do que em 1989.



Figura 1: Comparativo da imagem de Lula em 1989 e 2002.
Fonte: Banco de internet

No ano de 2005, Lula sofreu com constantes embates jurídico-midiáticos por conta do escândalo do Mensalão, que comprovou o envolvimento de membros do partido em recebimento de propina, como será mais bem detalhado a posteriori. Mesmo diante os acontecimentos, em 2006 ganha novamente as eleições e assume a presidência da República. No ano de 2010, uma pesquisa do Sensus⁷⁶ encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) indicou um crescimento na aprovação do governo. No levantamento realizado entre 31 de julho e 2 de agosto, Lula aparece com aprovação pessoal de 80,5% e a aprovação do governo atinge 77,5%. A melhor avaliação de Lula na série histórica do levantamento é de 84%, em janeiro de 2009.

⁷⁵ Termo que usou para combater a separação radical entre reforma e revolução, mostrando o entrelaçamento que pode ocorrer, e frequentemente ocorre, segundo as circunstâncias políticas e históricas, entre os dois termos. O autor também se destacaria por ser uma expressão do movimento entre as esquerdas pela ênfase nos valores democráticos não mais concebidos como meros “instrumentos” de “acúmulo de forças”. Cf. Coutinho, 1984 e 1994 (apud REIS, s/d).

⁷⁶ <http://www.cnmcut.org.br/conteudo/popularidade-de-lula-e-de-805-aponta-pesquisa-cnt-sensus>

Dilma, sua sucessora, se elege em 2010 com o apoio maciço de Lula em todo o processo de campanha. No entanto, as críticas ao governo de esquerda começam a ganhar espaço não somente entre opositores, mas entre aliados e adeptos ao partido.

Quem é esquerda no Brasil? O PT, que trocou um projeto de Brasil por um projeto de poder? O PCdoB, que aprovou um Código Florestal favorável ao agronegócio? Salvam-se o PSOL, o MST e o MTST. Tem que buscar, não um lugar comum de fala, e sim de prática, junto aos setores excluídos da sociedade. Porém, são raros aqueles que, na esquerda, se propõem a ir às periferias, favelas, roças. E sem organização popular qualquer projeto de esquerda está condenado ao fracasso (FREI BETTO⁷⁷, entrevista, 2016).

O PT abandonou o trabalho de base desde que chegou ao governo. Onde estão os antigos núcleos de base? Onde está a Escola Cajamar de formação de quadros? E a Igreja Católica, via CEBs, sempre se dedicou ao trabalho de base. E por não valorizar os movimentos sociais, o PT perdeu a oportunidade histórica de assegurar sua governabilidade pela eleição de líderes populares ao Congresso. Somente as Igrejas evangélicas tiveram a estratégia de ocupar espaços no Congresso (FREI BETTO, entrevista, 2016).

Frei Betto pontuou ainda, em entrevista para esta tese, que o PT se distanciou das suas utopias quando assumiu o governo e menosprezou o apoio dos movimentos sociais “para priorizar as alianças espúrias com seus inimigos de classe. Ao abandonar seus três princípios fundadores: ser o partido da organização da classe trabalhadora; ser o partido da ética; e ser o partido da utopia socialista”. E foi mais enfático: “O PT jamais abriu espaço para o surgimento de novas lideranças que pudessem se cacifar para uma candidatura presidencial, exceto Lula. Quadros como Tarso Genro, Olívio Dutra e Paul Singer nunca tiveram chances. E em seu recente congresso o partido se negou a fazer autocrítica e dizer se seus quadros dirigentes na prisão são culpados ou inocentes”.

Apesar das críticas considerou os dois mandatos de Lula e o primeiro de Dilma como os melhores da história republicana, porém no segundo mandato “Dilma abraçou a mesma política neoliberal proposta pelo PSDB e hoje leva a cabo pelo governo golpista de Temer”.

Além das críticas severas ao PT e principalmente a Dilma nos últimos anos de mandato, os escândalos envolvendo o partido, de forma exaustiva em 2005 e depois a

⁷⁷ No governo Lula, ficou responsável, junto com Oded Grajew, pela Mobilização Popular do Programa Fome Zero. No entanto, segundo ele: “Infelizmente não tive apoio suficiente para levar adiante o trabalho. Em dois anos de trabalho – 2003 e 2004 – o orçamento público destinado à Mobilização foi zero. E o governo, que criou o Fome Zero, por razões que explico detalhadamente em CALENDÁRIO DO PODER, decidiu trocá-lo pelo Bolsa Família. O primeiro era emancipatório, o segundo, compensatório”.

partir de 2014 com a operação Lava Jato criaram uma nova onda ainda mais reacionária do que antes. As identidades de Dilma e Lula foram sendo ressignificadas com o passar dos anos, notadamente pela mídia e pelas manifestações sociais, em âmbito privado ou público.



Figura 2: Dilma é exposta em capas de jornais e adesivos
Fonte: Banco de internet

As construções simbólicas envolvendo Lula e posteriormente Dilma foram sendo articuladas em diversas instâncias não somente midiáticas ou judiciárias, mas na sociedade, a partir de um corpo polifônico de discursos. A situação se agrava à medida que o nome do Partido e de seus membros são alvos constantes de escândalos de corrupção e ilegalidades.

A própria narrativa envolvendo Lula oscila entre “vilão” e “bonzinho” na medida em que os fatos se tornam (des) favoráveis a linha editorial da Globo, tendo prevalência a descaracterização dos aspectos positivos do petista – e de Dilma também – em períodos eleitorais. Seres Júnior e Sassara (2016) testam e confirmam, no artigo *O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998*, por meio da análise de valências da notícia, a hipótese da continuidade do comportamento antipetista do Grupo Globo em períodos eleitorais. A análise não recai para a pura repetição dos eventos, mas a existência de padrões que para além desse movimento antipetista, confere ao Grupo uma disposição em se “comportar como críticos do poder, cumprindo a função denominada watchdog, i.e., “cão de guarda” da sociedade civil ou da esfera pública” (JUNIOR SERES. SASSARA, 2016, p. 32).

Ao se valer da objetividade e de fiscalizadora do poder público, a Globo busca legitimidade e credibilidade junto ao público a partir de discursos com efeitos de verdade, respaldados pelo aparato constitucional e de (possíveis) irregularidades de gestão do executivo. Inclusive, conforme pontuado por Boni em capítulo anterior, o uso da denúncia foi utilizado como estratégia no debate eleitoral de 1989. Com enfoques

menos agressivos do que em 89, que esmiuçava a vida privada de Lula e lhe conferia uma imagem de ideologia radical frente aos demais candidatos, em 2002, as linhas de refuta da Globo se estabelecem mais tênuas, com a própria “reconfiguração” estética e política do candidato, refletida inclusive no próprio slogan da Campanha: Lula Paz e Amor; que notadamente punha-se como uma postura anti-conflito aos ataques diretos dos seus adversários (José Serra – PSDB e Ciro Gomes – PPS).

Apesar da postura mais “tênue” em relação a Lula, ele não era o candidato do Grupo Globo. No entanto, ao ganhar as eleições, poucos minutos depois, a Globo já tinha um “especial” preparado reposicionando-o de “comunista radical” (em 1989) para a “solução do país” em 2002. A narrativa começa a ganhar novos rumos em 2005 com o escândalo do mensalão, que “caiu” como uma luva para o arsenal simbólico da Globo, que buscou em um primeiro momento, destituir a imagem de Lula e, depois, conseguir a prevalência do modelo japonês ao invés do europeu na tecnologia de TV digital no Brasil. A oscilação na narrativa, quase inspiradora de *Game of Thrones*, adquire o tom de barganha entre executivo-mídia, a ponto de no final do seu segundo mandato e até mesmo em 2011, Lula ter a sua imagem projetada no exterior pelo avanço nas desigualdades sociais e nos elevados índices econômicos. Com a eleição de Dilma em 2010 e depois em 2014, o PT, e seus personagens centrais, começam a ser praticamente “expulsos” do elenco no Planalto Central, como um indicativo de solução para os diversos escândalos que viriam à tona de forma seletiva na Operação Lava Jato e, depois, no processo de impeachment.

Considerando que cada público percebe a realidade de uma forma diferente, a partir de seus próprios quadros primários de referência, se faz importante investigar a partir de qual moldura da janela (PARK, 2003) o Jornal Nacional enquadrava os eventos políticos e os transformou em um escândalo político midiático. Nesse sentido, aponta-se a existência de pré-requisitos que padronizam a seleção e a escolha de palavras do que foi ressaltado e omitido no noticiário.

Algumas pessoas, em virtude de suas posições e/ou responsabilidades, são mais suscetíveis ao escândalo no caso de cometerem transgressão de alguma norma. A palavra adquire dupla função, como será mais bem detalhada nas análises: a primeira evidencia a transgressão moral, alicerçada a partir da denúncia de improbidade administrativa e a segunda, em um plano maior, o próprio escândalo midiático. Para se tornar um escândalo, Thompson (2000) esclarece que o acontecimento deve ser conhecido por outros indivíduos além dos participantes, sendo assim, pode-se dizer que,

até certo ponto, o escândalo é considerado um caso “público”, caracterizado por um “drama de ocultação e revelação”. Em terceiro e quarto lugar, o pressuposto do escândalo não recai somente no conhecimento público, mas também há a exigência de haver uma desaprovação pública e uma manifestação dessa desaprovação, como pode ser evidenciado no caso de Dilma em diversos momentos, desde o Movimento Vem para Rua até a “onda” de patos amarelos, da Fiesp, presentes nas manifestações e em diversos memes e postagens nas redes sociais.

A “definição de situação” de Lula e Dilma se agrava ainda mais com a nomeação de Lula para ministro. As palavras ditas e como elas foram ditas, tanto por eles durante a ligação telefônica, como se vê abaixo, como pelas notícias, instauraram uma realidade discursiva, e reafirmaram concepções construídas discursivamente.

Dilma: "Alô."

Lula: "Alô."

Dilma: "Lula, deixa eu te falar uma coisa."

Lula: "Fala, querida. Ahn?"

Dilma: "Seguinte, eu tô mandando o 'Bessias' junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?!"

Lula: "Uhum. Tá bom, tá bom."

Dilma: "Só isso, você espera aí que ele tá indo aí."

Lula: "Tá bom, eu tô aqui, fico aguardando."

Dilma: "Tá?!"

Lula: "Tá bom."

Dilma: "Tchau."

Lula: "Tchau, querida."

(G1, 2016)

O não dito no enunciado revela a intenção de inviabilização de Lula a um cargo no ministério que lhe garantiria foro privilegiado, mesmo que para isso, a própria presidente fosse exposta. A continuidade do enunciado vem se desenhando até os dias atuais, com a ampla divulgação dos depoimentos e julgamentos de Lula, imputando-lhe uma nova condição de sujeito, agora não mais apto a vida política em decorrência dos atos de corrupção. Este momento “sela” a imagem de Lula como oportunista e desqualificado da vida pública, imputando a ele mais uma vez a posição de vilão na narrativa e à Dilma lhe confere o título de cúmplice e a posiciona genericamente como agente de corrupção ao lado de Lula e do PT.

5.2 Os escândalos Políticos Midiáticos

Segundo Thompson (2000), o termo escândalo tem a sua origem epistemológica derivada de *skand*, a raiz indo-germânica cujo significado é pular/saltar. O seu derivado *skandalon* foi usado de maneira figurativa, significando uma armadilha, a causa de um deslize moral; tendo seus primeiros empregos dentro de um contexto religioso.

Embora a palavra ainda continue sendo utilizada como um termo religioso, ela é geralmente empregada de modo a descrever uma transgressão moral. Portanto, primeiramente, ainda segundo o autor, a transgressão é condição essencial para o escândalo, mas a natureza dessa transgressão é também importante uma vez que nem todas as transgressões são escandalosas, já que alguns valores e normas acabam possuindo graus diversos de “sensibilidade ao escândalo”.

Para compreender a repercussão, segundo Thompson (2000), é necessário primeiro distinguir o modo de vazamento. Há os escândalos localizados, que estão relacionados à conversação verbal, e os escândalos midiáticos, vinculados à propagação por meio da mídia.

Enquanto os escândalos localizados raramente se espalham além das comunidades locais onde eles estão inseridos, os escândalos midiáticos raramente ficam restritos a tais comunidades: seu caráter midiático significa que eles geralmente envolvem indivíduos que não partilham o mesmo local, e a rapidez e o caráter aberto dos meios de comunicação determinam que eles podem se espalhar rápida e incontrolavelmente (THOMPSON, 2000, p. 101).

Por serem constituídos de formas midiáticas de comunicação, os escândalos midiáticos, como o impeachment, se revelam por meio de sequências bem definidas, de acordo com vários fatores condizentes com a linha editorial dos veículos. Nessa perspectiva, pode-se inferir que são apresentados ao indivíduo sob o olhar de uma lupa – a “realidade”, em muitos casos, é aumentada de tal forma que a importância dos fatos disseminados passa a ser prioritária naquele momento. Como ocorreu na cobertura midiática do processo de *impeachment* da Presidente Dilma.

A intensidade dos escândalos midiáticos aumenta muitas vezes durante o tempo de um julgamento ou de uma investigação oficial, por exemplo, pois ocasiões desse tipo propiciam uma chamada de atenção e um fluxo regular de informação que podem ser usados pelas organizações da mídia (THOMPSON, 2000, p. 102).

Soma-se a isso, os agentes e organizações às quais os escândalos midiáticos estão interligados, pois:

Cada escândalo possui seu próprio *dramatis personae* que inclui não apenas os indivíduos cujas ações se tornam o objeto de escândalo, mas também os indivíduos que, através dos seus próprios atos e falas, revelam e divulgam essas ações e expressam sua desaprovação para com elas (THOMPSON, 2000, p.107, grifos no original).

Nas últimas décadas, os escândalos políticos passaram a ganhar cada vez mais espaço na vida política dos países ocidentais. Para Thompson (2000), esses escândalos são mais predominantes atualmente e o aumento deles, a partir da década de 1960, está relacionado a cinco fatores: (1) a crescente visibilidade dos líderes políticos; (2) a mudança nas tecnologias de comunicação e de vigilância; (3) a mudança na cultura jornalística; (4) a mudança na cultura política; e, (5) a crescente regulamentação da vida política.

5.2.1 Escândalos envolvendo o PT

A corrupção no Brasil é sistêmica, e, em diversas ocasiões passou a pautar as atitudes dos eleitores e organizar movimentos de rua. Recentemente, pode-se agregar a isto a formação de uma “nova” direita no Brasil e o surgimento do que Wilson Gomes vai chamar de antipetismo. A mídia tradicional adquire papel preponderante para dar materialidade a estas ideias já postas em circulação, mas que são amplificadas e ressignificadas em narrativas, estabelecendo assim o papel dos personagens, tipificando cada um deles a partir de atributos às suas identidades; as notícias são descaracterizadas para se ajustarem aos códigos comuns do que seria um escândalo, recorrendo assim a espetacularização da informação, repetição e acompanhamento dos fatos, definição de personagens e um gancho, nesse caso, a corrupção.

O Brasil viveu, desde o descobrimento, diversos escândalos, dos mais variados tipos. A nação brasileira pôde assistir a escândalos que envolveram desde comportamentos anti-higiênicos de D. João VI a amantes de D. Pedro I. O país assistiu desde a Tríplice Aliança ao posicionamento de Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial. O cenário brasileiro foi palco para o movimento militar legalista que pôs João Goulart no poder e ao golpe de 64, quando os mesmos generais tiraram-no do poder (RENÓ, SOUZA, s/d, p. 91).

Os escândalos criam o que a Escola de Chicago vai chamar de definição da situação, sendo a situação criada capaz de gerar efeitos reais a partir da produção de sentido construída e negociada socialmente. Para Thompson (2002 apud RENÓ, SOUZA, s/d, p.91), o escândalo, a certa altura dos acontecimentos, acaba por ser reformado pela mídia, “que o valoriza e define os caminhos desejados por uma força oculta, que ocupa um privilegiado espaço dentro do poder: o dos bastidores da nação”. Desejos são acionados para a formação de um posicionamento diante os fatos, para tanto, quadros sociais são reavivados por meio dos quadros jornalísticos, presentes no produto final do jornalista, a notícia.

Sendo assim, o impeachment ao surgir no cenário político e social, escândalos anteriores envolvendo o Partido dos Trabalhadores são reavivados no imaginário social para corroborarem um julgamento moral de que a corrupção está presente no partido. Por isso, produzimos um infográfico para pontuar os principais escândalos envolvendo o PT.



Figura 3: Escândalos Políticos Midiáticos Envolvendo o PT
Crédito: Fernando Ringel/Karol Castanheira

Como o infográfico ilustra, o Mensalão foi um desdobramento de duas investigações que começaram em 2004 e 2005, sendo elas: o Escândalo dos Bingos, que ficou conhecido também como caso Waldomiro Diniz, sub-chefe de Assuntos Parlamentares do Ministério da Coordenação Política do governo Lula e homem de confiança de José Dirceu, e o segundo, o Escândalo dos Correios.

O caso Waldomiro Diniz veio à tona após a divulgação de uma gravação feita pelo bicheiro Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, em que mostra Waldomiro extorquindo o empresário. A partir disso, as investigações passaram

a apurar a utilização de casas de bingo para lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores. A repercussão levou Lula a assinar no dia 20 de fevereiro de 2004 uma medida provisória que proibiu o funcionamento de bingos, caça-níqueis e jogos de azar no Brasil.

Já o Escândalo dos Correios se deu a partir de denúncias de irregularidades praticadas na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O caso ganhou visibilidade após a divulgação do vídeo envolvendo Maurício Marinho, ex-funcionário dos Correios, negociando propina com um suposto empresário interessado em participar de uma licitação. Na gravação, o “empresário” cita o nome do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Apesar de o deputado negar inicialmente as acusações, momentos mais tarde, denuncia outro esquema de corrupção, envolvendo agora, o deputado Miro Teixeira, o Mensalão.

O Mensalão foi um escândalo referente à compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional, que ocorreu entre 2005 e 2006. As denúncias levaram a queda do então Ministro da Casa Civil, José Dirceu, no dia 30 de novembro, com 293 votos a favor e 193 contra. Aproximadamente 40 pessoas foram acusadas no esquema de pagamento de propina a parlamentares para que votassem a favor de projetos de governo. Além de José Dirceu outros nomes corriam nos noticiários como o publicitário Marcos Valério e o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Com a saída de José Dirceu, Dilma Rousseff, então ministra de Minas e Energia, assume a chefia da Casa Civil. Fato importante para que viesse em 2010 substituir Lula na presidência.

Dois detalhes importantes das CPIs que foram instauradas desde 2004 balançaram ainda mais o PT. O primeiro foi que as investigações trouxeram novamente em pauta a misteriosa morte do prefeito Celso Daniel, ocorrida em 2002. E, o segundo ponto é que essas investigações levaram ainda a outros escândalos como dos fundos de pensão do Banco do Brasil; o esquema do Plano Safra Legal; a suposta doação de dólares de Cuba para a campanha de Lula; e a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.

Já em junho de 2011, no primeiro ano do mandato da presidente Dilma Rousseff, houve a primeira turbulência no governo. “Pela segunda vez, Antônio Palocci foi demitido do cargo de ministro: então chefe da Casa Civil, dessa vez, saiu sob suspeita de enriquecimento ilícito e tráfico de influência como consultor, no período em que era

deputado” (Acervo Globo)⁷⁸. Em 27 de março de 2006, Palocci havia sido demitido da Fazenda após ter sido acusado pelo presidente da Caixa Econômica, Jorge Mattoso, de participação na quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Recentemente na operação Lava-Jato, Palocci foi preso em setembro de 2016, na 35ª fase da operação por corrupção e lavagem de dinheiro.

A continuidade dos escândalos envolvendo nomes do Partido forçou Dilma em 2011 e 2012 a realizar a famosa faxina dos Ministérios. Perderam o cargo sob suspeita de malfeitos os ministros Wagner Rossi (Agricultura), Orlando Silva (Esporte), Pedro Novais (Turismo) e Mário Negromonte (Cidades). Em 2012, sete anos depois do início das investigações do Mensalão os acusados começaram a ser condenados. O ministro Cezar Peluso sugeriu a aplicação da pena de seis anos de prisão em regime semiaberto ao deputado, pelos crimes de corrupção e peculato.

Pouco depois, em 22 de outubro do mesmo ano, José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares, todos integrantes da cúpula do PT, foram condenados por corrupção ativa e formação de quadrilha. Em agosto de 2014, Genoíno pediu progressão de regime e passou a cumprir a pena em casa, assim como Delúbio e Dirceu⁷⁹ (Acervo Globo).

A situação do Partido se agrava ainda mais com a Operação Lava Jato⁸⁰, deflagrada em 17 de março de 2014, responsável por investigar um esquema de

⁷⁸ <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/os-escandalos-do-pt-desde-inicio-da-era-lula-o-terremoto-com-lava-jato-18824010>

⁷⁹ Dirceu e Genoíno foram os primeiros grandes personagens petistas a terem suas identidades imputadas como “vilões” sistematicamente pela Globo. Fato consubstancial, pois é o momento inicial da emissora em “assumir-se” “anti-petista”. Esta mudança de posicionamento não se dá mediante argumento político nos telejornais, mas a partir da sua função de watchdog.

⁸⁰ Depoimento de Florestan Fernandes sobre a Lava Jato em entrevista a tese: Em 2008, três computadores de engenheiros da Petrobras que ficavam pesquisando sobre o pré-sal são roubados na casa deles. Além dos três, dois hd’s também foram roubados., em lugares diferentes. O G1 deu a matéria e vários outros sites e jornais deram a notícia. Todos os engenheiros falaram para a imprensa da época o seguinte: “Com essas informações que agora eles passaram a ter, informações essas que custaram para a Petrobras cerca de 2 milhões de dólares, em pesquisa e em investigação do solo, de onde estão os maiores campos e de quanto tem de reserva. Com essas informações nós temos certeza que o governo brasileiro vai sofrer pressão para entregar esses campos para as grandes companhias internacionais. Em 2009, o Mouro foi fazer um curso dado pelo governo norte americano, aliás quem fala sobre esse assunto é o Wikileaks, que publica que o Mouro foi, que houve troca de informações da área jurídica, que ele participou de várias reuniões com pessoas ligadas ao serviço secreto norte americano, e ele puxa no Paraná uma investigação sobre corrupção na Petrobras que não era a área dele, porque não tem petróleo no Paraná e nem Petrobras. E aí ele pega um numerozinho que rendeu com facilidade por alguns caras pequenos na corrupção da Petrobras, e ele puxa o cargo para ele. E aí ele começa o desmonte e a entrega da Petrobras. É um processo que paralisa a Petrobras, paralisa a produção de plataformas, arrebitou a indústria que fazia os capacetes lá no Rio Grande do Sul, assim como a produção das tubulações. Parou tudo. Então causou um prejuízo violento na Petrobras, para as empreiteiras, porque a questão não é só a Petrobras, e aí ele (Mouro) vai para a Odebrecht, para a Andrade Gutierrez. E assim ele paralisa todas as obras do país: municipais, estaduais, federais. Ele quebrou a economia brasileira. Em dois/três anos eles destruíram a economia brasileira (FLORESTAN FERNANDES JÚNIOR, entrevista, 2017).

superfaturamento de obras, lavagem de dinheiro e pagamento de propinas; empreiteiras fraudavam licitações para conseguir contratos superfaturados junto à Petrobras. Sérgio Moro, juiz a frente das investigações, torna-se nesse processo um mito no país, divulgando a descoberta do maior escândalo de corrupção. Aproximadamente R\$ 2,9 bilhões foram recuperados por meio de delações premiadas, que criaram entre os acusados um clima de tensão e denúncias sem provas.

Os nomes de Dilma e Lula começam a vigorar ainda mais entre os autos dos processos e nos jornais, quando o ex-líder do governo, o senador Delcídio do Amaral afirma que o ex-presidente e a presidente na época estavam tentando coibir as ações da Lava-Jato.

Delcídio havia sido preso em flagrante, em dezembro de 2015, ao tentar comprar o silêncio do delator Nestor Cerveró, executivo da Petrobras entre 1975 e 2014. Na 24ª fase da operação, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi alvo da Polícia Federal. Em 4 de março de 2016, ele foi levado, coercitivamente, de seu apartamento em São Bernardo do Campo (SP) para prestar depoimento numa sala da PF no aeroporto de Congonhas. Sua relação com empreiteiras é investigada. Filhos de Lula e o braço-direito Paulo Okamoto também são alvos da operação. (Acervo Globo).

A imagem de Lula começa a ser reconfigurada durante o processo da Lava Jato, se antes enquanto presidente tinha altos índices de aprovação no país e no exterior, durante o processo passa a ser tipificado como corrupto e um dos responsáveis pela crise do país.

No dia 14 de setembro de 2016 O GLOBO noticiou que Lula era o 'comandante máximo' do esquema: "a Lava-Jato denunciou à Justiça o ex-presidente Lula sob a acusação de ser o “comandante máximo” do esquema de corrupção na Petrobras e, em troca, receber R\$ 3,7 milhões da OAS em “propinas dissimuladas” por meio das obras no triplex de Guarujá e da armazenagem de bens. O procurador Deltan Dallagnol disse que Lula era “o grande general” do que chamou de “propinocracia”, instalada, segundo ele, com o objetivo de manter a governabilidade, perpetuar o PT no poder e enriquecer agentes públicos. Para o procurador, Lula, chamado também de “maestro da orquestra criminoso”, é o elo entre personagens do escândalo atual e do mensalão (Acervo Globo).

O próprio Globo atua como um agente não só político, mas judiciário nesse processo, definindo a culpabilidade de Lula. A construção narrativa da transformação de identidade do Lula no processo da Lava Jato permite outro trabalho de doutoramento,

mas de antemão, somente a partir dos títulos veiculados observa-se em que medida a imagem do ex-presidente é cortada e reconfigurada.

Concomitante a isso, no dia 2 de dezembro de 2015, Eduardo Cunha, até então deputado federal pelo Rio de Janeiro e presidente da Câmara Federal, aceita o pedido de processo de impeachment de Dilma. A partir deste episódio, uma série de imagens da presidente passa a configurar não somente na mídia como nos diversos espaços públicos.

6. OS FRAMES DA COBERTURA DO IMPEACHMENT NO JN

Este capítulo tem como objetivo apresentar a análise da cobertura jornalística sobre o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff que se iniciou oficialmente a partir do dia dois de dezembro de 2015. Antes, porém, discrimina-se o caminho metodológico percorrido desde a escolha do método até o recorte da pesquisa. Técnicas e métodos provenientes do campo da cultura permitiram investigar para além de uma luta de classes, mas por uma disputa simbólica que pôs em tela uma cultura política, a subcultura do jornalista e diversos interesses pretendidos dos cidadãos e das instituições sociais.

6.1 Caminhos teórico-metodológicos

O enquadramento se apresenta como um avanço qualitativo da tradicional análise de conteúdo (LIMA, 2011; GUAZINA, 2011) e permite, por meio de operadores de análise, verificar os quadros sociais de referência, a seleção, a ênfase e o que está oculto nas palavras, imagens e expressões. O termo é apropriado para os estudos de mídia apenas em 1978, com os trabalhos da socióloga Gaye Tuchman, que defenderá a ideia de que as notícias funcionam como um quadro, no qual os jornalistas organizam a vida social e a percepção do público está condicionada ao processo de reconstrução subjetiva da realidade.

No Brasil, o enfoque sobre o enquadramento recai expressivamente em coberturas políticas e movimentos sociais, com “início” em 1994 (PORTO, 2004), cuja finalidade era e, ainda é, identificar os princípios de organizações que governam os eventos e como os jornalistas estão inseridos neles subjetivamente. A percepção do jornalista está marcada por premissas que irão se materializar no discurso jornalístico a partir do destacamento e evidência às quais ele seleciona, de forma consciente ou não, como elemento de observação. Nesse sentido, Arlindo Machado e, anterior a ele, Park, posiciona a notícia a partir de uma relação quadro/extraquadro capaz de desmistificar uma suposta objetividade.

As pessoas apenas enxergam o mundo através de uma moldura de uma janela. Se a moldura da janela é muito pequena, as pessoas enxergarão uma pequena parte do mundo. Se a janela na parede é voltada para o oeste, as pessoas apenas enxergarão o oeste. Em outras

palavras, a mídia pode mostrar apenas uma pequena parte do mundo a partir de um particular ponto de vista (PARK, 2003, p.145).⁸¹

Esta abordagem salienta as propriedades construtivas das representações jornalísticas (SOARES, p. 451), sendo os enquadramentos definidos como marcos interpretativos “construídos socialmente, que permitem às pessoas atribuírem sentido aos acontecimentos e às situações sociais, basicamente, respondendo à pergunta: ‘O que está acontecendo aqui?’ Ou seja, trata-se de um processo de definição de situação”.

Apesar de o enquadramento operar nos estudos jornalísticos com uma base forte na sociologia pela influência dos trabalhos de Goffmann, a psicologia, inclusive a cognitiva, atua como uma fonte importante para mostrar que ao mudar a formulação de problemas as variações nas percepções das pessoas se alteram (PORTO, 2004).

Possivelmente, porém, o primeiro autor a utilizar o termo *frame* foi o antropólogo Gregory Bateson, em 1955 para estudos psiquiátricos. Para Bateson, *frame* é uma moldura de interpretação dos sujeitos acerca do mundo social e essas molduras funcionam, inclusive, como instrumentos de vida, que ordenam a percepção do sujeito a partir de suas circunstâncias. Somente a partir de 1974, Goffman se apropria do conceito fundamentado em uma perspectiva sociológica, aplicando-o a análises de interações sociais (PORTO, 2002).

Eu assumo que definições de uma situação são construídas de acordo com os princípios de organização que governam os eventos [...] e o nosso envolvimento subjetivo neles; enquadrar é a palavra que eu uso para referir a esses elementos básicos como eu sou capaz de identificar (GOFFMAN, 1974, p. 10)⁸²

A expressão de definição de situação não é originária de Goffman, mas sim de um texto escrito pelo sociólogo William Isaac Thomas, em 1923 e que viria a ser um dos conceitos centrais para a Escola de Chicago. “Previamente a qualquer ato de conduta autodeterminado, existe sempre um estágio de exame e deliberação que podemos chamar de definição da situação” (THOMAS, 1923, p.26 apud BRAGA; GASTALDO, 2009, p.79). Expressão aparentemente simples descreve uma etapa fundamental da vida em sociedade: “qualquer ação em sociedade é precedida por uma

⁸¹ “People only see the world within the frame of the window. If the frame of the window is too small, people will see only a small part of the world. If the window is on the west wall, people will only see the west. In other words, media may show only a small part of the world from a particular point of view”.

⁸² “I assume that definitions of a situation are built up in accordance with principals of organization which govern events [...] and our subjective involvement in them; frame is the word I use to refer to such of these basic elements as I am able to identify.”

definição por parte de cada indivíduo envolvido, a partir da qual será escolhida uma linha de ação a ser seguida, entre as possibilidades disponíveis” (Op. cit). Cinco anos mais tarde, esse princípio ficou conhecido como o Teorema de Thomas: “Se as pessoas definem uma situação como real, ela será real nas suas consequências”.

Na mesma linha de raciocínio, outro autor, William James, em seu capítulo *The Perception of Reality*, publicado a primeira vez como artigo em *Mind* no ano de 1869, traz uma abordagem fenomenológica da realidade, rompendo com a pergunta tradicional o que é a realidade? Para se questionar “Em que circunstâncias pensamos a realidade?

James, em sua resposta, subtraiu os fatores de atenção seletiva, e compromisso íntimo e a não contradição com o que havia sido conhecido de outra maneira. E o que é mais importante: fez uma tentativa para diferenciar os diversos e diferentes (mundos) que nossa atenção e nosso interesse podem fazer reais para nós, os possíveis submundos, as ordens de existência (GOFFMAN,1986, p.2).

Mais de meio século depois, em 1945, Alfred Schutz no seu trabalho *On Multiple Realities* retoma o conceito articulado por James para entender as condições que devem cumprir para se gerar um âmbito de realidade. Ao contrário de James, Schutz se atenta de forma mais reservada para as áreas dotadas de sentido e não aos subuniversos que constituem a realidade, como pontua Goffman (Idem, Ibidem).

Com ponderações aos trabalhos de Schutz e James, Goffman define claramente o que se pretende ao escrever o livro *Frame Analysis*.

He utilizado ampliamente todas estas fuentes, reclamando para mí unicamente el mérito de haberlas reunidos. Mi Perspectiva es situacional, lo cual significa una preocupación por aquello que puede ser vital para un individuo en un momento determinado, y esto a menudo implica a algunos otros individuos particulares...Doy por supuesto que cuando los individuos asisten a una situación actual se enfrentan con la pregunta: Que es que esta pasando aqui?

Se para James, o mundo dos sentidos se destaca dos outros mundos, porque ele tem a capacidade de perceber, de dar experiência, de sentir a realidade, para Schutz é o choque da tomada de consciência que permitirá todo o processo de valoração. Nesse sentido, os trabalhos de Goffman passam a ser interessantes, pois deslocam o enquadramento, que seria o quadro de organização do mundo real, unicamente do indivíduo, para uma abordagem sociológica, influenciando que essa organização se dá mediante a troca nas microinterações da vida cotidiana.

Apropriando-se da dramaturgia e de conceitos como papéis, encenação, bastidores e palco, Goffman (1998), em seu livro *A representação do eu na vida cotidiana*, demonstrará de forma mais objetiva de que maneira o sujeito se posiciona e percebe o mundo. A construção da realidade se dá mediante a interação dos indivíduos com os outros, capaz de determinar qual papel atuar, são papéis cotidianos, como etiquetas, rituais sociais, conversações que marcam a cena e geram expectativas recíprocas. Ao se posicionar, o sujeito revela muito de si, se constrói e se modifica também a partir do contato com o outro. No palco, então, ele cria seu personagem, se resguarda, pensa sobre seus gestos, se põe da forma convencional a ser aceita pelos outros, se torna performático nos jogos de poder e na disputa de sentidos. Já nos bastidores relaxa, se despe, se revela um sujeito, mesmo que ainda detentor de papéis.

Goffman⁸³ examina os quadros da organização cognitiva da experiência humana, formados pela experiência cotidiana que moldam os entendimentos do mundo, ou seja, como o localizamos, percebemos, identificamos, descrevemos e interpretamos.

Antes de entrar propriamente na apropriação dos trabalhos de Goffman para o jornalismo, vale lembrar outro conceito que pode ser empregado nas análises, que vem a ser o conceito de estigma, articulado a partir da Teoria do Etiquetamento. Para Goffman, o resultado do eu e a teatralização do cotidiano acaba por definir os sujeitos em normais e estigmatizados, ou o que Stuart Hall iria pensar mais tarde, a partir de outra perspectiva e contexto, ao procurar entender a *Identidade na Pós-Modernidade* como o idêntico e o diferente. Para que haja o diferente, temos aos menos dois sujeitos em cena, o que julga e o que é julgado, o que imputa uma identidade e o que é descaracterizado. Nesse processo, os rótulos surgem como etiquetas, com isso Goffman e mais tarde Howard Becker, construiriam a teoria do etiquetamento (*labelling approach*), em que a etiqueta é um atributo de significados compartilhados socialmente e se assim aceitos, criam o que Goffman chamaria de estigma, e em outra posição, Hall chamaria de marcação do diferente.

Na perspectiva de Goffman, o sujeito estigmatizado teria mais dificuldade em romper com o rótulo, uma vez marcado e isso poderia se dar tanto por uma deformidade física como de caráter; o que não significa que o quadro de referência seja permanente,

⁸³ Segundo Leonardo Alves, em seus *Ensaio e Notas*, a partir dessa ideia ganha corpo uma nova corrente, denominada Interacionismo Simbólico, na qual assimila os conceitos da Escola de Chicago e de George Mead. Na antropologia seus trabalhos microinteracionistas influenciaram as abordagens de Fredrik Barth e a antropologia simbólica de Turner e Geertz. E, Giddens, em sua teoria da estruturação, emprega a agência do ator na construção da estrutura social da realidade.

pois são modificados pela ação dos homens, que transitam por diversos mundos e estabelecem quadros específicos. Já para Hall, as múltiplas interações podem alterar a posição do diferente, que pode ser ressignificada a partir das diferentes lutas simbólicas e de poder. Essa ideia de estigma ou de diferente trouxe uma questão importante: será que no processo de construção e circulação das notícias sobre o *impeachment* e as diversas formas de reverberação na sociedade a partir das mediações e dos circuitos de cultura, não criaram, mesmo que provisório, um estigma ao PT, como pontuado no capítulo anterior sobre o Movimento Antipetista?

Para verificar a ressignificação dos elementos simbólicos envolvendo o processo de impeachment buscou-se apropriar o conceito de enquadramento ao jornalismo.

6.1.1 Jornalismo/Enquadramento

A incorporação do conceito de enquadramento ao jornalismo se deu a partir dos estudos de Gaye Tuchman, como já pontuado e, tem sido importante para verificar como operadores jornalísticos tem dado conta dos recortes do real, transformado em narrativas noticiosas (TUCHMAN, 1978, 1993; CORREIA, 2000; PONTE, 2005; SILVEIRINHA, 2005) capazes de tornar os eventos inteligíveis a partir de uma relação com a dimensão do social. Carvalho (2009) pontua que além de um conceito operacional é também valioso para o entendimento dos modos como o jornalismo se relaciona com os atores sociais.

Muitas vezes utilizado de forma banal, o enquadramento é visto como um recurso simplista do resultado de escolhas isoladas ou meramente institucionais, “no sentido de estarem submetidas unilateralmente às políticas editoriais dos veículos – que jornalistas e veículos fazem do tratamento dado a um determinado acontecimento transformado em narrativa noticiosa” (Op.cit, p.2). Lógica que levaria a um estudo pensado por outra abordagem, como por exemplo, da Economia Política da Comunicação, voltada para políticas e ideologias do próprio sistema de mídia, sem levar em consideração, como pontua o autor, “às relações que necessariamente os sistemas de mídias estabelecem com o conjunto social” (Idem, Ibidem). A exclusão dessa relação mídias e conjuntos sociais implicaria em dizer que o jornalismo se sobrepõe e é determinante no enquadramento dos fatos e, conseqüentemente na percepção do

mundo, sem levar em consideração e até mesmo prescindindo os quadros primários de referência.

Quando um indivíduo em nossa sociedade ocidental reconhece um determinado acontecimento, faça o que fizer, tende a envolver em sua resposta (e mesmo a usar) um ou mais quadros de referência ou esquemas interpretativos de um tipo que chamamos de primário. Digo primário porque a principal aplicação desse quadro de referência ou perspectiva, por aqueles que o aplicam, são considerados como não dependentes – ou não remetem – a nenhuma interpretação anterior ou “original”; um quadro de referência primário é aquele que se considera que converte em algo que tem sentido o que de outra maneira seria um aspecto sem sentido da cena. (GOFFMAN, 2006, p. 23)⁸⁴.

Ao contrário da posição de muitos jornalistas que se põem como objetivos no relato do fato, como pontuado no capítulo II, a fim de se resguardarem até mesmo moralmente, a literatura mostra o jornalista como um ator social em interação constante (TUCHMAN, 1978; ALSINA, 1989; CORNU, 1994; SOUZA, 2000; TRAQUINA, 1993, 2001 E 2005; PONTE, 2005).

Além de Tuchman, Gitlin foi outro pesquisador que se utilizou do conceito para pensar o jornalismo. Leal (s/d) relembra um dos estudos de Gitlin que ficou famoso sobre a cobertura dada aos ativistas e aos movimentos de paz durante a guerra do Vietnã pela mídia americana, nele o autor traz o seu entendimento sobre o enquadramento:

Enquadramentos são princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos de pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que é importante. [...] [Enquadramentos midiáticos são] padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os detentores de símbolos organizam de forma rotineira o discurso, seja verbal ou visual. (GITLIN, 1980, p. 6-7).

Leal (s/d) aponta ainda: “Anos mais tarde, o pesquisador Robert Entman foi o responsável pela integração do conceito original de enquadramento com a noção de hegemonia midiática, através de sua famosa definição de *framing*”:

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação

⁸⁴ Goffman estabelece que os quadros podem ser naturais ou sociais, sendo os primeiros mais cristalizados e operam por uma lógica racional, regular e associativa, por exemplo, nuvens carregadas levam ao entendimento de chuva próxima. Já os quadros sociais são construções humanas historicamente localizáveis, a partir de interesses e demandas também identificáveis.

casual, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1993, p. 52).

Para Entman, o enquadramento existiria em dois níveis como princípios mentais ou esquemas que os jornalistas aplicam ao processamento da informação e como característica do texto noticioso (ENTMAN, 1991 apud SOARES, p.451). No último caso, a narrativa se constitui por propriedades capazes de organizar os eventos e atribuir significados e compreensões particulares sobre eles; tornando assim, algumas interpretações mais discerníveis e memoráveis do que outras. O método dedutivo, nesse caso, “envolve a definição prévia dos enquadramentos, buscando verificar sua ocorrência em uma amostra de notícias” (Op.cit. p.452), revelando os quadros sociais de referência que se destacam por meio da repetição, focalização e associações reforçadas.

Apesar da literatura sobre o uso do enquadramento em análises midiáticas ter ganhado espaço na academia, principalmente em assuntos políticos na América Latina, percebe-se que a crítica sobre o uso indiscriminado sem uma base sólida do conceito também vem aumentando. Para Porto (2002 apud Leal s/d) “um dos problemas mais sérios dos estudos sobre enquadramento é um forte ‘indeterminismo conceitual’: o conceito é utilizado de diversas formas, com sentidos distintos e designando objetos diferentes”. E segue ainda “os usos da noção de enquadramento são tão numerosos e variados que surgem dúvidas quanto à possibilidade de construção de um marco teórico claro, sistemático e coerente a partir do conceito” (Idem).

6.2 Recorte Metodológico: Análise textual

Diversos artigos e trabalhos foram lidos, mas um em especial contribuiu para a escolha do método, que foi a tese da jornalista e pesquisadora Liziane Guazina, atualmente docente da Universidade de Brasília, UnB, intitulada *Jornalismo em busca de Credibilidade: a Cobertura Adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão*, defendida em 2011. O fato dela analisar um escândalo envolvendo o Partido dos Trabalhadores e sendo investigado a partir do Jornal Nacional, escolhas similares a minha, antes mesmo de ler a tese dela, despertou a curiosidade em testar a aplicação do método para um outro acontecimento midiático, o impeachment de Dilma. Como método, Guazina optou pela análise do enquadramento, o que se aproximava da minha

perspectiva inicial em produzir relações, verificar quadros sociais de referência e pensar de que maneira a mídia articula a política.

Para tanto, a autora (2011, p.107) desenvolveu as seguintes categorias de análises: (1) ideia organizadora: expressa na estrutura da notícia, neste caso, entendida como o lugar hierárquico que determinada informação ou notícia ocupa na estrutura do telejornal. Neste caso, os elementos mais importantes para a análise foram: a) as manchetes (escalada); e b) as aberturas de matérias (primeiro parágrafo), que podem indicar pistas sobre a lógica sob a qual a notícia foi organizada. (2) a atribuição de responsabilidade e o julgamento moral, aqui entendido como: a) o conteúdo propriamente dito, em especial as palavras-chave, o uso de verbos, adjetivos ou relações de causalidade e consequência entre frases, e b) as ênfases; c) os elementos sonoros e visuais que sinalizam o entendimento do sentido: as expressões faciais de apresentadores e repórteres, o arquear das sobrancelhas, os gestos com as mãos, os olhares, a forma de interação com os entrevistados. (3) a indicação de solução, aqui entendido a partir da fala do repórter, dos apresentadores ou das fontes, dando um “fechamento” de sentido à matéria.

Ao contrário de Guazina⁸⁵, esse levantamento quantitativo da cobertura do Jornal Nacional sobre o processo de impeachment, que se iniciou em dois de dezembro de 2015 e se encerrou em 31 de agosto de 2016, com a deposição oficial da presidente, não foi computado, por uma questão de viabilidade de tempo.

Os operadores de análises serão os mesmos apresentados por Guazina, porém, como este trabalho busca investigar a identidade imputada aos personagens centrais do PT, Dilma e Lula, durante o processo de impeachment, foram acrescentadas duas outras categorias: categorização do fato e tipificação do sujeito.

Abaixo apresentamos os itens de observação selecionados para a investigação do material coletado.

- ✓ ideia organizadora a partir das manchetes (escalada) e as aberturas de matérias
- ✓ atribuição de responsabilidade e o julgamento moral (ênfase, seleção, ocultamento, adjetivações e palavras-chave)
- ✓ Indicação de solução (fechamento de sentido à matéria)

⁸⁵ Ela analisou no total 75 edições entre os meses de junho (22 edições), julho (26 edições) e agosto (27 edições) de 2005 - de 6 de junho a 31 de agosto - e que configuraram a fase em que as denúncias do mensalão dominaram a cobertura política. Foram identificadas 636 matérias, entre notas, reportagens, entrevistas, etc., divididas em 174 em junho, 213 em julho e 249 em agosto. Porém, foram analisadas apenas as matérias relacionadas às denúncias do mensalão, o que definiu uma amostragem de 547 matérias.

- ✓ Categorização do fato – se relaciona diretamente com as duas últimas categorias anteriores e permite pensar a representação do fato, como ele foi enquadrado em um quadro social de referência, ou seja, qual a tipificação da narrativa.
- ✓ Tipificação do sujeito- fundamental para avaliar a tipificação de identidade e a formação ou não de estigma.

O conceito de ideia organizadora foi explorado pelo sociólogo Willian Gamson e outros colegas de pesquisa em vários trabalhos nas décadas de 80 e 90, que formaram uma tradição própria de pesquisa sobre o enquadramento (SOARES, 2006) tendo como especial foco temas políticos, sendo estes entendidos como portadores de uma cultura, conferindo ao discurso um caráter dinâmico e interpretativo. Os pesquisadores identificaram que em diversos temas existia uma competição entre “pacotes interpretativos”, tendo uma *ideia organizadora* imputadora de significados aos eventos (Op.cit). As questões políticas passaram a ser vistas por eles como uma disputa simbólica e de interpretação de sentido da “realidade” permeadas por meio dos discursos dos diversos agentes.

O objetivo com as análises das edições do Jornal Nacional é verificar a incidência de repetições de termos e ideias capazes de traçar um fio condutor sobre o impeachment, propiciando assim como Gamson, um pacote interpretativo deste telejornal ou, em uma perspectiva contrária, detectar a existência de um discurso polifônico no trato das matérias a fim de garantir a pluralidade de vozes em constante disputa para garantir seus lugares de fala na política, pontuando suas particularidades e interesses envolvidos na construção dos eventos.

Os estudos de Entman (1993) permeiam as categorias de análises propostas por Guazina, inclusive nas categorias julgamento moral e indicação de solução. Para o autor, os dispositivos ao enquadrarem definem os problemas, fazem diagnósticos, julgamentos morais e sugerem soluções (SOARES, 2006). Afinal, os pacotes interpretativos possuem sua funcionalidade discursiva, cuja tentativa é se materializar socialmente a partir da aceitação dessa leitura dos eventos, que no jornalismo se constrói enquanto propriedade narrativa por meio de valores compartilhados com o público, nos quais legitimam o status e a função da profissão, como objetividade, imparcialidade e neutralidade; no caso de coberturas políticas acrescenta-se a fiscalização da gestão.

As categorias apresentadas acima estruturam os itens de observação de distintos trabalhos no âmbito do jornalismo político, conferindo a Entman um expoente para a organização dos parâmetros metodológicos. A inquietude desta pesquisa, porém, surge da necessidade de trazer ao jornalismo uma contribuição própria de análise conferindo a ela o título de tese. Nessa linha de raciocínio, pensamos que para além do que foi evidenciado e silenciado nos eventos envolvendo o impeachment, outro movimento se deu para além do argumento de constitucionalidade das pedaladas fiscais, mas operou na construção simbólica da identidade de Dilma, destituindo-a como sujeito político e conferindo sua perda de credibilidade enquanto agente de governança. O esforço que se faz, portanto, é articular o conceito de identidade apresentado por Stuart Hall e Dennis Cuchê na categoria tipificação do sujeito, a fim de verificar o que lhe foi atribuído enquanto símbolo significante de si.

A identidade adquire sentido por meio da linguagem e dos sistemas de representação que atuam simbolicamente para classificar o mundo e as relações no seu interior (HALL, 1997a); e opera não apenas simbolicamente como socialmente também. O impeachment marca uma nova ordem para a identidade dirigente da política por meio de um discurso que vincula a Dilma, e não somente ela, mas o Partido e Lula, a corrupção, a responsabilidade de ingerência e crises, o despreparo para falar, seu desequilíbrio emocional e, em diversas vezes, a ideia de “burra” e autoritária. Socialmente, esta construção intensifica o movimento antipetista e permeia em políticas públicas contrárias das quais os governos petistas vinham propondo e que se solidificaram ainda mais com a deposição, como foi o caso da reforma trabalhista.

Outra questão importante é que a identidade é relacional, como veremos nas análises, pois está intrínseca na definição do que se põe como diferente, fato este estabelecido por uma marcação simbólica. Assim os elementos pontuados por Kathryn Woodward (2014, p.14), apresentados abaixo serão valiosos por entender a imputação da identidade a Dilma, são elas:

- a) Identidade está vinculada a condições sociais e materiais. Se um grupo é simbolicamente marcado como inimigo ou tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será excluído socialmente e terá desvantagens materiais.
- b) O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e as relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio

da diferenciação social que essas classificações da diferença são vividas nas relações sociais.

- c) A conceitualização da identidade envolve o exame dos sistemas classificatórios que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas.

As análises seguiram as etapas definidas por Lopes (2003): 1) Definição do Objeto; 2) Observação; 3) Descrição e 4) Interpretação. A interpretação dos resultados se dará de forma analítica nas Considerações Finais da tese. Definiu-se uma amostragem de seis edições completas do Jornal Nacional em momentos chaves do processo de impeachment com o intuito de produzir um resultado qualitativo e não quantitativo, não conferindo a pesquisa o status de uma análise da cobertura do processo de impeachment, e sim, de uma ideia organizadora capaz de imputar identidade excluindo Dilma não somente de forma simbólica, mas socialmente.

Seguem as edições do Jornal Nacional analisadas:

- ✓ 02 de dezembro de 2015: Eduardo Cunha, presidente da Câmara acata o pedido de processo de impeachment.
- ✓ 14 de março de 2016: Manifestações pró-impeachment
- ✓ 19 de março de 2016: Manifestações contra o impeachment
- ✓ 17 de abril de 2016: Votação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados
- ✓ 12 de maio de 2016: Dilma é afastada por 180 dias
- ✓ 31 de agosto de 2016: Dilma é deposta

6.2. Breve estado da arte: frames do impeachment

Um acontecimento se torna objeto de estudo para diversas áreas do conhecimento. O impeachment de Dilma trouxe à tona uma diversidade de métodos e abordagens no jornalismo, dentre eles, o enquadramento. Becker et.al (2016, p.97) investigaram as primeiras páginas dos jornais referência no país (*O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*) e “os resultados mostram a valorização dos atos pró-impeachment, na medida em que os atos contrários são editados junto a fatos que o promovem e, assim, capazes de gerar opiniões”.

Segundo as pesquisadoras, as análises de enquadramento identificaram que a cobertura dos principais veículos desqualificou a política, minimizou questões de

interesse vinculadas ao impeachment, naturalizou o conflito e produziu informações superficiais. Concluíram também o maniqueísmo entre os atores relacionados ao governo “e aqueles nos quais se deposita a esperança de soluções morais, políticas e econômicas, como juiz Moro, STJ e Legislativo” (Op.cit, p.113)

Outro trabalho, igualmente publicado na *Revista Latinoamericana de Ciencias en la Comunicación*, recorre a análise de enquadramento para investigar a cobertura do jornal *Folha de São Paulo* acerca do pedido de impeachment de Dilma, no final de 2015. Os autores Rizzoto; Antonelli e Ferracioli (2016) diferenciam dois tipos de enquadramento como orientação metodológica os *issue-specific frames*, que segundo os pesquisadores encontram relevância nos trabalhos de Entman (1993)⁸⁶ e os *generic frames*, tendo como referência as pesquisas de Iyengar (1991).

[...] de um lado estão as pesquisas pautadas nos generic news frames; de outro as que se orientam de acordo com os issue-specific news frames. No primeiro caso, as pesquisas não permitem a compreensão dos enquadramentos específicos do acontecimento, por outro lado, permitem estabelecer comparações entre as estratégias midiáticas de diferentes períodos e localidades. No segundo caso destaca-se o detalhamento específico como ponto forte dos estudos, ainda que não contribuam para o fortalecimento teórico das pesquisas de enquadramento, uma vez que o método esbarra na falta de padronização e forte subjetividade do pesquisador (RIZZOTO; ANTONELLI; FERRACIOLI, 2016, p.86).

Na abordagem *issue-specific*⁸⁷, os pesquisadores constataram que a *Folha de São Paulo* tratou o caso de impeachment majoritariamente a partir da “disputa política - que nesse caso é também partidária, seja ela entre o PT e o PSDB, entre Dilma Rousseff e seu vice, Michel Temer, ou entre Rousseff e Eduardo Cunha – que é colocada como centro do enquadramento” (Op.cit, 2016, p. 94); a causa dessa disputa seguem os autores, “por vezes recai na luta pelo poder entre esses sujeitos, por outras coloca Cunha

⁸⁶ Entman (1993) sistematiza que para mapear o enquadramento noticioso é necessário partir da definição do problema, do diagnóstico das causas do problema, analisar a presença de julgamentos morais e também de eventuais soluções ou recomendações para o problema. Essas categorias foram apropriadas e “diluídas” por Guazina, nesse sentido, as categorias estabelecidas para esta tese apesar de serem de Guazina, tem grande influência dos estudos de Entman.

⁸⁷ “O método dos issue-specific frames – indutivo por natureza, uma vez que pressupõe o contato prévio do pesquisador com o objeto, para a partir dele criar categorias de análise – por possibilitar a compreensão detalhada da temática, é mais indicado para os estudos de caso que constroem seu problema de pesquisa a partir de um foco político. Os generic frames, método dedutivo que parte de categorias previamente estabelecidas, por outro lado, são mais úteis para gerar entendimento sobre o papel do jornalismo, ou seja, para os estudos – com destaque para os de cunho comparativo – que têm seu problema de pesquisa pautado nas questões comunicacionais” (RIZZOTO; ANTONELLI; FERRACIOLI, 2016, p.94).

como personagem central” (Idem). Já a análise genérica mostrou que as notícias ressaltam mais frequentemente “o conflito – resultado que coincide com a análise específica – de maneira episódica, ou seja, sem contextualizar o acontecimento, não oferecendo, assim, instrumentos para que a opinião pública desenvolva um entendimento mais avançado e consistente dos acontecimentos” (Idem).

Disponível nos anais do *I Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatizações e processos sociais*”, Prates e Pozobon (2016), avaliaram, por sua vez, o impeachment da reconfiguração do acontecimento para o escândalo político midiático por meio de análise dos enquadramentos (GAMSON;MODIGLIANI, 1989). Como resultado, as pesquisadoras constaram que os jornais se posicionaram favoráveis ao impeachment e que Dilma foi tipificada como derrotada a partir de argumentos que deslegitimavam e descreditavam seu governo.

Apesar de também pontuarem a possibilidade de problematização das questões políticas que levaram ao impeachment, como os trabalhos anteriores mencionados, as autoras apontaram outro elemento importante, a vulgarização, como instrumento importante do jornalismo para tornar acessível à informação para pessoas de diferentes níveis de entendimento. Porém, essa vulgarização, para Charaudeau (2006) pode levar a deformação e a dramatização do fato. “A vulgarização é dramatizada, porque as mídias tendem a mobilizar o público ao focar em sua efetividade, procurando assim, desencadear ‘paixão’ pela informação” (PRATES; POZOBON, 2016, p.867), as informações discursivas, então, passam a ser marcadas pela espetacularização. Por fim, as autoras, ao contrário das outras análises afirmam que assim, os meios de comunicação garantiram lucro econômico e simbólico.

7. “REPUTAÇÕES E VERDADES”: ANÁLISES

O impeachment de Dilma é um acontecimento do tempo presente, o que permite recorrer a instrumentos de análise descritiva relacionados à concepção da experiência, mas carrega em si traços culturais localizáveis na história, como a própria corrupção e barganha política. Nesse sentido, de que maneira os valores da subcultura profissional do jornalista negocia com os valores da política? E, em que medida a textualidade discursiva revela os quadros sociais de referência acionados na produção da notícia?

Os intertítulos que seguem buscam dialogar o referencial teórico apresentado com as categorias de análises definidas por Guazina (2011), sendo elas: a) ideia organizadora a partir das manchetes (escalada) e as aberturas de matérias; b) atribuição de responsabilidade e o julgamento moral; c) Indicação de solução (fechamento de sentido à matéria); agregadas a duas outras categorias: d) categorização do fato e, e) tipificação do sujeito. A partir da coleta dos dados, pegamos algumas questões e termos empregados também em Guazina (2011) para refletir e interpretar as informações disponíveis são eles:

- ✓ As fontes determinam o enquadramento da notícia? (SENNE, 2009).
- ✓ Utiliza do recurso “presunção de culpa” como enquadramento dominante? (LIMA, 2006).
- ✓ Adota uma política adversária reforçando a oposição entre jornalistas e políticos? (GUAZINA, 2011)
- ✓ Quais critérios de noticiabilidade foram utilizados (personalização, dramatização e fiscalização do público? (ALDÉ; VASCONCELOS, 2008)
- ✓ A cobertura foge da objetividade para transformar a notícia em espetáculo e o fato em acontecimento?
- ✓ Há o uso de enquadramentos lúdico-dramáticos (MOTTA, 2010) para explicar como se estabeleciam os conflitos entre os personagens de acusação e defesa?
- ✓ Existe uma dimensão moralizante (ética na política) nos enquadramentos? (RUBIM, 2007).

7.1 Quadros preliminares

Ao longo das seis edições analisadas (02/12/2015; 14/03/2016; 19/03/2016; 18/04/2016 12/05/2016; 31/08/2016) os principais jornalistas a cobrirem os eventos foram: Marcos Losekann, Zileide Silva e Heraldo Pereira, da Globo Brasília e Roberto Kovalick da Globo São Paulo; com exceção do dia 19 de março em que Gioconda Brasil, Heloísa Torres e Cristina Serra também fizeram reportagens sobre o impeachment ou operação Lava Jato. Em casos de cobertura jornalística de processos políticos, é natural que não haja uma diversidade de profissionais atuando a frente das reportagens, no entanto, essa lógica se reproduz nas matérias acerca da pluralidade de fontes.

Nos períodos de análise apenas fontes oficiais dão subsídio às matérias. As fontes de informação não chegam a determinar o enquadramento da notícia, mas reforçam o posicionamento da linha editorial do veículo por meio de “informações casadas” com os *offs* e passagens dos jornalistas que imputam previamente a culpabilidade de Dilma, e excepcionalmente em assuntos econômicos mais do que nas pedaladas fiscais, momento em que a disputa simbólica torna-se fortemente acirrada e contraditória. As matérias de Roberto Kovalick e Sardenberg escancaram a insatisfação com Dilma e buscam por meio de números corroborar a crise econômica, utilizando-se do recurso de presunção de culpa para as dificuldades que assolam o país⁸⁸.

As análises irão identificar um duplo movimento da cobertura do impeachment que atribui a cada um dos principais envolvidos no processo, sendo eles Eduardo Cunha, Dilma Rousseff e Michel Temer, um papel na narrativa. O duplo movimento consiste em adotar uma política adversária a Dilma a fim de garantir ao telejornalismo da Globo credibilidade a partir da divulgação constante de informações sobre a Lava Jato, que incidiu como uma variável independente, e sobre o próprio impeachment, mostrando assim três princípios fundamentais à prática profissional: apuração, investigação e fiscalização do poder público. No entanto, adota um reposicionamento e rompe com a oposição ou polaridade entre jornalistas e política, quando Eduardo Cunha, aceita o processo de impeachment na Câmara Federal, no dia 2 de dezembro e na categorização dos fatos e tipificação de Michel Temer, como a saída viável para as crises político e econômica no país. Outro movimento importante na narrativa dos personagens é que Eduardo Cunha após cumprir com o seu papel e aceitar o processo de

⁸⁸ Nesse momento não entraremos na discussão nessa tese em relação à construção de verdade (s) acerca das diversas crises (econômica, previdenciária, social e política) que passaram a circular não somente na mídia, mas no dia a dia dos brasileiros.

impeachment desaparece do noticiário, assim como a figura de Lula, que aparece fortemente no mês de março de 2016, na véspera da votação na Câmara dos Deputados, mas depois somente em eventos independentes e concomitantes que se dão com o andamento da Operação Lava Jato.

Quadros sociais como a questão do desemprego, da crise econômica e dos envolvimento em corrupção são ativados de forma significativa no dia 12 de maio de 2016 a fim de marcar os caminhos “certos” a serem seguidos para a então deposição de Dilma. O processo de enquadrar a crise econômica partiu de três pontos chaves: *objetividade* por meio de números como garantia de verdade para o que está sendo noticiado; a *espetacularização* por meio de imagens de pessoas na fila de emprego e o terceiro a *vulgarização* da informação, exemplificada nos trechos que seguem: Kovalick: “E agora Sademberg o que fazemos para recuperar o tempo perdido e voltar a crescer?”; Kovalick: “e vai demorar pra chegar lá em cima?”, Sardenberg: “Olha demorar demora, mas que dá, dá. (sobe imagem até o céu e finaliza a matéria)”.

A expressão “tempo perdido” possui uma conotação ideológica forte, que se reveste de uma linguagem para Bonner “acessível” à população, mas que carrega em si uma simbologia permeada por signos linguísticos passíveis de várias interpretações e sentidos. O tempo pode ser visto como cronológico, definindo assim o período da crise econômica, claramente durante o governo Dilma; mas também ideológico, em que assume uma posição de direita e a discordância de um governo petista que se “demorou” mais do que o esperado no governo (2002-2016); ou até mesmo cultural que carrega em si traços de uma continuidade de privilégios a determinados grupos sociais, que passam a ser ressignificados, claro, de formas multiperspectivas, mas que se reverberam de forma coletiva, mas não unânime, a ponto de fomentar uma “cultura antipetista” no país. O “tempo perdido” pontua claramente que o que se fez nesse período deve ser negado do ponto de vista de ação futura, para que não se “cometa os mesmos erros”, isso revela um novo giro nas políticas públicas do país que se materializam mais claramente por meio de projetos de lei como “Escola Sem Partido” e Reforma da Previdência.

Já no processo de impeachment observa-se a ideia de *presunção de culpa* quando as matérias envolvem diretamente a presidente, *espetacularização da informação*⁸⁹ e também a *dimensão moralizante*, discriminada posteriormente nas

⁸⁹ Como pode ser verificado nos seguintes casos: off: “Só com a ajuda de um carrinho para transportar o processo”; “Depois, se formou um grande silêncio no plenário, completamente lotado, à espera do

tabelas. A dimensão moralizante se relaciona formalmente com o indicativo de solução, pois os quadros sociais ativados para o julgamento moral dos acontecimentos induzem a produção de soluções, reforçada não somente pela escolha das fontes, como pela escolha das palavras e das imagens.

Em cada uma das edições recorre-se a tática de “martelar uma ideia até que ela seja incorporada pelo público e apareça como expressão espontânea de uma reivindicação indiscutível, que mobiliza multidões” (MORETZON, 2016, s/p). Esta ideia martelada segue uma sequência cronológica na narrativa, que se “inicia” formalmente e de forma publicizada, a partir da abertura do processo de impeachment, pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e que se reverbera ao longo das próximas edições com um cunho fortemente jurídico, oferecendo pontos de argumentação a partir da verdade concebida, inclusive, pelo Supremo Tribunal Federal, que adquire atualmente a prerrogativa de detentor do monopólio da interpretação da constituição do país.

No entanto, o que se põe oculto do noticiário é que o processo de impeachment se iniciou muito antes da sua formalização na Câmara dos Deputados, como dito no capítulo anterior por Moretzson.

As informações acerca dos pedidos anteriores e o contexto no qual foram articulados, bem como suas motivações são desconsiderados dos noticiários que tomam como enfoque o impeachment como um instrumento constitucional, articulando muito pouco e de forma enviesada a obrigatoriedade legal da existência do crime de responsabilidade.

Por fim, para resgatar a ideia da martelada proposta por Moretzson e que pode ser verificada em uma observação relacional com outros eventos, a lógica do impeachment se fez de forma casada com instrumentos de divulgação da operação Lava Jato, que a partir de um clima de especulação não deixou a deposição sair de pauta e ao invés de conferir à Dilma um enquadramento de desconto potencializou ainda mais a sua presunção de culpa. A espetacularização da Polícia Federal com o uso do “jogo de cena” em informar antecipadamente jornalistas sobre os eventos e delações, de forma seletiva, e a ênfase no Triplex do Guarujá e do sítio de Atibaia, objetos de ação judicial contra Lula, foram elementos cruciais para a formação de um quadro social maior: a criação de um estigma contra o PT, que se deu a partir do movimento antipetista,

resultado. 13h 34 minutos os senadores votaram. Vamos ao resultado: está aprovado o impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff 61 votos “sim” e 20 votos “não”

negando não somente ao Partido, Dilma ou a Lula, a condição de agentes políticos em uma sociedade democrática, mas “tudo aquilo” em que eles representam.

7.2 Abertura do Processo de Impeachment

No dia dois de dezembro de 2015, o presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, aceitou o pedido de impeachment contra a presidente Dilma. No total, o Jornal Nacional produziu sete matérias sobre o assunto e 11 sobre temáticas diversas⁹⁰.

A transcrição das matérias em texto (Apêndice), excepcionalmente nessa edição não segue a ordem cronológica dos noticiários, pois não há mais disponível a versão na íntegra, apenas as notícias de forma independente e sem escalada.

a) **Ideia organizadora:**

Cabeça da matéria:

Renata Vasconcellos: Uma decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, mexeu com o cenário político do país. No início da noite, ele anunciou que aceitou o pedido de abertura de processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Por isso começamos essa edição do Jornal Nacional conversando diretamente até Brasília para conversar com o repórter Júlio Mosquéra. Boa noite, Júlio. Quais foram os argumentos do presidente da Câmara para aceitar o pedido?

Júlio Mosqueira (link ao vivo). Boa noite, Renata, Boa noite Herald, boa noite a todos que nos assistem. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, disse que autorizou a abertura do processo, porque concordou com os argumentos de que é preciso iniciar uma investigação sobre irregularidades sobre seis decretos publicados (nervosismo, gagueja e para de olhar para a câmara para ler o papel) pelo governo neste ano de 2015 que aumentaram despesas sem autorização do governo. São decretos de liberação de recursos para várias áreas do governo. Cunha informou que os decretos somam R\$ 2,5 bilhões. Para o presidente da Câmara, a edição dos decretos não numerados desrespeita a lei orçamentária e configura crime de responsabilidade. Ele sustenta que,

⁹⁰ OMS emite alerta sobre possível ligação entre microcefalia e zika vírus; Poluição das águas do Rio é maior do que se imaginava, diz pesquisa; MP de MG vai investigar servidores que liberaram a barragem de Mariana; Tiroteio deixa 14 mortos em centro de serviços sociais na Califórnia; Pesquisadores apresentam projeto sobre território brasileiro na COP 21; Alerta para tempestades para o Sul e Sudeste nesta quinta-feira; Perícia conta mais buracos de bala no carro em que jovens foram fuzilados; Estudantes voltam a protestar contra plano de reorganizar o ensino em SP; Congresso aprova projeto que reduz meta fiscal do ano 201; Decisão sobre cassação do mandato de Delcídio deve ficar em 2016; Palmeiras e Santos decidem a Copa do Brasil nesta quarta.

mesmo com a aprovação do projeto de revisão da meta fiscal hoje pelo plenário do Congresso, nada muda. A realidade não muda, porque segundo disse na decisão, o Executivo administrou o orçamento de 2015 como se houvesse superávit, enquanto há uma estimativa de déficit de R\$ 100 bilhões. Eduardo Cunha aceitou o pedido assinado pelos juristas Helio Bicudo, ex-deputado do PT, e Miguel Reale Junior, ex-ministro da Justiça do governo de Fernando Henrique Cardoso, e pela advogada Janaína Paschoal. O pedido teve o apoio formal dos partidos de oposição: Democratas, PSDB e PPS. Cunha disse que a decisão dele foi exclusivamente de natureza técnica (matéria de abertura).

A edição começa com um diálogo entre a apresentadora Renata Vasconcellos e o jornalista Júlio Mosquéra, aparentemente nervoso, começa a ler as notas escritas no papel. No primeiro momento, o jornalista busca uma apresentação do acontecimento, explicando os motivos que levaram Eduardo Cunha a aceitar o pedido do processo de impeachment. O relato do jornalista destaca duas questões importantes à estimativa de déficit de R\$ 100 bilhões de reais e a decisão de natureza técnica de Eduardo Cunha.

Porém, conforme é possível verificar nos quadros abaixo a repetição da expressão abertura do processo de impeachment se dá mais de 16 vezes ao longo da edição do telejornal. Marcos Losekann afirma “apesar de um fato esperado caiu como uma bomba”. O uso de adjetivos e expressões como o off ainda de Losekann “*só com a ajuda de um carrinho para transportar o processo*”; rompe com o discurso de objetividade presente em entrevistas e conversas informais com jornalistas da Rede para atribuir à notícia um caráter de espetáculo.

A predominância de link ao vivo ao longo da edição envolvendo a divulgação do aceite do processo de impeachment e o nervosismo de Júlio Mosquéra na matéria de abertura do noticiário reforçam a transformação do fato em acontecimento. A ideia central de toda a edição gira em torno de Eduardo Cunha a partir da aprovação do processo de impeachment e percebe-se que o julgamento moral presente ao longo da narrativa noticiosa permite-se pensar, mesmo que ainda de forma mais sutil nessa edição, a linha editorial do veículo em ter uma posição favorável à saída de Dilma. Isso fica claro, quando a repórter Zileide Silva coloca os parlamentares pró-Dilma já sendo de oposição (Vide matéria 5: Parlamentares Reagem à decisão de Eduardo Cunha).

b) atribuição de responsabilidade e o julgamento moral;

A atribuição de responsabilidade se configura de forma distinta entre Cunha e Dilma, protagonistas de todo o noticiário; até esse momento não é mencionado o nome de Michel Temer. Cunha busca afirmar um comportamento ético com as responsabilidades atribuídas ao cargo, por meio de “*verdade incontestável*” à abertura do processo em consonância com “*o apelo às ruas*”.

Eduardo Cunha: *“A mim, não tem nenhuma felicidade de praticar esse ato. E não o faço por nenhuma motivação de natureza política. Eu, como disse aqui anteriormente, refutei, rejeitei todos e o rejeitaria se estivesse em descumprimento da lei. Mas, infelizmente, por mais que eu tentasse buscar qualquer caminho de interpretação e por todos os pareceres que chegaram até a mim pela consultoria legislativa, pela assessoria jurídica e por terceiros, as quais eu consultei, não consegui encontrar um que conseguisse me desmontar a tese a qual está sendo aceita hoje”*.

Link ao vivo: *Pelas redes sociais, o presidente Eduardo Cunha disse que tomou a decisão porque estava atendendo a um apelo das ruas. Renata, Heraldo (JN, Cunha autoriza abertura de processo de impeachment, Matéria 1).*

Na medida em que Cunha assume a função do cumpridor de tarefas, ou do burocrata (ARENDT, 1999), ele se isenta de julgamento moral, pois é uma decisão de natureza técnica, e, atribui consequentemente a responsabilidade dos fatos à Dilma, essa sim, digna de uma apreciação jurídica e ética. Nesse momento, Cunha se alinha a narrativa jornalística na defesa de uma objetividade, vista ainda no relato de notícias sobre a própria profissão nos dias de hoje, como presenciei com as duas repórteres que não me permitiram utilizar suas falas na tese e nem dar uma entrevista “formal”, mas que recuperam o sentido ainda proposto por Lippmann, dessa objetividade não no sentido de negação à subjetividade, mas como método, atribuindo um caráter científico à prática profissional, seja por jornalistas, ou por políticos, como no caso de Cunha. Esta postura de “rigor técnico” confere credibilidade e um regime de verdade aos acontecimentos. Caberia aqui, a produção da notícia, a partir da desconstrução desse regime de verdade produzido no Planalto Central, a fim de dar espaço ao contraditório e a problematização da denúncia, em uma análise extra-fato como um ponto inicial para informações possíveis a uma análise de conjuntura, cabendo ao leitor, a sua interpretação diante os acontecimentos.

O uso de fontes como a do senador Aécio Neves (PSDB-MG) reforça ainda mais a tese de imparcialidade da decisão:

“A peça produzida pelos juristas Miguel Reale e Hélio Bicudo é uma peça extremamente consistente. O que existe neste momento é um sentimento de todos nós da prudência para que esse processo possa ter o seu trâmite adequado”. (JN, Matéria 5-Parlamentares Reagem à decisão de Eduardo Cunha, 2015)

Apesar do telejornal dar voz a Dilma e aos aliados, o indicativo de solução da primeira matéria é a investigação de irregularidades em seis decretos publicados pelo governo (2015), que aumentaram despesas sem autorização.

A ex-presidente traz ao longo de todas as edições analisadas a idoneidade dela como uma verdade deturpada por mecanismos de controle, pois ao que a imprensa, a oposição e o Supremo denominaram impeachment a ela, seus aliados e simpatizantes foi um golpe, sendo assim, ela é vítima do processo e sua responsabilidade estaria atrelada ao seu comportamento ético. No entanto, a categorização do fato como golpe não aparece ainda no discurso de Dilma nessa edição. A presidente deposta busca uma posição menos combativa nesse primeiro momento e mais apelativa a ponto de evocar confiança, em diversos momentos, a justiça e aos direitos democráticos, sendo compreensiva a retaliação, por fazer parte das instâncias democráticas, mas tenta reafirmar uma postura moral ao não aceitar barganhas políticas.

Dilma: “Nos últimos tempos, em especial, nos últimos dias, a imprensa noticiou que haveria interesse na barganha dos votos de membros da base governista no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Em troca, haveria o arquivamento dos pedidos de impeachment. Eu jamais aceitaria ou concordaria com quaisquer tipos de barganha. Muito menos aquelas que atentam contra o livre funcionamento das instituições democráticas do meu país, bloqueiam a Justiça ou ofendam os princípios morais e éticos que devem governar a vida pública. Tenho convicção e absoluta tranquilidade quanto à improcedência desse pedido. Bem como quanto ao seu justo arquivamento. Não podemos deixar as conveniências e os interesses indefensáveis abalarem a democracia e a estabilidade de nosso país. Devemos ter tranquilidade e confiar nas nossas instituições e no Estado Democrático de Direito” (JN, Dilma fala sobre decisão de Eduardo Cunha, matéria 3).

c) Indicação de solução

Apesar da aparente disputa de sentido com a rivalidade de discurso entre governistas e pró-impeachment a abertura e o encerramento do telejornal apontam para

duas condições básicas: as investigações devem ocorrer a fim de comprovar ou refutar a responsabilidade de Dilma nas ilegalidades nas pedaladas fiscais, que a enquadraram juridicamente no crime de responsabilidade e que, apesar do recesso dos parlamentares, o processo seguiria adiante. Segue abaixo um panorama geral da edição:

EDIÇÃO JORNAL NACIONAL DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2015

Âncoras do Jornal Nacional: Heraldo Pereira e Renata Vasconcellos

Matérias	Enfoque	Fontes	Julgamento Moral	Indicação de Solução	Jornalista
1) Cunha autoriza abertura de processo de impeachment	Apresentação do Fato: abertura do processo de impeachment	Eduardo Cunha	1) Cunha busca afirmar um comportamento ético com as responsabilidades atribuídas ao cargo, por meio de “verdade incontestável” à abertura do processo em consonância com o apelo às ruas. 2) Irresponsabilidade do governo	Investigação de irregularidades em seis decretos publicados pelo governo (2015), que aumentaram despesas sem autorização do governo.	Júlio Mosquéra
2) Dilma convoca Reunião de Emergência com Ministros	Ações estratégicas de Dilma	— —	Fato esperado apesar de ter “caído como uma bomba”.	Possibilidade de Dilma recorrer ao STF	Marcos Losekann
3) Dilma fala sobre decisão de Eduardo Cunha	Indignação de Dilma	Dilma Rousseff	Dilma: reforça o posicionamento de idoneidade	Não apresenta indicativo	Marcos Losekann
4) Saiba quais são as próximas etapas do processo de impeachment	Procedimentos técnicos do impeachment	Marcos Aurélio (ministro STF)	O repórter imputa a Dilma sua inelegibilidade caso condenada.	- Votação nominal dos Deputados Federais (2/3 para ir ao Senado). - Afastamento da Presidente - Julgamento no Senado	Renato Rêgo Barros
5) Parlamentares Reagem à decisão de Eduardo Cunha	- Tentativa de parar o processo (cabeça da matéria) - Opiniões dos parlamentares sobre o processo	- Senador Aécio Neves, - Senador Humberto Costa	1) A repórter coloca os parlamentares da base governistas como já sendo de oposição e logo após da voz ao Aécio. 2) Aécio Neves: Foco na legitimidade do processo 3) Humberto Costa: Foco na Legitimidade da presidente	Não há	Zileide Silva
6) Adiada a	- Adiamento	- Valmir	1) Barganha política “Cunha ouviu várias vezes dos	Continuidade das investigações contra Eduardo Cunha	Zileide Silva

decisão sobre a continuidade do processo contra Eduardo Cunha	do processo contra Cunha	Prasidel li (PT-SP) - Deputado José Carlos Araújo (PSD-BA)	aliados a sugestão de que sem os votos do PT, ele abrisse o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff” 2) Ameaça sutil: “A aprovação do relatório não significa em hipótese alguma fazer qualquer pré-julgamento em relação ao acusado, deputado Eduardo Cunha”.		
7) Tramitação de impeachment não suspende recesso	- Como o recesso interfere no processo de impeachment - Declaração de Dilma	Dilma Rousseff	Dilma reforça o posicionamento de idoneidade; confirma a barganha política; e se diz confiante na justiça do Estado Democrático de Direito	O recesso dos parlamentares não deixará de ocorrer assim como o processo de impeachment	Zileide Silva
Outras (11)					

Quadro 1: Julgamento Moral e Indicativo de solução (2 de dezembro de 2015)

Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se dois quadros sociais sendo apropriados nos conflitos: o primeiro, de que irregularidades e corrupção devem ser combatidas em um país onde a descrença nas instituições políticas assolam e minam a mobilidade do brasileiro em reivindicar seus direitos e participar das decisões. O segundo, um apelo significativo aos atributos da democracia para garantir uma presidente legitimamente eleita. Ambos os quadros irão sofrer algumas alterações ao longo das outras edições, pois no caso da fiscalização do poder público – os jornalistas da Globo assumem novamente a postura de *watchdogs*- é agregado um novo quadro, a crise econômica – como reforço simbólico para uma mudança no executivo como a saída plausível e necessária para dirimir os problemas que assolam o país. Na medida em que a bancada pró-impeachment se torna combativa (visivelmente na edição do dia 12 de maio de 2016), Dilma e seus aliados reposicionam o discurso, se antes, nessa edição mais diplomático e inconformista, depois um discurso defensivo e revelador. O interessante é que o Jornal Nacional acompanha esse processo sendo o contrarregra⁹¹ da narrativa e o jornalista Roberto Kovalick assume, até mais que os outros jornalistas, a posição de personagem dentro do enredo, usando de recursos lúdicos como infográficos projetados na rampa das calçadas para mostrar como está a economia do país (edição de 12 de maio de 2016).

Em um plano mais operacional, o quadro que segue permite refletir sobre as repetições, ênfases e omissões ao longo de toda a edição do dia 2 de dezembro de 2015. Observa-se que a superficialidade do relato permeia o discurso jornalístico não oferecendo antecedentes, contextualização e diagnósticos que fossem além da explicação técnica do próprio processo de impeachment, da declaração de Dilma e Cunha e a opinião de parlamentares.

⁹¹ Técnico responsável pelo acompanhamento do desenrolar de uma encenação teatral, show, filmagem cinematográfica, programa de rádio ou TV, providenciando o necessário aos cenários, indicando cada entrada e saída de cena dos atores, supervisionando a equipe técnica

Repetições	Ênfases	Omissões
Abertura do processo de impeachment (16)	Do noticiário: 1. Abertura do processo de impeachment. 2. Depoimentos oficiais de Cunha e Dilma 3. Predominância de link ao vivo. 4. Uso exclusivo de fontes oficiais.	Ausência de antecedentes, ou seja, fatos anteriores que contribuísem para elucidar as informações, foca-se apenas nos decretos.
Eduardo Cunha, Cunha ou presidente da Câmara (17)	Por parte de Eduardo Cunha e aliados: legitimidade da abertura do processo de impeachment	Ausência de contextualização. Há um processo de “despolitização dos fatos e dos jogos políticos”, dando ênfase ao processo de abertura de impeachment.
Dilma Rousseff, Dilma, presidente (20)	Por parte de Dilma: indignação e reforço da sua legitimidade enquanto presidente eleita.	Ausência de diagnósticos. Apesar da edição trazer matérias sobre os trâmites burocráticos, não há menção em nenhum momento de analisar a deposição da Dilma com outras questões como econômicas ou sociais.

Quadro 2: Repetições, Ênfases e Omissões do dia 2 de dezembro de 2015.

Fonte: Elaborado pela autora.

No jornalismo, muitas vezes, o que está oculto revela mais do que está noticiado. A ausência de um contexto sobre o jogo político por trás do impeachment contribuiu para a formação de uma opinião pública deficitária ou de argumentos pouco consistentes para a produção de diálogo.

Tanto nessa edição como na edição do dia 31 de agosto, quando Dilma de fato é deposta, o valor jurídico se sobrepõe a qualquer outro valor, pois oferece o indicativo de solução a partir de uma verdade o crime de responsabilidade, oriundo das práticas de Pedaladas Fiscais. A posição-sujeito de quem detém o poder atribui autoridade e legitimidade para o que deve ser dito e o que deve ser excluído e qual a noção de verdade⁹². Nessa edição a posição-sujeito no âmbito político confere ao cargo de presidente da Câmara Federal, ocupado por Eduardo Cunha, e, no âmbito jurídico ao Supremo Tribunal Federal, como sujeitos-autênticos para a conduta do processo de impeachment, que se instaura em um plano democrático a ponto de garantir a Dilma ampla defesa em todas as etapas procedimentais antes da votação final que lhe conferiria a sua deposição.

⁹² Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual de circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam e se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e da política (FOUCAULT, 1999, p.7).

A produção de verdade aqui não deve ser vista puramente como uma “expressão discursiva”, mas sim “o conjunto de procedimentos específicos regrados para a produção, a distribuição e a circulação de enunciados aos quais se atribui efeitos específicos de poder: o poder de serem aceitos como verdadeiros” (BRUNI, 1989, p. 205), como já pontuado no intertítulo sobre os velhos atores do processo de impeachment. Assim, os efeitos de poder adquirem legitimação social, primeiro pela posição e o lugar ocupados pelo “produtor” do discurso, tendo a frente o próprio Supremo Tribunal Federal, mas também, e, talvez o que mais nos interessa aqui, pela ressignificação de instâncias culturais em circulação na sociedade brasileira, que coloca jornalistas, o presidente da Câmara – e “seu” grupo político- mais os homens de toga, como fiscalizadores do poder público a fim de fazer o “correto” para acabar com a corrupção (endêmica) no país e garantir a estabilidade econômica, desestabilizada pela ingerência ilegal da presidente. Não nessa edição, mas no dia 31 de agosto, dia em que Dilma de fato é deposta, fica claro a relativização dessa condenação que lhe confere a permanência dos direitos políticos, mesmo após a votação que a retirou da presidência do país.

d) Categorização do fato

O quadro abaixo derruba, portanto, mais uma vez, a tese da objetividade e imparcialidade do acontecimento, tanto dos jornalistas, quanto pelos próprios atores envolvidos no processo.

Categorização Fato	1. Impactante	2. Legítimo	3. Inconsistente Improcedente	4. Popular	5. Retaliação
Abertura do Processo de Impeachment	“mexeu com o cenário político do país” “caiu como uma bomba” “os parlamentares ainda estão discutindo o impacto da decisão do deputado Eduardo Cunha”	Cunha: “Mas, infelizmente, por mais que eu tentasse buscar qualquer caminho de interpretação e por todos os pareceres que chegaram até a mim pela consultoria legislativa, pela assessoria jurídica e por terceiros, as quais eu consultei, não consegui encontrar um que conseguisse me desmontar a tese a qual está sendo aceita hoje”. Aécio: “A peça produzida pelos juristas Miguel Reale e Hélio Bicudo é uma peça extremamente consistente.”	Dilma: São inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam esse pedido. Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim. [...] Tenho convicção e absoluta tranquilidade quanto à improcedência desse pedido.	Júlio Mosquera: “Pelas redes sociais, o presidente Eduardo Cunha disse que tomou a decisão porque estava atendendo a um apelo das ruas. Renata, Heraldo	Senador Humberto Costa: “Acho que a opinião pública nacional, ela está absolutamente esclarecida de que é uma retaliação”.

Quadro 3: Categorização dos fatos, 2 de dezembro de 2015.

Fonte: Elaborado pela autora

Para os defensores do impeachment o fato é legítimo e popular e para os aliados de Dilma é inconsistente, improcedente e fruto de uma retaliação; para os jornalistas da edição é impactante.

Ao entender o evento como impactante o JN atribui ao episódio sua condição de acontecimento, que, em um primeiro momento, lhe confere a ideia de novidade ou diferença capaz de produzir uma ruptura histórica, entretanto, em um segundo momento pode ser entendido como uma prática histórica no Brasil, que lhe confere certa regularidade, não no mesmo *modus operandi* ou com os mesmos resultados, mas que carrega em si uma essência parecida de alternância de poder, na qual as (des) conexões geram novas formas de regularidade ao que é novo. Um terceiro entendimento do que seria este acontecimento poderia ser interpretado sob o olhar foucaultiano em *A Ordem do Discurso* em que o entende como uma relação de forças que estão em jogo na história, que não obedecem nem a um destino nem a uma mecânica, mas antes, ao acaso da luta” (FOUCAULT, 2009 a, apud CASTRO, 2016, p.25). Ora, ao conseguir posicionar a deposição de um presidente historicamente na trajetória política do país, percebe-se certa regularidade em que se presencia as lutas de forças, que buscam reivindicar para si a posição de sujeitos políticos centrais na vida política. A questão é que a forma como a narrativa se estabelece negocia a produção de sentido e a materialidade do conjunto de estratégias com as características espaço-temporais. Exemplificando, ao olhar para a história do século anterior e desse, a tentativa de derrubar Vargas do poder, resultou no suicídio do presidente; a queda de João Goulart no golpe militar, e, mais recentemente, a configuração de um processo de impeachment por meio de condições simbólicas reapropriadas do discurso jurídico, lhe conferindo o status de um processo democrático e legítimo, permitiu novamente a entrada de grupos de interesses (neo) liberais.

e) Tipificação do sujeito

Assim como os fatos, os sujeitos também são tipificados e a atribuição de identidade faz parte do jogo de disputa simbólica, que busca nos elementos cotidianos respaldo para as ressignificações.

Tipificação dos Sujeitos	
Dilma Rousseff	Irresponsável O Executivo administrou o orçamento de 2015 como se houvesse superávit, enquanto há uma estimativa de déficit de R\$ 100 bilhões.
	Ilegal “a edição dos decretos não numerados desrespeita a lei orçamentaria e configura crime de responsabilidade”.
	Ilegível “Se for pela condenação, ela não retorna ao cargo e fica inelegível - o vice-presidente assume”.
Eduardo Cunha	Burocrata cumpridor do seu papel: “A mim, não tem nenhuma felicidade de praticar esse ato. E não o faço por nenhuma motivação de natureza política”

Quadro 4: Tipificação do sujeito, 2 de dezembro de 2015

Fonte: Elaborado pela autora

A ideia de Cunha como um burocrata, ao contrário do que parece, não se estabelece de forma negativa dentro da narrativa, pelo contrário, mas como um mediador entre o jurídico e a sociedade, conferindo por meio de seu cargo, a capacidade técnica em apurar a denúncia e aceitá-la em vista da impossibilidade de “refutação” dos fatos, e, que apesar disso, a possibilidade do contraditório estaria presente ao longo do processo como um artifício fundamental em um regime democrático. Enquanto a ele se imputava a ideia de burocrata à Dilma o que se estabelecia era a sua incompetência e ingerência ao cargo máximo do executivo do país, sendo irresponsável, ilegal e, mesmo antes de ser “condenada”, ilegível, fato este que não acontece, pois os seus direitos políticos permanecem após a sua deposição.

7.3: Manifestações Pró-Impeachment – 14 de março de 2016

Em diversas cidades e capitais brasileiras os cidadãos se reuniram nas ruas no domingo 13 de março com camisetas do Brasil, bandeiras e cânticos do hino nacional com um objetivo comum: mostrar apoio à deposição da presidente Dilma Rousseff. Quem preferiu não se juntar a multidão, mas quis se fazer presente, tirou as painéis dos armários para batê-las e dar voz a sua opinião de forma simbólica. O Jornal Nacional, no dia seguinte, produziu três matérias ligadas diretamente às manifestações e mais seis para falar sobre a situação econômica do país, a Lava Jato, ou assuntos que tangenciam a questão do impeachment.

O telejornal produziu uma nota coberta sobre os protestos trazendo dados com informações dos Organizadores do Evento e da Polícia Militar.

a) ideia organizadora

William Bonner (cabeça da nota coberta): *Palavras de ordem contra o governo da presidente Dilma, o ex-presidente Lula e a corrupção foram ouvidas, no domingo (13), no Brasil inteiro. Ao todo, houve atos em 337 cidades, em todos os estados.*

Repórter em off: *Em Porto Alegre uma faixa gigante defendia o impeachment. Em Maceió a Jararaca citada pelo próprio ex-presidente Lula virou alegoria dos manifestantes contra a corrupção. O juiz Sérgio Moro também recebeu apoio de manifestantes em Curitiba, a capital da operação Lava Jato, tinha até máscara. No Rio, ele foi homenageado pelo Moro bloco na orla lotada de Copacabana. Em Brasília multidões pediam a saída dos presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, do Senado, Renan Calheiros, e da presidente da República. O pedido de impeachment também levou milhares de pessoas para as ruas de Fortaleza. Vitória teve o maior ato político de sua história e milhares de pessoas nas ruas e na ponte de ligação com Vila Velha. O ato em São Paulo também foi recorde. Segundo o Data Folha superou o comício das Diretas Já há 32 anos, e tomou toda a extensão da Avenida Paulista. O G1, o Portal de Jornalismo da Globo na internet, apurou que as manifestações de ontem superaram e muito o protesto de março do ano passado, o maior até então. Mesmo sem a contagem de algumas cidades (aparece o infográfico) segundo a PM eram 3,6 milhões nas ruas. 6,9 milhões e 900 mil segundo os organizadores. O ano passado a PM divulgou 2,4 milhões e os organizadores 3 milhões de manifestantes.*

O pronunciamento do apresentador William Bonner, na cabeça da nota coberta, não ocupou mais de três linhas na transcrição, mas revelou a ideia organizadora de toda a edição do telejornal: a insatisfação da população contra Dilma, Lula e a corrupção foram ouvidas. Estrategicamente o protesto não é categorizado apenas como um ato a favor do impeachment, e sim, um ato moralizante contra a corrupção, personificada por Dilma e Lula. Os números expressivos, apresentados pela voz em *off* do repórter – não identificado no telejornal- indicam que as manifestações superaram o ano passado, inferindo que a insatisfação do brasileiro só aumentou.

A segunda matéria da edição, *Protestos de domingo têm repercussão no Congresso*, contribui para a formação de um pacote interpretativo, que expõe a deposição tendo o aval da população brasileira e, que por isso, o Congresso chegou a

um consenso: “Daqui para frente o processo de impeachment contra a presidente Dilma vai dominar os discursos e ações na Câmara e no Senado” (voz em off do repórter Júlio Mosquéra).

Por fim, a última matéria ligada diretamente às manifestações, *Dilma reúne ministros e líderes aliados no dia seguinte a protesto*, expõe que não somente o Congresso foi afetado, como o Palácio do Planalto também. A notícia inicia com a voz em off de Zileide Silva: *A presidente Dilma se reuniu pela manhã com oito ministros e os líderes do governo no Congresso depois da maior manifestação contra o governo da história. A presidente e os ministros se mantiveram calados e tentaram amenizar o recado das ruas.* A ideia organizadora da matéria posiciona o governo como estrategicamente falho e incapaz de reverter a situação e isso fica mais evidente no fechamento da matéria com a fala de Zileide Silva: *O governo decidiu atuar em duas frentes no Congresso, o Planalto acha que ainda pode rearticular os partidos da base que apoiam a presidente, como o PMDB que no último sábado deu aviso prévio para deixar o governo. Fala ainda em conversar com a oposição, o que não conseguiu nem quando não se falava em impeachment. Na economia o governo quer renegociar as dívidas e fala em liberar dinheiro nas obras do PAC e retomar as obras públicas, mas nenhum ministro comunicou de onde vai sair o dinheiro e o governo não descarta usar o dinheiro das reservas internacionais para pagar a dívida pública, o que é criticado por economistas.*

b) Atribuição de responsabilidade e o julgamento moral

Três julgamentos foram identificados nas três matérias analisadas desta edição: 1) o impeachment tem apoio popular, o conflito entre governistas e oposição permeia toda a edição polarizando ainda mais os eventos políticos e por último, uma tentativa pouco eficaz da presidente e dos ministros em diminuir o conflito, que como dito na categoria anterior de ideia organizadora, é desmantelada pela presunção de culpa nas ações do governo e cinismo ao encará-la que caso sejam possíveis de serem feitas ainda assim não são as mais indicadas por economistas.

Ao contrário das outras edições que recorrem exclusivamente a fontes oficiais e especialistas como princípio de legitimidade ao impeachment, nesta edição, apesar da população não ser ouvida em nenhuma matéria, adquire o papel de reforço à narrativa,

conferindo a culpabilidade de Dilma impetrada não somente por juízes ou congressistas, e sim, pela população que reivindica para si um sentimento de patriotismo contra a corrupção.

c) Indicação de solução

Palavras de ordem contra o governo, consenso pró-impeachment, tirar o PT do poder ditaram os recursos de enquadramento como indicativo de solução. Em uma matéria em específico, oferece a ideia contraditória ao dar possibilidade de rearticulação dos partidos de base que apoiam a presidente e a tentativa de renegociar as dívidas. No entanto, esta perspectiva aparece mitigada pelas fontes de oposição e pelo próprio discurso da repórter Zileide Silva, que ironiza o *modos operandi* do governo em ser eficaz, já que até o momento da reportagem pouco de concreto havia sido feito para dirimir os problemas econômicos do país. Não aparece em nenhum momento das reportagens indícios da construção de uma crise econômica, por meio de um congresso, cuja maioria inviabilizou, durante o período de governo da reeleição de Dilma, os projetos do governo e suscitavam ainda mais o caos por meio de políticas públicas permissivas.

Abaixo segue o quadro desta edição com as três categorias acima descritas:

EDIÇÃO JORNAL NACIONAL DIA 14 DE MARÇO DE 2016- MANIFESTAÇÕES PRÓ-IMPEACHMENT

Âncoras do Jornal Nacional: Willian Bonner e Renata Vasconcellos

Matérias	Enfoque	Fontes	Julgamento Moral	Indicação de Solução	Jornalista
1) Matéria 1: Brasil teve atos em 337 cidades no domingo	Atos pró-impeachment em 337 cidades. Aumento de manifestantes de um ano para o outro	Organizadores das Manifestações e a Polícia Militar ambos citados de forma indireta.	O impeachment tem apoio popular.	Palavras de ordem contra o governo Bonner: “Palavras de ordem contra o governo da presidente Dilma, o ex-presidente Lula e a corrupção foram ouvidas”.	Voz em Off
2) Protestos de domingo têm repercussão no Congresso	O enfoque entre as fontes se dá no conflito entre governistas e oposição. Mas a cabeça da matéria e o off de abertura indicam já um consenso sobre o impeachment.	Dep. Pauderney Avelino (DEM-AM) Dep. José Guimarães (PT-CE) Eduardo Cunha (Presidente da Câmara) Lindberg Farias (PT-RJ) Romero Jucá (PMDB-RR)	Conflito entre governistas e oposição.	Consenso pró impeachment Júlio Mosquéra: “As manifestações de ontem criaram um consenso no congresso. Daqui para frente o processo de impeachment contra a presidente Dilma vai dominar os discursos e ações na Câmara e no Senado. A oposição não pensa em outra coisa.” Tirar o PT do poder Dep. Pauderney Avelino (DEM-AM): “E o papel do congresso nesse momento é instalar a comissão processante e tirar o PT do poder”.	Júlio Mosquéra
3) Dilma reúne ministros e líderes aliados no dia seguinte a protestos	A repercussão das manifestações no Palácio do Planalto.	Jaques Wagner (Ministro da Casa Civil)	Diminuir o conflito Off: A presidente e os ministros se mantiveram calados e tentaram amenizar o recado das ruas.	Rearticular os Partidos da Base que apoiam a presidente e Renegociar as dívidas Zileide Silva: O governo decidiu atuar em duas frentes no Congresso o Planalto acha que ainda pode rearticular os partidos da base que apoiam a presidente, como o PMDB que no último sábado deu aviso prévio para deixar o governo. Fala ainda em conversar com a oposição, o que não conseguiu nem quando não se falava em impeachment. Na economia o governo quer renegociar as dívidas e fala em liberar dinheiro nas obras do PAC e retomar as obras públicas, mas nenhum ministro comunicou de onde vai sair o dinheiro e o governo não descarta usar o dinheiro das reservas internacionais para pagar a dívida pública, o que é criticado por economistas.	Zileide Silva

Quadro 5: julgamento moral e indicação de solução nas manifestações pró-impeachment

Fonte: Elaboração Nossa

Outras matérias foram produzidas nesta edição como: *Juíza transfere para Sérgio Moro denúncia contra Lula; Justiça divulga o que Lula disse no depoimento à Polícia Federal no aeroporto; Ex-deputado Pedro Corrêa assina acordo de delação premiada; Após voto do Supremo, Wellington Silva deixa o Ministério da Justiça; Índice do BC que monitora a saúde da economia recuou mais; Clínicas Populares viram alternativa para quem não pode pagar plano.*

Mesmo não dispostas na análise do quadro, as matérias acima citadas revelam um aspecto interessante da ideia organizadora do Jornal Nacional em narrar os eventos políticos do país conferindo-lhe sentido, que é a justaposição de acontecimentos. O foco não recai apenas ao processo de impeachment de Dilma, mas em um processo de corte-costura com a Operação Lava Jato e os problemas econômicos que assolam o país, nos quais ressignificam para além da imagem de Dilma, mas imputam identidade ao governo petista como corrupto.

A classificação simbólica ao governo marca o PT e isto se insere no circuito da cultura produzindo efeito sobre a regulação da vida social, que associa identidades e articula seu consumo e suas experiências na vida pública sobre a política. Discursos de ódio contra o partido são facilmente encontrados nas redes sociais e tomam materialidade nos discursos e atos cotidianos. As manifestações pró-impeachment são, portanto, manifestações sociais de um sistema de produção de sentido complexo entre as diversas negociações da vida cotidiana e as representações sociais, que funcionam como sistemas simbólicos produtores de sentido.

Ao investigar as propriedades construtivas do discurso que formam os pacotes interpretativos e conferem sentido ao real observou-se que as representações acerca das manifestações omitem as estratégias e o apoio de terceiros, como o de empresários, conferindo-lhes um status falacioso de espontaneidade e, conseqüentemente, encoberta o jogo de forças e a disputa de interesses em nome de um patriotismo construído de forma esporádica e não, como uma característica de identidade nacional.

Abaixo foram identificadas as repetições, ênfases e omissões nas três principais matérias descritas.

	Repetições	Ênfases	Omissões
1) Matéria 1: Brasil teve atos em 337 cidades no domingo	Corrupção (2) Impeachment (2) Manifestantes (2)	1) Na quantidade de pessoas no ato pró-impeachment, que foi mais significativo do que em 2015, sendo este, segundo	As manifestações parecem ser espontâneas e a notícia não explora a influência de empresários nos atos. Como por exemplo, no caso de São Paulo,

		dados da PM 2,4 milhões de pessoas e segundo os organizadores 3 milhões, e, em 2016, segundo a PM 3,6 milhões e segundo os organizadores quase 7 milhões. 2) No juiz Sérgio Moro, que “recebeu apoio de manifestantes em Curitiba, a capital da operação Lava Jato, tinha até máscara. No Rio, ele foi homenageado pelo Moro bloco na orla lotada de Copacabana”.	em que o Pato da Fiesp se tornou praticamente símbolo das manifestações. Negligencia também um possível perfil desses manifestantes.
2) Matéria 2: Protestos de domingo têm repercussão no Congresso	Impeachment (6) Congresso (5) Manifestações (2)	1).No conflito de oposição entre governistas e pró-impeachment 2) A repercussão das manifestações no Congresso	A matéria se baseia apenas nas declarações das fontes sem contextualizar falas, interesses, dados ou depoimentos não oficiais.
3) Matéria 3: Dilma reúne ministros e líderes aliados no dia seguinte a protestos	Manifestação (2) Protesto (2)	Reação de Dilma às manifestações pró-impeachment.	Apesar da matéria oferecer um indicativo de que as manifestações não são espontâneas como aparentam (off: Ele disse que em São Paulo os protestos não foram totalmente espontâneos, pois tiveram o apoio de empresários e que os manifestantes também hostilizaram políticos de oposição que tentaram participar dos protestos”), não problematiza o apoio de empresários nas manifestações.

Quadro 6: Repetições, ênfases e omissões das manifestações pró-impeachment

Fonte: Elaboração Nossa

O telejornal mais uma vez recorre às fontes oficiais e especializadas sem dar voz ao cidadão comum a fim de situar suas práticas no âmbito de uma coletividade, traçar um perfil do manifestante a partir de uma auto-representação de si ou até mesmo buscar saber as dimensões cognitivas, emotivas ou críticas destas pessoas.

d) Categorização do fato

As dimensões dos sujeitos não foram postas nas matérias, mas houve uma dimensão simbólica das manifestações expressa na sua amplitude e definida como o maior ato político da capital Vitória, no Espírito Santo, e nos números repetidos e inflamados significativamente ao longo da edição. A categorização de manifestações e

protestos até tentam gerar uma noção de “imparcialidade”, logo rompida como recado das ruas.

Categorização do Fato	Ato pró-impeachment
Maior ato político	Off: Vitória teve o maior ato político de sua história
Manifestações e Protesto	Off: O G1, o Portal de Jornalismo da Globo na internet, apurou que as manifestações de ontem superaram e muito o protesto de março do ano passado, o maior até então. Off: A presidente Dilma se reuniu pela manhã com oito ministros e os líderes do governo no Congresso depois da maior manifestação contra o governo da história.
Recado das ruas	Off: A presidente e os ministros se mantiveram calados e tentaram amenizar o recado das ruas.

Quadro 7: Categorização do fato nas manifestações pró-impeachment

Fonte: Elaborado pela autora

e) Tipificação do Sujeito

As pessoas foram tipificadas como manifestantes conferindo, em um primeiro momento, uma identidade neutra às pessoas. O que via de regra não acontece em coberturas de protestos que imputa, em diversos casos, aos cidadãos o atributo de baderneiros ou vândalos, no entanto, neste caso a ausência de adjetivos mostra uma tentativa de resguardar os envolvidos no ato. No entanto, os sujeitos passam a ser despersonificados para tirarem de si uma ideia de individualidade e lhe conferirem a noção de sujeitos-coletivos, como é o caso das expressões multidões e milhares de pessoas, que reforça mais uma vez a ideia de patriotismo, da causa coletiva e da expressividade do evento em termos quantitativos.

Tipificação dos Sujeitos.	
Manifestantes	O juiz Sérgio Moro também recebeu apoio de manifestantes em Curitiba, a capital da operação Lava Jato, tinha até máscara.
Multidões	Em Brasília multidões pediam a saída dos presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, do Senado, Renan Calheiros, e da presidente da República.
Milhares de Pessoas	Vitória teve o maior ato político de sua história e milhares de pessoas nas ruas e na ponte de ligação com Vila Velha
Juiz Sérgio Moro	Símbolo contra a corrupção No Rio, ele (Sérgio Moro) foi homenageado pelo Moro bloco na orla lotada de Copacabana.
Lula	Jararaca (de forma indireta) Off: Em Maceió a Jararaca citada pelo próprio ex-presidente Lula virou alegoria dos manifestantes contra a corrupção. Obs: Na imagem a Jararaca está próxima a imagem do Lula de Presidiário

Quadro 8: Tipificação do Sujeito nas manifestações pró-impeachment

Fonte: Elaborado pela autora

Ao tirar o foco dos manifestantes, dois elementos são articuladores na produção de sentido. Sérgio Moro é ovacionado em Curitiba com máscaras representando seu rosto e no Rio de Janeiro foi homenageado pelo Moro bloco na orla de Copacabana. Moro tornou-se um símbolo de combate contra a corrupção, que por sinal não é objeto de admissão do impeachment.

No que confere a Lula, os manifestantes utilizaram a jararaca expressa no discurso de Lula, para ressignificá-la de forma contrária e usá-la como instrumento de combate à corrupção.

7.4 Manifestações contra o impeachment - 19 de março de 2016

Uma semana depois das manifestações favoráveis ao impeachment, à população contrária a deposição também foi às ruas. Distante da produção jornalística de 14 de março, o dia 19 trouxe apenas uma única matéria sobre os protestos. A tabulação dos dados, entretanto, não se ateve somente a esta notícia, porque o telejornal associou de forma negativa o Lula à Dilma, como em nenhuma outra edição analisada. No total, a análise recai em seis matérias: 1) *Governo recorre da decisão que suspendeu a nomeação de Lula*; 2) *OAB decide apoiar impeachment e vai decidir se apresenta novo pedido*; 3) *Grampos indicam que Lula atuava para fim de vazamentos na Lava Jato*; 4) *Lula nomeou diretores e sabia de corrupção na Petrobras, diz Delcídio*; 5) *Manifestações a favor do governo ocorreram em 55 cidades e no DF*; 6) *Manifestantes contra o governo Dilma voltam a acampar na Av. Paulista*.

Além das matérias apresentadas acima, outra não está diretamente ligada ao processo de impeachment, mas contribuiu para colocar novamente o governo em pauta de forma negativa, dando à narrativa novos personagens coadjuvantes, que permitem questionar a moral e os atos democráticos do governo, como é o caso da matéria: *Delegados da PF reagem à fala de ministro da Justiça sobre vazamentos*. Na ocasião, o novo ministro da Justiça, Eugênio Aragão, em entrevista a Folha de São Paulo gerou polêmica ao falar que se “sentir cheiro de vazamento troca a equipe de investigação mesmo sem provas”. A fala de Eugênio reforça a ideia de um governo autoritário e antidemocrático capaz de criar obstáculos nas investigações feitas por policiais que contemplem políticos do país. A narrativa prejudica ainda mais o governo de Dilma com a ênfase no discurso do presidente da Associação Nacional dos Delegados da

Política Federal, Carlos Sobral: *“Nós lamentamos profundamente a frase do Ministro da Justiça que disse que trocará a equipe da investigação da Operação Lava Jato sem qualquer prova, sem qualquer apuração ou sem qualquer indício de que há vazamento, isso parece mais frase de alguém que tem pressa para acabar com a operação Lava Jato”*.

a) Ideia Organizadora

A organização dos eventos cotidianos nesta edição do telejornal incide em três eixos centrais: a desqualificação de Lula como agente político e sujeito moral; o ato de Dilma nomear Lula como Ministro para dar-lhe foro privilegiado; a entrevista com José Dirceu como prova cabal dos processos de corrupção do governo do PT. A representação da manifestação em si contra o impeachment aciona quadros depreciativos aos apoiadores do governo, à medida que a Operação Lava Jato é categorizada como símbolo de combate à corrupção e os protestantes, no enquadramento do jornal, são contra as ações da Polícia Federal e do Ministério Público, portanto, consequentemente desejam a permanência de um governo corrupto.

A primeira matéria, Governo recorre da decisão que suspendeu a nomeação de Lula, na qual o apresentador Evaristo Costa anuncia *“O governo recorreu ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão do Ministro Gilmar Mendes que suspendeu a nomeação do ex presidente Lula, como Ministro da Casa Civil. Na decisão Gilmar Mendes afirma que a nomeação teve o objetivo de dar foro privilegiado a Lula e impedir o cumprimento das medidas judiciais”* recorre aos quatro grampos⁹³ divulgados pela imprensa que corroboram a perspectiva apresentada na cabeça da matéria e legitimada pelo ministro do STF, Gilmar Mendes, da presunção de culpa a Lula e de Dilma como partícipe para barrar as investigações contra o ex presidente.

No texto em off da repórter Gioconda Brasil, *“Gilmar Mendes afirma que a iniciativa de comentar a conversa admitindo o seu conteúdo, mas contestando a sua interpretação foi da própria presidente, em que salvo hipótese de anulação da confissão, erro de fato ou coação, houve admissão irrevogável dos fatos. Gilmar*

⁹³ Os quatro grampos são: a conversa entre Lula e o cientista político Alberto Carlos de Almeida, em que ele diz para Lula em que ir para o Ministério é a solução para resolver os seus problemas na justiça. A conversa entre o presidente do PT, Ruy Falcão, e, o então Ministro Chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, em que Falcão preocupado com uma possível prisão de Lula pergunta: e o que acontece se ele for nomeado? A conversa entre Lula e a presidente Dilma em que Lula diz que os poderes da União estão acovardados diante da Lava Jato e a conversa em que a presidente diz que está enviando o termo de posse a Lula para ser usado em caso de necessidade.

Mendes diz que a nomeação de Lula tinha um objetivo de falsidade claro e, que, impedir o cumprimento da ordem de prisão de um juiz em primeira instância, uma espécie de salvo conduto emitido pela presidente da República” , adverte-se que a palavra fato é entendida neste trecho a partir de uma visão neopositivista como algo concreto, real e não passível de interpretação ou sentidos em disputa e, à Dilma, afirma-se sua manobra política como uma prova irrevogável em dar a Lula foro privilegiado.

A matéria produzida pela repórter Heloísa Torres, *OAB decide apoiar impeachment e vai decidir se apresenta novo pedido*, a Ordem dos Advogados do Brasil entende que há sim crime de responsabilidade e, portanto, Dilma deve ser deposta. Apesar de aparecer como um indicativo de solução, este acontecimento se põe como um item catalisador do processo de impeachment, atribuindo confiabilidade à denúncia.

A seleção e divulgação dos grampos envolvendo o ex presidente Lula explícitos na notícia, *Grampos indicam que Lula atuava para fim de vazamentos na Lava Jato*, é o ápice da edição do telejornal. A conversa, por exemplo, entre o ex presidente e Eduardo Paes, na época prefeito do Rio de Janeiro, expõe a insatisfação de Lula com as ações da Polícia Federal e do Ministério Público além de se projetar como a solução em colocá-los no seu “devido lugar”:

Gravação

Lula: *Deixa eu lhe falar uma coisa. Esses meninos da Polícia Federal e esses meninos do Ministério Público, eles se sentem enviado de Deus.*

Eduardo Paes: *É, mas eles são todos crentes. Os caras do Ministério Público são todos crentes né.*

Lula: *É uma coisa absurda. Uma hora nós vamos conversar um pouco, porque eu acho que eu sou a chance que esse país tem de brigar com eles pra tentar colocá-los no seu devido lugar. Ou seja, nós queremos instituições sérias, mas tem que ter limites, tem que ter regras.*

A repercussão dos grampos selou a imagem de Lula como culpado nos processos nos quais estava sob investigação. O apresentador do JN neste dia, Evaristo Costa, complementa as gravações informando:

O ex presidente Lula não se preocupava somente com a atuação do Ministério Público e da Polícia Federal. Nas gravações divulgadas oficialmente pela justiça fica claro que ele se preocupava também com as CPIs do Congresso. Em conversa com Lula, o líder do governo na Câmara, José Guimarães, disse que conseguiu segurar a CPI do CARF que apura um suposto esquema de corrupção no Tribunal da Receita Federal, a CPI é uma operação, é um desdobramento da operação Zelotes, que investiga entre outros, os filhos de Lula.

O recurso de enquadramento de presunção de culpa se estende por toda a edição que sustenta a teia argumentativa da corrupção do PT, personificada por Lula e amenizada pela presidente Dilma ao tentar lhe conferir o cargo de ministro. José Dirceu, ex ministro da Casa Civil do governo do ex presidente e amigo de Lula por anos, aparece como mais uma prova irrefutável da culpabilidade da presidente ao afirmar em entrevista exclusiva para a Globo e a Revista Veja que Lula e Dilma sabiam dos esquemas de corrupção envolvendo a Petrobrás.

Cristina Serra (Entrevistadora): o presidente Lula também sabia, conhecia o Propinoduto?

Delcídio do Amaral: Tem ciência disso, conhecia claramente, nomeou junto com as bancadas os principais diretores da Petrobrás.

C.S.: O senhor é testemunha também de uma corrupção sistêmica no governo. O senhor sabia do que acontecia, o senhor nunca pensou em falar, em denunciar, ou em parar, ou em sair? Como é que o senhor, como a sua consciência lidava com isso que você estava vendo?

D.A: Na verdade eu procurava cumprir com o meu papel de líder do governo e acho que eu cumpri bem. Agora efetivamente eu poderia ter denunciado, até porque eu tenho um nível de conhecimento que é muito diferente dos demais. Por que eu participava desse grupo pequeno que falava de Lava Jato? Porque eu conheço todos os atores. Eu fui empregado da Petrobrás, fui empregado do sistema Eletrobrás. Eu conheci as principais empresas, os donos de empresas, e eu sabia das coisas, mas eu tinha uma missão de ser líder do governo e aprovar os projetos do governo.

A repórter da o veredicto como juíza afirmando a corrupção sistêmica do governo, mesmo antes do julgamento de diversos membros do partido alvo da Operação Lava Jato. Não há inferência de comparação de outros governos corruptos, imputando ao PT, o responsável pela corrupção no país, sem contextualização e aprofundamento acerca desta questão no país.

A notícia sobre as manifestações a favor de Dilma tangencia a grade do telejornal do dia, apontada como a maior em relação ao ano passado, mas ainda menores que os de domingo cuja pauta era a deposição de Dilma.

Conclui-se que a ideia organizadora passa pela desmoralização de Dilma e Lula, a associação de ambos e o Partido nos processos de corrupção do país e na culpabilidade nos atos em que são julgados.

b) Atribuição de Responsabilidade e Julgamento Moral

A atribuição de responsabilidade permeia o telejornal e isto fica claro na escolha das fontes e os ganchos das matérias que ditam uma produção simbólica classificatória e

até mesmo identitária, ao posicionar Dilma e, principalmente Lula, como responsáveis e culpados nos escândalos de corrupção e no caso da presidente, no crime de responsabilidade. A definição de situação classifica Dilma e Lula como corruptos.

Evidencia-se que de todo o material coletado, nesta edição as fontes possuem pouco tempo de fala direta, mas acabam sendo circunscritas nos offs dos repórteres. O agenciamento do conflito se caracteriza mais pelos próprios jornalistas do que por fontes de oposição.

Como poderá ser mais bem percebido no quadro desta edição mais abaixo, o telejornal tenta dar voz ao governo, com o espaço para o advogado da União José Eduardo Cardozo, porém sua fala é abafada por membros da oposição como o senador Cássio Cunha Lima do PSDB-PB, ou pelo presidente da OAB, Cláudio Lamachia. Exclusivamente na matéria sobre as manifestações pró-governo, Lula é a única fonte governista sem nenhuma fala direta dos adversários. O espaço da matéria é pequeno e trata mais de aspectos quantitativos dos números de manifestantes nos atos em 55 cidades brasileiras, do que um diagnóstico da situação.

O julgamento moral passa por dois recursos do enquadramento: a produção de conflito e a presunção de culpa. Mesmo quando se busca uma diminuição do conflito, isto se dá de maneira negativa aos membros do PT pela maneira autoritária, como indica a matéria dos grampos telefônicos envolvendo Lula. A matéria posiciona Lula ao buscar encerrar o conflito inviabilizando a Operação Lava Jato e a CPI do CARF; a ausência de conflito ratifica a culpa e o ato antidemocrático em restringir a atuação da Polícia Federal e do Ministério Público.

c) Indicação de solução

A primeira matéria sobre a decisão de Gilmar Mendes em não acatar a nomeação de Lula como ministro oferece indicativos de solução contraditórios. Na abertura expõe os argumentos do Ministro Gilmar Mendes que toma como solução a suspensão da nomeação de Lula ao cargo. Os trechos finais, por outro lado, indicam que a nomeação é um ato privativo da presidente e, na palavra dos advogados da base governista, as outras 50 ações sobre a nomeação também devem ser suspensas e as investigações não devem ser devolvidas ao juiz Sérgio Moro.

Essa aparente contradição perde importância ao observar a ideia organizadora predominante da matéria sustentada pela decisão do Ministro Gilmar Mendes, lida pela

repórter em diversos trechos da matéria, a fim de explicar a decisão do membro do Supremo Tribunal Federal.

Os outros indicativos sustentam a narrativa de impeachment e da prisão de Lula, de forma indireta, são eles: a) OAB decidiu por 26 votos apoiar o impeachment.; b) Lula quer barrar não somente a atuação do Ministério Público e da Polícia Federal, como também, segurar a CPI do CARF; c) Cumplicidade de Delcídio do Amaral nos crimes que ele mesmo delatou à Polícia Federal em que Dilma e Lula apontam como estar cientes dos acontecimentos de propina; d) A manifestação a favor do impeachment ainda continua.

EDIÇÃO JORNAL NACIONAL DIA 19 DE MARÇO DE 2016- MANIFESTAÇÕES CONTRA O IMPEACHMENT

Âncoras do Jornal Nacional: Evaristo Costa e Monalisa Perrone

Matérias	Enfoque	Fontes	Julgamento Moral	Indicação de Solução	Jornalista
1)Governo recorre da decisão que suspendeu a nomeação de Lula	A nomeação de Lula para Ministro da Casa Civil configura-se como foro privilegiado e obstrução do progresso das medidas judiciais	Advogado do governo: José Eduardo Cardozo Deputado Wadih Damous (PT-RJ) Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	A matéria infere ao Lula a condição de oportunista para se desvencilhar das investigações da Operação Lava Jato. Para os governistas não há ilegalidade formal e nem material da presidente Dilma em nomear Lula que merecesse ser reprimida pelo poder judiciário.	A matéria oferece indicativos de solução contraditórios. Na abertura expõe os argumentos do Ministro Gilmar Mendes e toma como solução a suspensão da nomeação de Lula ao cargo. Os trechos finais, por outro lado, indicam que a nomeação é um ato privativo da presidente e, na palavra dos advogados da base governista, as outras 50 ações sobre a nomeação também devem ser suspensas e que as investigações não sejam devolvidas ao juiz Sérgio Moro.	Gioconda Brasil
2)OAB decide apoiar impeachment e vai decidir se apresenta novo pedido	A Ordem dos Advogados decidiu que vai apoiar o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.	Advogado da União José Eduardo Cardozo Cláudio Lamachia-presidente da OAB	Presunção de culpa Para a OAB há crime de responsabilidade e confere a Dilma a presunção de culpa. Off: “Para a OAB há sim crime de responsabilidade”. Apelo à justiça Eduardo Cardozo: Collor teve direito a uma CPI que investigasse, nós pedimos o direito de sermos investigados, antes que esse Conselho tome uma decisão, inclusive fazendo referências a provas que nós advogados sempre repudiamos e temos como ilegais.	OAB decidiu por 26 votos apoiar o impeachment.	Heloísa Torres
3) Grampos indicam que Lula atuava para fim de vazamentos na Lava Jato	Enfoque nas gravações de Lula com o Ministro da Casa Civil, Edinho Silva, com o Ministro chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, com	Não há fonte direta nas matérias. Apenas as gravações já citadas.	A matéria posiciona Lula ao buscar encerrar o conflito inviabilizando a Operação Lava Jato e a CPI do CARF.	Indica que Lula quer barrar não somente a atuação do Ministério Público e da Polícia Federal, como também, segurar a CPI do CARF que apura um suposto esquema de corrupção no Tribunal da Receita Federal (a CPI é um desdobramento da operação Zelotes, que investiga entre outros, os filhos de Lula).	Evaristo Costa e Monalisa Perrone (apresentadores). Matéria sem jornalista com a apresentação

	Eduardo Paes, prefeito do Rio de Janeiro e por fim, com o líder do governo na Câmara, José Guimarães.				das gravações envolvendo o Lula.
4) Lula nomeou diretores e sabia de corrupção na Petrobras, diz Delcídio	Enfoque na delação premiada em que Delcídio do Amaral confessa novamente na entrevista exclusiva a Globo e a Veja o conhecimento de Lula e Dilma em questões como o propinoduto e na propina que contribuiu para a campanha de Dilma nas eleições de 2010 e 2014.	Entrevista com o senador Delcídio do Amaral	Presunção de Culpa Off: O senador Delcídio do Amaral também deu entrevista a revista Veja, que chegou hoje às bancas. Nela, Delcídio do Amaral, diz que o ex presidente Lula comandava o esquema e tentou interferir na Lava Jato, logo nos primeiros passos da operação. O senador diz que na primeira vez em que foi procurado por Lula nem era líder do governo. Delcídio afirma que isso foi logo depois da prisão de Paulo Roberto Costa, que Lula estava muito preocupado e que ele sabia do tamanho de Paulo Roberto na Operação, da profusão de negócios fechados por ele e do amplo leque de partidos e políticos que ele atendia. O Lula me disse assim: “É bom a gente acompanhar isso. Tem muita gente pendurada lá, inclusive do PT”. Na época ninguém imaginava onde isso ia chegar. O repórter pergunta a Delcídio se a presidente tem o poder de mudar voto no Supremo. O senador respondeu que Dilma costumava repetir que tinha cinco ministros no STF. Era clara a estratégia do governo de fazer lobby nos tribunais superiores e usar seus ministros simpáticos à causa para deter a Lava-Jato. Na entrevista ao Jornal Nacional, o senador assume a sua parcela de culpa no escândalo.	Cumplicidade de Delcídio do Amaral nos crimes que ele mesmo delatou à Polícia Federal em que Dilma e Lula apontam como estar cientes dos acontecimentos de propina. A entrevista indica que ambos os ex presidentes são culpados.	Cristina Serra
5) Manifestações a favor do governo	Apresenta a quantidade de manifestantes em	Lula	Apoio à Dilma, Lula e contra a Operação Lava Jato.	Fechar o levantamento sobre as manifestações contra o impeachment.	Somente voz em off

ocorreram em 55 cidades e no DF	algumas cidades brasileiras.		“Manifestantes carregaram cartazes de apoio à presidente Dilma Rousseff e ao ex presidente Lula e contra a operação Lava Jato”.	Evaristo Costa: “O G1 o portal de notícias da Globo na internet fechou o balanço com os números das manifestações de ontem a favor do governo Dilma. Elas ocorreram em 55 cidades de todos os estados e no distrito federal e tiveram a participação de 1, 7 milhão pessoas segundo os organizadores e 275 mil pessoas nos cálculos da polícia militar.	
6) Nota: Manifestantes contra o governo Dilma voltam a acampar na Av. Paulista	Apesar das manifestações em apoio a Dilma, os manifestantes a favor do impeachment não deixaram de ir às ruas.		Busca voltar ao conflito. “Em Curitiba o protesto foi a favor do juiz Sérgio Moro e da Operação Lava Jato, em frente ao prédio da Justiça Federal. No Rio Grande do Sul manifestantes contra o governo Dilma bloquearam parcialmente o acesso em três rodovias do Estado”.	A manifestação a favor do impeachment ainda continua.	

Quadro 9: Julgamento moral e indicação de solução nas manifestações pró-governo
Fonte: Elaborado pela autora

O quadro acima permite visualizar a edição completa com os assuntos envolvendo direta ou indiretamente o governo e as manifestações contra o impeachment. O enquadramento de conflito que perpassa não somente a grade analisada, mas em todas as outras, reduz o debate complexo dos assuntos políticos reduzidos a uma perspectiva simplista e polarizada dos eventos. Ao pensar nos códigos compartilhados entre emissão e recepção, subentende-se que a narrativa construída a partir destas propriedades permite ao telespectador-usuário um entendimento dos acontecimentos. Nesta lógica, não somente o telejornalismo, como o webjornalismo e muitas vezes o impresso corroboram para a produção de um jornalismo pouco investigativo e interpretativo marcado por visões panorâmicas e enviesadas da ‘realidade’. O que pouco se problematiza na esfera pública é a atribuição de responsabilidade dos próprios veículos e profissionais de mídia co-responsáveis pelo cinismo político e a desconfiança dos líderes sem o devido rigor expresso nos códigos de ética e nos valores do que seria um “bom jornalismo”.

A superficialidade presente no recurso de enquadramento de conflito omite as motivações das fontes em derrubar, por exemplo, a nomeação de Lula a ministro. Não se exime a responsabilidade de tentar o foro privilegiado como instrumento político para se afastar das investigações, cujo objetivo da pesquisa não é produzir um julgamento moral das atitudes envolvidas nas práticas de agentes políticos. Interroga-se, porém, os quadros enviesados das reportagens em salientar as ações de membros do PT, expressivamente Lula e Dilma, e ocultar as intencionalidades e práticas tanto dos agentes jurídicos como políticos de oposição.

	Repetições	Ênfases	Omissões
1) Governo recorre da decisão que suspendeu a nomeação de Lula	Lula (18) Supremo Tribunal Federal (4) Ministro da Casa Civil (4)	A matéria da ênfase à polarização de ideias envolvendo a nomeação de Lula, para ministro Chefe da Casa Civil, mas prevalece a opinião do ministro Gilmar Mendes e das quatro gravações de Lula para corroborar a sua decisão.	A matéria se sustenta na posição entre fontes governistas e oposição, bem como, na decisão de Gilmar Mendes, disponível por meio de um arquivo de 34 páginas. Porém, não contextualiza a decisão e a posição das fontes e nem produz uma análise mais profunda de conjuntura, que propiciasse um diagnóstico da situação.
2 OAB decide apoiar impeachment e vai decidir se apresenta novo pedido	Ordem dos Advogados Brasileiros (8)	Na decisão da OAB em apoiar o processo de Impeachment	Não apresenta o argumento contrário dos dois membros da Ordem que votaram contra à decisão. A fala do presidente da OAB apresenta, de acordo com a edição, apenas uma visão técnica e superficial sem argumentos.
3) Grampos indicam que Lula atuava para fim de vazamentos na Lava Jato	Lula (10) Gravações (4) Grampos (2)	A reportagem toda se baseia em gravações telefônicas de Lula, grampeadas pela Justiça.	Apesar dos inúmeros envolvidos na Operação Lava Jato, praticamente os grampos envolvendo pessoas da base governista foram divulgados pela imprensa e autorizados pela PF para a veiculação.
4) Lula nomeou diretores e sabia de corrupção na Petrobras, diz Delcídio	Lula (10) Delcídio do Amaral (9) Dilma (5)	Lula e Dilma tinham ciência dos acontecimentos.	Não contextualiza e explora os supostos crimes do Propinoduto e da propina que beneficiou a campanha de Dilma.
5) Manifestações a favor do governo ocorreram em 55 cidades e no DF	Número de Participantes	Nos números de manifestantes apoiando o governo Dilma, mas que é relativizada em comparação com as manifestações da semana passada a favor do impeachment.	Não traz depoimento de manifestantes ou dados mais contextualizados ou relacionais com os outros eventos na política, foca apenas nos números de participantes.
6)Manifestantes contra o governo	_____	As manifestações a favor da Lava Jato continuam	A nota não oferece números, ao contrário das outras matérias

Dilma voltam a acampar na Av. Paulista			sobre as manifestações que permitem estabelecer um critério comparativo. Não da voz aos manifestantes.
---	--	--	---

Quadro 10: Repetições, ênfases e omissões das manifestações pró-governo

Fonte: Elaboração Nossa

O quadro acima esclarece as omissões no texto e os destacamentos. Assim, o enquadramento de dimensionalidade salienta os grampos de Lula e a entrevista de José Dirceu dando pouca visibilidade às manifestações pró-governo.

d) Categorização do Fato

Categorização do Fato	Manifestação de Apoio ao Governo
Atos	“Grande mais nem tanto” Pelo levantamento do G1 é possível dizer que os atos de ontem a favor do PT foram os maiores desde o ano passado, mas também se concluiu que os atos de ontem foram menores que os de domingo passado contra Dilma e Lula, quando manifestações foram realizadas em 337 cidades de todos os estados e no distrito federal e reuniram 6,9 milhões pessoas, segundo os organizadores 3,6 milhões de pessoas segundo a polícia militar.

Quadro 11: Categorização do fato nas manifestações pró-governo

Fonte: Elaborado pela autora

A nota seguinte, *Manifestantes contra o governo Dilma voltam a acampar na Av. Paulista*, estabelece uma ideia de oposição e volta a tecer o conflito de forma binária entre apoiadores e opositores do governo. Ao contrário dos atos a favor de Dilma irem como diz a matéria “contra a Lava Jato”, símbolo de combate à corrupção no país, os manifestantes que apoiam a deposição de Dilma, o fazem “a favor do juiz Sérgio Moro e da Operação Lava Jato, em frente ao prédio da Justiça Federal”.

Os atos são comparados com as manifestações do dia 13 de março e subjugados diante dos números mais expressivos dos protestos favoráveis ao impeachment. Os domínios discursivos expõem a escolha dos rótulos para os incidentes, classificando os eventos políticos e atribuindo valores às pessoas envolvidas e a categorização do fato.

e) Tipificação do sujeito

Semetko e Valkenburg (2000 apud SOARES) fizeram um estudo com base na abordagem do enquadramento na imprensa holandesa e identificaram quatro tipos de enquadramento: o de conflito – presente por sinal em diversos estudos sobre política; interesse humano; consequências econômicas e responsabilidade. Na categoria

tipificação do sujeito interessa-nos o enquadramento de interesse humano, entendido como o destaque do lado emocional, personalização e dramatização da notícia. Na edição do dia 19 de março a personalização dos eventos políticos na figura de Lula foi intensa e atribui a ele a identidade de corrupto, como apresentado na ideia organizadora de forma mais explícita. Não obstante, Dilma mesmo não sendo o foco dos enquadramentos midiáticos, se insere na narrativa como conhecedora dos esquemas de propina envolvendo a Petrobrás e articuladora ao tentar isentar a culpa de Lula ao lhe conferir o cargo de ministro, interrompido pela decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes.

Ao aferir responsabilidade ao ex presidente e a presidente deposta, a produção de sentido não recai apenas a uma identidade pessoal, mas a atribuição de sentido perpassa o grupo e o governo do PT, colocados em um único “baú” como bandidos do dinheiro público. O impeachment pode ser interpretado, como um enquadramento de dimensionamento, capaz de ampliar ou reduzir elementos da realidade para torná-los ou não salientes. Nesse sentido, a deposição de Dilma se insere como uma atividade meio para uma atividade fim, estigmatizar Lula e tirá-lo da vida política do país.

O quadro abaixo busca mostrar a tipificação apenas dos manifestantes pró-governo, por entender que a escolha da decupagem da edição se dá pela possibilidade comparativa com a produção de reportagens das manifestações pró-impeachment.

Tipificação dos Sujeitos.

Manifestantes	A favor da Lava Jato (no caso dos que apoiam a deposição de Dilma) “Um grupo de manifestantes contra o governo Dilma voltou a acampar na Avenida Paulista. Os manifestantes estão acampados na calçada em frente a Fiesp, a Federação das Indústrias de São Paulo. Eles dizem que não pertencem a nenhum partido político e que vão ficar lá até que a presidente Dilma deixe o governo. Em Curitiba o protesto foi a favor do juiz Sérgio Moro e da Operação Lava Jato, em frente ao prédio da Justiça Federal. No Rio Grande do Sul manifestantes contra o governo Dilma bloquearam parcialmente o acesso em três rodovias do Estado” (Nota 6) . Contra a Lava Jato “Manifestantes carregaram cartazes de apoio à presidente Dilma Rousseff e ao ex presidente Lula e contra a operação Lava Jato” (Matéria 5). “Inconsequentes” Em Curitiba, uma grande bandeira, faixas e cartazes, cerca de 30 mil pessoas se reuniram segundo os organizadores e 5 mil de acordo com a PM. Duas pessoas atiraram rojões e foram presas.
---------------	---

Quadro 12: Tipificação do Sujeito nas manifestações pró-governo
Fonte: Elaborado pela autora

Os quadros atribuídos aos manifestantes permitem pensar não somente a tipificação desses sujeitos, como também a manutenção de uma ideia organizadora que se constrói ao longo do JN por quase um ano, impetrando às pessoas favoráveis a permanência de Dilma uma luta anticominate à corrupção. A matéria aponta também que duas pessoas atiraram rojões e foram presas, enquanto no domingo passado as manifestações foram pacíficas. Já os protestos a favor da deposição não pararam e, esses sim, são favoráveis à Lava Jato.

7.5 Votação do Impeachment na Câmara dos Deputados: 18 de Abril

No domingo, 17 de abril de 2016, o plenário da Câmara dos deputados aprovou o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, por 367 votos a favor, 137 contra, sete abstenções e duas ausências. A sessão, comandada por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi acompanhada pelos jornais do país e do mundo e a repercussão na internet e nas ruas foram intensas.

A polarização da imprensa brasileira manifesta em duas macroestruturas simbólicas entre guardiões da moral e corruptos influenciou nos acontecimentos políticos e a materialização dos seus efeitos em âmbito social. As mídias tradicionais brasileiras historicamente privilegiadas pela ausência de um marco regulatório, responsável pela formação de conglomerados midiáticos, dificultaram formações simbólicas mais plurais principalmente para as classes mais baixas da população.

Em um contexto midiático como o brasileiro, a mídia massiva adquire importante função de dispositivo não somente de controle na organização dos eventos cotidianos como também de confiança (QUERÉ, 2005a). A confiabilidade nas informações emitidas por instituições públicas e imprensa ainda prepondera em relação às informações dispersas nas redes sociais ou na internet de forma geral. Ou seja, a dimensionalidade propiciada pelos veículos de mídia a partir da ênfase e ocultamento, atribuição de voz e visibilidade reflete nas opiniões e valores dos cidadãos e coopera para o tensionamento entre os interesses individuais e coletivos das sociedades democráticas.

Como uma das protagonistas do debate público, a televisão, ainda principal veículo do país em termos de alcance, adquire funcionalidade expressiva para o entendimento do processo de impeachment. Na segunda-feira, 18 de abril de 2016, um

dia após a votação na Câmara a seleção da apresentação dos votos chamou a atenção para a tentativa de encobrir a postura reacionária dos parlamentares que evocaram Deus e a família, quando não os maçons do Brasil, os médicos brasileiros, o amor à vida, o direito das crianças, os fundamentos do cristianismo ou todos os corretores de seguro do Brasil, como justificativa para o Sim⁹⁴.

a) Ideia Organizadora

No total, cinco matérias ocuparam de cinco a sete minutos cada no telejornal sobre a votação na Câmara. São elas: 1) Senado recebe o pedido de impeachment da presidente Dilma; 2) Congresso lotado vota pelo prosseguimento do processo de impeachment; 3) Processo de impeachment começou a tramitar em dezembro de 2015; 4) Michel Temer se reúne com assessores em São Paulo; 5) Dilma volta a dizer que é inocente e se diz injustiçada.

A espetacularização guiou o JN no dia 18 de abril. Falas como: - *“De carrinho com 12044 páginas foi assim que a pilha com o processo de impeachment da presidente Dilma chegou ao senado; Um dia depois de a Câmara votar o processo de impeachment para o senado, a presidente visivelmente abalada, Dilma Rousseff falou hoje com a imprensa, voltou a insistir que é inocente e se disse injustiçada; - reforçam a grandiosidade do processo e o desgaste acarretado por ele.*

A tipificação de um Supremo Tribunal Federal isento, como no depoimento do Ministro Luis Roberto Barroso, *O Supremo não está nem de um lado e nem de outro. O nosso papel é proteger as instituições*, o recurso de enquadramento de conflito inter cruzado com a espetacularização, *As circunstâncias mostraram que nada seria fácil para ninguém. O plenário da Câmara virou um ringue. Depois de muita confusão, uma chapa alternativa para a Comissão do impeachment foi aprovada. Como Eduardo Cunha queria e a presidente temia e o recurso de presunção de culpa* permearam os discursos em off dos jornalistas e das fontes, *Hoje o processo aqui é Dilma Rousseff. Aqui temos que julgar o mensalão inclusive e começar a voltar no tempo para ver como isso começou. E quanto maiores forem às provocações mais voltaremos no tempo e vamos ver o Petrolão, por que esse processo contra Dilma Rousseff permitirá fortalecer*

⁹⁴ Ver mais em <https://www.youtube.com/watch?v=8nVP-gRHh7Y>.

a Lava Jato e aprofundar as investigações do Petrolão. Ninguém aqui tem medo de ninguém. Eu comecei dizendo, eu voto sim.

b) Atribuição de Responsabilidade e Julgamento Moral

A atribuição de responsabilidade fica evidente com a aprovação da Câmara no processo de impeachment e na estruturação enunciativa das matérias a partir da escolha das fontes e dos termos. No entanto, cabe aqui uma ressalva para os recursos de julgamento moral evidenciado pelo cinismo político explícito na fala de Romero Jucá, presidente em exercício do PMDB, sobre a composição dos membros da relatoria do processo: *O ideal é que não paire nenhum tipo de desconfiança na relatoria ou nas condições dos trabalhos. Como o PMDB em tese é beneficiado com o afastamento da presidente Dilma e o PT quer a manutenção da presidente Dilma, a melhor solução, mas que deverá sair do entendimento dos líderes seria em tese nenhum dos dois ter relatoria.*

A participação do PMDB na deposição de Dilma foi crucial durante todo o processo, vindo a ter um presidente pela segunda vez na história do país chegando ao cargo de forma indireta, ocupando apenas o lugar de vice-presidente. A primeira vez ocorreu em 1985, quando José Sarney assumiu o cargo máximo do executivo do país no lugar de Tancredo Neves. Sem embargo, o partido tem significativa representativa no congresso devido a sua forte presença regional, o que permite ter espaço de manobra suficiente no que competem as decisões políticas do país.

A moralidade anuncia outro recurso de enquadramento presente de forma exaustiva nos votos sim dos parlamentares. Entretanto, o JN não explorou este tipo de enunciado, deixando apenas na fala do deputado Carlos Sampaio do PSDB-SP um traço dos argumentos expostos para corroborar a decisão: *Brasileiros e brasileiras para que a decência se sobreponha a este governo moralmente desonesto, o meu voto é sim.*

Os quadros sociais de referência destacaram o conservadorismo da política brasileira em acionar diante de si, Deus e a família cristã, como justificativa plausível da deposição sem mencionar ou problematizar a denúncia que levou a admissibilidade do impeachment.

Por fim, o Supremo Tribunal Federal ostenta sua funcionalidade de agente político, resguardado pela ideia da verdade dos fatos e da sua postura imparcial como

efeito moralizante e justo ao processo, que segundo os ministros, segue o rito constitucional.

c) Indicação de Solução

A ação moralista da votação é abafada pela ritualidade do processo que segue os trâmites constitucionais, como fica evidente na fala de Willian Bonner: *“Os presidentes do Supremo e do Senado anunciaram que irão compor em conjunto um roteiro para determinar os próximos passos do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Esse roteiro vai ser elaborado pelas assessorias jurídicas do senado e do Supremo e será submetido a todos os ministros do STF para verificar se estará de acordo com a constituição, com a lei dos crimes de responsabilidade e com o rito do impeachment de Fernando Collor”*.

Outros indicativos são: agilidade do resultado final, continuidade do processo e no caso da fala de Marina Silva, novas eleições. A solução, entretanto, não se dá apenas no campo simbólico, mas social e político com a visita de Michel Temer, até então vice-presidente, a São Paulo a fim de montar uma nova equipe de formação econômica.

O quadro abaixo fornece um panorama dos recursos de enquadramento encontrados nas categorias julgamento moral e indicação de solução.

EDIÇÃO JORNAL NACIONAL DIA 18 DE ABRIL DE 2016- VOTAÇÃO DO PROCESSO DE IMPEACHMENT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Âncoras do Jornal Nacional: Willian Bonner e Renata Vasconcelos

Matérias	Enfoque	Fontes	Julgamento Moral	Indicação de Solução	Jornalista
1) Senado recebe o pedido de impeachment da presidente Dilma	Com a aprovação do processo na Câmara, a matéria busca explicar os ritos do processo no Senado.	Renan Calheiros – Presidente do Senado Senador Romero Jucá- presidente do PMDB. Senador Humberto Costa (PT-PE e líder do partido)	Busca pelo conflito na formação da Comissão da Relatoria Off: “O PT diz que vai brigar” Imparcialidade no processo (Cinismo político) Romero Jucá “O ideal é que não paire nenhum tipo de desconfiança na relatoria ou nas condições dos trabalhos. Como o PMDB em tese é beneficiado com o afastamento da presidente Dilma e o PT quer a manutenção da presidente Dilma, a melhor solução, mas que deverá sair do entendimento dos líderes seria em tese nenhum dos dois ser da relatoria”.	Seguir a Constituição no rito do processo Bonner: “Os presidentes do Supremo e do Senado anunciaram que irão compor em conjunto um roteiro para determinar os próximos passos do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Esse roteiro vai ser elaborado pelas assessorias jurídicas do senado e do Supremo e será submetido a todos os ministros do STF para verificar se estará de acordo com a constituição, com a lei dos crimes de responsabilidade e com o rito do impeachment de Fernando Collor”.	Zileide Silva
2): Congresso lotado vota pelo prosseguimento do processo de impeachment	Na sessão do plenário da Câmara em que aprovou o processo de impeachment que seguiu para o Senado.	Dep. Carlos Sampaio (PSDB-SP) Dep. Miro Teixeira (Rede-RJ) Dep. Arlindo Chinaglia (PT-SP) Dep. Bruno Araújo (PSDB-PE) Dep. Afonso Florence (PT-BA) Dep. Pauderney Avelino (DEM-AM) Marina Silva Ex Presidente Fernando Henrique Cardoso	Polarização Intensa do Conflito Opositores Decência e Moral Dep. Carlos Sampaio (PSDB-SP) Brasileiros e brasileiras para que a decência se sobreponha a este governo moralmente desonesto, o meu voto é sim. Justiça Miro Teixeira- Rede Rio de Janeiro: Hoje o processo aqui é Dilma Rousseff . Aqui temos que julgar o mensalão inclusive e começar a voltar no tempo para ver como isso começou. E quanto maiores forem as provocações mais voltaremos no tempo e vamos ver o petrolão, por que esse processo contra Dilma Rousseff permitirá fortalecer a Lava Jato e aprofundar as investigações do Petrolão.	A continuidade do processo de impeachment Agilidade do resultado final Nova Eleição (Fala de Marina Silva)	Júlio Mosquéra

			Aliados Manter a vontade popular, a democracia e os oprimidos Dep. Arlindo Chinaglia – PT-SP: O caminho mais curto para garantir a vontade popular e representar o povo brasileiro é respeitar o resultado das eleições. A segurança desse processo é garantido pela constituição, então, em, defesa de democracia, em defesa da constituição, em defesa de homens e mulheres que estão na rua hoje e que estiveram sempre nas ruas em defesa da democracia, o meu voto é não.		
3) Processo de impeachment começou a tramitar em dezembro de 2015	No processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff	Dilma Rousseff Luis Roberto Barroso (Ministro do STF) Dias Tofolli (Ministro do STF) Jovair Arantes (PTB-GO) relator do processo. Celso de Melo (Ministro do STF)	Prevalece a Ideia de Conflito de forma polarizada, sendo que o Supremo Tribunal Federal assume um discurso de imparcialidade como efeito moralizante e justo ao processo, que segundo os ministros, segue o rito constitucional. Off: As circunstâncias mostraram que nada seria fácil para ninguém. O plenário da Câmara virou um ringue. Depois de muita confusão, uma chapa alternativa para a Comissão do impeachment foi aprovada. Como Eduardo Cunha queria e a presidente temia. Luis Barroso (Ministro do STF): O Supremo não está nem de um lado e nem de outro.	Explicar os ritos dos processos e o caminho que se deu até chegar ao Senado.	Marcos Losekann
4) Michel Temer se reúne com assessores em São Paulo	A ida de Michel Temer à São Paulo para pensar em uma nova formação de governo e política econômica	Dep. Hugo Motta (PMDB-PB) Moreira Franco (ex governador do Rio de Janeiro e ministro da Aviação	União Nacional Dep. Hugo Motta: “É um momento de muita responsabilidade e a partir de agora o PMDB tem a condição junto com os demais partidos conduzir um processo de união nacional em prol	Nova formação de uma equipe econômica para diminuir os problemas do país.	Voz em off

		Civil no governo Dilma)	de um país e dos brasileiros” Reestabelecer a credibilidade e economia do país Moreira Franco: Ele tem a noção exata do tamanho do desafio que a presidência da república impõe àquele que a exerce, e esse desafio começa pela necessidade de reestabelecer a credibilidade do país, reestabelecer a possibilidade da economia crescer, que nós possamos gerar emprego e renda e tranquilizar a sociedade brasileira.		
5) Dilma volta a dizer que é inocente e se diz injustiçada	Na declaração de Dilma após a votação da Câmara que aprovou a admissibilidade do processo, no qual seguiu para o Senado, em que critica fortemente Eduardo Cunha e Michel Temer. Depois o foco recai para a legitimidade do processo de impeachment.	Dilma Rousseff Janaína Paschoal (jurista) Senador José Agripino Maia (DEM/RN) Antônio Imbassahy (PSDB/BH, líder do partido)	Reforça o conflito sobre o processo a partir da fala de Dilma e da jurista Janaína Pascoal.	A matéria termina com uma nota pé de Bonner lendo a nota do presidente da Câmara Eduardo Cunha, cujo indicativo de solução seria à presidente Dilma se ater a responder as denúncias que a ela lhe conferem. Bonner: Em nota o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, do PMDB, disse que a presidente Dilma deveria se ater a explicar as denúncias de crime de responsabilidade que pesam contra ela. Cunha disse também que a presidente era presidente do conselho da Petrobrás quando, segundo ele, ocorreu o maior esquema de corrupção do mundo.	Não aparece o repórter. As entrevistas são conectadas com as falas dos apresentadores Willian Bonner e Renata Vasconcelos.

Quadro 13: Julgamento moral e indicação de solução na votação na Câmara

Fonte: Elaborado pela autora

Os meios de comunicação tendem a enquadrar os eventos acionando valores básicos que são compartilhados socialmente e podem ser facilmente assimilados pela população a fim de buscar empatia a causas nas quais os veículos definem como importantes de serem agendadas. Valores como individualismo econômico, democracia, capitalismo e liberdade são alguns atributos valorizados no processo de ordenamento simbólico dos eventos.

Os efeitos de enquadramento (D'ANGELO, 2002) nem sempre são facilmente localizáveis em sociedades complexas com fluxos intensos de comunicação e a padronização desses efeitos torna-se altamente problemática ao cair em generalizações sociais permeadas por reducionismos de cunhos estruturalistas, sociais e até mesmo cognitivos. No entanto, a ideia de repetição, destacamento ou saliência dos enquadramentos permitem criar uma definição de situação plausível de entendimento, na medida em que estes ativam o conhecimento anterior dos receptores. Em contato com o texto noticioso, o telespectador passa a negociar as informações com estruturas semânticas previamente organizadas, as quais permitem formar esquemas de interpretação.

A ênfase na culpabilidade de Dilma martelada pelas funções enunciativas das notícias na cabeça dos telespectadores formatada por meio de um discurso constitucional e anticorrupção, passa a ser mais facilmente endossada em períodos de crise econômica, em que o sujeito deseja ansiosamente reverter à situação atual e culpar o outro pelas suas deficiências individuais e coletivas.

As fontes servem como um reforço positivo a estrutura narrativa da edição do JN em garantir a atribuição de responsabilidade a Dilma. Uma das matérias traz os juristas Hélio Bicudo e Janaína Paschoal, dois dos autores do pedido de impeachment, para explicar a denúncia que culminaria meses depois na deposição da presidente.

Em sua fala, Janaína Paschoal desmerece Dilma e garante que o que houve em seu governo foi de fato crime de responsabilidade:

O governo está querendo criar uma ilusão de que aquela denúncia não diz o que diz. Se você pegar a lei de responsabilidade fiscal, você tem lá o artigo 36 e o artigo 38. No artigo 36 está escrito lá que o governo não pode pegar empréstimos de bancos públicos. No artigo 38 trata das chamadas operações por antecipação, operações de créditos por antecipação, que é aquela em que você paga na frente alguma coisa, que corresponde ao governo e isso é como se fosse um empréstimo. A própria lei de responsabilidade fiscal diz com todas as letras que a operação de crédito por antecipação ela é sinônimo de empréstimo. Esses dois dispositivos proíbem essa

operação. O 36 proíbe a tomada de empréstimos por antecipação de bancos públicos. O 38 proíbe, inclusive, a tomada de empréstimos de bancos privados dessa modalidade por antecipação no ano eleitoral, mormente se no ano anterior não estiver sido resgatado.

A apresentadora do telejornal, Renata Vasconcelos, logo em seguida comenta: *As declarações da presidente Dilma repercutiram mal no congresso. E o senador José Agiprino Maia do DEM-RN confirma: O crime de responsabilidade tanto existe que direito de defesa foi dado, a acusação foi renovada e os parlamentares votaram referindo-se muitos deles às práticas de pedaladas fiscais e a contaminação do processo pela condenação do Tribunal de Contas da União pela presidente da República, as contas da presidente foram condenadas pelo Tribunal de Contas da União.*

Minutos depois, a matéria traz Antonio Imbassahy – (PSDB-BH), colocando nesta edição as fontes como recurso dominante do enquadramento: *Olha a presidente violou o artigo 35 da Constituição Federal violou o artigo 10 da lei que trata de crimes de responsabilidade fiscal a lei 1079 de 1950 e também infringiu o artigo 4 da lei orçamentária de 2015 e teve amplo direito de defesa. O relatório que foi apresentado na comissão processante foi claríssimo e o congresso seguiu rigorosamente as ordens da Suprema Corte e da Constituição Federal, então não tem nenhum cabimento isso. Para uma presidente que mentiu para os brasileiros, que tentou obstruir as investigações da Lava Jato, que queria proteger um ex presidente da justiça, o ex presidente Lula, isso é muito feio. Realmente não da pra ter esse tipo de conversa porque não convence a ninguém.*

O quadro abaixo mostra que os termos crime de responsabilidade e lei de responsabilidade foram repetidos seis vezes, um número expressivo ao pensar que as repetições variavam entre duas ou três vezes por termo.

	Repetições	Ênfases	Omissões
1) Senado recebe o pedido de impeachment da presidente Dilma	Processo ou Impeachment (13) Presidente ou Dilma (10)	No trâmite do processo no senado e na composição da Comissão Relatora no Senado.	A matéria busca polarizar novamente a discussão, tendo como eixo a Comissão Relatora no Senado, mas não oferece ao telespectador uma análise ou informações mais profundas, além daquelas declaradas pelas fontes.
2) Congresso lotado vota pelo prosseguimento do processo de	Quantidade de Sim e Não.	No voto dos Deputados	A edição do Jornal Nacional não mostrou os inúmeros votos sem justificativa ao Sim e, que evocavam a Deus e a Família as razões para a deposição de Dilma.

impeachment			Não há nem um questionamento da imprensa para saber o nível de conhecimento dos Deputados sobre o processo antes do voto.
3) Processo de impeachment começou a tramitar em dezembro de 2015	Ampla defesa (3)	Nas declarações dos ministros do Supremo Tribunal Federal.	Não há uma postura crítica dos jornalistas em relação à fala dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que aparecem na matéria como dispositivo de neutralidade, imparcialidade e justiça, a partir de elementos de verdade estabelecidos mediante a Constituição Federal.
4) Michel Temer se reúne com assessores em São Paulo	Economia/equip e econômica (6)	Diminuir os problemas econômicos do país na gestão Temer.	O ex governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, fala por Michel Temer, mas o vice-presidente não se comunica com a imprensa de forma direta. A matéria não aborda como Michel Temer poderia diminuir o problema econômico do país, apenas o posiciona como um governo de salvação às crises político e econômica.
5) Dilma volta a dizer que é inocente e se diz injustiçada	Injustiçada (6) Crime de Responsabilidade/Lei de Responsabilidade e (6)	1) Do governo: Dilma é injustiçada 2) Da Oposição e dos juristas Houve crime de responsabilidade e Fiscal	A base jurídica do impeachment levantada por Janaína Paschoal não sofre crítica ou profundidade ao longo do noticiário, em vista de que as pedaladas fiscais ocorreram por anos no Brasil e não levou a deposição de nenhum outro presidente. O argumento jurídico, portanto, se descontextualiza dos jogos de poder.

Quadro 14: Repetições, ênfases e omissões na votação na Câmara

Fonte: Elaboração Nossa

Ao contrário das demais edições, nesta optamos por apresentar a categorização do fato junto com a tipificação do sujeito, pois no último caso “o processo é Dilma Rousseff” a ideia se hibridiza.

d) Categorização do fato e tipificação do sujeito

Categorização do Fato	Votação na Câmara dos Deputados
Grito de Esperança	Dep: Bruno Araújo (PSDB-PE): Quanta honra o destino me reservou de poder dar a minha voz sair o grito de esperança de milhões de brasileiros. Senhoras e senhores, Pernambuco nunca faltou ao Brasil, carrego comigo nossas histórias de luta pela liberdade e pela democracia, por isso eu digo ao Brasil, sim para o futuro
Golpe	Dep. Afonso Florence (PT-BA). Tem mácula de origem, não há crime de responsabilidade, o golpe é perpetrado na Câmara agora foi transferido ao senado e nós vamos continuar no trabalho parlamentar e nos movimentos nas ruas, que é esse movimento de massas da consciência democrática brasileira contra o golpe.
O processo é Dilma Rousseff	Miro Teixeira (Rede-RJ): Hoje o processo aqui é Dilma Rousseff. Aqui temos que julgar o mensalão inclusive e começar a voltar no tempo para ver como isso começou. E quanto maiores forem as provocações mais voltaremos no tempo e vamos ver o petróleo, por que esse processo contra Dilma Rousseff permitirá fortalecer a Lava Jato e aprofundar as investigações do Petróleo. Ninguém aqui tem medo de ninguém. Eu comecei dizendo, eu voto sim.

Quadro 15: Categorização do fato e tipificação do sujeito na votação na Câmara

Fonte: Elaborado pela autora

Dilma além de ser tipificada como mentirosa na fala de Antonio Imbassahy é personificada por Miro Teixeira (Rede-RJ) como o processo em si: mentirosa, corrupta, culpada, responsável pela crise econômica e cúmplice de Lula.

A despeito da palavra golpe aparecer como uma categorização do fato, presente na fala de um membro do partido, o grito de esperança atribui mais significado a narrativa permeada por fontes e enunciados favoráveis ao processo de impeachment.

7.6 180 dias: o afastamento de Dilma

Doze de maio de 2016, Dilma é afastada do cargo e o Jornal Nacional produz uma edição completa sobre o assunto. Pela quantidade de elementos e narrativas ao contrário do que foi feito na edição anterior foi preciso criar um quadro independente para cada matéria no que diz as duas últimas categorias de análises: categorização do fato e tipificação do sujeito.

a) ideia organizadora

Escalada

Renata Vasconcelos: 12 de maio de 2016

Bonner: 6h33 em Brasília

R: Os votos de 55 senadores aprovam a abertura de processo de impeachment (imagem do placar da votação – 55 sim, 22 não, abstenção 0, presidente 1, quórum 78)

B: E o afastamento de Dilma Rousseff por até seis meses

R: Ela se aproxima de simpatizantes ao deixar o palácio do Planalto (imagem de Dilma dando a mão para as pessoas que estavam em frente ao palácio)

B: Repete no discurso que é vítima de um golpe.

R: E diz que vai lutar até o fim.

B: Michel Temer se torna presidente em exercício do Brasil (imagem de Temer assinando o papel)

R: E dá posse a novos ministros.

B: E no primeiro pronunciamento oficial fala em confiança

R: Em manter e aprimorar os programas sociais

B: Equilibrar as contas públicas

R: Em combater o desemprego

B: Diz que vai promover reformas fundamentais sem mexer nos direitos adquiridos.

R: Defende a Operação Lava-jato

B: E um governo de salvação nacional contra a crise econômica

Fala de Temer: O diálogo é o primeiro passo para enfrentarmos os desafios, para avançar e garantir a retomada do crescimento.

R: Nossos repórteres mostram os bastidores da sessão histórica que durou mais de 20 horas no senado.

B: As trajetórias políticas de Dilma e de Temer e os próximos passos do julgamento do impeachment, no senado, sob o comando do presidente do Supremo Tribunal Federal.

B: Boa noite.

R. Boa noite. O Jornal Nacional está começando.

A linha editorial do telejornal se revela nessa edição mais do que nas outras analisadas, logo na abertura Temer assume o papel de protagonista e os apresentadores Willian Bonner e Renata Vasconcellos acionam questões latentes para os brasileiros como combater o desemprego, gerar confiança e equilibrar as contas públicas. Há um indicativo de balizar os interesses de oposição em uma única introdução, revelando não somente o crescimento da economia, mas aprimorando os programas sociais e garantindo os direitos adquiridos, discurso alinhado à ideologia de esquerda, indicando que Temer é um moderador de conflitos e um herói nacional capaz de tirar o país da crise.

Se antes a espetacularização possuía apenas indícios na edição do dia 2 de dezembro, em maio de 2016, os recursos são variados e intensos: desde a entonação de voz dos apresentadores do telejornal, mais enfática alinhada à boa fisionomia, a ênfase na exaustão da votação, até os recursos gráficos e enquadramentos de câmera mirando da calçada ao céu.

As reportagens assumem a posição de presunção de culpa de Dilma tanto na crise política como econômica revelando assim a ideia organizadora da narrativa.

Renata Vasconcellos (Cabeça da matéria): *Foram mais de 20 horas de sessão até o resultado final. As 6h33 da manhã, o Senado aprovou a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff e com isso, ela fica afastada do cargo por até 180 dias. 55 senadores votaram a favor do afastamento e isso representa um voto a mais do que 2/3 do senado, o quórum que vai ser exigido para condená-la em definitivo ao fim do julgamento.*

Por dedução a apresentadora já prevê a deposição de Dilma no fim do julgamento, que ocorreria três meses depois e reforça o tempo da sessão, constantemente lembrado ao longo das outras reportagens.

b) Atribuição de responsabilidade e o julgamento moral

O quadro mais abaixo traz de forma discriminada por matérias cada julgamento moral produzido e, da mesma forma como a edição anterior, revela acerca da ideia organizadora da narrativa. O julgamento moral envolvendo Temer é a avaliação de um governo aberto e progressista. O conceito de abertura traz inferência a quadros de proximidade e participação, fundamentais para uma aceitação da opinião pública, principalmente depois de um processo de “ruptura” de governança, o que gera desgaste para os agentes políticos, como para a própria população.

Dilma, por sua vez, tem praticamente sua sentença anunciada no início do telejornal e a condenação passa a ser mais um fato do que uma suposição. Não há possibilidade de continuidade em um governo “ilegal, imoral e irresponsável” como lhe será imputado, o que irá reverberar nos indicativos de solução.

Raimundo Lira, presidente da comissão que aprovou o relatório pela admissibilidade do processo de impeachment, reforça ainda mais a moralidade do processo ao apontar os princípios que o nortearam a tomar a decisão: *“Primeiro, comportamento suprapartidário, segundo imparcialidade na condução dos trabalhos e terceiro não permitir que a maioria esmagasse a minoria”* (JN, matéria 1- Após 20 horas de sessão, Senado afasta Dilma Rousseff).

Outros valores morais como liberdade de expressão e irresponsabilidade na gestão pública são acionados.

“As votações na câmara e no senado deram até aqui razão para a acusação. Para economistas a lei de responsabilidade fiscal tem que ser a base de todo o governo” (JN, matéria 4- Os motivos do processo de impeachment).

Cássio Cunha Lima, líder do PSDB: *“Apesar das tentativas de cerceá-la foi a imprensa livre do nosso país que mostrou a nação inteira o que estava acontecendo espontaneamente nas ruas do Brasil”* (JN, matéria 1- Após 20 horas de sessão, Senado afasta Dilma Rousseff).

Porém, o mais expressivo foi a utilização do termo estelionato eleitoral informado no *off* de Marcos Losekann:

“Logo que assumiu reconheceu o déficit que tanto tinha negado na campanha, mas sempre refutou as acusações de que mentiu, alegou sempre que em 2014 não foi possível dimensionar corretamente a crise. O buraco em 2015 chegou a 111 bilhões de reais e ao contrário do que tinha prometido na campanha começou a tentar fazer

exatamente o que a oposição dizia ser necessário e que ela tanto criticou e que os adversários logo chamaram de estelionato eleitoral.

c) Indicação de solução

Nenhum dos indicativos de solução apresenta uma proposta favorável a Dilma. Ao longo das seis reportagens observa-se os seguintes indicativos: 1) Aprovação do afastamento; 2) Término do processo para cessar a intensa batalha política; 3) “Fora Dilma” (manifestações populares); 4) Impeachment é visto como necessário para diminuir a situação que o país se encontra; 5) estabelecer prioridades; 6) manutenção do cargo (apresenta apenas na fala de Dilma) mas contraposta ainda na mesma matéria com outro indicativo, sendo ele 7) Abertura de Inquérito.

Romero Jucá compara o governo ao Titanic e aponta, todavia, que ao contrário do original, nesse caso ainda foi possível salvar milhares de pessoas.

Romero Jucá (PMDB- RR) Há um ano atrás eu comparei esse governo ao Titanic. Durante esse ano, o povo brasileiro, o PMDB e vários partidos viram que não era preciso esperar que o Titanic batesse no iceberg e morressem milhares de pessoas, que era possível mudar a rota do navio, e para mudar a rota do navio, senhoras e senhores, era preciso trocar o comandante.

O relator do processo Antônio Anastasia⁹⁵, do PSDB de Minas Gerais, foi categórico quanto à prerrogativa do Senado em avaliar o caso e assume categoricamente a presunção de culpa de Dilma.

Anastasia (PSDB-MG): O juiz constitucional dessa matéria é o Senado Federal, previamente autorizado pela Câmara dos Deputados que assume o papel de tribunal de instância definitiva cuja a decisão de mérito é insuscetível de reexame, mesmo pelo Supremo Tribunal Federal.... Coloquei no nosso relatório, senhor presidente, nas páginas 72, um discurso da senhora presidente da república em Roraima com o seguinte texto, parte do texto, abro aspas “Gente, o governo federal é dono da caixa

⁹⁵ Anastasia foi eleito vice-governador de Minas Gerais nas eleições de 2006. Com a renúncia de Aécio Neves em março de 2010, assumiu o governo até o final do mandato. Foi reeleito nas eleições de 2010 e permaneceu até 4 de abril de 2014 quando renunciou para coordenar o Plano de Governo de Aécio Neves para Presidência da República e se colocar à disposição para candidatura ao Senado Federal, cargo em que foi eleito.

econômica federal, nós somos os únicos donos, o governo federal, o que eles levantam é que muitas vezes eles pagam o mês e nós recompomos o pagamento, que a caixa fez”. Ou seja, ela adianta o pagamento e nós pagamos juntos para ela.

A quantidade de fontes pró-impeachment define a ideia organizadora e consequentemente já atribui o indicativo de solução. O abre da matéria de Heraldo Pereira é a fala do senador Álvaro Dias, líder do PV, que afirma: “*É possível sim governar o país sem o balcão de negócios, substituindo a barganha política, pela decência e pela dignidade*”, logo depois aparecem Cássio Cunha Lima, líder do PSDB, Fernando Color, Romero Jucá, Raimundo Lira e Anastasia, apenas o advogado de defesa de Dilma, Eduardo Cardozo e Humberto Costa (PT-PE) adquirem lugar de fala como oposição às outras fontes.

Collor ainda se posiciona quanto a demora do processo, apontando a necessidade de que os trâmites sejam mais ágeis.

Em 1992, em processo análogo, bastaram menos de quatro meses, entre a apresentação da denúncia até a decisão de renunciar no dia do último julgamento. No atual processo, já se foram mais de oito meses.

EDIÇÃO JORNAL NACIONAL DIA 12 DE MAIO DE 2016

Âncoras do Jornal Nacional: Willian Bonner e Renata Vasconcellos

Matérias	Enfoque	Fontes	Julgamento Moral	Indicação de Solução	Jornalista
1) Após 20 horas de sessão, Senado afasta Dilma Rousseff	1. Admissibilidade do processo de impeachment	1. Alvaro Dias, líder do PV; 2. Cássio Cunha Lima, líder do PSDB; 3. Fernando Collor; 4. Paulo Rocha (PT-PA). 5. Humberto Costa (PT-PE) 6. Romero Jucá (PMDB-RR); 7. Raimundo Lira (PMDB-PB); 8. Anastasia (PSDB-MG); 9. Advogado geral da União, Eduardo José Cardozo	1. Governo Aberto e Progressista Temer: “O diálogo é o primeiro passo para enfrentarmos os desafios, para avançar e garantir a retomada do crescimento”. 2. Condenação de Dilma, um passo inevitável. “55 senadores votaram a favor do afastamento e isso representa um voto a mais do que 2/3 do senado, o quórum que vai ser exigido para condená-la em definitivo ao fim do julgamento” 3. Decisão por princípios morais. Raimundo Lira presidente da comissão que aprovou o relatório pela admissibilidade do processo de impeachment aponta os princípios que o nortearam a tomar a decisão: “Primeiro, comportamento suprapartidário, segundo imparcialidade na condução dos trabalhos e terceiro não permitir que a maioria esmagasse a minoria”. 4. Censura: Cássio Cunha Lima, líder do PSDB: Apesar das tentativas de cercá-la foi a imprensa livre do nosso país que mostrou a nação inteira o que estava acontecendo espontaneamente nas ruas do Brasil.	Aprovação do afastamento 1. Romero Hucá: “o PMDB e vários partidos viram que não era preciso esperar que o Titanic batesse no iceberg e morressem milhares de pessoas, que era possível mudar a rota do navio”. 2. Heraldo Pereira: “Já passava da 5h30 da manhã, quando o senador Raimundo Lira, que presidiu a comissão que aprovou o relatório pela admissibilidade do processo de impeachment contra a presidente Dilma subiu à Tribuna. Ele falou depois de outros 70 senadores e defendeu no plenário que aceitasse a admissibilidade do processo de impeachment”. 3. Heraldo Pereira: “Quando o senador Roberto Rocha do PSB do Maranhão também falou a favor do impeachment ficou claro que o processo seria aberto. Já que mais da metade dos presentes havia se manifestado contra o governo que reconhecia a derrota”	Heraldo Pereira
2) Afastada, Dilma recebe apoio de manifestantes ao deixar o Palácio.	Reação e Declaração de Dilma após saber da notícia do afastamento	1. Senador Vicentino Alves, PR-TO; 2. Dilma Rousseff	Instabilidade Política Renata Vasconcellos: Desde que o processo de impeachment começou a tramitar na Câmara até a manhã de hoje quando Dilma Rousseff foi afastada temporariamente pelo senado foram cinco meses e dez dias de intensa batalha política.	Término do processo para cessar a intensa batalha política	Zileide Silva

3) Ato contra o impeachment na Avenida Paulista Retrospectiva do processo	Manifestações contra Dilma Conflito de posicionamentos: Aliados, Oposição e STF.	1.Dilma Rousseff 2.Deputado Zé Geraldo (sonora de arquivo). 3.Valmir Prascidelli (PT-SP). 4. Ministro do Supremo, Edson Faccin. 5. Ministro do STF Dias Tofolli (sonora de arquivo). Deputado Federal. Jovair Arantes	Liberdade de Expressão: Dilma: Valeu a pena lutar pela liberdade, valeu a pena lutar pela democracia e este país está mais forte do que nunca. Patriotismo (Imagens de Deputados cantando o hino nacional segurando a bandeira do Brasil)	1.“Fora Dilma” - Som de uma multidão gritando fora Dilma com uma faixa de mais de um quarteirão escrito Fora Dilma. 2. Impeachment é visto como necessário para diminuir a situação que o país se encontra “Desemprego recessão, paralisação dos programas sociais, inflação, perdas do poder de compra, perda de credibilidade, encerramento de empresas, alta de juros, restrição dos empréstimos bancários. Os serviços públicos também estão falidos” (Jovair Arantes).	Marcos Losekann Zileide Silva
4)Os motivos do processo de impeachment	Decretos de créditos suplementares sem a autorização do congresso e as pedaladas fiscais, atrasos nos repasses de dinheiro para bancos públicos, como o Banco Do Brasil no Plano Safra.	1.Miguel Reale Junior- jurista; 2. Nelson Barbosa – até então ministro da fazenda; 3. Advogado Eduardo Cardozo; 4.Julio Marcelo de Oliveira – procurador do TCU 4. Janaina Paschoal. Mailson da Nobrega- sócio das Tendências Consultoria.	1.Irresponsabilidade na gestão pública: Kovalick:“As votações na câmara e no senado deram até aqui razão para a acusação. Para economistas a lei de responsabilidade fiscal tem que ser a base de todo o governo”. Júlio Marcelo de Oliveira: “Levou a um ambiente de desconfiança no futuro em que empresários não investem, investidores não se arriscam, pessoas físicas não consomem, preferem guardar, tem medo do amanhã, tem medo de desemprego” .	Saída de Dilma para melhorar a saúde do país. Renata Vasconcellos (nota pé com a cabeça da próxima matéria): “Na saúde de qualquer empresa os erros e os acertos dos administradores aparecem em números e isso vale também para os países quando se olha índices de inflação, de emprego, de crescimento. O repórter Roberto Kovalick e o comentarista de economia Carlos Alberto Sardenberg mostram agora o que dizem os números sobre a economia brasileira”.	Roberto Kovalick
5) Matéria	Crise	1. Simão Silber-	1.	1. Estabelecer Prioridades	Roberto

5: O reflexo na economia do Governo Dilma	Econômica	professor de economia da FEA USP. 2. Guido Mantega, então ministro da fazenda (entrevista de arquivo, 2014) 3. Alberto Sardenberg	Roberto Kovalinck “Em 2013 o governo baixou a tarifa da energia elétrica, foi bom enquanto durou, mas Sandemberg um dia a conta chega né?” 2. Corrupção. Sardenberg: “Repere aqui o prejuízo que a petrobras entrou nos últimos anos de 2014 e 2015, qualquer negócio que vc compra por 10 e vende por 5 vai dar prejuízo, mesmo que não tivesse corrupção a petrobras estaria com dificuldades”	Sardenberg: “Prioridades, uma temos que tampar esse rombo que é impossível de sustentar e outra que as pessoas e as empresas voltem a investir no Brasil”	Kovalick
6) Matéria 6: Trajetória de Dilma	Narrativa da trajetória política de Dilma, imputando a ela no final sua ingovernabilidade diante os envolvimento com “escândalos” políticos.	1. Henrique Fontana (PT-RS) (arquivo). 2. Dilma Rousseff	1. Estelionato Eleitoral. Marcos Losekann: “Logo que assumiu reconheceu o déficit que tanto tinha negado na campanha, mas sempre refutou as acusações de que mentiu, alegou sempre que em 2014 não foi possível dimensionar corretamente a crise. O buraco em 2015 chegou a 111 bilhões de reais e ao contrário do que tinha prometido na campanha começou a tentar fazer exatamente o que a oposição dizia ser necessário e que ela tanto criticou e que os adversários logo chamaram de estelionato eleitoral. 2. Ingovernabilidade	1. Manutenção do Cargo (posicionamento de Dilma) Dilma: “usando todos os meios disponíveis, meios legais, meios de luta, vou participar de todos os atos e ações que me chamarem, quero dizer a vocês que pra mim, o último dia previsto para o meu mandato é o dia 31 de dezembro de 2018”. 2. Abertura de Inquérito Marcos Losekann (passagem) : agora no início de maio a procuradoria geral da república pediu ao Supremo Tribunal Federal abertura de um inquérito contra Dilma Rousseff e também contra o ex presidente Lula e o advogado geral da união José Eduardo Cardozo por obstrução a justiça por tentativa de atrapalhar a operação lava jato.	1. Marcos Losekann 2. Claudia Bomtempo
Outras (1)	<i>Edição Praticamente Completa voltada para a abertura do processo de Impeachment</i>				

Quadro 16: Julgamento Moral e Indicativo de solução (12 de maio de 2016)

Fonte: Elaborado pela autora

Ao contrário da edição anterior analisada, dia 2 de dezembro, há uma diversidade maior de assuntos envolvendo o impeachment, não se restringindo ao conflito de posições dos envolvidos ou os procedimentos técnicos adotados. Questões como as manifestações “Fora Dilma” e uma análise sobre a economia do país adquirem espaço de fala e se aproximando do telespectador dando visibilidade não somente aos atos nas ruas, mas as suas preocupações cotidianas como o desemprego.

A objetividade e vulgarização são mais evidentes e a espetacularização ganha corpo no tratamento da notícia, como pode ser verificado nos trechos que seguem:

Off: o mês de abril chegou derradeiro

Jovair Arantes: Desemprego recessão, paralisação dos programas sociais, inflação, perdas do poder de compra, perda de credibilidade, encerramento de empresas, alta de juros, restrição dos empréstimos bancários. Os serviços públicos também estão falidos.

Sardenberg: Primeiramente nós temos o governo no positivo, olha aqui óh, faz superávitis de 57 bilhões, de 93 bilhões e o que acontece? Imbica pra baixo de 114 bilhões de défict. O que aconteceu? O governo passou a gastar um dinheiro que não tinha.

	Repetições	Ênfases	Omissões
Matéria 1: Após 20 horas de sessão, Senado afasta Dilma Rousseff	1.55 senadores votaram sim (6) 2. 20 horas de sessão (5) 3. Afastada ou afastamento (6) 4. Golpe (3)	1. Tempo de duração da sessão 2. Fontes pró-impeachment.	1. Ausência de antecedentes sobre o afastamento; reportagem predominante de fontes oficiais para opinar sobre o fato; Eduardo Cunha desaparece do noticiário. 2. Ausência de contextualização com variáveis que interferiram no processo. 3. Produção de diagnósticos positivos com o afastamento de Dilma, sem problematização da questão.
Matéria 2: Afastada, Dilma recebe apoio de manifestantes ao deixar o Palácio.	1. Afastada ou afastamento (5) 2. Golpe (2)	Matéria curta com ênfase no depoimento de Dilma que relata que o que está em jogo são as conquistas de 13 anos de governo com políticas na área social e de educação.	Atém-se a posição e reação de Dilma. Superficialidade na informação. Ausência de antecedentes e contextualização dos avanços do governo petista, apenas mencionados.
Matéria 3: Ato contra o impeachment fecha a Avenida Paulista Retrospectiva do processo	1. Impeachment, processo de impeachment ou processo (20) Manifestantes ou manifestação (4) 2. Golpe (3) 3. Democracia (2)	O início da matéria foca nos manifestantes à favor do impeachment e depois na retrospectiva do processo que levou à deposição da	Os antecedentes são apresentados de forma procedimental, resgatando informações como o aceite do pedido em 2 de dezembro de 2015. Novamente foca na superficialidade da informação restringindo a cobertura aos acontecimentos do processo e não suas implicações nos outros setores da

		presidente.	gestão pública federal,
Matéria 4: Os motivos do processo de impeachment	1. Pedaladas Fiscais (5) 2. Empréstimos (5)	Na crise econômica oriunda da administração ilegal e irregular do governo.	Ausência do contraditório quanto a aspectos econômicos e sociais.
Matéria 5: O reflexo na economia do Governo Dilma	Crise (6)	Demonstrativos por meio de números para provar a crise econômica	Ausência de contraditório. A crise é dada como um fato, com o governo sendo o responsável. Não há uma análise de conjuntura dos problemas econômicos.
Matéria 6: Trajetória de Dilma	_____	No início da matéria sua construção e formação enquanto agente político. No final da matéria seu envolvimento em irregularidades políticas.	A matéria segue uma linha editorial sem possibilidade de argumentação em momentos estratégicos da narrativa.

Quadro 17: Repetição, ênfases e omissões, 12 de maio de 2016

Fonte: Elaborado pela autora

d) Categorização do fato

Como a edição do telejornal se dedicou quase que exclusivamente ao afastamento de 180 dias de Dilma Rousseff a categorização do fato adquire diversas tipificações. Apesar de ter sido separado por matéria, os quadros serão dispostos um abaixo do outro para que se tenha uma visão ampla das formas mencionadas para se “definir” o fato.

Categorização do Fato	Admissibilidade do impeachment e afastamento de Dilma Matéria 1: Após 20 horas de sessão, Senado afasta Dilma Rousseff
1.Impeachment	Renata Vasconcellos: “Os votos de 55 senadores aprovam a abertura de processo de impeachment”
2. Golpe	Paulo Rocha (PT-PA): “A presidenta da república não cometeu crime de responsabilidade, mas isso não tem a menor importância para servir e justificar o golpe”. Eduardo Cardozo: “Um golpe com direito de defesa, justamente para simular a sua legitimidade e é o que ocorre nesse processo”.
3.Solução	Heraldo Pereira: “O Partido Verde vê a mudança de governo como a solução para o país”.
4. Nobre Tarefa	Raimundo Lira (PMDB-PB- presidente da Comissão do Impeachment): “Defini com clareza três pontos centrais, que balizaram a minha forma de exercer essa nobre tarefa”.
5.Punição Da Idade Média	Eduardo José Cardozo: “Não foram praticados atos depois que o tribunal de contas mudou de opinião, não foram editados novos decretos, não houve pedaladas. Ou seja, se pune ou se quer punir uma presidente da república legitimamente eleita por algo que ela fez e que outros governos fizeram, que era tido como legítimo pelo Tribunal e que depois então retroativamente se quer penalizá-la. Punição Retroativa só na Idade Média.

6.Sessão Histórica	Bonner: “Nossos repórteres mostram os bastidores da sessão histórica que durou mais de 20 horas no senado”.
7. Tenso	Heraldo Pereira: “Do lado do governo a movimentação em grupo era importante, até para manter a concentração (imagens de senadores se abraçando e sorrindo) e não se descuidar aos ataques de impeachment de Dilma Rousseff”. Heraldo Pereira: “Havia um clima de tensão no ar e dos dois lados”
8. Demorado	Fernando Collor: “Em 1992, em processo análogo, bastaram menos de quatro meses, entre a apresentação da denúncia até a decisão de renunciar no dia do último julgamento. No atual processo, já se foram mais de oito meses”.

Quadro 18: Categorização do fato- matéria 1: Senado Afasta Dilma

Fonte: Elaborado pela autora

A definição de situação é significativa, pois mesmo a ideia sendo uma construção simbólica, os efeitos são reais. Há uma construção aparentemente contraditória quanto à categorização do fato trazendo na mesma edição enunciados como golpe e solução, ou até mesmo uma tarefa nobre com uma punição da Idade Média. Mas o que se percebe é uma polarização ainda mais acentuada das ideias, não sendo articuladas de forma equânime. O diálogo e a viabilidade de se chegar a um consenso por meio de argumento se esgota não somente nos noticiários como nas ruas, em conversas cada vez mais posicionadas e maniqueísta acerca dos acontecimentos.

Categorização do Fato	Posição de Dilma sobre o afastamento <i>Matéria 2: Afastada, Dilma recebe apoio de manifestantes ao deixar o Palácio.</i>
1. Golpe	Dilma: O objetivo evidente vem sendo me impedir de governar e, assim, forjar um meio ambiente propício ao golpe. Quando uma presidente eleita é cassada sob acusação de um crime que não cometeu, o nome que se dá a isso no mundo democrático não é impeachment, é golpe
2. Sabotagem	Dilma: “Desde que fui eleita parte da oposição inconformada pediu recontagem dos votos, tentou anular as eleições e depois passou a conspirar abertamente para o meu impeachment, mergulharam o país em um estado permanente de instabilidade política, impedindo a recuperação da economia, isso com um único objetivo de tomar a força o que não conquistaram nas urnas. Meu governo tem sido alvo de intensa e incessante sabotagem”.

Quadro 19: Categorização do fato- matéria 2: Dilma recebe apoio de manifestantes

Fonte: Elaborado pela autora

A matéria dois é curta e se baseia praticamente no depoimento de Dilma, o que consequentemente oferece quadros favoráveis a ela, que ativa no imaginário social a dureza do golpe e o ataque à democracia, argumentos repetidamente utilizados. Tanto Dilma como seus aliados não buscam novas estratégias, mas se posicionam como vítima de um grupo de interesse, o que abre pouco espaço para a identificação de novos discursos já em circulação na sociedade.

Categorização do Fato	Processo de impeachment (retrospectiva) e manifestações <i>Matéria 3: Ato contra o impeachment fecha a Avenida Paulista / Retrospectiva do processo</i>
Retaliação	<i>Marcos Losekann: A decisão de Cunha de abrir o processo de impeachment foi logo taxada de retaliação por governistas isso porque deputados do PT no mesmo dia disseram que iam votar pela abertura do processo de cassação do então presidente da câmara no conselho de ética acusação que seria repetida muitas vezes.</i>
Mecanismo de controle	<i>Ministro do Supremo (23/03/2016) Dias Toffoli: “não se trata de um golpe. Todas as democracias existem mecanismos de controles e o processo de impeachment é um processo de controle”.</i>
Apelo Popular	<i>Marcos Losekann: “O principal pedido veio das ruas (imagem de vários cidadãos sorrindo, com a bandeira do Brasil e as cores da bandeira no rosto) a presidente ainda estava no começo do segundo mandato, há dois meses e meio no cargo, quando a palavra impeachment ecoou no Brasil”.</i>

Quadro 20: Categorização do fato- matéria 3: Ato fecha a Avenida Paulista

Fonte: Elaborado pela autora

Apesar do termo retaliação ainda aparecer na matéria três, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli se alinha a posição dos procedimentos democráticos, tanto aclamados por Dilma, para justamente contestá-la, informando que nas democracias existem mecanismos de controle, e o impeachment nada mais seria do que um desses mecanismos. O mesmo código compartilhado é ressignificado para puni-la, não somente como um recurso de autoridade, vindo de um ministro do STF, como de aproximação mostrando o povo na rua gritando “Fora Dilma”.

Ao contrário da tipificação das manifestações enquanto instrumento de bagunça realizado por baderneiros, as imagens dos manifestantes na Paulista apresentavam famílias e pessoas de classe média, com um forte apelo ao patriotismo, com bandeiras do Brasil pintadas no rosto e seguradas na mão.

Categorização do Fato	Pedaladas Fiscais <i>Matéria 4: Os motivos do processo de impeachment</i>
Contabilidade Destrutiva	<i>Roberto Kovalick: “Ele chamou as pedalas de contabilidade destrutiva o que afetou a economia”.</i>
Contabilidade Criativa (posicionada de forma negativa)	<i>Maílson da Nobrega- sócio das Tendências Consultoria. Tudo isso gerou perdas imensas que se traduzem menos emprego, menos bem-estar, menos renda e desesperança, foi uma tragédia em que a contabilidade criativa e as pedalas fiscais tiveram um papel muito importante:</i>

Quadro 21: Categorização do fato- matéria 4: Os motivos do processo de impeachment

Fonte: Elaborado pela autora

A matéria sobre as Pedaladas Fiscais a fim de explicar os motivos que levaram ao processo de impeachment resguarda o posicionado das matérias que seguirão sobre

economia produzidas pelo jornalista Roberto Kovalick e o especialista Alberto Sardenberg.

A presunção de culpa atribuída a Dilma mais uma vez adquire lugar de fala e a posiciona como vilã da história, por meio das irregularidades no seu governo alinhadas as péssimas estratégias econômicas. Paralelamente a isso, a imagem do PT já estava sendo desgastada pela Operação Lava-Jato.

Categorização do Fato	Economia <i>Matéria 5: O reflexo na economia do Governo Dilma</i>
Crise	Repórter: “A crise tirou o poder de compra de TODOS os brasileiros, mas destes daqui tirou ainda mais (pessoas em fila de emprego)”.
Governo errático	Simão Silber : O ponto de virada mais importante foi em 2008 com a crise, como teve uma recessão o governo se sentiu no direito ou na obrigação de intervir pesadamente nos mercados e não parou mais , em uma condição excepcional, no auge da crise financeira, talvez isso fizesse sentido, mas manter isso ate os dias de hoje, você vai colocando tantas incertezas na economia que o setor privado recua , para de tomar decisões porque o governo é errático.
Economia Saudável (2014)	Mantega (2014): Nós estamos com a economia saudável , por que está saudável? Apesar de estar crescendo um pouco menos esse ano, nós mantemos o nosso mercado de consumo. Pq mesmo diante a crise, a nossa economia continuou crescendo e gerando empregos, é uma das economias que mais gerou emprego durante a crise. Aqui no brasil crédito subiu bastante, ele era bastante escasso, a população passou a ter salários maiores e emprego. Eu acho que esse é um dos grandes sucessos da nossa política econômica. Passar pela crise gerando emprego.
Empobrecimento	Kovalick: “Isso que a gente viu com a energia também aconteceu com o dólar, o banco central manteve o valor da moeda americana baixo até 2012, nesse mesmo ano os juros foram reduzidos para incentivar o crédito, nos dois casos, voltaram a subir logo em seguida até dispararem no ano passado, tudo isso somado é inflação alta como a gente viu lá no começo, desemprego crescendo, a sensação é de empobrecimento. Estamos mesmos mais pobres, Sardenberg? Sardenberg: “Estamos, estamos sim”.

Quadro 22: Categorização do fato- matéria 5: Economia Governo Dilma

Fonte: Elaborado pela autora

O discurso revestido de objetividade se despe completamente na matéria cinco da edição do dia 12 de maio de 2016 para dar lugar a espetacularização, com direito a demonstrações na rua e apontamentos à rampa da calçada para fazer uma analogia com a economia do país, em queda. Uso de adjetivos, repetição do termo crise, ênfase no desemprego e no empobrecimento, categorizam a economia a partir do caos.

Categorização do Fato	Retrospectiva da vida política de Dilma <i>Matéria 6: Trajetória de Dilma</i>
Ascensão	“Dilma foi presa e torturada, ela nasceu em Belo Horizonte, mas fez carreira política no Rio Grande do Sul. No primeiro ano do governo lula foi ministra de minas e energia e em 2005 com a queda de José Dirceu do comando da Casa Civil, Dilma passou a chefiar a pasta... foi eleita a primeira mulher eleita a presidência do Brasil.
Doença	Repórter: Dilma passou a ser companhia constante de lula nas viagens pelo Brasil foi quando veio sobressalto: câncer no sistema linfático.

Presidência	Repórter: Dilma conseguiu superar as denúncias (envolvendo a ministra Erenice Guerra) e foi eleita a primeira mulher eleita a presidência do Brasil.
Alvo de Investigação	Repórter Cláudia Bomtempo: Dilma surfava em altos índices de aprovação quando já estava em curso de forma sigilosa uma investigação da polícia federal sobre lavagem de dinheiro. Uma investigação que encontrou o caminho das propinas pagas com o dinheiro da Petrobras, em março de 2014. Na corrida a reeleição foi deflagrada a operação lava jato que revelou o maior esquema de corrupção do país envolvendo empresários e políticos do PT, PMDB e de outros partidos da base do governo.
Gastos	Repórter: “Durante o primeiro mandato a economia mundial vivia uma crise e a do Brasil, começava a balançar, mas Dilma tomou a decisão de gastar mais. A justificativa era injetar dinheiro na economia para evitar que o país fosse vítima de uma recessão, ampliou os programas sociais, deu descontos em impostos para empresas, concedeu subsídios por meio do BNDES, estimulou o crédito para as famílias, tudo feito sem que o governo tivesse dinheiro suficiente”.

Quadro 23: Categorização do fato- matéria 6: Trajetória de Dilma

Fonte: Elaborado pela autora

Essa categorização se mistura um pouco com a tipificação do sujeito, pois a identidade de Dilma é cortada de forma sequenciada, produzindo uma narrativa dinâmica dos papéis que ela assumiu na vida política. Da revolucionária a alvo de investigação, a presidente deposta ganha uma retrospectiva digna de celebridades *in memória*, revelando a queda, o último ponto enquanto sujeito político expressivo.

e) Tipificação dos Sujeitos

Tipificação dos Sujeitos. Matéria 1: Após 20 horas de sessão, Senado afasta Dilma Rousseff

Michel Temer	Herói <u>Escalada Bonner e Renata:</u> B: Michel Temer se torna presidente em exercício do Brasil (imagem de Temer assinando o papel) R: E da posse a novos ministros. B: E no primeiro pronunciamento oficial fala em confiança R: Em manter e aprimorar os programas sociais B: Equilibrar as contas públicas R: Em combater o desemprego B: Diz que vai promover reformas fundamentais sem mexer nos direitos adquiridos. R: Defende a Operação Lava-jato B: E um governo de salvação nacional contra a crise econômica
Governo Dilma (oposição)	Repressor <u>Categorização por dedução</u> Cássio Cunha Lima, líder do PSDB: Apesar das tentativas de cercá-la foi a imprensa livre do nosso país que mostrou a nação inteira o que estava acontecendo espontaneamente nas ruas do Brasil. Imoral <u>Categorização por dedução</u> Álvaro Dias (PV): É possível sim governar o país sem o balcão de negócios, substituindo a barganha política, pela decência e pela dignidade.
Governo Dilma (Aliados)	Oposição qualificada e consistente Humberto Costa (PT/PE): Faremos uma oposição qualificada e consistente dentro deste congresso nacional e nas ruas do Brasil, não esperem de nós gestos incendiários, mas também não esperem complacência, corpo mole e muito menos, qualquer tipo de composição com o governo golpista e vergonhoso, que mancha a história do nosso país.
PSDB	Maior Partido de Oposição Heraldo Pereira: Diante de um plenário lotado de parlamentares, havia um número grande de jornalistas. O maior partido de oposição fez a defesa da liberdade de expressão.

Quadro 24: Tipificação do sujeito - matéria 1: Senado afasta Dilma Rousseff
Fonte: Elaborado pela autora

Coloca-se em tela um choque político entre PT/PSDB/PMDB, no qual os partidos também são personificados enquanto sujeitos de ação. A aliança PSDB e PMDB promove, pelo próprio jornalista, Heraldo Pereira, o atributo de maior partido de oposição, enquanto, cabe ao PMDB a ocupação do cargo executivo, na figura de Michel Temer.

O governo Dilma é posicionado como repressor e imoral pela oposição e uma posição qualificada e consistente pelos aliados. Notadamente a necessidade de afirmação de resistência é colocada em segundo plano, para a figura de um novo governo, aberto e progressista. O “novo” governo se apropria de uma imagem de isenção de culpa, ao não imputar a Temer ao menos a dúvida de envolvimento nas pedaladas fiscais, sendo que, o vice-presidente se despe de sua construída neutralidade política para assumir em definitivo seu posto nas dinâmicas relações de poder.

Cria-se na disputa simbólica a apropriação dos espaços políticos, transformando eventos em acontecimentos e notícias em espetáculos. Temer, antes apresentado como coadjuvante aparece como protagonista.

Tipificação dos Sujeitos.

Matéria 2: Afastada, Dilma recebe apoio de manifestantes ao deixar o Palácio.

Dilma

Tranquila

Zileide Silva: “O senador disse que ela estava tranquila”.

Vítima

Zileide Silva: “repetiu que é vítima da oposição e que não aceitou a derrota nas urnas”.

Lutadora

Dilma Rousseff: “não cometi crime de responsabilidade, não há razão para um processo de impeachment, não tenho contas no exterior, nunca recebi propinas, jamais compactuei com a corrupção, jamais, jamais vou desistir de lutar”.

Quadro 25. Tipificação do sujeito: Categorização do fato- matéria 2: Dilma recebe apoio de manifestantes

Fonte: Elaborado pela autora

Os jornalistas pontuam uma postura repetitiva de Dilma, como Zileide Silva narrou em off: “repetiu que é vítima da oposição e que não aceitou a derrota nas urnas”. A falta de estratégia e a inabilidade da então presidente em oratória contribuíram para a sua desqualificação enquanto agente político. Apesar de buscar se reposicionar como lutadora e tentar atrair a atenção da população para que lutassem também, o discurso se torna destoante da ideia organizadora da matéria.

Dilma Rousseff, mulher, petista, sem os predicados físicos e socialmente aceitos de Bela, Recatada e do Lar passa a sofrer, então, não somente com a possível destituição do seu direito político, mas com as constantes enunciabilidades que se seguem trazendo elementos misóginos nos espaços públicos, como apresentados no capítulo anterior.

Tipificação dos Sujeitos.

Matéria 3: Ato contra o impeachment fecha a Avenida Paulista / Retrospectiva do processo

Dilma	Idônea Dilma “não existe nenhum ato ilícito praticado por mim, meu passado e meu presente atestam a minha idoneidade e meu inquestionável compromisso com as leis e a coisa pública”.
Petistas	Indecisos, Imparcial 1.Repórter: “É que na véspera os petistas do Conselho ainda não haviam definido seus votos e negociavam com os dois lados”. 2.Deputado Zé Geraldo (PT-PA- integrante do Conselho de Ética- arquivo de 1/12/2015)”Recebi ligações tanto daqueles que querem o afastamento do cunha como daqueles que querem orçamento para fazer o Brasil funcionar”.
Supremo Tribunal Federal	Imparcial Edson Faccin: “O supremo não está nem de um lado e nem de outro, o nosso papel está em proteger as instituições”.

Quadro 26: Tipificação do sujeito - matéria 3: Ato fecha a Avenida Paulista
Fonte: Elaborado pela autora

No quadro de tipificação acima faremos um adendo apenas ao Supremo Tribunal Federal, que assim como os partidos assumem a posição de sujeito revestido de imparcialidade, como pontuado na frase acima de Edson Faccin.

Dentro da sistemática adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro, os tribunais superiores são incumbidos de dirimir as controvérsias advindas da interpretação do direito⁹⁶. O Superior Tribunal de Justiça realiza a uniformização da interpretação da legislação federal segundo o art. 105 da Constituição Federal e o Supremo Tribunal Federal realiza a da Constituição, conforme o art. 102 da lei maior. Ou seja, eles têm o poder de fixar o entendimento dos dispositivos jurídicos, o que a doutrina chama por "uniformização da jurisprudência" e Foucault chamaria de produção de regimes de verdade.

A questão do monopólio interpretativo do Direito estar nas mãos do Judiciário remonta à doutrina da separação dos poderes, que foi responsável pela consolidação dos regimes republicanos modernos. Antes encarado como uma espécie de “fiel da balança” entre o Legislativo e o Executivo, hoje é comum a intervenção dos juízes nas mais variadas matérias.

⁹⁶ Ver mais em Castanheira e Ormelesi (2017).

A influência dos magistrados é tamanha na formulação do discurso jurídico que mesmo autores positivistas, como Hans Kelsen (1999), não deixam de reconhecer o papel central que a interpretação produzida pelos órgãos estatais possui. É conhecida a concepção dele de “interpretação autêntica” no meio doutrinário do Direito como sendo aquela que possui validade e obrigatoriedade no cumprimento pelos destinatários, vez que é formulada pelas autoridades estatais e se mostra efetivamente como criação de direito novo. Ela se contrapõe à interpretação realizada pela ciência do direito que, para Kelsen, possuiria apenas um caráter descritivo do direito em vigor, totalmente desprovida de autoridade.⁹⁷ Ainda que autores contemporâneos, como Peter Häberle (1997), tenham tentado alterar essa concepção dentro dos domínios da hermenêutica jurídica, a posição de Kelsen ainda vigora no plano pragmático, o que pode ser facilmente constatado empiricamente pelo elevado número de súmulas vinculantes editadas no Brasil⁹⁸.

Tipificação dos Sujeitos.

Matéria 4: Os motivos do processo de impeachment

Governo

Illegal

Roberto Kovalick: “A acusação garante que o governo agiu ilegalmente”.

Irresponsável

Janaina Paschoal: “Abriram créditos bilionários sem autorização desse congresso, sabendo que não teria condições e rigidez financeira para cumprir”.

Quadro 27: Tipificação do sujeito- matéria 4: Os motivos do processo de impeachment

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro acima reforça um enquadramento repetido sucessivamente ao longo do telejornal, em que o governo Dilma é ilegal, por ter cometido atos de responsabilidade e irresponsável por gerir mal o dinheiro público.

Tipificação dos Sujeitos.

Matéria 5: O reflexo na economia do Governo Dilma

⁹⁷ “A interpretação científica é pura determinação cognoscitiva do sentido das normas jurídicas. Diferentemente da interpretação feita pelos órgãos jurídicos, ela não é criação jurídica. A idéia de que é possível, através de uma interpretação simplesmente cognoscitiva, obter Direito novo, é o fundamento da chamada jurisprudência dos conceitos, que é repudiada pela Teoria Pura do Direito. A interpretação simplesmente cognoscitiva da ciência jurídica também é, portanto, incapaz de colmatar as pretensas lacunas do Direito. O preenchimento da chamada lacuna do Direito é uma função criadora de Direito que somente pode ser realizada por um órgão aplicador do mesmo e esta função não é realizada pela via da interpretação do Direito vigente.” (KELSEN, 1999, p. 250)

⁹⁸ A súmula vinculante é uma decisão do STF que possui obrigatoriedade de cumprimento em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. A edição de súmulas com caráter vinculante pelo STF está prevista no art. 103-A da Constituição Federal.

Governo	<i>Irresponsável</i> Sardenberg: “O governo consumiu a poupança e entra no vermelho, no cheque especial que é o que mostra aqui esse outro gráfico. Primeiramente nós temos o governo no positivo, olha aqui óh, faz superavitis de 57 bilhoes, de 93 bilhoes e o que acontece? Imbica pra baixo de 114 bilhoes de deficit. O que aconteceu? O governo passou a gastar um dinheiro que não tinha”. <i>Culpado pela crise</i> Sardenberg: 2012 que foi o ano em que as coisas começaram a se desviar o governo anunciou uma redução forte na energia – 16%, mas uma vez as distribuidoras tinham que vender energia a um preço mais barato do que compravam, resultado, prejuízo ai 2014 e 2015 teve que fazer esse tarifaço para corrigir o desequilíbrio.
Brasileiros	<i>Desempregados</i> Kovalick: 11 em cada 100 brasileiros em condições de trabalhar, estão aqui no fim de um caminho que parecia improvável (mostra a fila de pessoas procurando emprego). <i>Endividados</i> Sardenberg: Um sinal claro de que a população, de que os brasileiros, nós ficamos mais pobres nesse período e o país todo ficou mais endividado, porque gastou um dinheiro que não tinha. Então essa dívida que era um pouco mais de 50% do PIB ou 2 trilhões de reais subiu para 66,5% ou 4 tri de reais. É um problema grave, porque um governo endividado gasta mais com juros e menos com outras coisas. Resultado dessa história toda é que nós temos um empobrecimento da população e um endividamento expressivo do setor público.

Quadro 28: Tipificação do sujeito- matéria 5: A Economia do governo Dilma

Fonte: Elaborado pela autora

Nesse quadro em específico, o jornalista Roberto Kovalick e o especialista em economia Alberto Sardenberg, busca ativar no imaginário social a dor do desemprego e as consequências do endividamento.

A matéria traz critérios de noticiabilidade como objetividade⁹⁹, revestida pelos números a fim de oferecer credibilidade a informação, novamente vulgarização do fato, como mecanismo de tornar a informação acessível à população e a espetacularização como recurso no tratamento da notícia.

Kovalick (passagem): *mas em economia os efeitos demoram a aparecer quando a descida é suave à gente nem percebe que mudou de rumo, um exemplo? O preço do barril de petróleo batia recordes lá fora, mas a Petrobras não repassava os aumentos para a gasolina e para o diesel. Em 2013 o governo baixou a tarifa da energia elétrica, foi bom enquanto durou, mas Sardenberg um dia a conta chega né?*

⁹⁹ A objetividade é entendida aqui como um critério de noticiabilidade a partir do conceito proposto por Gisleine Silva (2005), fazendo parte da terceira categoria, como pode se verificar nesse trecho: Este estudo propõe uma sistematização dos critérios de noticiabilidade, baseando-se em três instâncias: 1) critérios de noticiabilidade na origem do fato (seleção primária dos fatos / valores-notícia), com abordagem sobre atributos como conflito, curiosidade, tragédia, proximidade etc; 2) critérios de noticiabilidade no tratamento dos fatos, centrados na seleção hierárquica dos fatos e na produção da notícia, desde condições organizacionais e materiais até cultura profissional e relação jornalista-fonte e jornalista-receptor; e 3) critérios de noticiabilidade na visão dos fatos, sobre fundamentos ético-epistemológicos: objetividade, verdade, interesse público etc.

Sardenberg: *Pois é, e chegou aqui para a Petrobras. Repare aqui o prejuízo que a Petrobras entrou nos últimos anos de 2014 e 2015, qualquer negócio que você compra por 10 e vende por 5 vai dar prejuízo, mesmo que não tivesse corrupção a Petrobras estaria com dificuldades, quando ela entra em dificuldades ela leva junto toda uma cadeia da indústria de óleo e gás...esse foi o preço de você tentar manter baixo pra segurar a inflação, o preço do combustível, a mesma coisa com a energia elétrica. 2012 que foi o ano em que as coisas começaram a se desviar o governo anunciou uma redução forte na energia – 16%, mas uma vez as distribuidoras tinham que vender energia a um preço mais barato do que compravam, resultado, prejuízo aí 2014 e 2015 teve que fazer esse tarifaço para corrigir o desequilíbrio.*

Tipificação dos Sujeitos.

Matéria 6: Trajetória de Dilma

Dilma

Mãe do PAC

Lula: “É uma espécie de mãe do PAC”

Ministra mais forte do governo Lula

Repórter: “Tornou-se a ministra mais forte do governo Lula, participando de decisões chave, na Lei da Gerência do PAC, Dilma coordenou o programa habitacional Minha casa, Minha vida.

Política

Repórter: Dilma Rousseff veio para Brasília no primeiro ano do governo Lula, em 2003. Sua experiência política começou aos 16 anos quando entrou para a luta armada no regime militar. Dilma foi presa e torturada, ela nasceu em Belo Horizonte, mas fez carreira política no Rio Grande do Sul. No primeiro ano do governo Lula foi ministra de Minas e Energia e em 2005 com a queda de José Dirceu do comando da casa civil, Dilma passou a chefiar a pasta.

Inocente

Repórter (recurso de dúvida): “a presidente jamais foi acusada diretamente de envolvimento nos escândalos e não há nenhuma investigação aberta contra ela, mas os casos se deram em pastas comandadas por Dilma. Na Petrobras durante o seu período como ministra de Minas e Energia e na Casa Civil, quando era também a ministra. Ela e os petistas sempre afirmaram que os escândalos se deram sem nenhuma participação de Dilma”.

Henrique Fontana (PT-RS) (recurso de afirmação): “Dilma é um símbolo de honestidade e honradez, ocorreram casos graves de corrupção durante o nosso governo, não há dúvida de que esses casos ocorreram, ninguém tem, eu não tenho”.

Manipuladora

Repórter: Dilma fez uma campanha para a reeleição negando a necessidade de qualquer ajuste e ainda acusou os adversários de planejar destruir todos os programas sociais às custas de um ajuste desnecessário, no horário eleitoral chegou a dizer que os ajustes previstos pelos adversários deixariam o prato de comida dos brasileiros vazio. Com este discurso foi reeleita para o segundo mandato e começou um segundo governo

Experiente

Marcos Losekann: Quem é a Dilma do segundo mandato?

Uso do arquivo de entrevista com Dilma de 27 de outubro de 2010: “posso te dizer que a Dilma de agora é uma Dilma mais experiente”.

Quadro 29: Tipificação do sujeito- matéria 6: Trajetória de Dilma

Fonte: Elaborado pela autora

Na retrospectiva da trajetória de Dilma Rousseff as identidades apresentadas são múltiplas e marcadas pelos acontecimentos. Na época da ditadura assume a posição de militante e guerrilheira reavivando atributos de uma mulher idealista, norteadas por valores democráticos. No governo Lula torna-se Ministra de Minas e Energia, mas logo depois com a saída de José Dirceu, passa a ser Ministra da Casa Civil, fato importante para a sua corrida presidencial em 2010.

No fim do governo Lula, ele a atribui o título de Mãe do PAC e sua imagem positiva é reforçada pela figura da repórter no off: *“Tornou-se a ministra mais forte do governo Lula, participando de decisões chave, na Lei da Gerência do PAC, Dilma coordenou o programa habitacional Minha casa, Minha vida”*.

Após uma breve apresentação sobre a batalha contra o câncer, a matéria reposiciona a imagem de Dilma, por meio dos primeiros problemas no seu mandato em 2011 com a sua amiga e também ministra Erenice Guerra. A partir daí, os envolvimento com a Lava Jato e as pedaladas fiscais passar a trilhar a narrativa, porém, se no processo da Lava Jato lhe é atribuída a presunção de inocência, no processo de impeachment isso se reverte para culpa.

8.4 A deposição

a) ideia organizadora

Escalada

Renata: Boa noite!

Bonner: Boa noite!

Renata: 61 senadores votam sim ao impeachment

Senador: Ficando assim a acusada condenada a perda do cargo de presidente da República Federativa do Brasil.

Bonner: A primeira votação condena Dilma Rousseff por crime de responsabilidade.

Renata: A segunda evita que os direitos políticos dela sejam suspensos.

Bonner: A ex presidente se diz vítima de um golpe. E anuncia a oposição enérgica ao governo.

Renata: Em uma sessão conjunta no congresso, Michel Temer faz um juramento para tomar posse como presidente da República.

Bonner: Veja também a indústria volta a crescer depois de cinco trimestres.

Renata: Mas a economia brasileira como um todo volta a encolher.

Bonner: E os nossos atletas paraolímpicos começam a chegar ao rio de janeiro.

Renata: Quarta-feira 31 de agosto.

Bonner: O jornal Nacional está começando agora.

A escalada direciona para as principais notícias do dia e já aponta as três informações principais, Dilma é deposta, seus direitos políticos são mantidos e Temer assume a presidência do país.

A enunciabilidade do crescimento da indústria presume uma perspectiva otimista do governo Temer e a ponderação de Renata Vasconcellos apontando que a economia volta a encolher modera a expectativa do brasileiro para um crescimento rápido.

Off: Horas seguintes da sessão o corredor de acesso ao plenário, o salão azul já estava lotado de jornalistas brasileiros e estrangeiros. Os senadores discutiam com assessores os detalhes finais para o dia do julgamento do impeachment. Caminhavam visivelmente cansados depois da maratona de seis dias e noites de trabalho. Pouco depois das onze da manhã, o presidente do supremo, Ricardo Levandovski fez a leitura do relatório resumindo o caso, uma questão de ordem o PT votou o roteiro previsto para a votação, a discussão foi longa. Os petistas pediram que o julgamento de Dilma Rousseff fosse dividido em duas partes, primeiro a votação da perda do mandato e depois os senadores decidiriam se ela seria proibida por oito anos de exercer cargo público e se candidatar. O líder da Rede defendeu as duas votações, alegando que o regimento do senado permitia destacar do texto para votar separadamente o trecho sobre a inabilitação política (Matéria 1).

A abertura da matéria espetaculariza novamente a informação, como pode ser evidenciado no trecho *Caminhavam visivelmente cansados depois da maratona de seis dias e noites de trabalho* e traz consigo uma linguagem mais técnica e declaratória, informando ao longo de toda notícia, a votação em dois momentos, o primeiro para avaliar a deposição e o segundo sobre a garantia dos direitos políticos de Dilma.

b) Atribuição de responsabilidade e o julgamento moral

O interesse da oposição ao governo petista fica claro quando conseguem depor a presidente, mas garantem os seus direitos políticos, até mesmo porque já não a veem mais como uma ameaça.

Nesse sentido apontamos os principais julgamentos morais encontrados: 1) Inaceitável e inadmissível contestar a constituição, colocando em pauta a possibilidade de duas votações; 2) Legalidade do Processo, no qual aparece um conflito de interesses entre opositores e aliados para a as duas votações ocorram ou não; 3) Habilitação para o uso das funções públicas, na qual no primeiro momento é utilizado um recurso de autoridade a partir da fala de Gilmar Mendes proferida pela senadora Kátia Abreu (PMDB) em que ele concordava com a tese de que a pena de proibição de exercer função pública por oito anos independe da perda de mandato; e no segundo momento o

uso de argumento emocional na fala de Kátia Abreu *“a presidente Dilma precisa continuar trabalhando para poder suprir as suas necessidades”* e de Renan Calheiros: *“Afastar a presidente da República é constitucional. Pode afastar na forma da Constituição e da democracia? Pode, mas não é da Constituição inabilitar a presidente da República como consequência do seu afastamento, não. Essa decisão terá que ser tomada aqui, pelo Plenário do Senado Federal. E, no Nordeste, costumam dizer uma coisa com a qual eu não concordo: ‘Além da queda, coice’. Nós não podemos deixar de julgar, nós temos que julgar, mas nós não podemos ser maus, desumanos. O meu voto é contrário à inabilitação”*; 4) Não está apta ao uso das funções públicas por meio de argumento constitucional, proferido por Aloysio Nunes: *“Princípio fundamental da ordem jurídica: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Não importa mais. Nós não vivemos sob o governo das pessoas, mas sob o governo das leis e da Constituição. Por isso, eu penso, apelo aos senhores senadores que mantenham no texto aquilo que a Constituição manda figurar nele.”*

Outros valores foram possíveis de serem categorizados, mas pelo uso da inferência e que está oculto no noticiário é o falso valor moral *“Se admite-se questionar a inabilitação, obviamente poderia ser questionado o próprio impeachment. Portanto não vejo espaço jurídico nem argumento constitucional para o Supremo rever nenhuma das duas decisões”*. Ou seja, para não correr o risco de novas votações é preferível garantir o uso da função pública de Dilma, mesmo que a lei possa ser contestada.

c) Indicação de solução

A indicação de solução se revela institucionalmente e Dilma é deposta no dia 31 de agosto de 2016 e a proclamação do resultado se dá na segunda matéria do telejornal produzida pelo jornalista Júlio Mosquéra.

Lewandowski: Proclamo o resultado: 81 senadores votaram não houve nenhuma abstenção, votam sim 61 senadores, votaram não 20 senadores.

Júlio Mosquéra (Off): Senadores favoráveis ao impeachment cantaram o hino nacional. (hino) Votaram “sim”: 17 senadores do PMDB; 11 do PSDB; 6 do PP; 5 do PSB; 4 do Democratas e do PR. Senadores do PSC, PSD, PDT, PPS, PTB, PTC, PRB e PV também votaram a favor do impeachment, além do Senador Reguffe, que está sem partido.

(Passagem): O presidente do Senado, Renan Calheiros, que nunca declarou se votaria no julgamento final do processo de impeachment, anunciou horas antes a políticos mais

próximos que participaria da votação. Ele foi um dos 61 senadores que votaram pela cassação do mandato de Dilma Rousseff. Fernando Collor também votou a favor do impeachment.

(Off): Votaram “não”: 10 senadores do PT; 2 do PMDB; 2 do PTB e 2 do PSB. Além de senadores do PCdoB, PP, PSD e Rede.

Outros indicativos como a posse de Temer, a habilitação de Dilma, a possibilidade da decisão ser recorrida via Supremo ou penalizada por meio da Lei da Ficha Limpa aparecem ao longo da edição como pode ser conferido no quadro abaixo:

EDIÇÃO JORNAL NACIONAL DIA 31 DE AGOSTO DE 2016

Âncoras do Jornal Nacional: Willian Bonner e Renata Vasconcellos

Matérias	Enfoque	Fontes	Julgamento Moral	Indicação de Solução	Jornalista
1) Petistas pedem que o julgamento de Dilma seja feito em duas partes	Na divisão do processo de julgamento de Dilma se dar em duas etapas, primeiro vota-se a perda do mandato e depois se ela seria proibida por oito anos de exercer cargo público e se candidatar	1. Senador Randolfe Rodrigues (líder do partido Rede-AP). 2. Senador Cássio Cunha Lima, líder do partido PSDB-PB; 3. Ricardo Lewandowski - presidente do STF	1. Inaceitável e inadmissível Senador Cunha Lima: “O que poderá ser feito aqui é algo inaceitável e inadmissível, contestar a constituição federal através de um destaque, mas vamos votar o destaque”.	1. Perda único de mandado. “o líder do PSDB contestou a proposta dos aliados de Dilma. Ele alegou que o artigo 52 da constituição estabelece uma punição única: perda de mandado com inabilitação política” 2. Respeito aos procedimentos regimentais. Ricardo Lewandowski “Tenho que respeitar os procedimentos, os dispositivos regimentais sob pena senador Collor de um deputado pertencente a bancada do partido dos trabalhadores atravessar a praça, ingressar eventualmente com um mandado de segurança, invocar o direito líquido e certo e nós corremos o risco de interromper o nosso julgamento ou invalidarmos o nosso julgamento depois de termos terminado o julgamento.	Marcos Losekann
2) Antes da votação, senadores pró e contra impeachment debatem	A matéria apresenta dois momentos o debate sobre o impeachment e a decisão final do julgamento.	1. Senadora Ana Amélia, do PP. 2. Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB. 3. Presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski	1. Legalidade do processo. Off: Ana Amélia, do PP, falou da legalidade de todo o processo, com participação do Ministério Público, Supremo, Câmara e Senado. 2. Decisão Política Senadora Vanessa Grazziotin: “E aqui não há nenhum hipócrita. Aqui não há nenhum ingênuo para saber que todos sabemos que ela não cometeu crime. Mas a decisão é política”.	1. Abrir a votação Lewandowski: “Podemos abrir a votação”. 2. Votação Off: Depois, se formou um grande silêncio no plenário, completamente lotado, à espera do resultado. 13h 34 minutos os senadores votaram. Vamos ao resultado: está aprovado o impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff 61 votos “sim” e 20 votos “não”.	
3)	Discussão	1. Ricardo	1. Habilitada para exercer as funções	1. Habilitação concedida.	Júlio

Senadores decidem que Dilma está habilitada a exercer funções públicas	sobre a habilitação de Dilma para continuar a exercer função pública.	Lewandowski 2. Senadora Kátia Abreu, do PMDB 3.Senador Aloysio Nunes Ferreira 4.Senador Renan Calheiros	públicas <u>(uso de argumento de autoridade).</u> Off: “A senadora Kátia Abreu, do PMDB, citou o ministro do Supremo Gilmar Mendes para dizer que ele também concordava com a tese de que a pena de proibição de exercer função pública por oito anos independe da perda de mandato. Falou que Michel Temer, em livro, tinha a mesma interpretação. Defendeu a honestidade de Dilma Rousseff e narrou uma conversa que teve com ela”. <u>1.1(uso de argumento emocional)</u> Kátia Abreu: “a presidente Dilma precisa continuar trabalhando para poder suprir as suas necessidades”. <u>1.2 (uso de argumento solidário)</u> Renan Calheiros : “Afastar a presidente da República é constitucional. Pode afastar na forma da Constituição e da democracia? Pode, mas não é da Constituição inabilitar a presidente da República como consequência do seu afastamento, não. Essa decisão terá que ser tomada aqui, pelo Plenário do Senado Federal. E, no Nordeste, costumam dizer uma coisa com a qual eu não concordo: ‘Além da queda, coice’. Nós não podemos deixar de julgar, nós temos que julgar, mas nós não podemos ser maus, desumanos. O meu voto é contrário à inabilitação”. 2. Não está apta (argumento constitucional) Aloysio Nunes Ferreira: “Princípio	Off: Foram 42 votos contra Dilma, mas eram necessários 54. Não houve comemoração. Lewandowski encerrou o julgamento. Lewandowski :“Peço às senhoras senadoras e aos senhores senadores que assinem a sentença. Está encerrada esta sessão de julgamento”.	Mosquera
--	--	--	--	---	-----------------

			fundamental da ordem jurídica: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Não importa mais. Nós não vivemos sob o governo das pessoas, mas sob o governo das leis e da Constituição. Por isso, eu penso, apelo aos senhores senadores que mantenham no texto aquilo que a Constituição manda figurar nele.”		
4)No Jaburu, Temer pediu cerimônia de posse simples		1.Michel Temer. 2.Renan Calheiros.	1.Parceria (argumento de afinidade) Off: Assinou o termo de posse e ouviu do presidente do Senado, Renan Calheiros, uma mensagem de apoio Renan Calheiros: “Estamos juntos”.	1. Posse de Temer 2.Normalidade Off: Temer viaja na noite desta quarta para a China, onde participa da reunião do G20, as 20 maiores economias do mundo. Volta ao Brasil a tempo de participar do desfile do Dia da Independência, em Brasília, e da abertura da Paralimpíada, no Rio de Janeiro. Bonner: Durante a viagem de Michel Temer, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, vai ocupar a Presidência da República interinamente.	Zileide Silva
5) Senado cria polêmica com decisão de não tornar Dilma inelegível	Na legitimidade de Dilma continuar elegível e concorrer a cargos públicos.	1. Celso de Mello (ministro do STF). 2. Marlon Reis (advogado eleitoralista) 3. Thomaz Pereira (FGV). 4. Humberto Costa (PT-PE-líder do Partido). 5. Cassio Cunha Lima (PSDB-PB-líder do	1. argumento constitucional. 2. Falso valor moral “Se admite-se questionar a inabilitação, obviamente poderia ser questionado o próprio impeachment. Portanto não vejo espaço jurídico nem argumento constitucional para o Supremo rever nenhuma das duas decisões”.	1.Recorrer ao Supremo Caiado: “O Senado federal não pode fatar aquilo que a Constituição determina. A inabilitação não é pena acessória, é pena conjunta, está claro no artigo 52 quando diz a cassação e a inabilitação para cargo público”. 2.Reposicionamento do discurso. Off: “Mas mudou de ideia ao conversar com outros governistas. O líder do PSDB disse que não pretende recorrer para não abrir a possibilidade para que toda a sessão fosse questionada”. 3.Torná-la inelegível pela Lei da Ficha Limpa. (argumento deposto, pois não cabe a crime de responsabilidade). 4. Decisão Deliberada do Sen Celso de Mello (ministro do STF): “Nós não podemos aplicar por analogia medidas que envolvam restrição a direitos. Se o Senado optou por não impor à presidente Rousseff sanção a algo que ele considerou possível, a sanção autônoma de inabilitá-la temporariamente por oito anos para o exercício de qualquer função pública, eletiva ou de nomeação, então a consequência parece-me	Zileide Silva

		partido. 6. Ronaldo Caiado (DEM-GO líder do partido).		evidente. ado.	
6) Após votação, Dilma promete oposição enérgica	Declaração de Dilma	Dilma Rousseff	Moral Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; sem ter traído qualquer de meus compromissos; com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de continuar lutando pelo Brasil”.	Indicativo de Solução: Dilma: Haverá contra eles a mais determinada oposição que um governo golpista pode sofrer... Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia.	_____
7) Nota Coberta Manifesta- ções Pró e Contra o impeachme nt	Manifestaçõ es em algumas capitais	_____	_____	_____	Renata Vasconcell os
8) Nota pelada: Retificação sobre a isenção de imposto do Instituto Lula	Notificação do Instituto Lula da abertura do processo que pode ou não suspender a isenção	_____	_____	Notificação	Willian Bonner
Outras (1)	<i>Edição Praticamente Completa voltada para a abertura do processo de Impeachment</i>				

Quadro 30: Julgamento Moral e Indicativo de Solução, 31 de agosto de 2016

Fonte: Elaborado pela autora

As repetições concentram-se no tempo de trabalho dos parlamentares (seis dias até a decisão final), na perda do mandato e de estar inabilitada para seguir as funções públicas. Mas a presença da superficialidade da notícia e a omissão do jogo de poder por trás da informação (o julgamento) se revelam durante todo o processo analisado.

	Repetições	Ênfases	Omissões
1) Petistas pedem que o julgamento de Dilma seja feito em duas partes	1. seis dias de trabalho (2) 2. Condenada (2) 3. Perda de mandato (3)	Impasse na legalidade do julgamento ser feito em dois momentos. (Indicativo de solução por Lewandowski para acabar com o impasse.)	Omite o jogo de poder por trás da informação principal (o trâmite de julgamento).
2) Antes da votação, senadores pró e contra impeachment debatem	2. votaram sim 61 senadores, votaram não 20 senadores (2)	No primeiro momento a ênfase recai ao conflito de posicionamento pró e anti impeachment. Depois se estende para a votação e a discriminação dos votos dos parlamentares.	Superficialidade na deposição, restrita a informação de quem votou e a quantidade de votos. Ausência de produção de diagnósticos.
3) Senadores decidem que Dilma está habilitada a exercer funções públicas	Exercer funções públicas e inabilitada (4)	Ênfase no contraditório entre os que defendem e os que não defendem a sua inabilitação. No entanto, esse contraditório é mais sutil, do que o do impeachment, tanto é que parlamentares que votaram a favor da deposição não votaram para a sua inabilitação.	Deixa subentendido o jogo de poder no processo de impeachment que a cassa como presidente, mas permite o seu exercício em cargos públicos. Omite os reais interesses e o envolvimento de outros atores dentro desse processo não vinculados a arena política, como empresários.
4) No Jaburu, Temer pediu cerimônia de posse simples	_____ Não possui repetição significativa	Ênfase na posse de Temer e na sua posição diante os adversários e aliados que se posicionaram contrário a inabilitação. (reposição de Temer).	Dilma não tem voz na matéria. Ausência de contextualização.
5) Senado cria polêmica com decisão de não tornar Dilma inelegível	Inelegível (2)	Na disputa de verdade para confirmar ou refutar a elegibilidade de Dilma.	Aceita-se a elegibilidade de Dilma, mesmo com argumentos contrários a constituição a fim de que todo o processo não fosse revisto. Ausência de análise crítica e relacional com outros fatores que contribuíram para a deposição de Dilma.

Quadro 31. Repetições, ênfases e omissões, dia 31 de agosto de 2016

Fonte: Elaborado pela autora

d) Categorização da Informação

O dia 31 não revela uma categorização diferente das que foram apresentadas nas edições anteriores, apenas reforça expressões que já vinham sendo utilizadas.

Categorização do Fato	Deposição de Dilma
Golpe	Bonner (escalada): “A ex presidente se diz vítima de um golpe”(1)
Maratona	Repórter: Caminhavam visivelmente cansados depois da maratona de seis dias e noites de trabalho.(1)
Cerimônia (Simples e Rápida)	Off: Michel Temer pediu uma cerimônia simples e rápida. (4)

Quadro 32: Categorização do fato, dia 31 de agosto de 2016

Fonte: Elaborado pela autora

e) Tipificação do Sujeito

A tipificação dos sujeitos nessa edição serve como um demonstrativo do indicativo de solução. Dilma Rousseff enquadrada de forma polarizada entre oposição e aliados ora é posta como condenada e ora como vítima, mas o conflito se baliza a partir da admissibilidade das suas funções públicas, que ressignifica novamente a sua imagem de mulher honesta e necessitada de trabalho, mas agora não mais como presidente do país.

O Brasil também assume a posição de sujeito, imputando a ele maturidade ao se abrir para o novo, para uma gestão aberta e progressista, com brasileiros mais aliviados com chances de empregos, inclusive para as mulheres, nas quais passam a ter um “*fio de esperança*”.

Temer por sua vez novamente é reposicionado de inexpressivo e inocente das ingerências de Dilma, no dia 2 de dezembro, para o homem salvador da nação no dia 12 de maio, para o homem duro contra os adversários.

Tipificação dos Sujeitos.	
Dilma	Condenada Senador: “Ficando assim a acusada condenada a perda do cargo de presidente da república federativa do Brasil”. (1)
	Vítima Bonner (escalada): “A ex presidente se diz vítima de um golpe” (1)
	Acusada Senador: “Ficando assim a acusada condenada a perda do cargo de presidente da república federativa do Brasil”. (1)

	Honesta e Necessitada de Trabalhar (reposicionamento do discurso quanto a sua habilidade em exercer função pública) Off: A senadora Kátia Abreu, do PMDB...defendeu a honestidade de Dilma Rousseff e narrou uma conversa que teve com ela... “A presidente Dilma precisa continuar trabalhando para poder suprir as suas necessidades”. (3)
Brasil	Maduro Off: A senadora Ana Amélia, do PP, falou da legalidade de todo o processo, com participação do Ministério Público, Supremo, Câmara e Senado. E disse que o país amadureceu com o impeachment. (2) Aliviado Ana Amélia: “O Brasil sai aliviado de um processo que custou a milhares de trabalhadores”. (2) Mulheres Sofredoras Ana Amélia: e falo aqui para as mulheres trabalhadoras brasileiras que estão sofrendo pelo desemprego. Mas quero dizer a elas também que um fio de esperança nasce. (2) Novo Ana Amélia: A nova esperança, um novo Brasil, um novo sistema político, melhor, mais transparente, mais responsável (2)
Renan Calheiros	Piedoso Renan Calheiros: “No Nordeste, costumam dizer uma coisa com a qual eu não concordo: ‘Além da queda, coice’. Nós não podemos deixar de julgar, nós temos que julgar, mas nós não podemos ser maus, desumanos. O meu voto é contrário à inabilitação”. (3) Disposto Off: Surpresos com tanta disposição de Renan em defender Dilma, senadores do PSDB e do Democratas ainda tentaram anular a influência dele no resultado da votação.(3)
Michel Temer	Duro contra os adversários (reposição da postura) Off: De volta ao Planalto, fez a primeira reunião ministerial como presidente efetivo. Adotou um novo tom, mais duro, contra os adversários: Michel Temer: “É preciso firmeza, digo eu, e firmeza para quando dizer golpista. Golpista é quem derruba a Constituição, quem quer violar o texto constitucional e vocês sabem que, no plano internacional, eles tentaram muito, e conseguiram até com algum sucesso, propor, dizer que aqui no Brasil houve um golpe, um golpe que durou hoje o 108º dia de processo de impedimento com defesa”. (4) Vingativo Off: Temer também repreendeu os senadores, inclusive do próprio partido, o PMDB, que deram votos para que Dilma saísse do julgamento mantendo o direito de ocupar funções públicas. Michel Temer: “Ninguém vai cassar bruxas aqui, mas também não vamos deixar que também tentem demonstrar que o governo não é capaz de responder. Hoje nós tivemos um pequeno embaraço até na base governamental em face de uma divisão que lá se deu. É outra divisão também inadmissível. Se é governo tem que ser governo. O que não dá é para aliados nossos se manifestarem lá no plenário sem ter uma combinação conosco porque, convenhamos, se tivesse uma combinação conosco talvez nós pudéssemos dizer: Olha aqui, vamos fazer um gesto de boa vontade, vamos abrir mão disso, vamos permitir que sua excelência tenha condições de não ser inabilitada, mas seria um gesto nosso”.

Quadro 33: Categorização do fato, dia 31 de agosto de 2016

Fonte: Elaborado pela autora.

Renan Calheiros personifica o cinismo político ao trazer para o debate discursivo a necessidade em garantir à Dilma seus ‘direitos políticos’, alegando que a justiça não deve ser precedida de atos desumanos. A objetividade e neutralidade tão valoradas

desde 2015 saem de cena para a posição-de-sujeito humano do senado, que reconhece as falhas políticas de Dilma, mas ainda assim conserva sua possibilidade de elegibilidade em funções públicas do país, como qualidade de preservar suas condições de subsistência. Dilma, neste processo, tinha a sua saída prevista do enredo tramado pelos sistemas de representação e por parte da sociedade civil, que ao indicar a solução “Tchau, querida”, imputou não somente a ela, mas ao país, uma ‘nova’ identidade repaginada por características conservadoras de suas tradições e agendada pelos movimentos no seio de suas formações. Tchau, querida, expressão usada por Lula para se despedir de Dilma durante uma ligação telefônica passou a ser o símbolo de despedida não somente de uma presidente deposta sob a legalidade de crime de responsabilidade, como também, de uma ideia de país, materializada por políticas públicas distributivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somente a análise midiática ainda se põe como imprecisa para produzir uma análise de conjuntura, no entanto, quando se observa o texto dentro do seu contexto é possível verificar que o impeachment não é meramente um reflexo de uma elite dominante ou de uma luta de classe - apesar de entender o papel importante da classe média dentro desse processo -, na qual reduz a um grupo específico de atores a prerrogativa da vida política do país e nem se restringe a democracia, a uma democracia institucional em oposição a uma democracia social, mas é trabalhado na intersecção entre atores, instituições e sociedade, levando a discussão para o plano da cultura e não somente para a economia.

A tessitura narratológica presente nas seis edições analisadas evidencia uma sequência cronológica dos eventos, que trabalha a tipificação dos sujeitos com papéis claramente definidos, imputando a eles características apropriadas de discursos em circulação e amplificadas com a linha editorial do veículo. Nesse limiar, se concentra a contribuição desta tese em articular à categoria tipificação os aspectos teóricos do conceito de identidade e investigar em que medida os discursos midiáticos contribuíram para a posição-de-sujeitos dos agentes políticos.

O conceito de identidade trabalhado aqui não busca cair no reducionismo ideológico ou nos níveis de impulso psíquico, mas foi investigado reconhecendo também a formação das práticas discursivas no campo social assim como propõe Stuart Hall. Outros autores se debruçaram à luz desta questão, inclusive os analistas de discurso como Michel Pêcheux que “descreveu o discurso em sua relação com os mecanismos pelos quais os sujeitos são posicionados” (HEATH, 1981, P. 101-102) a partir da perspectiva foucaultiana de formação discursiva na qual define o que pode ou não ser dito. Nesta perspectiva o sujeito seria convocado a “ocupar o seu lugar”, no entanto, Hirst (1979), critica esta passividade, pois entende que o sujeito “antes que tivesse sido constituído como tal pelo discurso, tem a capacidade de agir como sujeito” (HALL, 2014, p.115).

Eu argumentaria que Foucault também acorda o impasse que nos foi deixado pela crítica que Hirst faz de Althusser, mas a partir da direção oposta, por assim dizer. Atacando de forma enérgica, o “grande mito da interioridade”...Foucault efetua uma radical historicização da categoria de sujeito. O sujeito é produzido “como efeito” do discurso e no discurso, no interior de formações discursivas específicas, não tendo qualquer existência própria. Não existe tampouco nenhuma continuidade de uma posição-de sujeito- para outra ou qualquer

identidade transcendental entre uma posição e outra...os discursos constroem-se por meio de suas regras de formação e de suas modalidades de enunciação – posições de sujeito...mas revela muito pouco, em troca, sobre as razões pelas quais os indivíduos ocupam certas posições-de-sujeitos e não outras (HALL, 2014, p. 19-120).

Hall traz uma crítica nevrálgica aos trabalhos de Foucault, quando este ainda estava enraizado nos instrumentos arqueológicos, devido a sua unidimensionalidade do sujeito discursivo, como se as posições já estivessem lá, a priori do indivíduo e que passou a ocupá-las sem resistência. Há uma ausência de problematização da imputação de identidade que menospreza as posições sociais dos indivíduos e suas constantes negociações de certas posições de sujeito. Apenas nos estudos genealógicos, o formalismo das questões iniciais é renegado a um segundo plano para se pensar a produção de posições-de-sujeitos a partir de suas relações de poder que permeiam o domínio social. Entretanto, mesmo assim, Hall retoma mais uma vez a lacuna deixada por Foucault na compreensão do sujeito contingente, marcado pela história, sem nada de si, mas sujeitado a “aplicação de uma variedade de práticas disciplinares” (Op.cit.; p. 122). Dilma, por esta leitura foucaultiana estaria autopolicada pelas modalidades disciplinares, confessionais e postorais do poder, capilarizado pelos dispositivos midiáticos e jurídicos e pela inserção simbólica de valores e ideias que permeiam as práticas humanas. Como se daria isso? Uma das leituras possíveis seria pela classificação dominante do pacote interpretativo produzido pela interface mídia (tradicional)/ jurídico (STF), a qual a imputou em dois quadros maiores: culpa pelas pedaladas fiscais, o que segundo o desenho dos enquadramentos mostrou a ineficácia do governo nas questões econômicas do país, e, sua produção de conflito, ao ser cúmplice de Lula, impetrado como corrupto, ao nomeá-lo como ministro da Casa Civil. O Supremo Tribunal Federal ocuparia aqui o papel central na produção de regimes de verdade normalizadores com o apoio de grandes empresários de mídia e da oposição ao governo, que engloba os partidos mais expressivos do país como o PMDB e o PSDB. A normalização passa a ser a idealização da resolução de um conflito, em que coloca Dilma, Lula e o PT, como produtores da corrupção do país, sendo esta instaurada novamente na medida em que estes nomes e o partido têm as suas posições de sujeito distintas e renegadas da vida política do país, seja por meio da prisão, no caso de Lula, do impeachment, no caso de Dilma, e da desmoralização no caso do Partido dos Trabalhadores.

Em um arranjo mais complexo de análise, a posição-de-sujeito de Dilma, seria afetada pelo regime de governamentalidade, na medida em que seu corpo, sua condição enquanto sujeito mulher, também sofre com a materialidade das práticas simbólicas permeadas no circuito de cultura, com os adesivos ofensivos nos carros, com a imagem de inconstante e burra a partir das capas das revistas *Veja* e *Isto É* e com a projeção da posição-mulher na política de *Bela e Recatada* e do *Lar*. A mulher, em uma sociedade com traços marcadamente machistas no seio de sua produção cultural, legitimaria a ideia da produção de “corpos dóceis” na política; tendo a sua condição democrática de participação apenas na possibilidade de voto e, não, de dirigente máxima do país.

Há sem dúvida nessa leitura, uma supremacia do poder diante os processos de imputação de identidade, que renega a possibilidade de uma “correspondente produção de uma resposta -e, portanto, a capacidade e o aparato da subjetividade- por parte do sujeito” (HALL, 2014, p.124).

Nesse sentido, qual a interpretação que propomos sobre a produção de identidade como um artifício de enquadramento na tipificação do sujeito, a partir da análise descritiva apresentada? Quero antes pontuar algumas questões centrais:

- O pacote dominante interpretativo do *Jornal Nacional* está em consonância com a produção de verdade do Supremo Tribunal Federal sob a alegação de constitucionalidade do rito do processo de impeachment que seguiu as normas de um regime democrático de ‘ampla defesa’. A partir de instrumentos próprios, cada um, mídia e judiciário, tentaram convocar Dilma para assumir uma posição-de-sujeito. Essa convocação foi produzida por um cinismo jurídico-midiático legitimado pela profissionalização do jurídico enviesado pela análise dos decretos e das pedaladas fiscais a partir da Constituição Federal (perspectiva neopositivista da compreensão da justiça no país, sem conferir ao direito sua condição interpretante) e midiático a partir da noção de objetividade, apuração dos ‘fatos’ e sua função de fiscalizadores do poder público (novamente reconstituem a ideia neopositivista da notícia a partir de seu relato da realidade).
- Há um deslocamento de centros considerável na sociedade do século XXI, que, apesar de todas as ressalvas, contribuiu para condições mais polifônicas da produção de sentido eventos sociais, produzindo, inclusive uma emancipação social de sentido, não conferindo esta prerrogativa a uma única classe, mas diversos grupos e, que inclusive, em certos momentos, possuem interesses conflitantes; que, vão por

exemplo, desde #lulaladraorouboumeucoração, #lulalivre até #lulapreso, #lulaladrao; ou #tchauquerida X #naovaitergolpe.

- Não obstante a esta polifonia, o campo cultural tem grupos que buscam manter o controle e as expectativas e, que, estabelece uma relação intrínseca entre o social e o simbólico. Nesse sentido, podemos pensar aqui na busca de regimes de verdade e a normalização, como mecanismos de controle que vão desde a ideia de uma heterossexualidade normativa até a fidelização dos homens em cargos máximos do executivo. Inevitavelmente toda prática social é simbolicamente marcada e produzem sentido à vida e às próprias posições às quais somos convocados ou às quais nós deliberadamente nos posicionamos.
- Mercer (1992, p.424) alerta para uma questão importante: “em termos políticos, as identidades estão em crise porque as estruturas tradicionais de pertencimento, baseadas nas relações de classe, no partido e na nação-estado, têm sido questionadas”. O processo de desmantelamento das instituições e dos poderes executivo e legislativo abriu espaço para o protagonismo do judiciário na sociedade brasileira, como retomamos no intertítulo sobre os velhos atores do processo de impeachment. Mas não só isso, como também acirrou o conflito de disputa de poder e o que se pôs em tela foi uma concepção de políticas públicas e de governo entre PT X PSDB e PMDB, ao mesmo tempo em que deu oportunidade para ‘novos’ movimentos sociais, sejam elas das diversas esquerdas ou das diversas direitas.

Ao partir destas premissas, ‘concluídas’ após a análise descritiva, detectou-se que os personagens adentram e saem da história na medida em que se fazem importante ou não na sequência narrativa. Nota-se claramente o papel de Eduardo Cunha, que sob o discurso constitucional e moral, inerente ao seu cargo, aceita o processo de impeachment na Câmara, no dia 2 de dezembro de 2015. O rigor “técnico e constitucional” se desloca para outro viés, no dia 12 de maio, o da espetacularização da informação; de um ponto a outra da narrativa, Cunha, desaparece do noticiário junto com todo o contexto que levou a sua prisão e o jogo de interesse por trás dos bastidores presentes no dia 2 de dezembro.

Dilma de protagonista dos autos ocupa um lugar secundário da narrativa, na qual repete seu discurso de vítima de um golpe, sem alicerce de fundamentações mais claras sobre os interesses pretendidos e escusos dos outros atores políticos no processo; além de informações ineficientes do ponto de vista de antecedentes e abordagens mais

relacionais com o contexto e se limita a um cenário de poucas fontes capazes de reverter o enquadramento da narrativa. A presunção de culpa trabalhada de forma amplamente aberta na edição do dia 12 de maio e 31 de agosto, se desvincula da justificativa constitucional, que a pune depondo o seu mandato, e, se reveste de um discurso “solidário” de apoio a vítima, quando a maioria dos senadores decide não cassar os seus direitos políticos.

Estes indicativos de solução em duplo-fluxo, penalidade e absolvição, dão validade à ideia que a posição-de-sujeito ao qual tanto mídia e judiciário tentaram convocá-la a ocupar, na verdade omite interesses maiores que o próprio impeachment, que é a retirada do PT, de Dilma e de Lula da vida política do executivo federal e a representação simbólica disto nas políticas públicas do país. Dilma é tipificada na sua condição de minoridade de agente político, incapaz de gerir e de se expressar. O que se contesta da análise foucaultiana é a aceitação inerente e sem resistência de Dilma a assumir a posição que lhe foi imputada. A resistência não somente à atribuição de identidade como a própria luta em se manter no cargo demonstra que ela, enquanto sujeito-mulher e agente-político, não assentou o lugar que lhe conferiram, porém pelos enquadramentos do telejornal, ela não conseguiu romper com a classificação dominante de culpa que lhe foi impetrada.

Já Lula não apareceu praticamente na metade das edições analisadas (02 de dezembro, 12 de maio e 31 de agosto). Porém, paralelamente ao processo de impeachment as constantes denúncias oriundas de delação premiada o colocam em tela e concomitante a isso, fomentou a discussão do impeachment, na qual a tessitura de intriga levou, inevitavelmente a uma correção moral dos acontecimentos, seja por argumentos de base constitucionais ou meras convicções. No dia 19 de março, um dia após as manifestações pró-governo, o telejornal agendou de forma expressiva o ex presidente por meio da divulgação dos grampos telefônicos e da sua nomeação à Ministro da Casa Civil por Dilma Rousseff, mas suspendida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, sob a alegação de foro privilegiado. Este acontecimento passou a ser utilizado pela oposição como a prova da culpa de Lula e a posição de Dilma como cúmplice. As gravações de Lula e a entrevista de Delcídio do Amaral ao invés de produzirem um recurso de desconto acentuam ainda mais a imagem de Dilma, não somente como cúmplice, mas como conhecedora dos processos de propina, inclusive na Petrobrás. Esse cenário contribuiu para a formação de uma marca, não somente nos sujeitos Lula ou Dilma, mas ao PT. Esta marca negativa englobou,

como dito em capítulos anteriores, a recusa de políticas públicas distributivas e incentivos ao combate da desigualdade social, seja por meio de cotas em universidades públicas, programa Mais Médico, dentre outros.

A simplificação da complexidade dos eventos permitiu criar heróis e vilões, recurso indispensável na produção do conflito. A problemática se insere no cinismo dos enquadres que aparecem revestidos de objetividade e imparcialidade ao trazer fontes contraditórias, oferecendo a falsa ideia de “ouvir os dois lados”, técnica indispensável no que se considera o bom jornalismo. No entanto, o tempo e a disposição das fontes, os discursos em off ou nas passagens dos jornalistas vão posicionando sutilmente os elementos dos eventos políticos a fim de conferir uma organização de sentido do processo de impeachment.

A síndrome do Homer no telespectador brasileiro comentada pelo apresentador Willian Bonner em 2005 em reunião de pauta do JN, justifica aparentemente, as técnicas de “empobrecimento” das matérias para que o telespectador possa “entender” a máquina da política do país. No entanto, após as diversas literaturas sobre as teorias da comunicação que se afastam cada vez mais da ideia de um receptor imbecil e passivo, dotado de déficit cognitivo torna-se distante em ser aceita não somente na academia, mas no próprio mercado.

Nesse sentido, as tecnologias digitais apesar de amplificarem características culturais dos brasileiros, no caso, permitiram também repensar as posições de sujeito no processo comunicativo. Mesmo que ainda esparso da produção técnica da notícia ou de um reconhecimento no processo produtivo, o receptor, produtor/consumidor de informação, afetou os modos de endereçamento da notícia, as formas de narrativas, os modos de capturas de informação e até mesmo o contato dos jornalistas com a fonte e o público. Portanto, o recurso de superficialidade deve ser visto para além do entendimento do receptor, como justifica Bonner, mas como uma questão a ser questionada dentro da dinâmica de poder das inter-relações institucionais/práticas, público/privado.

Venho a discordar de Jobim sobre a objetividade na América Latina se materializar pelos seus aspectos de clareza e isenção e, não pelos seus aspectos epistemológicos, como um modo de apresentar o real. Este discurso se aproxima do que ouvi nas entrevistas que realizei com alguns jornalistas e das infinitas conversas com colegas profissionais sobre a prática profissional ao longo dos quase dez anos de formada. Há um entendimento claro desta posição em garantir a notícia e ao profissional

dela um status de “reportador da realidade” a partir de técnicas apreendidas no seu percurso formativo, capaz de reforçar o pacto comunicativo entre jornalistas e público como legítimo portador de informação. Aspecto crucial para garantir sua posição de sujeito no espaço público e na grade plural de profissionais atuais.

Este discurso se aproxima e muito dos agentes do judiciário, vistos mais especificamente nesta tese pela perspectiva dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, detentores do monopólio interpretativo da Constituição Federal - carta magna do que se confere ser a justiça brasileira. As seis edições analisadas, que de modo algum pretendeu produzir uma base quantitativa das notícias do processo de impeachment, talvez nem podendo se atribuir à investigação o título de uma análise de cobertura, mas que buscou os aspectos qualitativos dos enquadramentos midiáticos, mostraram que a ênfase recai sobre a imparcialidade do STF. Esta moldura tanto dos agentes do judiciário quanto dos jornalistas não ofereceu espaço ao contraditório, produzindo um enquadramento dominante à narrativa: a neutralidade da conduta de todo o processo que seguiu os ritos democráticos explícitos na Constituição. Por mais que o advogado da União, José Eduardo Cardozo e em diversas vezes Dilma, tenha atribuído ao processo a categorização de golpe, os argumentos eram abafados em três frentes: governistas da oposição, ministros do Supremo e a própria equipe de telejornalismo do JN (apresentador, repórteres e editores).

A objetividade conferida nos discursos midiáticos e jurídicos escancara um problema tácito que permeia os objetos empíricos e teóricos, nos quais são mais facilmente aceitos ou validados a partir de suas visões positivistas e cartesianas sobre o funcionamento e entendimento da vida, independente do lugar que se olhe. Estabelece-se assim, um jogo de falsas verdades compartilhadas pela visão técnica como artífice de credibilidade e omite-se as estratégias de poder na leitura dos eventos. Jornalistas e juristas conferem aos fatos sua prerrogativa incondicional do real, sem apresentar os interstícios inerentes às ações subjetivas, sejam elas conscientes ou inconscientes, e, as constantes negociações e percepções do mundo social.

Velhos e novos atores contribuíram para a deposição de Dilma alinhando discursos com um inimigo em comum: o PT. O impeachment não foi só de Dilma, mas de símbolos que representassem ameaças às perspectivas neoliberais e conservadoras do país. A adesão social se deu pela construção simbólica constituída nas microinterações sobre o combate à corrupção e a falência da política brasileira. No entanto, a luta anti-corrupção foi sendo tecida de forma seletiva e angariou junto e posteriormente ao

impeachment pautas anti-populares como a reforma trabalhista, reforma da previdência, Escola sem Partido, aprovação de leis que contribuem para o uso quase que indiscriminado do agrotóxico e intervenção militar no Rio de Janeiro.

A tomada do poder por direitas, conservadores e neo-liberais não é um caso isolado brasileiro, mas se desenha em âmbito global, como no caso de Donald Trump nos Estados Unidos e Macron na França. A história se repete com novos atores, outras agências e características específicas agravadas pela fragilidade do espaço público brasileiro permeado ainda por uma mídia oligopolizada com interesses privado-comerciais, que inviabiliza a formação de novos pacotes interpretativos dos sistemas de representação dominantes e massivos.

O julgamento moral privilegiou de forma predominante a produção de conflito como estratégia fundamental em polarizar os acontecimentos políticos, que empobreceram a qualidade da informação, marcada por sua superficialidade e em alguns momentos, espetacularização. A produção de conflito é essencial para a produção de um indicativo de solução moralizante, feito para cortar estrategicamente, como foi o próprio dia 12 de maio, período em que Dilma foi afastada por 180 dias. Tira-se da narrativa os elementos causadores da tensão à espera de um final feliz, como o retorno da economia e o combate a corrupção, personificado na figura de Michel Temer, como protagonista da nação brasileira, ao lado de Sérgio Moro, o herói nacional e símbolo de combate à corrupção. Mesmo nas entrelinhas, o enquadramento dominante categorizou o fato de forma implícita: Tchau, Querida!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDÉ, A. e VASCONCELLOS, F. Ao vivo de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 39, n. 2, 2008. [online] Disponível em <http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n2/> Último acesso em 15/02/2011.

ALONSO, A. A política nas ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**. São Paulo, junho de 2017.

BARROS FILHO, C. **Ética na comunicação**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

BECKER, C. et.al. Manifestações e votos ao impeachment de Dilma Rousseff na primeira página dos jornais brasileiros. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicacion**. Nº24, janeiro-junho de 2016.

BENEDETTI, M.; GADRET, D. O ethos do repórter de TV da Rede Globo. **Intexto**. Porto Alegre: Rio Grande do Sul. UFRGS, n. 39, p. 60-79, maio/ago. 2017.

BENSON, R. Maybe Things Aren't so bad, or are they? Michael Schudson's ambivalente critique of commercialism. **Journalism Studies**. June 2017.

Boni e a manipulação do debate Lula x Collor pela Globo. **Youtube**. Postado em 5 de março de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SBKpuoeyuG0>.

BRAGA, A.; GASTALDO, E. O legado de Chicago e os estudos de recepção, usos e consumos midiáticos. **FAMECOS**: Porto Alegre, nº39, agosto de 2009.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Decreto nº 20.047, de 27 de Maio de 1931. **Decreto Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 6 jun. 1931.

BRASIL. Decreto nº 21.111, de 1º de Março de 1932. **Decreto Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 4 mar. 1932.

BRASIL. Decreto nº 29.783, de 19 de Julho de 1951. **Decreto Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 20 jul. 1951.

BRASIL. Decreto nº 31.835, de 21 de Novembro de 1952. **Decreto Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 21 nov. 1952.

BRASIL. Decreto nº 50.450, de 12 de Abril de 1961. **Decreto Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 1961a.

BRASIL. Decreto nº 51.134, de 3 de Agosto de 1961. **Decreto Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 ago. 1961b.

BRASIL. Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963. **Decreto Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 maio 1963.

BRASIL. Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995. **Decreto Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 jan. 1995.

BRASIL. Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. **Decreto Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 set. 2011.

BRUNI, José Carlos. Foucault: o silêncio dos sujeitos. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP. São Paulo, n. 1, v. 1, p. 199-207, 1989.

CAJAZEIRA, P.O. telejornalismo estendido nas redes sociais: participação ou interação? **Ação Midiática**. Nº 7, 2014.

CALABRESE, L.; DOMINGO, D.; PEREIRA, F. Superando as frustrações normativas da pesquisa sobre a participação da audiência. **Sur le journalisme**, About journalism, Sobre jornalismo [En ligne], Vol 4, nº2 - 2015, mis en ligne le 15 novembre 2015.

CANEL, M.; SANDERS, K. **Morality Tales**: political scandals and journalism in Britain and Spain in the 1990s. Broadway: Hampton Press, 2006.

CARVALHO, C. Sobre limites e possibilidades do conceito do enquadramento jornalístico. **Contemporânea**, Vol 7, nº2, dezembro de 2009.

CASTANHEIRA, K.; JUNIOR ARAUJO, A.; PORTARI, R. produções de sentido da nova direita brasileira: uma investigação dos quadros sociais de membros do MBL. **Anais**. XIV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación. 2018.

CASTRO, P. C. The mediatization of reception by brazilian online collaborative journalism: rules and protocols to control reader's participation, in Carlos Arcila Calderón, Mable Calderín, Cosette Castro eds., **An overview of digital media in Latin America**. London: University of West London, 2014, pp. 61-72.

CHARAUDEAU, P.. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

CHAUÍ, M. **Simulacro e Poder: uma análise da mídia**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

CIRNE, L.; LIMA, L. A TV no cenário de transição e o telejornal como hipertexto: um debate preliminar sobre as transformações na era digital. **Cultura Midiática**. Ano VIII, n. 15 - jul-dez/2015

COMMAILLE, J.; DOUMOULIN, L. Heurs et malheurs de la légalité dans les sociétés contemporaines. une sociologie politique de la "judiciarisation". Paris, **L'Année sociologique**, n. 1, v. 5, p. 63-107, 2009. Disponível em: <www.cairn.info/revue-l-annee-sociologique-2009-1-page-63.> Acesso em: 11 dez. 2017.

COSTA, C. **Ética, jornalismo e novas mídias**: uma moral provisória. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

COSTA, F.; ZANGELMI, A.; SCHIAVO, R. Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação: algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual. **Intratextos**, Rio de Janeiro. vol 2, nº 1, pp 33 – 50, 2010.

DARTON, R. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

Demeneck, B. Objetividade jornalística : o debate contemporâneo do conceito. **Dissertação** (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. 2009.

ELLIS, J. **Visible Fictions: Cinema, Television, Video**. London: Routledge and Kegan Paul, 1982.

ENTMAN, R. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**. 43 (4). p. 51-58. Aug. 1993.

EVANS, E. **Transmedia television: audiences, new media, and daily life**. New York: Routledge, 2011.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009a.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

_____. **Microfísica do Poder**. 24. ed. São Paulo: Edições Graal, 2007a.

FRAZÃO, S. M., BRASIL, A. Television newscast news production: the transformation of the news process and professional routines. **Brazilian Journalism Research**, v. 9, n. 2, pp. 112-129, 2013. DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v9n2.2013.607>.

GAUTHIER, G. “In defense of a supposedly outdated notion: the range of application of journalistic objectivity”. Vancouver, Canada: **Canadian journal of communication**, Volume 18, Number 4, 1993.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

GITLIN, T. **The Whole World is Watching**: mass media and the making and unmaking of the new left. Berkeley: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1983. Original: The presentation of self in everyday life. Edinburgh: University of Edinburgh, 1956.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. New York: Harper and Row, 1974.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Em inglês Stigma: notes on the management of spoiled identity. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1963.

GOMES, W. A direita ainda mais à direita. **Revista Culta**, 19 Jan. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/a-direita-mais-a-direita-wilson-gomes/>. Acesso em 12 Jul. 2018.

GOMES, I. (Org). **Gêneros Televisivos e modos de endereçamento no telejornalismo**. EDUFBA: Salvador, 2011.

GUAZINA, L. Jornalismo em busca da credibilidade: A cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão. **Tese**. Universidade de Brasília. 2011.

HADDAD, G. Ethos prévio e ethos discursivo: o exemplo de Romain Rolland. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

HALL, S.; et al. A produção social das notícias: o “mugging” nos media. In:

TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

HÄBERLE, P. **Hermenêutica constitucional**. A sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da constituição. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997.

HERZ, D. **A história secreta da Rede Globo**. Ortiz: São Paulo. 1987.

HIRSCHL, R.. **Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2007.

HORTA, F.; VALIM, P. “**As coisas no seu devido lugar**”. Opera Mundi, 31out.2017(operamundi.uol.com.br/conteudo/geral/48301/as+coisas+no+seu+devido+lugar.shtml).

JAMBEIRO, O.; DOS SANTOS, S.; RIBEIRO, A.; FERREIRA, S. Regulação da radiodifusão: a concessão de frequências no governo provisório de Vargas (1930-1934). In: **Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação em Manaus**, GP Economia Política, 2000.

JÚNIOR FERES, J.; SASSARA, L. O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998. **Revista Compolítica**. vol. 6(1). 2016.

KELSEN, H. **Teoria pura do direito**. Trad. João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEAL, P. M. V. News Frames no Jornalismo Político Brasileiro: análise de enquadramento da cobertura do escândalo dos Sanguessugas. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 30, 2007. Santos, SP.

LEAL, P. M.V. **Jornalismo Político Brasileiro e a Análise de Enquadramento Noticioso**. s/d.

LEAL FILHO, L. **“De Bonner para Homer”**. A TV sob Controle. São Paulo, Summus Editorial, 2006.

LE CAM, F.; PEREIRA, F. A comparação da identidade dos jornalistas online em suas relações com os públicos no Brasil e na França. **Observatório**. Vol.11. 2017.

LIMA, V. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo, Paulus, 2011.

_____. **Globo e Política: tudo a ver** in BRITTOS, V.C. e BOLAÑOS, C. R. Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo, Paulus, 2005.

LINHARES, J. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Revista Veja**. Publicada em 18 de abril de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>

LIPPMAN, W. **Drift and Mastery**. Nova York: Mitchell Kennerly, 1914.

LIPPMAN, W. **The Phantom Public**. Nova York: Harcourt, Brace, 1925.

LOBO, L. A expansão dos poderes judiciários. **Psicologia & Sociedade**, n. 24, p. 25-30, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326566005>> Acesso em: 17 dez. 2017.

LUHMANN, N. **Social systems**. translated by John Bednarz, Jr., with Dirk Baecker; foreword by Eva M. Knodt. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1995.

MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: ParábolaEditorial, 2010.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel;

MARTINS, M. Novos efeitos de real concretizados pelas máquinas de visibilidade: reconfigurações do telejornalismo perante a ubiquidade das câmaras onipresentes e oniscientes. **Tese**. Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo. 2015.

MORAES A, TEMER A. C. P. E COELHO B. Popular participation and news values in telejournalism: interaction and citizenship. **Brazilian Journalism Research**, v. 9, n. 2, pp. 128-145, 2013. DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v9n2.2013.608>

MERRIL, J. **Journalistic objectivity is not possible**. In John C Merrill & Everett Dennis, Basic issues in mass communication. New York: Macmillan, 1984.

MERRIL, J. **Semantics and objectivity**. In Ralph L. Lowenstein & John C. Merrill, Macromedia: Mission, message, and morality. New York: Longman, 1990.

MORAES, C. Quando o PT estava do outro lado: sigla lidera pedidos de impeachment. **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/18/politica/1460937256_657828.html.

MORETZSOHN, S. “A mídia e o golpe: uma profecia autocumprida”, em Adriano de Freixo e Thiago Rodrigues (orgs.), 2016, o ano do golpe. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

MOTTA, L. G. Enquadramentos lúdicos-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para enquadrar narrativamente os conflitos políticos. In MIGUEL, L. F. e BIROLI, F. **Mídia: representação e democracia**. São Paulo, Hucitech, pp. 137-161, 2010.

ODERGARD, P. **The American Public Mind**. Nova York: Columbia University Press, 1930, p. 132.

OLIVEIRA, C.; CASTANHEIRA, K. Jornalismo Colaborativo: um Contraponto entre o G1 (MG) e o Estado de Minas (EM). CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 38. Rio de Janeiro, Set. 2015. **Anais...** Rio de Janeiro: Intercom. 2015. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2015/resumos/R48-0323-1.pdf>. Acesso em 11 Jul. 2018.

PAVARIN, G. O ostracismo do maior revoltado online. **PIAU- Folha Uol**. Publicada em 26 de maio de 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-ostracismo-do-maior-revoltado-online/>

PARK, J. Contrasts in the coverage of Korea and Japan by US television networks: a frame analysis. **International Journal for Communication Studies**, Londres; Thousand Oaks; Nova Deli, v. 65, n. 2, p. 144-164, 2003.

PELTZMAN, S. A teoria econômica da regulação depois de uma década de desregulação. In: MATTOS, Paulo Todescan Lessa; PRADO, Maria Mota; da Rocha, Jean Paul Cabral Veiga; COUTINHO, Diogo R.; OLIVA, Rafael (orgs.). **Regulação econômica e democracia: o debate norteamericano**. São Paulo: Editora 34, 2004.

PEREIRA, F.; FREITAS, A. Les mutations de l'information et des médias locaux. **Sciences de la Société** n° 84-85. 2012

PIERANTI, O. **Políticas públicas para radiodifusão e imprensa**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PIERANTI, O.; MARTINS, P. O Código Brasileiro de Telecomunicações e a Política de Expansão da Radiodifusão: a Ação do Empresariado como Grupo de Pressão. In:

Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006a. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1071-1.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A.A. (Org.). **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 73-104.

_____. Interpretando o mundo da política: perspectivas teóricas no estudo da relação entre psicologia, poder e televisão. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 23, 1999, Caxambu, MG.

PRANDI, R.; CARNEIRO, J. Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **RBCS**. Vol. 33 nº 96 /2018.

PRATES, A.; POZOBON, R. Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático: o impeachment de Dilma Rousseff. **Anais**. I Seminário Internacional de Pesquisas em midiatizações e processos sociais. Unisinos: São Leopoldo, 12 a 15 de dezembro, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/Karol/Downloads/101-1-173-1-10-20170712.pdf. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

PRIOR, H. Escândalo Político e Narratologia: tecendo os fios narrativos dos casos Face Oculta e Lava Jato. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, janeiro, fevereiro, março e abril de 2018.

_____. A anatomia do escândalo mediático: visibilidade, silêncios e pragmática mass media. **Estudos em Comunicação**, nº 26, vol. 2 (maio, 2018). DOI: 10.20287/ec.n26.v2.a04.

QUÉRÉ, Louis. Les ‘dispositifs de confiance’ dans l’espace public. In: **Revista Réseaux**, 2005/4 nº 132, p.185-217.

RAETZSCH, C. Journalism studies beyond Journalism: A critical and appreciative dialogue with Michael Schudson. **Journalism Studies**. 2017.

REBOUÇAS, E.; MARTINS, M. Evolução da regulamentação da mídia eletrônica no Brasil. IN: V CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2007, p.1-12.

RENÓ, D.; SOUZA, T. **Escândalo ou notícia: os discursos construídos pelas revistas Veja e Carta Capital sobre as denúncias contra o PT e o Governo Lula**. s/d. Disponível em file:///C:/Users/Karol/Downloads/7495-28052-2-PB.pdf.

RICOEUR, Paul. **Du texte à l’action. Essais d’herméneutique II**. Paris: Édition du Seuil, 1986.

RIBEIRO, A. Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50. **Tese** de doutorado defendida na Escola de Comunicação da UFRJ, setembro de 2000.

RIZOTTO, C.; ANTONELLI, D.; FERRACIOLI, P. A política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**. Vol.13, n.24. Disponível em: <https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/view/710/415>. Acesso em 23 de janeiro de 2018.

REVEL, J. **Le rejet de l'état – essai politique**. Paris: Grasset, 1984.

RUBIM, A. A. C. In: LIMA, Venício A. de.(org.). **A mídia nas eleições de 2006**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

RUELLAN, D. Corte e costura do jornalismo. **Líbero**. ano IX. N18. Dez 2006.

RUELLAN, D. A Professional. Or How to Recognize One. **Brazilian Journalism Research**, 13(1), 6-19. 2017. doi:10.25200/BJR.v13n1.2017.978.

SALGADO, Luciana (Org.). **Ethos discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SCHAFF, A. **A objetividade do Conhecimento à luz da sociologia do conhecimento e da análise da linguagem**. In KRISTEVA, Julia et alii (orgs.) Ensaio de semiologia. Rio de Janeiro: Eldorado, 1976.

SCHEUFELE, D.A. **Framing as a theory of media effects**. Journal of Communication, New York, v. 49, n. 1, p. 103-122, mar. 1999.

SCHUDSON, M. **Descobrimos a mídia: uma história social dos jornais dos EUA**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

_____. How Culture Works: Perspectives From Media Studies on the Efficacy of Symbols. **Theory and Society** 18: 153–180. 1989.

_____. The Power of News. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1996.

_____. “The Sociology of News Production Revisited (Again).” In Mass Media and Society, edited by James Curran and Michael Gurevitch, 175–200. London: Arnold. 2000.

SENNE, F. J. Enquadrando a política sob a ótica do escândalo: uma análise de três escândalos políticos midiáticos a partir da perspectiva do enquadramento. **Dissertação**, Mestrado em Comunicação, Universidade de Brasília, 2009.

SERELLE, M. A televisão como meio híbrido no pensamento de Raymond Willians. **Significação**. V.43. nº45. 2016.

Silva, M. A. O Percurso do Amador para Integrar o “Mundo do Telejornalista”: Uma Análise dos Vídeos Colaborativos que Participam da Notícia Televisiva (**Doctoral dissertation**). 2017. Retrieved from <http://repositorio.unb.br/handle/10482/31787>.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol.II Nº 1 - 1º Semestre de 2005.

SILVA, J. Frágil democracia e políticas de comunicação: processos regulatórios, diversidade e concentração na TV aberta no Brasil e na Argentina. 2015.444f. **Tese** (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SILVERSTONE, R. **Por que Estudar a Mídia?** .Edições Loyola, 2002.

SOARES, M. C. Análise de enquadramento. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

STIGLER, G. A teoria da regulação econômica. In: MATTOS, Paulo Todescan Lessa; PRADO, Maria Mota; DA ROCHA, Jean Paul Cabral Veiga; COUTINHO, Diogo R.; OLIVA, Rafael (orgs.). **Regulação econômica e democracia: o debate norteamericano**. São Paulo: Editora 34, 2004.

THOMPSON, J. **Mídia e modernidade**: uma teoria social da mídia. São Paulo: Vozes, 2013.

THOMPSON, J. **El Escándalo Político**: Poder y visibilidad em la era de los medios de comunicación. Barcelona: Paidós, 2001.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: A Tribo Jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis, Insular, vol. II, 2005.

_____. **O Estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo, Unisinos, 2001.

TUCHMAN, G. Contando Estórias in TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e ‘Estórias’**. Lisboa, Vega, pp. 258-262, 1976/1993.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

VOGEL, L. H. **A Comunicação Social na Constituição de 1988 e a concentração da mídia no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema3/2013_9029.pdf>.

WILLIAMS, R. **Cultura e Sociedade**: 1780-1950 (Trad. de Leônidas H.B. Hegenberg; Octanny Silveira da Mota; e Anísio Teixeira), São Paulo: Ed. Nacional,[1958]1969;

_____. **Marxismo e Literatura** (Trad. de Waltensir Dutra), Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1971]1979;

_____. **Television. Technology and Cultural Form**, 2ª, London: Routledge, 1997;

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de Entrevista

Baseado no roteiro proposto por Guazina (2011)

1. Perfil biográfico (dados sobre formação profissional, idade, origem, classe social, etc.)
2. O que é o jornalismo para você? Quais palavras você relaciona com jornalismo?
3. Quais as principais funções do jornalismo na democracia?
4. Quais valores você considera fundamentais para o jornalismo?
5. Quais valores você considera fundamentais para o Jornalismo da Rede Globo?
6. Qual o conceito de jornalismo político para você?
7. Você poderia definir o que é bom jornalismo?
8. Você considera que a investigação é parte do exercício da profissão?
9. O que você pensa sobre as sequências de definições abaixo sobre o jornalismo: guardião da democracia; investigador e fiscalizador do governo; influência nas decisões políticas
10. Existe diferença na cobertura política e na cobertura de outros temas no Jornalismo da Globo?
11. Como é o processo de produção das notícias sobre política? Este processo se altera em coberturas de escândalos políticos ou de denúncias?
12. Como você avalia a atual política brasileira e as principais instituições que fazem parte do campo político?
13. Quais valores fundamentais você relaciona com a política?
14. Como você definiria a relação entre jornalismo e política?
15. Como você avalia o papel dos telejornais da Globo (a maior emissora do país) nos processos políticos e em escândalos como no caso da Lava Jato e no processo de *impeachment*?
16. O que você pensa sobre a sequência de definições abaixo sobre política: - não é confiável - em geral, é corrupta - as instituições são fracas
17. O que você pensa sobre a sequência de definições abaixo sobre os partidos políticos: - não são confiáveis - em geral, são corruptos - no caso dos escândalos envolvendo membros do Partido na Lava Jato atestam que o foi corrupto.
18. Qual sua avaliação sobre o governo Lula?
19. Qual a sua avaliação sobre o governo Dilma?

20. Como a cobertura de denúncias pode influenciar o processo político? Por exemplo, no caso da Lava Jato?

21- Caso você tenha feito parte do processo de cobertura do impeachment pode relatar como foi essa experiência e os critérios adotados para produzir a reportagem?

APÊNDICE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) participante:

Sou doutoranda do programa de Pós-graduação em Comunicação na Unesp-Bauru. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do professor Claudio Bertolli, cujo objetivo é identificar símbolos e instâncias de significados utilizados na imputação de identidade ao Lula e a Dilma no processo de enquadramento do impeachment, pelo Jornal Nacional, para acessar valores sociais em circulação na cultura brasileira capaz de legitimar a construção noticiosa.

Sua participação consiste em conceder uma entrevista que será feita mediante recursos digitais, caso haja inviabilidade do pesquisador e do entrevistado em realizá-la de forma presencial.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Pesquisadora: Karol Natasha Lourenço
Castanheira

Frutal 13/11/2017

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

APÊNDICE

EDIÇÃO JORNAL NACIONAL DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2015

Matéria 1:

Renata: Uma decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, mexeu com o cenário político do país. No início da noite, ele anunciou que aceitou o pedido de abertura de processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Por isso começamos essa edição do Jornal Nacional conversando diretamente até Brasília para conversar com o repórter Júlio Mosquéra. Boa noite, Júlio. Quais foram os argumentos do presidente da Câmara para aceitar o pedido?

Júlio Mosqueira (link ao vivo). Boa noite, Renata, Boa noite Heraldo, boa noite a todos que nos assistem. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, disse que autorizou a abertura do processo porque concordou com os argumentos de que é preciso iniciar uma investigação sobre irregularidades sobre seis decretos publicados pelo governo neste ano de 2015 que aumentaram despesas sem autorização do governo. São decretos de liberação de recursos para várias áreas do governo. Cunha informou que os decretos somam R\$ 2,5 bilhões. Para o presidente da Câmara, a edição dos decretos não numerados desrespeita a lei orçamentária e configura crime de responsabilidade. Ele sustenta que, mesmo com a aprovação do projeto de revisão da meta fiscal hoje pelo plenário do Congresso, nada muda. A realidade não muda, porque segundo disse na decisão, o Executivo administrou o orçamento de 2015 como se houvesse superávit, enquanto há uma estimativa de déficit de R\$ 100 bilhões. Eduardo Cunha aceitou o pedido assinado pelos juristas Helio Bicudo, ex-deputado do PT, e Miguel Reale Junior, ex-ministro da Justiça do governo de Fernando Henrique Cardoso, e pela advogada Janaína Pascual. O pedido teve o apoio formal dos partidos de oposição: Democratas, PSDB e PPS. Cunha disse que a decisão dele foi exclusivamente de natureza técnica.

Eduardo Cunha: “A mim, não tem nenhuma felicidade de praticar esse ato. E não o faço por nenhuma motivação de natureza política. Eu, como disse aqui anteriormente, refutei, rejeitei todos e o rejeitaria se estivesse em descumprimento da lei. Mas, infelizmente, por mais que eu tentasse buscar qualquer caminho de interpretação e por todos os pareceres que chegaram até a mim pela consultoria legislativa, pela assessoria jurídica e por terceiros, as quais eu consultei, não consegui encontrar um que conseguisse me desmontar a tese a qual está sendo aceita hoje”.

Link ao vivo: Pelas redes sociais, o presidente Eduardo Cunha disse que tomou a decisão porque estava atendendo a um apelo das ruas. Renata, Heraldo.

Renata: Júlio Mosqueira com as informações ao vivo sobre os argumentos do presidente da Câmara para a abertura do pedido do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff.

Matéria 2:

Renata: A gente vai continuar à Brasília, mas vamos agora direto para o Palácio do Planalto, onde está o repórter Marcos Losekann, boa noite Marcos, qual foi a reação da presidente Dilma Rousseff?

Marcos (link ao vivo): Boa noite Renata, boa noite a todos, olha embora essa possibilidade já existisse é bem verdade que caiu como uma bomba aqui no Palácio do Planalto. Imediatamente a presidente Dilma convocou ministros para uma reunião de emergência. Nessa reunião ela está conversando, tentando traçar rumos para os próximos passos e inclusive a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Depois dessa reunião a presidente deve falar com os jornalistas, se vai ser uma coletiva de imprensa ou declaração, a gente ainda não sabe, estamos aqui a postos esperando que a presidente fale. A gente volta daqui a pouco. Renata e Heraldo.

Renata: Segundo as informações de Marcos Losekann a presidente Dilma Rousseff convocou os ministros para uma reunião de emergência, nós vamos continuar acompanhando.

Matéria 3:

Renata (em pé de frente ao projetor): Nós vamos voltar à Brasília com o repórter Marcus Losekann, que tem informações sobre o pronunciamento de Dilma Rousseff. Marcos?!

Marcos: É Renata, ela acabou de falar aqui no Palácio do Planalto e reagiu com indignação a essa abertura do processo de impeachment, nós vamos ver.

Dilma Rousseff: “Ainda hoje, eu recebi com indignação a decisão do senhor presidente da Câmara dos Deputados de processar pedido de impeachment contra mandato democraticamente conferido a mim pelo povo brasileiro. São inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam esse pedido. Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim. Não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público. Não possuo conta no exterior, nem ocultei do conhecimento público a existência de bens pessoais. Nunca coagi ou tentei coagir instituições ou pessoas na busca de satisfazer meus interesses. Meu passado e meu presente atestam a minha idoneidade e meu inquestionável compromisso com as leis e a coisa pública”.

Matéria 4

Renata: Com o pedido de abertura do processo de impeachment acolhido, começa agora uma longa tramitação no Congresso Nacional.

Off: A decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, será publicada amanhã. No plenário será lida a criação da comissão especial, com o número de integrantes proporcional ao tamanho de cada partido que vai cuidar do tema.

Marcos Aurélio (ministro STF): “Nessa parte da tramitação, a lei é muito clara: havendo uma notícia da prática de crime de responsabilidade, se o documento que a veicula não for irregular, cumpre ao presidente da Casa constituir uma comissão que dará parecer e será submetido a um colegiado, para que diga se aquela notícia merece deliberação ou não. De forma positiva, volta à matéria a comissão para novo parecer, para o colegiado deliberar sobre o recebimento ou não.

Off: A presidente Dilma Rousseff será notificada e terá dez sessões para apresentar sua defesa. Os líderes indicarão os integrantes da comissão especial, que precisa ser

escolhida pelo plenário da Câmara. Em até 48 horas depois da criação, a comissão especial estará formada e precisa se reunir para eleger o seu presidente e relator. Ao receber a defesa da presidente, a comissão terá cinco sessões para apresentar um parecer - pela procedência ou não da denúncia. O parecer é votado na comissão por maioria simples. Quarenta e oito horas depois de publicado, o parecer vai ser incluído na ordem do dia para votação no plenário da Câmara. A votação, no plenário, é por chamada nominal, ou seja, um a um, cada deputado diz se aceita ou não. São necessários votos de dois terços da câmara - 342 deputados para que o plenário autorize a abertura de processo contra a presidente Dilma Rousseff.

Renato Rêgo Barros (passagem): Aberto o processo quem julga é o Senado. A presidente Dilma Rousseff será notificada a comparecer em uma data para o julgamento. No momento em que o senado abre o processo, a presidente precisa se afastar, o vice-presidente assume.

Off: O julgamento no senado é presidido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. Se o julgamento for pela absolvição, a presidente retoma o cargo. Se for pela condenação, ela não retorna ao cargo e fica inelegível - o vice-presidente assume.

Matéria 5:

Heraldo Pereira: A tramitação do processo de impeachment envolve todo o Congresso Nacional. A repórter Zileide Silva mostra como os parlamentares reagiram à decisão de Eduardo Cunha. Olá Zileide, boa noite.

Zileide: Boa noite, Heraldo, boa noite Renata, boa noite a todos. O plenário do Congresso estava reunido quando o presidente Eduardo Cunha chamou os jornalistas para anunciar que aceitava o pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Imediatamente, parlamentares da oposição tentaram encerrar a sessão do Congresso. Não conseguiram e houve uma série de manifestações no plenário e no salão verde. No local eu conversei com o presidente do PSDB, o senador Aécio Neves.

Senador Aécio Neves, PSDB-MG, presidente do partido: “A peça produzida pelos juristas Miguel Reale e Hélio Bicudo é uma peça extremamente consistente. O que existe neste momento é um sentimento de todos nós da prudência para que esse processo possa ter o seu trâmite adequado”.

Eu conversei também com parlamentares governistas, como o líder do PT no Senado, o senador Humberto Costa, vamos ouvi-lo.

Senador Humberto Costa: “Acho que a opinião pública nacional, ela está absolutamente esclarecida de que é uma retaliação e nós não podemos tratar um tema tão relevante como esse, a retirada eventual de um presidente da república eleito, porque alguém deseja retaliar.

Zileide: O líder do governo na Câmara também disse que vai se manifestar, mas via assessoria, somente depois da entrevista, do pronunciamento da presidente Dilma Rousseff. Heraldo, Renata.

Heraldo: Obrigada Zileide pelas informações.

Matéria 6:

Renata: O anúncio sobre o processo de impeachment foi feito logo depois de outras duas decisões: o Conselho de Ética adiou, mais uma vez, a votação sobre o processo contra Eduardo Cunha. E deputados petistas disseram que vão votar pela continuidade da apuração.

Zileide off: A decisão foi anunciada logo depois da reunião da bancada do PT. E lado a lado, os três deputados disseram que vão votar pela continuidade das investigações. Mas fizeram uma ressalva.

Valmir Prascidelli, do PT de São Paulo: “A aprovação do relatório não significa em hipótese alguma fazer qualquer pré-julgamento em relação ao acusado, deputado Eduardo Cunha”.

Off: A votação do relatório do deputado Fausto Pinato, do PRB, mais uma vez, foi adiada por causa da sessão do Congresso. Uma nova sessão foi marcada para a semana que vem.

Deputado José Carlos Araújo, do PSD da Bahia: “Trabalho com a possibilidade de votar o relatório na terça, sim”.

Off: Sem sessão, a movimentação foi toda no corredor da presidência. Eduardo Cunha foi informado da decisão do PT por aliados, que disseram que ele ficou atônito.

Passagem: Até porque, ainda segundo esses aliados, hoje cedo, o ministro Jaques Vagner, da Casa Civil, teria voltado a garantir que os três votos petistas seriam dele. A partir daí, Cunha ouviu várias vezes dos aliados a sugestão de que sem os votos do PT, ele abrisse o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff.

Matéria 7

Heraldo Pereira: Bem vamos voltar agora ao vivo para Brasília, com a repórter Zileide Silva, já que os parlamentares ainda estão discutindo o impacto da decisão do deputado Eduardo Cunha, que aceitou o pedido de abertura do processo de impeachment da presidente Dilma. Daqui a poucos dias, o Congresso entra em recesso, isso interfere no processo?

Zileide link ao vivo: Olha Heraldo interfere sim, porque isso congela todos os prazos da tramitação. Agora esse período do pedido de abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff não suspende o recesso dos parlamentares, de senadores e deputados. Há pouco um grupo de deputados do PT informou que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra o pedido de impeachment. Eles não explicaram, não detalharam quais argumentos serão utilizados. Mas um deles, com certeza, é de que não há ilegalidade nas contas da presidente Dilma. E a pouco também só que lá no Palácio do Planalto, a presidente Dilma comentou o pedido de impeachment. Vamos ouvir então a segunda parte da manifestação da presidente Dilma.

Dilma: “Nos últimos tempos, em especial, nos últimos dias, a imprensa noticiou que haveria interesse na barganha dos votos de membros da base governista no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Em troca, haveria o arquivamento dos pedidos de impeachment. Eu jamais aceitaria ou concordaria com quaisquer tipos de barganha. Muito menos aquelas que atentam contra o livre funcionamento das instituições democráticas do meu país, bloqueiam a Justiça ou ofendam os princípios morais e éticos que devem governar a vida pública. Tenho convicção e absoluta tranquilidade quanto à improcedência desse pedido. Bem como quanto ao seu justo arquivamento. Não podemos deixar as conveniências e os interesses indefensáveis abalarem a democracia e a estabilidade de nosso país. Devemos ter tranquilidade e confiar nas nossas instituições e no Estado Democrático de Direito”.

Outras matérias: OMS emite alerta sobre possível ligação entre microcefalia e zika vírus; Poluição das águas do Rio é maior do que se imaginava, diz pesquisa; MP de MG vai investigar servidores que liberaram a barragem de Mariana; Tiroteio deixa 14 mortos em centro de serviços sociais na Califórnia; Pesquisadores apresentam projeto sobre território brasileiro na COP 21; Alerta para tempestades para o Sul e Sudeste nesta quinta-feira; Perícia conta mais buracos de bala no carro em que jovens foram fuzilados; Estudantes voltam a protestar contra plano de reorganizar o ensino em SP; Congresso aprova projeto que reduz meta fiscal do ano 201; Decisão sobre cassação do mandato de Delcídio deve ficar em 2016; Palmeiras e Santos decidem a Copa do Brasil nesta quarta.

APÊNDICE

EDIÇÃO DO JORNAL NACIONAL DO DIA 12 DE MAIO DE 2016

Escalada

Renata Vasconcelos: 12 de maio de 2016

Bonner: 6h33 em Brasília

R: Os votos de 55 senadores aprovam a abertura de processo de impeachment (imagem do placar da votação – 55 sim, 22 não, abstenção 0, presidente 1, quórum 78)

B: E o afastamento de Dilma Rousseff por até seis meses

R: Ela se aproxima de simpatizantes ao deixar o palácio do Planalto (imagem de Dilma dando a mão para as pessoas que estavam em frente ao palácio)

B: Repete no discurso que é vítima de um golpe.

R: E diz que vai lutar até o fim.

B: Michel Temer se torna presidente em exercício do Brasil (imagem de Temer assinando o papel)

R: E da posse a novos ministros.

B: E no primeiro pronunciamento oficial fala em confiança

R: Em manter e aprimorar os programas sociais

B: Equilibrar as contas públicas

R: Em combater o desemprego

B: Diz que vai promover reformas fundamentais sem mexer nos direitos adquiridos.

R: Defende a Operação Lava-jato

B: E um governo de salvação nacional contra a crise econômica

Fala de Temer: O diálogo é o primeiro passo para enfrentarmos os desafios, para avançar e garantir a retomada do crescimento.

R: Nossos repórteres mostram os bastidores da sessão histórica que durou mais de 20 horas no senado.

B: As trajetórias políticas de Dilma e de Temer e os próximos passos do julgamento do impeachment, no senado, sob o comando do presidente do Supremo Tribunal Federal.

B: Boa noite.

R: Boa noite. O Jornal Nacional está começando.

Fala de abertura:

R: Cabeça da matéria: Foram mais de 20 horas de sessão até o resultado final. As 6h33 da manhã, o Senado aprovou a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff e com isso, ela fica afastada do cargo por até 180 dias. 55 senadores votaram a favor do afastamento e isso representa um voto a mais do que 2/3 do senado, o quórum que vai ser exigido para condená-la em definitivo ao fim do julgamento.

Primeira Matéria

Heraldo Pereira: Havia um clima de tensão no ar e dos dois lados. Já se imaginava desde a manhã de quarta, que o desfecho só seria conhecido na manhã de quinta-feira. O país teria que acompanhar a sessão por quase 22h. A maior parte desse tempo foi conduzida em debates. Foram 50 discursos pelo impeachment e 20 contra. O Partido Verde vê a mudança de governo como a solução para o país.

Senador Alvaro Dias, líder do PV: É possível sim governar o país sem o balcão de negócios, substituindo a barganha política, pela decência e pela dignidade.

Repórter: Diante de um plenário lotado de parlamentares, havia um número grande de jornalistas. O maior partido de oposição fez a defesa da liberdade de expressão.

Cássio Cunha Lima, líder do PSDB: Apesar das tentativas de cerceá-la foi a imprensa livre do nosso país que mostrou a nação inteira o que estava acontecendo espontaneamente nas ruas do Brasil.

Passagem: Depois de mais de 12h do início da sessão aqui no plenário do senado, o número de parlamentares que já tinham falado, era menor do que o previsto inicialmente. 35 dos 75 senadores se inscreveram. Esta era a prova de que ainda teríamos pela frente uma longa sessão.

Repórter: Até deputados vieram assistir a sessão e agora como um dos julgadores, alguém que 24 anos atrás era condenado a perda do cargo de presidente, naquele mesmo plenário.

Collor: Em 1992, em processo análogo, bastaram menos de quatro meses, entre a apresentação da denúncia até a decisão de renunciar no dia do último julgamento. No atual processo, já se foram mais de oito meses.

Off: Do lado do governo a movimentação em grupo era importante, até para manter a concentração (imagens de senadores se abraçando e sorrindo) e não se descuidar aos ataques de impeachment de Dilma Rousseff.

Paulo Rocha (PT-PA): A presidenta da República não cometeu crime de responsabilidade, mas isso não tem a menor importância para servir e justificar o golpe. O que vale e como estamos cansamos de ouvir é o conjunto da obra. (após a fala do senador, mostra a imagem de outro senador bocejando).

Off: Veio o cansaço, veio o sono, veio a exaustão. Vazio de todo o plenário nunca ficou. Café, frutas, castanha, valia tudo para tentar manter a concentração. Quando o senador Roberto Rocha do PSB do Maranhão também falou a favor do impeachment ficou claro que o processo seria aberto. Já que mais da metade dos presentes havia se manifestado contra o governo que reconhecia a derrota.

Humberto Costa (PT-PE): Faremos uma oposição qualificada e consistente dentro deste congresso nacional e nas ruas do Brasil, não esperem de nós gestos incendiários, mas também não esperem complacência, corpo mole e muito menos, qualquer tipo de composição com o governo golpista e vergonhoso, que mancha a história do nosso país.

Off: a defesa do ex aliado do PMDB veio na hora, feita por um ex líder dos governos Lula e Dilma.

Romero Jucá- PMDB- RR: Há um ano atrás eu comparei esse governo ao Titanic. Durante esse ano, o povo brasileiro, o PMDB e vários partidos viram que não era preciso esperar que o Titanic batesse no iceberg e morressem milhares de pessoas, que

era possível mudar a rota do navio, e para mudar a rota do navio, senhoras e senhores, era preciso trocar o comandante.

Passagem: Já passava da 5h30 da manhã, quando o senador Raimundo Lira, que presidiu a comissão que aprovou o relatório pela admissibilidade do processo de impeachment contra a presidente Dilma subiu à Tribuna. Ele falou depois de outros 70 senadores e defendeu no plenário que aceitasse a admissibilidade do processo de impeachment.

Raimundo Lira (PMDB-PB)- presidente da Comissão do Impeachment): Defini com clareza três pontos centrais, que balizaram a minha forma de exercer essa nobre tarefa. Primeiro, comportamento suprapartidário, segundo imparcialidade na condução dos trabalhos e terceiro não permitir que a maioria esmagasse a minoria.

Off: quase no fim vieram a acusação e a defesa. O relator do processo Antônio Anasias do PSDB falou da existência de indício de crimes de responsabilidade e citou a decisão mais recente do ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki: em defesa do rito do impeachment para reforçar o posicionamento que o julgamento de mérito do processo cabe ao senado.

Anastasia (PSDB-MG): O juiz constitucional dessa matéria é o senado Federal, previamente autorizado pela Câmara dos Deputados que assume o papel de tribunal de instancia definitiva, cuja a decisão de mérito é insuscetível de reexame, mesmo pelo Supremo Tribunal Federal. Também lembrou o discurso da presidente Dilma Rousseff em que ela diz que o governo é dono da Caixa Econômica Federal, o que segundo ele prova a prática de pedais fiscais.

Anastasia: Coloquei no nosso relatório, senhor presidente, na página 72, um discurso da senhora presidente da república em Roraima com o seguinte texto, parte do texto, abro aspas “Gente, o governo federal é dono da caixa econômica federal, nós somos os únicos donos, o governo federal, o que eles levantam é que muitas vezes eles pagam o mês e nós recompomos o pagamento, que a caixa fez”. Ou seja, ela adianta o pagamento e nós pagamos juntos para ela.

Off: Depois foi a vez do advogado geral da União, Eduardo José Cardozo, fazer a defesa da presidente.

Eduardo José Cardozo: Não foram praticados atos depois que o tribunal de contas mudou de opinião, não foram editados novos decretos, não houve pedaladas. Ou seja, se pune ou se quer punir uma presidente da república legitimamente eleita por algo que ela fez e que outros governos fizeram, que era tido como legítimo pelo Tribunal e que depois então retroativamente se quer penalizá-la. Punição retroativa, só na Idade Média acontecia isso.

Off: ele voltou a classificar como golpe o impeachment da Dilma.

Eduardo: O golpe com direito de defesa, justamente para simular a sua legitimidade e é o que ocorre nesse processo. Por isso, senhor presidente para concluir, afirmo está se nesse momento condenando uma mulher honesta e inocente.

Off: Passadas quase 21 horas e meia chegou o momento da votação. A pdmdebista senadora Rose de Freitas chegou em cadeiras de rodas. 78 senadores estavam presentes, 40 votos, maioria simples, seriam suficientes para aprovar a abertura do processo. Em menos de dois minutos, o resultado.

Renan Calheiros: Vamos proclamar o resultado. Sim, 55, Não, 22, o parecer foi aprovado.

Heraldo Pereira no estúdio ao vivo: nesta quinta feira 12 de maio as seis horas e 33 minutos o senado aprovou com 55 votos a favor e 22 contra o afastamento da presidente de Dilma Rousseff da presidência da república por ate 180 dias para ser julgada por crime de responsabilidade.

Off: retorno na matéria: a derrota do PT e de Dilma Rousseff não se resume ao fato do plenário ter confirmado a abertura do processo de impeachment. Houve dois grandes tipos de surpresa política, quanto ao número de votos e de alguns votantes. O ex ministro do governo Dilma, Edson Lobão votou pela abertura do processo, foram 55 votos pró admissibilidade do impeachment, uma quantidade acima dos 54 senadores necessários para a perda definitiva do mandato da república.

Nota pé: Bonner: a presidente afastada Dilma Rousseff recebeu apoio de manifestantes na saída do palácio do planalto. Logo que foi informada oficialmente do afastamento, ela disse em discurso que vai lutar até o fim.

Matéria 2: Zileide Silva

Off: Pouco antes das dez da manha a presidente Dilma Rousseff deixou o palácio do alvoreada e foi para o palácio do planalto. 28 dos 32 ministros do governo dela foram exonerados na véspera. Dilma Rousseff já tinha chegado ao planalto, quando o primeiro secretário do senado, Vicentino Alves do PR seguiu para lá, foi informa-la oficialmente do afastamento.

Passagem: O momento que Dilma Rousseff foi intimada para se afastar temporariamente da presidência da república não foi aberto para a imprensa, mas esse salão do palácio do planalto já estava lotado (imagem do salão). Todos esperando por uma declaração dela.

Off: O senador disse que ela estava tranquila.

Senador Vicentino Alves, PR-TO, 1º Secretário da Mesa diretora: recebeu de forma muito respeitosa, muito atenciosa e de forma natural.

Off: em seu pronunciamento, cercada agora por seus ex ministros, por senadores e deputados do PT e do PCdoB e assessores Dilma Rousseff fez um balanço dos governos petistas (imagem da presidente no momento do discurso)

Dilma (voz depois de 11'22): O que está em jogo é o respeito às urnas, a vontade soberana do povo brasileiro e a constituição. O que esta em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos, os ganhos das pessoas mais pobres e da classe média, à proteção as crianças, os jovens chegando as universidades e as escolas técnicas, a valorização do salário mínimo, os médicos atendendo a população., a realização do sonho da casa

própria com o minha casa minha vida. O que esta em jogo é tb a grande descoberta do brasil, o pre-sal, o que está em jogo tb é o futuro do país, a oportunidade e a esperança de avançar sempre mais.

Off: repetiu que é vitima da oposição e que não aceitou a derrota nas urnas.

Dilma: Desde que fui eleita parte da oposição inconformada pediu recontagem dos votos, tentou anular as eleições e depois passou a conspirar abertamente para o meu impeachment, mergulharam o país em um estado permanente de instabilidade política, impedindo a recuperação da economia, isso com um único objetivo de tomar a força o que não conquistaram nas urnas. Meu governo tem sido alvo de intensa e incessante sabotagem. O objetivo evidente vem sendo me impedir de governar e, assim, forjar um meio ambiente propicio ao golpe. Quando uma presidente eleita é cassada soba acusação de um crime que não cometeu, o nome que se dá a isso no mundo democrático não é impeachment, é golpe.

Off: e que ela não ve motivos para o afastamento e que lutara até o fim.

Dilma: não cometi crime de responsabilidade, não há razão para um processo de impeachment, não tenho contas no exterior, nunca recebi propinas, jamais compactuei com a corrupção, jamais, jamais vou desistir de lutar. Muito obrigada à todos. (aplausos)

Off: Dilma encerrou o discurso e foi para o lado de fora do palácio do planalto. O ex presidente lula e militantes esperavam por ela, que voltou a discursar.

Dilma depois cumprimentou manifestantes e foi embora para o palácio da alvorada, onde vai morar enquanto estiver afastada, além da residência oficial, ela também vai manter segurança, assistência médica, transportes aéreo e terrestre, assessores e salário integral de quase 31 mil reais. O ex advogado geral da Uniao José Eduardo Cardozo vai continuar a defende la, já fi autorizado pela comissão de ética da presidência. Dilma Rousseff passou a tarde com os ex ministros mais próximos e amanhã segue para Porto Alegre, vai descansar com a família.

Renata: Desde que o processo de impeachment começou a tramitar na Câmara até a manha de hoje quando Dilma Rousseff foi afastada temporariamente pelo senado foram cinco meses e dez dias de intensa batalha politica.

Matéria 3:

Off O principal pedido veio das ruas (imagem de vários cidadãos sorrindo, com a bandeira do brasil e as cores da bandeira no rosto) a presidente ainda estava no começo do segundo mandato, há dois meses e meio no cargo, quando a palavra impeachment ecoou no Brasil. (som de uma multidão gritando fora Dilma com uma faixa de mais de um quarteirão escrito fora Dilma). No dia seguinte a presidente atribuiu as manifestações a democracia.

Dilma: Valeu a pena lutar pela liberdade, valeu a pena lutar pela democracia e este país está mais forte do que nunca.

Off ao longo do ano os protestos continuaram, manifestantes contra o impeachment também foram as ruas . A câmara dos deputados recebeu vários pedidos de impeachment que foram sucessivamente negados. Mas tudo mudou no dia 2 de

dezembro. O então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceitou a denúncia de crime de responsabilidade encaminhada por três juristas e afirmou que não tem nenhuma felicidade de praticar esse ato no Palácio do Planalto.

Marcos Losekann Off: A Presidente reagiu com indignação

Dilma: não existe nenhum ato ilícito praticado por mim, meu passado e meu presente atestam a minha idoneidade e meu inquestionável compromisso com as leis e a coisa pública.

Off: A decisão de Cunha de abrir o processo de impeachment foi logo taxada de retaliação por governistas isso porque deputados do PT no mesmo dia disseram que iam votar pela abertura do processo de cassação do então presidente da câmara no conselho de ética acusação que seria repetida muitas vezes. É que na véspera os petistas do Conselho ainda não haviam definido seus votos e negociavam com os dois lados:

Deputado Zé Geraldo (PT-PA- integrante do Conselho de Ética- arquivo de 1/12/2015):Recebi ligações tanto daqueles que querem o afastamento do cunha como daqueles que querem orçamento para fazer o Brasil funcionar.

Off: o Palácio do Planalto pressionava para que votassem a favor de Cunha

Passagem Zileide: Ministro Jaques Wagner da casa civil teria voltado a garantir que os três votos petistas seriam dele.

Marcos: mas os três deputados do pt no consleho anunciaram a decisão de votar pela continuidade das investigações contra Cunha com uma ressalva

Valmir Prascidelli (PT-SP) A aprovação do relatório não significa em hipótese alguma fazer qualquer pre julgamento com relação ao acuesado, eduardo cunha.

Off: em seguida cunha abriu o processo. Já na formação da comissão de impeachment o plenário da câmara virou um ringue e o decoro foi nocauteado. Depois de muita confusão uma chapa alternativa para a comissão especial do impeachment foi aprovada do jeito que Eduardo cunha planejou.

Deputado: O resultado: eleita a chapa 2.

Off: Mas antes que o dia acabasse o ministro do supremo Edson Faccin mandou parar tudo. Caberia ao STF definir as regras do rito do processo, baseado no afastamento do presidente Collor em 1992.

Edson Faccin: O supremo não está nem de um lado e nem de outro, o nosso papel está em proteger as instituições.

Off: 2016 (imagem 13 de março de 2016 com pessoas ao fundo) começou com mais pressão das ruas. (pessoas cantando o hino e chorando). Cinco dias depois (18 de março de 2018) foi a vez dos manifestantes contra o impeachment. “Não vai ter golpe, vai ter luta”. De tanto repetirem a palavra golpe, a presidente e seus aliados chamaram a atenção dos ministros do Supremo que repudiaram o argumento de que o impeachment seria ilegal.

Ministro do Supremo (23/03/2016) Dias Toffoli- não se trata de um golpe. Todas as democracias existem mecanismos de controles e o processo de impeachment é um processo de controle.

Off: Na comissão do impeachment o processo seguia de acordo com as regras estabelecidas pelo STF, ENQUANTO ISSO O Palácio do Planal abria as portas para os movimentos sociais (20 de março de 2016). Nas cerimônias a presidente tentava se defender e ganhar apoio.

Dilma: impeachment sem crime de responsabilidade é o que? É golpe.

Off: e o mês de abril chegou derradeiro. no parecer pela admissibilidade do processo o relator (6 de abril de 2016) o relator Jovanir Arandes do PTB argumentou que as pedaladas e a emissão de decretos não autorizados pelo congresso prejudicaram a economia do Brasil.

Jovair Arantes - relator da comissão da Câmara- 6 de abril de 2016. Desemprego, recessão, paralisação dos programas sociais, inflação, perdas do poder de compra, perda de credibilidade, encerramento de empresas, alta de juros, restrição dos empréstimos bancários. Os serviços públicos também estão falidos. Imagem 11 de abril de 2016 deputados cantam o hino com a bandeira do Brasil no congresso.

Off: por 38 votos a 27 a comissão especial do impeachment aprovou o parecer, mas antes que o plenário da câmara pudesse votar, o supremo seria acionado mais uma vez. Em uma sessão extraordinária que acabou de madrugada, os ministros negaram o mandado de segurança que pedia a suspensão do processo alegando cerceamento de defesa da presidente Dilma. A Câmara estava liberada (17 de abril de 2016) para votar e aprovar o procedimento do impeachment. (Deputados falando sim em forma exaltada). (imagem da presidente, GC- 18 de abril de 2016) a presidente disse que o processo não foi justo.

Dilma: eu vou insistir não há crime de responsabilidade.

Passagem: Foram 108 dias, quase cinco meses desde a abertura do processo de impeachment na câmara dos deputados até a chegada no senado federal. O resultado da primeira fase foi um calhamaço de mais de 12 mil páginas, a autorização dos deputados para os senadores definirem o futuro da presidente da república.

Off: Só com a ajuda de um carrinho para transportar o processo.

Zileide em off: o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, (imagem de Eduardo Cunha sentado ao lado de Calheiros – GC – 18 de abril de 2016) passou tudo para o presidente do senado Renan Calheiros.

Marcos em off: uma semana depois (gc 25 de abril de 2016) dos vinte integrantes da comissão do impeachment do Senado foram escolhidos. No dia seguinte o senador Raimundo Lira do PMDB foi eleito presidente, Antônio Anastasia do PSDB, o relator. No começo de maio, por 15 votos a 5 o parecer do senador Antonio Anastasia foi aprovado pela comissão especial. Três dias depois (GC- 9 de maio de 2016) às

vésperas da votação do parecer no plenário do senado, uma surpresa. O presidente interino da Câmara dos Deputados, Valdir Maranhão do Partido Progressista tentou anular a votação do processo de impeachment no dia 17 de abril. Alegou que a aprovação ocorreu de forma incorreta e pediu para que o senado devolvesse o relatório do processo para que os deputados fizessem uma nova votação. O presidente do senado, Renan Calheiros, não aceitou.

Passagem: Renan veio direto aqui para o plenário do senado onde anunciou que vai seguir o cronograma do processo de impeachment

Off marcos: a defesa da presidente Dilma ainda tentou mais uma cartada. Um recurso no supremo pedindo a suspensão do processo de impeachment. O juiz Teori Zavascki negou. Sinal verde para o plenário do senado instaurar o processo contra a presidente Dilma que foi obrigada a se afastar do cargo por até 180 dias.

Bonner: no pedido de impeachment os juristas Miguel Reale Junior, Janaina Pascoal e Heli Bicudo denunciaram a presidente Dilma Rousseff pelas agora famosas pedaladas fiscais e por editar decretos que aumentaram gastos do governo sem a autorização do congresso, como exigiria a lei, segundo as denúncias seriam esses os crimes de responsabilidade de Dilma.

Matéria 4:

Off: o pedido de Dilma se concentrou em duas acusações relativas a 2015, decretos de créditos suplementares sem a autorização do congresso e as pedaladas fiscais, atrasos nos repasses de dinheiro para bancos públicos, como o Banco do Brasil no plano safra. As pedaladas também aconteceram em 2013 e 2014, embora não façam parte da acusação.

Passagem Roberto Kovalick – São Paulo: As pedaladas geraram debate entorno do que estabelece a lei de responsabilidade fiscal, que proíbe bancos públicos de emprestar dinheiro para o seu controlador, o governo federal. Para os juristas que apresentaram o pedido de impeachment os atrasos nos repasses caracterizam empréstimos. (23,45).

Miguel Reale Junior- jurista: Essas pedaladas fiscais levaram aqui a União contraísse empréstimos, operação de créditos com entidades financeiras das quais ela é a controladora.

Off: para o governo Dilma o saldo negativo seria sanado e isso não seria empréstimo.

Nelson Barbosa – até então ministro da fazenda. Em determinado mês e em determinada semana pode ser que o valor que tem que ser transferido para a população não seja exatamente igual ao valor que o governo transferiu para o agente financeiro para lidar com isso existe uma coisa chamada conta suprimimento em que acumula diferenças ou a favor da união ou a favor dos bancos públicos.

Off: os representantes do governo Dilma disseram ainda que os governos anteriores também atrasaram os repasses.

Advogado Cardozo: é um procedimento adotado por vários governos, por muitos anos, procedimentos acolhidos pelos tribunais de conta do Brasil inteiro.

Off: Mas no depoimento do senado do procurador de contas Julio Marcelo de Oliveira apresentou um gráfico de que até 2012 o governo fez rápidos e pequenos atrasos nos repasses. A partir de 2013 esse rombo ficou muito maior e durou muito mais tempo, o que caracteriza empréstimos segundo o procurador. Ele chamou as pedalas de contabilidade destrutiva o que afetou a economia.

Julio Marcelo de Oliveira – procurador do TCU. Levou a um ambiente de desconfiança no futuro em que empresários não investem, investidores não se arriscam, pessoas físicas não consomem, preferem guardar, tem medo do amanhã, tem medo de desemprego.

Off: Outro ponto de discordância são os decretos, o governo afirma que eles não criaram despesas novas e que por isso não precisavam de autorização do congresso.

Nelson Barbosa: Você vai ao supermercado com uma lista, no caminho do supermercado sua família te liga e fala olha ao invés de comprar um quilo de arroz, você compre dois, mas vc continua com 100 reais no bolso. Se vc for comprar mais dois quilos de arroz vc vai ter que comprar mais das outras coisas.

Off: A acusação garante que o governo agiu ilegalmente.

Janaina Paschoal: Abriram créditos bilionários sem autorização desse congresso, sabendo que não teria condições e rigidez financeira para cumprir.

Off: as votações na câmara e no senado deram até aqui razão para a acusação. Para economistas a lei de responsabilidade fiscal tem que ser a base de todo o governo.

Maílson da Nobrega- sócio das tendências consultoria. Tudo isso gerou perdas imensas que se traduzem menos emprego, menos bem-estar, menos renda e desesperança, foi uma tragédia em que a contabilidade criativa e as pedalas fiscais tiveram um papel muito importante:

Renata: Na saúde de qualquer empresa os erros e os acertos dos administradores aparecem em números e isso vale também para os países quando se olha índices de inflação, de emprego, de crescimento. O repórter Roberto Kovalinski e o comentarista de economia Carlos Alberto Sademberg mostram agora o que dizem os números sobre a economia brasileira.

Matéria 5:

off seguido de passagem: a crise tirou o poder de compra de TODOS os brasileiros, mas destes daqui tirou ainda mais (pessoas em fila de emprego).O emprego de cada 100 brasileiros em condições de trabalhar, 11 estão aqui no fim de um caminho que parecia improvável. A menos de uma década, o Brasil parecia estar no rumo certo, surfou na onda do crescimento mundial,enriqueceu vendendo matérias primas como minério de ferro para china, milhões de brasileiros saíram da pobreza , o dólar baixo garantia viagens baratas para o exterior, a sensação era de bem estar, emprego farto, renda crescente, mas isso teve um limite.

Simão Silber- professor de economia da FEA USP: O ponto de virada mais importante foi em 2008 com a crise, como teve uma recessão o governo se sentiu no direito ou na obrigação de intervir pesadamente nos mercados e não parou mais , em uma condição excepcional, no auge da crise financeira, talvez isso fizesse sentido, mas manter isso ate os dias de hoje, vc vai colocando tantas incertezas na economia que o setor privado recua , para de tomar decisões pq o governo é errático.

Off: Guido Mantega, então ministro da fazenda, justificou as medidas tomadas pelo governo depois da crise mundial de 2008 em uma entrevista em 2014 para a jornalista Miriam Leitão.

Mantega: Nós estamos com a economia saudável, por que está saudável? Apesar de estar crescendo um pouco menos esse ano, nós mantemos o nosso mercado de consumo. Pq mesmo diante a crise, a nossa economia continuou crescendo e gerando empregos, é uma das economias que mais gerou emprego durante a crise. Aqui no brasil crédito subiu bastante, ele era bastante escasso, a população passou a ter salários maiores e emprego. Eu acho que esse é um dos grandes sucessos da nossa política econômica. Passar pela crise gerando emprego.

Passagem: Inves de seguir um caminho plano, sem solavancos que levava a um crescimento sustentado, a economia brasileira pegou outro rumo e começou a descer a ladeira. O especialista em economia, Carlos Alberto Sademberg vai nos ajudar a entender esse desvio de rota, Sademberg, mostre por favor em números essa mudança.

Sademberg.Bom Kovalink a história começa quando o governo resolve acelerar os seus gastos, gasto do que? Pessol, salário, previdência, aposentadoria, programas sociais, obras, todo o funcionamento da máquina, enfim tudo o que faz o governo funcionar. Agora gastar é bom, mas quando vc tem o dinheiro. Repara que o gasto público, a despesa, ela começa em um determinado momento e imbica (mostra o gráfico na tela) pra cima e aqui, a receita, que são os impostos e taxas que nós pagamos vai pra baixo e gasto pra cima. O governo consumiu a poupança e entra no vermelho, no cheque especial que é o que mostra aqui esse outro gráfico.

Primeiramente nós temos o governo no positivo, olha aqui óh, faz superavitis de 57 bilhoes, de 93 bilhoes e o que acontece? Imbica pra baixo de 114 bilhoes de deficit. O que aconteceu? O governo passou a gastar um dinheiro que não tinha.

Kovalisnk passagem: mas em economia os efeitos demoram a aparecer quando a descida é suave a gente nem percebe que mudou de rumo, um exemplo? O preço do barril de petróleo batia recordes la fora, mas a petrobras não repassava os aumentos para a gasolina e para o diesel. Em 2013 o governo baixou a tarifa da energia elétrica, foi bom enquanto durou, mas Sandemberg um dia a conta chega ne?

*Sandemberg: pois é e chegou aqui para a petrobras. Repare aqui o prejuízo que a petrobras entrou nos últimos anos de 2014 e 2015, qualquer negócio que vc compra por 10 e vende por 5 vai dar prejuízo, mesmo que **não tivesse corrupção a petrobras estaria com** dificuldades, quando ela entra em dificuldades ela leva junto toda uma cadeia da indústria de óleo e gás...esse foi o preço de vc tentar manter baixo pra segurar a inflação, o preço do combustível, a mesma coisa com a energia elétrica. 2012 que foi o ano em que as coisas começaram a se desviar o governo anunciou uma redução forte na energia – 16%, mas uma vez as distribuidoras tinham que vender energia a um*

preço mais barato do que compravam, resultado, prejuízo ai 2014 e 2015 teve que fazer esse tarifaço para corrigir o desequilíbrio.

Kovalisnk: isso que a gente viu com a energia também aconteceu com o dólar, o banco central manteve o valor da moeda americana baixo até 2012, nesse mesmo ano os juros foram reduzidos para incentivar o crédito, nos dois casos, voltaram a subir logo em seguida até dispararem no ano passado, tudo isso somado é inflação alta como a gente viu la no começo, desemprego crescendo, a sensação é de empobrecimento, Estamos mesmos mais pobres, sandemberg?

Sandemberg: Estamos, estamos sim, a gente preparou um número que mostra isso muito bem (mostra o gráfico) Nós pegamos o produto interno bruto que é tudo o que se produz no país e dividimos pelo número de habitantes e dividimos por 12 meses, da uma aproximação da renda mensal que estávamos em 2355 (2013), depois para 2338 (2014) e depois para 2230 (2015). Um sinal claro de que a população, de que os brasileiros, nós ficamos mais pobres nesse período e o país todo ficou mais endividado, pq gastou um dinheiro que não tinha. Então essa dívida que era um pouco mais de 50% do pib ou 2 trilhoes de reais subiu para 66,5% ou 4 tri de reais. É um problema grave, pq um governo endividado gasta mais com juros e menos com outras coisas. Resultado dessa historia toda é que nós temos um empobrecimento da população e um endividamento expressivo do setor público

Kovalisnk: E agora Sademberg o que fazemos para recuperar o tempo perdido e voltar a crescer?

Caminham pela rua: Prioridades, uma temos que tampar esse rombo que é impossível de sustentar e outra que as pessoas e as empresas voltem a investir no brasil

K: e vai demorar pra chegar la em cima?

S: Olha demorar demora, mas que da, dá. (sobe imagem até o céu)

Bonner: a presidente afastada terá todo o período de julgamento do senado para tentar provar a sua inocência e voltar ao poder e ela já disse que lutará até o fim. A trajetória política de Dilma até aqui foi marcada por êxitos eleitorais, pelo comando de ações estratégicos, como o PAC, por altos e baixos na popularidade e também por desafios e problemas.

Matéria 6:

Off: Dilma Rousseff veio para Brasília no primeiro ano do governo Lula, em 2003. Sua experiência política começou aos 16 anos quando entrou para a luta armada no regime militar. Dilma foi presa e torturada, ela nasceu em Belo Horizonte, mas fez carreira política no Rio Grande do Sul. No primeiro ano do governo lula foi ministra de minas e energia e em 2005 com a queda de José Dirceu do comando da casa civil, Dilma passou a chefiar a pasta.

Imagem de 31 de outubro de 2010: repórter em forma de passagem, Cristina Serra: na nova função Dilma Rousseff passou a coordenar os de mais ministérios e as políticas de governo, ela fazia o meio de campo tentando obter consenso entre os ministros, aos poucos tornou-se a ministra mais forte do governo lula, participando de decisões chave, na lei da gerencia do pac, Dilma coordenou o programa habitacional minha casa, minha vida.

Lula “é uma espécie de mãe do PAC”

Off: Dilma passou a ser companhia constante de lula nas viagens pelo Brasil foi quando veio sobressalto: câncer no sistema linfático.

Dilma: eu vou ter um processo de superação dessa doença.

Off: Dilma enfrentou o tratamento e em junho de 2010 oficializou a candidatura, sem nunca ter disputado um voto antes. Dilma concorreria a presidência da república. O pior momento da campanha foi provocado por denúncias contra a sua ex chefe de gabinete, transformada em ministra. Erenice Guerra era o braço direito dela na casa civil, quando saiu candidata, Dilma deixou Erenice a frente do ministério. Depois de seis meses ela foi afastada por denúncia de tráfico de influência. Dilma conseguiu superar as denúncias e foi eleita a primeira mulher eleita a presidência do Brasil. Começou falando em faxinar a corrupção.

Repórter Claudia Bomtempo: Dilma surfava em altos índices de aprovação quando já estava em curso de forma sigilosa uma investigação da polícia federal sobre lavagem de dinheiro. Uma investigação que encontrou o caminho das propinas pagas com o dinheiro da Petrobras, em março de 2014 na corrida a reeleição foi deflagrada a operação Lava Jato que revelou o maior esquema de corrupção do país envolvendo empresários e políticos do PT, PMDB e de outros partidos da base do governo. Empreiteiros que fizeram delação premiada confessaram que pagaram propina para financiar as campanhas de Dilma de 2010 e 2014. Ela e o partido sempre refutaram essas acusações.

Off: a presidente jamais foi acusada diretamente de envolvimento nos escândalos e não há nenhuma investigação aberta contra ela, mas os casos se deram em pastas comandadas por Dilma. Na Petrobras durante o seu período como ministra, de Minas e Energia e na Casa Civil, quando era também a ministra. Ela e os petistas sempre afirmaram que os escândalos se deram sem nenhuma participação de Dilma.

Henrique Fontana (PT-RS): Entrevista 3 de março de 2016: Dilma é um símbolo de honestidade e honradez, ocorreram casos graves de corrupção durante o nosso governo, não há dúvida de que esses casos ocorreram, ninguém tem, eu não tenho.

Off: durante o primeiro mandato a economia mundial vivia uma crise e a do Brasil, começava a balançar, mas Dilma tomou a decisão de gastar mais. A justificativa era injetar dinheiro na economia para evitar que o país fosse vítima de uma recessão, ampliou os programas sociais, deu descontos em impostos para empresas, concedeu subsídios por meio do BNDES, estimulou o crédito para as famílias, tudo feito sem que o governo tivesse dinheiro suficiente. Dilma fez uma campanha para a reeleição negando a necessidade de qualquer ajuste e ainda cusou os adversários de planejar destruir todos os programas sociais às custas de um ajuste desnecessário, no horário eleitoral chegou a dizer que os ajustes previstos pelos adversários deixariam o prato de comida dos brasileiros vazio. Com este discurso foi reeleita para o segundo mandato e começou um segundo governo.

Marcos Losekann Off: quem é a Dilma do segundo mandato?

Entrevista de 27 de outubro de 2010: Dilma: posso te dizer que a Dilma de agora é uma Dilma mais experiente.

Off: logo que assumiu reconheceu o déficit que tanto tinha negado na campanha, mas sempre refutou as acusações de que mentiu, alegou sempre que em 2014 não foi possível dimensionar corretamente a crise. O buraco em 2015 chegou a 111 bilhões de reais e ao contrário do que tinha prometido na campanha começou a tentar fazer exatamente o que a oposição dizia ser necessário e que ela tanto criticou e que os adversários logo chamaram de estelionato eleitoral. A crise política se agravou e a popularidade de Dilma despencou.

Passagem: agora no início de maio a procuradoria geral da República pediu ao Supremo Tribunal Federal abertura de um inquérito contra Dilma Rousseff e tb contra o ex presidente Lula e o advogado geral da União José Eduardo Cardozo por obstrução à justiça por tentativa de atrapalhar a operação Lava Jato, em investigação a procuradoria cita uma conversa entre Dilma e Lula e ela dizia que estava mandando o termo de posse de Lula como ministro da Casa Civil para que ele usasse em caso de necessidade, segurando a procuradoria uma tentativa de dar foro privilegiado a Lula e manobrar para retirar as investigações contra ele das mãos do juiz Sérgio Moro. Nos últimos dias, Dilma vinha cumprindo uma agenda intensa de compromissos, assinou prorrogação do programa Mais Médicos, aumentou o valor do Bolsa Família e liberou recursos para o Minha Casa, Minha Vida, criou cinco universidades inaugurou aeroporto e fez dezenas de discursos dentro e fora do Palácio do Planalto dizendo que não vai deixar de lutar.

(GC)-Brasília, 10 de maio de 2016:

Off: usando todos os meios disponíveis, meios legais, meios de luta, vou participar de todos os atos e ações que me chamarem, quero dizer a vocês que pra mim, o último dia previsto para o meu mandato é o dia 31 de dezembro de 2018.

APÊNDICE

EDIÇÃO JORNAL NACIONAL- 31 DE AGOSTO DE 2016

Plantão do JORNAL NACIONAL: Posse do Presidente Michel Temer:

Renan Calheiros: Convido à todos para ainda em posição de respeito ouvirmos o compromisso constitucional. Convido o excelentíssimo presidente Michel Temer a prestar compromisso constitucional.

Temer: Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a União, a integridade e a independência do Brasil. (palmas)

Renan: Declaro empossado o cargo de presidente da república federativa do brasil, o excelentíssimo senhor presidente michel temer para o período de 31 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018. O primeiro secretário da mesa do congresso nacional, deputado Beto Mansu procederá a leitura do termo de posse.

Beto Mansu: Termo de posse do excelentíssimo michel temer ao cargo de presidente da república. As 16 horas do dia 31 de agosto de 2016 perante o congresso nacional, reunido em sessão conjunta de suas casas no plenário do senado federal, nessa cidade de Brasília, capital da reublica federativa do brasil, sob direção da mesa do congresso nacional, presidida pelo senhor senador renan Calheiros e secretariada pelo primeiro secretário deputado Beto Mansur, integrando ainda a mesa, o senhor presidente da câmara dos deputados, deputado rodrigo maia, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Levandosviski, o senhor primeiro vice presidente da mesa do congresso nacional, deputado Waldir Maranhão, o segundo vice presidente da mesa do congresso nacional, senador romero jucá e a terceira secretária da mesa do congresso nacional, deputada mara gabrini, compareceu o senhor michel temer, vice presidente da república de ser investido de acordo com o artigo 79 da constituição federal no cargo de presidente da república em virtude da vancancia ocorrida em 31 de agosto de 2016, o empossado proferiu na forma do artigo 78 da constituição federal o seguinte compromisso, prometo manter , defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a União, a integridade e a independência do Brasil e de conformidade com o artigo exposto 75 do regimento comum do congresso nacional, luis Fernando bandeira de melo filho, secretário geral da mesa do senado federal lavrou o presente termo, que assinado pelo empossado e pelos membros da mesa que dirigiram o trabalho da sessão.

Renan Calheiros: O termo de posse será assinado pelo empossado e pelos membros da mesa. (aplausos e temer assina o documento). Agradeço as autoridades aqui presentes bem como os ilustres convidados. Está encerrada a sessão.

Repórter: vc ouviu Heraldo o microfone captou o cumprimento do presidente do senado, presidente do congresso e o presidente da república, “Tamo Junto”. Exatamente ai nesse momento o presidente Michel Temer cumprimenta o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Levandosviski. Foi uma solenidade rápida, uma solenidade que formalizou a consequência do impeachment de Dilma Rousseff. Os presidentes dos três poderes participaram e uma grande quantidade de deputados e também uma grande quantidade de senadores. Esse foi o desfecho do processo de impeachment, Michel Temer está empossado como presidente efetivo da

república, solenidade no congresso nacional, sessão conjunta, agora é trabalhar para o povo brasileiro. Renata

Renata: acompanhamos então a assinatura do ato de posse, o juramento à constituição feito pelo agora presidente Michel Temer e a cobertura completa da posse de Michel Temer, como presidente da república, e agora claro a aprovação do impeachment de Dilma no senado federal, vc vai ter no jornal nacional, começa as 20h40 no horário de Brasília, até lá. Ou melhor 20h15.

Edição Jornal Nacional dia 31 de agosto de 2016

Escalada:

Renata: Boa noite!

Bonner: Boa noite!

Renata: 61 senadores votam sim ao impeachment

Senador: Ficando assim a acusada condenada a perda do cargo de presidente da república federativa do Brasil.

Bonner: A primeira votação condena Dilma Rousseff por crime de responsabilidade

Renata: Segunda evita que os direitos políticos dela sejam suspensos.

Bonner: A ex presidente se diz vítima de um golpe. E anuncia a oposição energia ao governo.

Renata: Em uma sessão conjunta no congresso, Michel Temer faz um juramento para tomar posse como presidente da república

Bonner: veja também a indústria volta a crescer depois de cinco trimestres.

Renata: Mas a economia brasileira como um todo volta a encolher.

Bonner: e os nossos atletas paraolímpicos começam a chegar ao rio de Janeiro.

Renata: quarta-feira 31 de agosto.

Bonner: o jornal Nacional está começando agora.

Renata: O senado Federal aprovou hoje o impeachment de Dilma Rousseff e Michel Temer já tomou posse como presidente do Brasil. A sessão de julgamento durou seis dias e a última etapa começou com uma discussão, aliados de Dilma queriam e conseguiram que a decisão fosse tomada em duas votações.

Matéria 1:

Off: Horas seguintes da sessão o corredor de acesso ao plenário, o salão azul já estavam lotados de jornalistas brasileiros e estrangeiros. Os senadores discutiam com assessores os detalhes finais para o dia do julgamento do impeachment. Caminhavam visivelmente cansados depois da maratona de seis dias e noites de trabalho. Pouco depois das onze da manhã, o presidente do supremo, Ricardo Levandovski fez a leitura do relatório resumindo o caso, uma questão de ordem o PT votou o roteiro previsto para a votação, a discussão foi longa. Os petistas pediram que o julgamento de Dilma Rousseff fosse dividido em duas partes, primeiro a votação da perda do mandato e depois os senadores decidiriam se ela seria proibida por oito anos de exercer cargo público e se candidatar. O líder da Rede defendeu as duas votações, alegando que o regimento do senado permitia destacar do texto para votar separadamente o trecho sobre a inabilitação política.

Senador Randolfe Rodrigues (líder do partido Rede-AP): todo o direito consagra, inclusive no processo de impeachment essa possibilidade.

Off: o líder do PSDB contestou a proposta dos aliados de Dilma. Ele alegou que o artigo 52 da constituição estabelece uma punição única: perda de mandato com inabilitação política.

Senador Cássio Cunha Lima, líder do partido PSDB-PB: O que poderá ser feito aqui é algo inaceitável e inadmissível, contestar a constituição federal através de um destaque, mas vamos votar o destaque.

Off: o senador Fernando Collor do PFC lembrou que o processo de impeachment contra ele em 92 não permitiu separar uma coisa da outra, mesmo depois de renunciar o mandato, Collor ficou inelegível por oito anos. Levando isso em consideração decidiu acolher o pedido do PT e determinou que fosse em duas votações e nos dois casos os favoráveis do impeachment teriam que reunir pelo menos 54 dos 81 votos.

Ricardo Lewandowski- presidente do STF: Tenho que respeitar os procedimentos, os dispositivos regimentais sob pena senador Collor de um deputado pertencente a bancada do partido dos trabalhadores atravessar a praça, ingressar eventualmente com um mandato de segurança, invocar que o direito líquido e certo, o senador Aluisio Nunes sabe disso e nós corremos o risco de interromper o nosso julgamento ou invalidarmos o nosso julgamento depois de termos terminado o julgamento.

Matéria 2:

Bonnner: A primeira votação foi sobre o afastamento definitivo de Dilma Rousseff da presidência. Sessenta e um senadores julgaram que ela cometeu crime de responsabilidade.

Off: O presidente do Supremo chamou os senadores para um rápido debate. A senadora Ana Amélia, do PP, falou da legalidade de todo o processo, com participação do Ministério Público, Supremo, Câmara e Senado. E disse que o país amadureceu com o impeachment.

Ana Amélia: “O Brasil sai aliviado de um processo que custou a milhares de trabalhadores - e falo aqui para as mulheres trabalhadoras brasileiras que estão sofrendo pelo desemprego. Mas quero dizer a elas também que um fio de esperança nasce. A nova esperança, um novo Brasil, um novo sistema político, melhor, mais transparente, mais responsável”.

Off: A senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, criticou o processo de impeachment. Voltou a dizer que Dilma não cometeu crime de responsabilidade. Que ela era vítima de perseguição política iniciada logo depois da reeleição dela, em outubro de 2014.

Senadora Vanessa: “Infelizmente, para o registro não só do momento, mas para o registro da história, a maioria vai cassar uma presidente inocente. Não cometeu nenhum crime. E aqui não há nenhum hipócrita. Aqui não há nenhum ingênuo para saber que todos sabemos que ela não cometeu crime. Mas a decisão é política”.

Off: O presidente Lewandowski avisou os senadores:

Lewandowski: “Podemos abrir a votação”.

Off: Depois, se formou um grande silêncio no plenário, completamente lotado, à espera do resultado. 13h 34 minutos os senadores votaram. Vamos ao resultado: está aprovado o impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff 61 votos “sim” e 20 votos “não”.

Lewandowski: Proclamo o resultado: 81 senadores votaram não houve nenhuma abstenção, votam sim 61 senadores, votaram não 20 senadores.

Off: Senadores favoráveis ao impeachment cantaram o hino nacional. (hino) Votaram “sim”: 17 senadores do PMDB; 11 do PSDB; 6 do PP; 5 do PSB; 4 do Democratas e do PR. Senadores do PSC, PSD, PDT, PPS, PTB, PTC, PRB e PV também votaram a favor do impeachment, além do Senador Reguffe, que está sem partido.

Passagem Júlios Mosquera: O presidente do Senado, Renan Calheiros, que nunca declarou se votaria no julgamento final do processo de impeachment, anunciou horas antes a políticos mais próximos que participaria da votação. Ele foi um dos 61 senadores que votaram pela cassação do mandato de Dilma Rousseff. Fernando Collor também votou a favor do impeachment.

Off: Votaram “não”: 10 senadores do PT; 2 do PMDB; 2 do PTB e 2 do PSB. Além de senadores do PCdoB, PP, PSD e Rede.

Matéria 3:

Senadores decidem que Dilma está habilitada a exercer funções públicas

Votação começou após decisão do impeachment.

Bonner: Depois de decidido o impeachment, os senadores começaram a segunda votação. E o resultado foi favorável a Dilma Rousseff. Ficou decidido que ela não está inabilitada para o exercício de função pública pelos próximos oito anos.

Off: Ricardo Lewandowski autorizou o debate sobre o tema.

Lewandowski: Vamos aos encaminhamentos.

Off: A senadora Kátia Abreu, do PMDB, citou o ministro do Supremo Gilmar Mendes para dizer que ele também concordava com a tese de que a pena de proibição de exercer função pública por oito anos independe da perda de mandato. Falou que Michel Temer, em livro, tinha a mesma interpretação. Defendeu a honestidade de Dilma Rousseff e narrou uma conversa que teve com ela.

Kátia Abreu “A presidente Dilma me autorizou a dizer que já fez as contas da sua aposentadoria. Pelo fator previdenciário, ela tem 68 anos de idade, com 34 anos de contribuição, ela alcança a pontuação de 104. Com 85, ela já se aposentaria; e vai se aposentar com cerca de R\$ 5 mil. Então, a presidente Dilma precisa continuar trabalhando para poder suprir as suas necessidades”.

Off: O senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB, rebateu a senadora. Disse que ela interpretou errado o pensamento de Michel Temer, que Temer escreveu que uma punição está ligada a outra. E concluiu:

Aloysio Nunes Ferreira: “Princípio fundamental da ordem jurídica: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Não importa mais. Nós não vivemos sob o governo das pessoas, mas sob o governo das leis e da Constituição. Por isso, eu

penso, apelo aos senhores senadores que mantenham no texto aquilo que a Constituição manda figurar nele.”

Off: O senador Renan Calheiros anunciou voto para livrar Dilma Rousseff da inelegibilidade por oito anos.

Renan Calheiros : *“Afastar a presidente da República é constitucional. Pode afastar na forma da Constituição e da democracia? Pode, mas não é da Constituição inabilitar a presidente da República como consequência do seu afastamento, não. Essa decisão terá que ser tomada aqui, pelo Plenário do Senado Federal. E, no Nordeste, costumam dizer uma coisa com a qual eu não concordo: ‘Além da queda, coice’. Nós não podemos deixar de julgar, nós temos que julgar, mas nós não podemos ser maus, desumanos. O meu voto é contrário à inabilitação”.*

Off: Surpresos com tanta disposição de Renan em defender Dilma, senadores do PSDB e do Democratas ainda tentaram anular a influência dele no resultado da votação. Não conseguiram.

Passagem Júlios Mosqueira: O plenário do Senado decidiu cassar o mandato da presidente Dilma Rousseff, mas manter os direitos políticos dela. Portanto, ela pode exercer funções públicas livremente.

Off: Foram 42 votos contra Dilma, mas eram necessários 54. Não houve comemoração. Lewandowski encerrou o julgamento.

Lewandowski : *“Peço às senhoras senadoras e aos senhores senadores que assinem a sentença. Está encerrada esta sessão de julgamento”.*

Off: Já com os trabalhos encerrados, houve bate-boca entre aliados de Dilma e defensores do impeachment.

Próxima reportagem: Donald Trump se encontra com presidente no México; CPI da Saúde no DF faz audiência após troca de três integrantes; Tocha de Jogos Paralímpicos começa viagem pelo Brasil na quinta.

Matéria 4:

Bonner: O presidente Michel Temer assistiu ao julgamento do impeachment de Dilma Rousseff pela televisão no Palácio do Jaburu.

Off: Zileide Silva: Michel Temer estava acompanhado dos ministros mais próximos e dividiu atenção entre o Senado e os ajustes no texto do pronunciamento da noite desta quarta-feira Quando saiu o resultado, seguiu para o Planalto, onde foi notificado da decisão. Ao chegar no Congresso, não quis subir a rampa. No empurra-empurra até o plenário, a porta de vidro não resistiu. (barulho da porta de entrada).

Passagem: A sessão do Congresso, que reúne Câmara e Senado, para dar posse a Michel Temer, foi convocada no plenário menor, plenário do Senado, onde horas antes Dilma Rousseff havia sido julgada e perdido o mandato de presidente. Michel Temer pediu uma cerimônia simples e rápida.

Off: Antes de chegar à mesa, cumprimentos. Depois do hino, Michel Temer prestou juramento à Constituição ao lado dos chefes do Legislativo e do Judiciário:

Michel Temer: “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição. Observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”.

Off: Assinou o termo de posse e ouviu do presidente do Senado, Renan Calheiros, uma mensagem de apoio

Renan Calheiros: “Estamos juntos”.

Off: De volta ao Planalto, fez a primeira reunião ministerial como presidente efetivo. Adotou um novo tom, mais duro, contra os adversários:

Michel Temer: “É preciso firmeza, digo eu, e firmeza para quando dizer golpista. Golpista é quem derruba a Constituição, quem quer violar o texto constitucional e vocês sabem que, no plano internacional, eles tentaram muito, e conseguiram até com algum sucesso, propor, dizer que aqui no Brasil houve um golpe, um golpe que durou hoje o 108º dia de processo de impedimento com defesa”.

Off: Temer também repreendeu os senadores, inclusive do próprio partido, o PMDB, que deram votos para que Dilma saísse do julgamento mantendo o direito de ocupar funções públicas.

Michel Temer: “Ninguém vai cassar bruxas aqui, mas também não vamos deixar que também tentem demonstrar que o governo não é capaz de responder. Hoje nós tivemos um pequeno embaraço até na base governamental em face de uma divisão que lá se deu. É outra divisão também inadmissível. Se é governo tem que ser governo. O que não dá é para aliados nossos se manifestarem lá no plenário sem ter uma combinação conosco porque, convenhamos, se tivesse uma combinação conosco talvez nós pudéssemos dizer: Olha aqui, vamos fazer um gesto de boa vontade, vamos abrir mão disso, vamos permitir que sua excelência tenha condições de não ser inabilitada, mas seria um gesto nosso”, disse Michel Temer.

Off: Temer viaja na noite desta quarta para a China, onde participa da reunião do G20, as 20 maiores economias do mundo. Volta ao Brasil a tempo de participar do desfile do Dia da Independência, em Brasília, e da abertura da Paralimpíada, no Rio de Janeiro.

Bonner: Durante a viagem de Michel Temer, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, vai ocupar a Presidência da República interinamente.

Matéria 5:

Renata: Assim que acabou a sessão do impeachment, senadores começaram a discutir a decisão de dividir a votação em duas. E a que permitiu Dilma Rousseff continuar habilitada a exercer função pública.

Zileide Silva: O líder do Democratas no Senado chegou a anunciar que iria recorrer ao supremo para tentar reverter a decisão.

Ronaldo Caiado (DEM-GO líder do partido): “O Senado federal não pode fatiar aquilo que a Constituição determina. A inabilitação não é pena acessória, é pena conjunta, está claro no artigo 52 quando diz a cassação e a inabilitação para cargo público”.

Off: Mas mudou de ideia ao conversar com outros governistas. O líder do PSDB disse que não pretende recorrer para não abrir a possibilidade para que toda a sessão fosse questionada.

Cassio Cunha Lima (PSDB-PB-líder do partido: “A decisão do Senado, no meu entender, apesar de discordar dela, é irreversível. Se admite-se questionar a inabilitação, obviamente poderia ser questionado o próprio impeachment. Portanto não vejo espaço jurídico nem argumento constitucional para o Supremo rever nenhuma das duas decisões”.

Off: A advogada de acusação Janaína Paschoal também não pretende recorrer. Mas o Solidariedade, outro partido da base do governo, divulgou nota dizendo que vai sim ao Supremo contra a decisão que permitiu que Dilma Rousseff, mesmo perdendo o mandato, continuasse habilitada a ocupar cargo público.

Passagem: Zileide Silva: A decisão do Senado acabou criando outra discussão. A lei da ficha limpa diz que políticos condenados por órgãos colegiados, como é o Senado no processo de impeachment, tornam-se inelegíveis por oito anos. A dúvida é se ela pode ser aplicada em caso de crime de responsabilidade. Além disso, a lei da ficha limpa não fala explicitamente em punição para presidentes da República, a não ser em caso de renúncia.

Off: Logo após a votação, o próprio líder do PT no Senado chegou a considerar que a lei da ficha limpa poderia impedir uma candidatura de Dilma.

Humberto Costa (PT-PE- líder do Partido): “A elegibilidade passa pela lei da ficha limpa, que define que, quando há uma definição colegiada, não há possibilidade de candidatura. Aí certamente o Supremo vai definir se o Senado, e eu acho que o Senado é um colegiado, com essa decisão ela teria dificuldade de ser candidata”.

Off: O professor de direito da Fundação Getulio Vargas Thomaz Pereira afirma que a lei da ficha limpa não se aplica em caso de crime de responsabilidade.

Thomaz Pereira : “A lei da ficha limpa regula especificamente certas situações em que alguém condenado fique inelegível. No caso do impeachment não é uma questão de aplicação da lei da ficha limpa, é uma questão de aplicação direta da Constituição”.

Off: Marlon Reis, um dos idealizadores da ficha limpa, explica que a lei não previu a pena para presidente da República justamente porque a Constituição já prevê que presidentes que tenham o mandato cassado se tornem inelegíveis.

Marlon Reis (advogado eleitoralista): “A lei da ficha limpa não prevê nada com relação à perda do mandato de presidente da República. Ela o faz em relação aos cargos de governador do estado, do DF, ou de prefeito. Mas ela fez silêncio proposital

em relação ao tema da Presidência da República porque Constituição já trata disso. A Constituição federal prevê no caso da perda de mandato do presidente da República uma inabilitação para o exercício do mandato eletivo”.

Off: Mas o que fazer então num caso como este, em que o Senado cassou o mandato de Dilma, mas não a tornou inelegível? Esta é uma questão que deverá ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal.

Celso de Mello (ministro do STF): “Nós não podemos aplicar por analogia medidas que envolvam restrição a direitos. Se o Senado optou por não impor à presidente Rousseff sanção a algo que ele considerou possível, a sanção autônoma de inabilitá-la temporariamente por oito anos para o exercício de qualquer função pública, eletiva ou de nomeação, então a consequência parece-me evidente. Mas de qualquer maneira, essa é uma questão que poderá vir a ser apreciada pelo Supremo, se e quem detiver legítimo interesse para tanto provocar o exercício desta Corte da sua jurisdição”.

Matéria 6:

Bonner: Logo depois da aprovação do impeachment, Dilma Rousseff fez um pronunciamento. Repetiu que é vítima de um golpe, e disse que vai fazer uma oposição enérgica e incansável.

Dilma Rousseff: “Hoje, o Senado federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar. A descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como esse são péssimas conselheiras. Não desistam da luta. Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos nós vamos lutar. Haverá contra eles a mais determinada oposição que um governo golpista pode sofrer. Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política. Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia. Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; sem ter traído qualquer de meus compromissos; com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de continuar lutando pelo Brasil”.

Matéria 7: Nota Coberta

Renata: Agora a noite manifestantes protestaram em algumas capitais, em São Paulo a polícia fez um cordão de isolamento para afastar manifestantes a favor e contra o impeachment na avenida paulista. Há poucos minutos um grupo tentou mudar o trajeto e a PM jogou bomba. No Rio de Janeiro integrantes do movimentos sindicais e sociais se reuniram no centro com faixas de apoio a Dilma e contra a posse de Michel Temer. No Recife um grupo contra o impeachment bloqueou o trânsito em uma das avenidas mais movimentadas. Em Porto Alegre em uma caminhada no centro manifestantes manifestaram com a saída de Dilma Rousseff.

Matéria 8: Nota pelada.

Bonner: uma correção o Jornal Nacional errou ontem ao afirmar que a Receita Federal tinha suspenso a isenção de impostos do Instituto Lula relativo ao ano de 2011. Esse processo da Receita está em andamento, ainda não foi concluído. O Instituto Lula foi notificado da abertura do processo que pode ou não suspender a isenção. Se o Instituto perder a isenção aí sim terá que pagar multa e os eventuais impostos previstos. O Instituto tem 30 dias para apresentar a defesa.

Próximas Matérias: Economia registra queda trimestral pela sexta vez seguida; Governo apresenta proposta de orçamento para 2017; Delegação paraolímpica brasileira começa a chegar ao Rio; Altitude de Quito é mais um obstáculo para seleção brasileira.

APÊNDICE

EDIÇÃO JORNAL NACIONAL- 14 DE MARÇO DE 2016- MANIFESTAÇÕES PRÓ-IMPEACHMENT

Matéria 1: Brasil teve atos em 337 cidades no domingo (13)

Bonner: Palavras de ordem contra o governo da presidente Dilma, o ex-presidente Lula e a corrupção foram ouvidas, no domingo (13), no Brasil inteiro. Ao todo, houve atos em 337 cidades, em todos os estados.

Imagem de brasileiros com a mão no coração cantando o hino nacional em diversos locais do país. Predominância de pessoas classe média.

Em Porto Alegre uma faixa gigante defendia o impeachment. Em Maceió a Jararaca citada pelo próprio ex-presidente Lula virou alegoria dos manifestantes contra a corrupção. O juiz Sérgio Moro também recebeu apoio de manifestantes em Curitiba, a capital da operação Lava Jato, tinha até máscara. No Rio, ele foi homenageado pelo Moro bloco na orla lotada de Copacabana. Em Brasília multidões pediam a saída dos presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, do Senado, Renan Calheiros, e da presidente da República. O pedido de impeachment também levou milhares de pessoas para as ruas de Fortaleza. Vitória teve o maior ato político de sua história e milhares de pessoas nas ruas e na ponte de ligação com Vila Velha. O ato em São Paulo também foi recorde. Segundo o Data Folha superou o comício das Diretas Já há 32 anos, e tomou toda a extensão da Avenida Paulista. O G1, o Portal de Jornalismo da Globo na internet, apurou que as manifestações de ontem superaram e muito o protesto de março do ano passado, o maior até então. Mesmo sem a contagem de algumas cidades (aparece o infográfico) segundo a PM eram 3,6 milhões nas ruas. 6.9 milhões e 900 mil segundo os organizadores. O ano passado a PM divulgou 2,4 milhões e os organizadores 3 milhões de manifestantes.

Matéria 2 Protestos de domingo (13) têm repercussão no Congresso

Cabeça (Renata): Os protestos tiveram repercussão hoje no Congresso.

Repórter: As manifestações de ontem criaram um consenso no congresso. Daqui para frente o processo de impeachment contra a presidente Dilma vai dominar os discursos e ações na Câmara e no Senado. A oposição não pensa em outra coisa.

Fonte- Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM): O congresso ele vive de expectativas e viu nessa demonstração das ruas que a expectativa da população é que o congresso efetivamente faça e cumpra o seu papel. E o papel do congresso nesse momento é instalar a comissão processante e tirar o PT do poder. Acho que é um ciclo que se extingue, que chega ao seu fim.

Repórter: O líder do governo na Câmara reconheceu as forças das manifestações e elogiou o comportamento pacífico dos manifestantes. O deputado José Guimarães disse que o governo também tem pressa em virar logo a página do impeachment, que segundo ele, não tem justificativa legal.

Fonte: Dep. José Guimarães, PT-CE- Você não faz impeachment porque a oposição está contra o governo ou que as ruas ou parte delas está se manifestando contra o

governo. Vocês faz impeachment com objeto determinado, vamos trabalhar para mostrar para cada líder, para cada deputado, que essa tese da impeachment atrapalha, demora e traz consequências danosas para a economia brasileira e para a democracia, porque não há fato.

Repórter- O presidente da Câmara Eduardo Cunha enviou mensagem aos deputados do PMDB pedindo para que eles fiquem em Brasília até sexta e disse que se o Supremo responder na quarta-feira as questões sobre as regras do processo de impeachment vai exigir que os líderes dos partidos fechem a lista com os nomes para a Comissão Especial que analisará o processo.

Eduardo Cunha: Olha, a decisão do Supremo nós vamos tocar com serenidade, até porque nós temos a obrigação de fazê-lo. Até para que não diga-se que está obstruindo o processo. Esse processo tem que encerrar.

Repórter- passagem (Júlio Mosquéra): Pelas contas de Cunha o processo de impeachment da Câmara deve durar de 30 a 45 dias. São 15 sessões para a Comissão Especial discutir e votar o relatório que depois vai para o plenário da Câmara onde passa por uma última votação. Se o processo não for arquivado, segue para o senado.

Voz em off: No plenário do Senado teve debate entre os senadores do PT e do PMDB investigados na Lava Jato. Lindberg Farias (PT) acusou o PDMB de tramcar um acordo para derrubar Dilma.

Lindberg Farias (PT-RJ) – Eu quero chamar a atenção do povo brasileiro. O que será que significa esse golpe. Essa tentativa de afastar a presidenta Dilma e assumir Michel Temer, do PDMB, com esse propósito e programa de povo.

Reporter- Romero Jucá, que foi líder do governo no primeiro mandato da presidente Dilma rebateu.

Romero Jucá (PMDB- RR)- As afirmações de que Michel e o PMDB é golpista eu credito isso, de certa forma, um pouco de atordoamento dos membros do governo e do próprio PT pelo resultado das manifestações que foram acachapantes, foram alarmantes, foram decisivas.

Matéria 3: Dilma reúne ministros e líderes aliados no dia seguinte a protestos

Bonner: As manifestações repercutiram também no Palácio do Planalto.

Voz em off: A presidente Dilma se reuniu pela manhã com oito ministros e os líderes do governo no Congresso depois da maior manifestação contra o governo da história. A presidente e os ministros se mantiveram calados e tentaram amenizar o recado das ruas. Ontem logo após os atos, a Secretaria de Comunicação Social divulgou uma nota curta alegando que a liberdade de manifestação é própria das democracias e por todos deve ser respeitada e acrescentou que o caráter pacífico das manifestações demonstra a maturidade de um país que sabe conviver com opiniões divergentes e sabe garantir o respeito às suas leis e às instituições. Só o ministro da Casa Civil Jaques Wagner deu entrevista sobre as reuniões ocorridas ontem a noite e hoje. Ele disse que em São Paulo os protestos não foram totalmente espontâneos, pois tiveram o apoio de empresários e que os manifestantes também hostilizaram políticos de oposição que tentaram participar dos protestos. O ministro afirmou que o principal problema hoje e que está alimentando o impeachment é a economia.

Jaques Wagner: Você está na ladeira acima e de repente começa a ver o desemprego aumentando, a inflação que começa a voltar, a atividade econômica reduzida, as pessoas se apegam à prosperidade. No momento em que essa prosperidade não está tão clara, as pessoas vão à rua e aí reclamam. E aí é claro, que tem toda essa questão da investigação que é um desejo de qualquer povo e de qualquer nação que a relação público e privado seja cada vez mais transparente e que o dinheiro público, cada centavo, seja utilizado a bem da população. Até porque não está sobrando e portanto, qualquer desvio é muito ruim.

Zileide Silva: O governo decidiu atuar em duas frentes no Congresso o Planalto acha que ainda pode rearticular os partidos da base que apoiam a presidente, como o PMDB que no último sábado deu aviso prévio para deixar o governo. Fala ainda em conversar com a oposição, o que não conseguiu nem quando não se falava em impeachment. Na economia o governo quer renegociar as dívidas e fala em liberar dinheiro nas obras do PAC e retomar as obras públicas, mas nenhum ministro comunicou de onde vai sair o dinheiro e o governo não descarta usar o dinheiro das reservas internacionais para pagar a dívida pública, o que é criticado por economistas.

Matéria 4: Juíza transfere para Sérgio Moro denúncia contra Lula. A matéria tem 5: 02

Renata: A justiça de São Paulo decidiu transferir para Curitiba a denuncia contra o ex presidente Lula e outras 15 pessoas envolvidas no caso do Triplex no Guarujá. A denúncia vai agora para o juiz Sérgio Moro, que comanda a investigação da Operação Lava Jato.

Repórter: a decisão veio cinco dias depois do Ministério Público de São Paulo pedir a prisão preventiva do presidente Lula

Matéria 5: Justiça divulga o que Lula disse no depoimento à Política Federal no aeroporto.

Matéria 6: Ex-deputado Pedro Corrêa assina acordo de delação premiada.

Matéria 7: Após voto do Supremo, Welligton Silva deixa o Ministério da Justiça

Matéria 13: Índice do BC que monitora a saúde da economia recuou mais

Bonner: em Janeiro o índice que monitora a saúde da economia recuou mais de 0.5% em relação a dezembro. São onze meses seguidos no vermelho. Pelas contas do Banco Central, em um ano a economia brasileira encolheu 4,5%.

Matéria 14: Clínicas Populares viram alternativa para quem não pode pagar plano.

Quase 800 mil brasileiros deixaram os planos de saúde em 2015. Clínicas oferecem consultas e exames a preços populares.

APÊNDICE

JORNAL NACIONAL DIA 19 DE MARÇO DE 2016 - MANIFESTAÇÕES CONTRA O IMPEACHMENT

Matéria 1: Governo recorre da decisão que suspendeu a nomeação de Lula

Repórter: Gioconda Brasil

Evaristo Costa: *O governo recorreu ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão Ministro Gilmar Mendes que suspendeu a nomeação do ex presidente Lula como Ministro da Casa Civil. Na decisão Gilmar Mendes afirma que a nomeação teve o objetivo de dar foro privilegiado a Lula e impedir o cumprimento das medidas judiciais.*

Repórter voz em off: *A decisão do Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, saiu ontem a noite para suspender a nomeação de Lula para a Casa Civil e determinar que o processo volte para as mãos do juiz Sérgio Moro, de Curitiba, Gilmar Mendes, considerou que as conversas interceptadas com autorização da justiça do Paraná apontam que o propósito da nomeação era conferir foro privilegiado a Lula e obstruir ao progresso das medidas judiciais. Na decisão o Ministro cita quatro grampos, a conversa entre Lula e o cientista político Alberto Carlos de Almeida, em que ele diz para Lula em que ir para o Ministério é a solução para resolver os seus problemas na justiça. A conversa entre o presidente do PT, Ruy Falcão, e, o então Ministro Chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, em que Falcão preocupado com uma possível prisão de Lula pergunta: e o que acontece se ele for nomeado? A conversa entre Lula e a presidente Dilma em que Lula diz que os poderes da União estão acovardados diante da Lava Jato e a conversa em que a presidente diz que está enviando o termo de posse a Lula para ser usado em caso de necessidade. Dilma diz publicamente que a intenção era ter um documento assinado por Lula para a posse caso ele não pudesse vir à Brasília. Os investigadores dizem que era para Lula ter em mãos para apresentar à polícia em caso de ação judicial. Para o Ministro, o fato de a presidente Dilma Rousseff ter se manifestado sobre a conversa representa uma admissão pessoal não só da existência como também da autenticidade do conteúdo da gravação. O ministro disse: estamos diante um caso de confissão extrajudicial com força para provar a conversa e seu conteúdo de forma independente da receptação telefônica, mas adiante Gilmar Mendes afirma que a iniciativa de comentar a conversa admitindo o seu conteúdo, mas contestando a sua interpretação foi da própria presidente, em que salvo hipótese de anulação da confissão, erro de fato ou coação, houve admissão irrevogável dos fatos. Gilmar Mendes diz que a nomeação de Lula tinha um objetivo de falsidade claro e, que, impedir o cumprimento da ordem de prisão de um juiz em primeira instância, uma espécie de salvo conduto emitido pela presidente da República. De acordo com a decisão a presidente da República praticou conduta que, a priori, estaria em conformidade com a atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição – nomear Ministros de Estado, mas ao fazê-lo produziu resultado concreto de todo incompatível com a ordem constitucional em vigor: conferir ao investigado foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal. A decisão do Ministro tem 34 páginas e foi uma resposta às ações apresentadas pelo PSDB e pelo PPS. O advogado geral da União discordou da decisão, para José Eduardo Cardoso, a ação não deveria ter sido analisada, porque para pedir a anulação da nomeação de Lula a oposição utilizou um mandado de segurança, instrumento que para ele, não seria o correto.*

Advogado: Em primeiro lugar, nos parece que o ministro não considerou situações que marcam a ilegalidade da prova utilizada do autor do mandato de segurança. Em segundo lugar, porque é indiscutível que o juiz, magistrado, com todo o respeito, decidiu sem se quer nos ouvir; tomando por verdade uma versão e não considerando que isso não foi apurado, que existem versões diferentes daquela que ele colheu, sem que nós pudéssemos ter se quer a oportunidade de demonstrar o equívoco em que ele naturalmente incorria.

Passagem: José Eduardo Cardozo pediu hoje ao Supremo Tribunal Federal para suspender a decisão do ministro Gilmar Mendes e também todas as ações que questionam a nomeação de Lula para o governo, são mais de 50 em todo o país. O novo pedido foi encaminhado ao ministro Teori Zavascki que já é responsável pela análise de duas ações com alcance maior do que a que foi acatada por Gilmar Mendes. No Supremo não é praxe que um ministro derrube a decisão de um outro. A palavra final deve ficar para o Plenário. A próxima sessão está marcada para 30 de março.

Off: Governo e oposição comentaram a decisão de Gilmar Mendes:

Dep- Wadih Damous (PT-RJ) Uma prerrogativa do presidente da república nomear a quem ele bem entenda para a composição do seu ministério não há ilegalidade formal e nem material que merecesse a reprimenda do poder judiciário.

Senador Cássio Cunha Lima, PSDB-PB, A decisão do ministro Gilmar pelo põe uma regra clara e não fica nessa oscilação se pode ou não tomar posse a cada expediente a cada hora como vinha acontecendo.

Nota pé> Evaristo: Os advogados do ex presidente Lula afirmaram que a nomeação dele como ministro da Casa Civil foi ato privativo da presidente conforme a constituição e, que Lula não é réu, e nem tem impedimento legal para exercer o cargo. Os advogados dizem também que as ações do PSDB e do PPS não têm fundamentos jurídicos para atacar a nomeação e não pedem a devolução das investigações aos juiz Sérgio Moro, os advogados declaram ainda que pediram hoje ao ministro do Supremo Teori Zavasck para reestabelecer as garantias constitucionais do ex presidente.

Matéria 2: OAB decide apoiar impeachment e vai decidir se apresenta novo pedido

Repórter Heloísa Torres

Cabeça_ Monalisa Perrone: A Ordem dos Advogados decidiu que vai apoiar o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Repórter: A OAB convocou uma reunião extraordinária ontem. Representantes de todos os Estados e do Distrito Federal foram ouvidos e a OAB decidiu por 26 votos apoiar o impeachment foram só dois votos contra do Pará e do ex presidente Marcelo Lavenère que tem direito a voto. O advogado geral da União pediu para falar em nome da presidente Dilma. Disse antes da votação que não há argumento jurídico para um impeachment. Em 1992 foi um pedido da OAB com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa que deslanchou o impeachment de Fernando Collor.

Advogado da União: Collor teve direito a uma CPI que investigasse, nós pedimos o direito de sermos investigados, antes que esse Conselho tome uma decisão, inclusive

fazendo referências a provas que nós advogados sempre repudiamos e temos como ilegais.

Repórter: *Para a OAB há sim crime de responsabilidade.*

Cláudio Lamachia- presidente da OAB: *Os últimos acontecimentos também foram levados em conta na decisão técnica do Conselho Federal da OAB exatamente pela gravidade de todos os fatos e de todos os elementos que foram carreados para este processo.*

Repórter: *Estão entre os fundamentos da decisão da OAB a delação premiada do senador Delcídio do Amaral na qual ele cita a presidente e a nomeação do ex presidente Lula para a Casa Civil que pra OAB demonstram que havia intenção de atrapalhar as investigações da Lava Jato.*

Passagem: *A OAB vai decidir nos próximos dias se vai apresentar um novo pedido de impeachment. Se ele for juntado ao que já está em andamento, o entendimento da Câmara é que o prazo para a apresentação de defesa da presidente Dilma na Comissão Especial terá que ser prolongado. Esse prazo já começou a correr. Ele é contado de acordo com as sessões da Câmara. Agora faltam 9 sessões para o encerramento desse prazo.*

Matéria 3: Delegados da PF reagem à fala de ministro da Justiça sobre vazamentos

Repórter Cláudia Bomtempo

Cabeça: *O novo Ministro da Justiça, Eugênio Aragão deu uma entrevista que causou polêmica e causou reação imediata da Política Federal. Ele afirmou que se sentir: “Cheiro de Vazamento” troca a equipe de investigação mesmo sem provas.*

Repórter: *Na entrevista publicada na edição de hoje da Folha de São Paulo, o jornal começa pergunto se o novo ministro, Eugênio Aragão, vai atuar para barrar a Lava Jato. O ministro responde, que não, “de jeito nenhum”. Em seguida afirma que para mexer na equipe eles têm de dar motivos que não pode simplesmente dizer “não gosto desse aí”, porque está sendo muito eficiente. O ministro da justiça disse que, porém, ao contrário do Ministério Público, a Polícia Federal não tem autonomia funcional. “Venho do Ministério Público e sei quão caro é a independência funcional. Não que a polícia tenha independência funcional, a polícia é um órgão hierárquico muito diferente do Ministério Público, mas não posso mexer com a atividade fim da polícia. Seu planejamento só me interessa na medida que tenho que me preparar para seu impacto político.” A declaração mais polêmica sobre a entrevista são sobre as providências que, Eugênio Aragão, diz que tomará em caso de vazamento de informações. O ministro afirmou “cheirou vazamento de investigação por um agente nosso, a equipe será trocada, toda. Cheirou. Eu não preciso ter prova a PF está sob nossa supervisão. Se eu tiver um cheiro de vazamento, eu troco a equipe”. A reação dos Delegados da Polícia Federal foi imediata.*

Carlos Sobral: presidente da Associação Nacional dos Delegados da Política Federal: *Nós lamentamos profundamente a frase do Ministro da Justiça que disse que trocará a equipe da investigação da Operação Lava Jato sem qualquer prova, sem qualquer apuração ou sem qualquer indício de que há vazamento, isso parece mais frase de alguém que tem pressa para acabar com a operação Lava Jato. É importante consignar que nós não pactuamos com vazamento, não compactuamos com ilegalidades, nós não*

pactuamos com irregularidades, mas todas devem ser apuradas, todas devem ser cabalmente demonstradas e punir os responsáveis sem qualquer prova, sem qualquer indício, somente com base na notícia de um vazamento, nos parece que não se está atendendo ao dever de servir o processo legal e o estado democrático de direito.

Repórter: O presidente da Associação disse que estuda medidas preventivas para evitar afastamento de delegados sem provas.

De forma alguma os delegados da Polícia Federal aceitarão qualquer tipo de interferência, qualquer tipo de ingerência nas nossas investigações. Nós estamos avaliando todas as medidas a serem adotadas, inclusive judiciais e até mesmo mandado de segurança preventivo para evitar qualquer tipo de afastamento sem prova, qualquer tipo de afastamento cautelar com base somente em notícias sem provas, não tem afastamento. Não pode comprometer a continuidade da operação Lava Jato.

Repórter: Em nota, o Ministro da Justiça comentou a reação dos delegados sem responder especificamente às questões, Aragão afirmou que o ministro de Estado dará todo o apoio e amparo para o cumprimento da missão policial. Diz ainda que a Polícia Federal é reconhecida pelo profissionalismo e eficiência de sua atuação, que deve ser aprimorada e apoiada permanentemente. A exemplo do que ocorre com qualquer outro órgão público, a instituição não está imune a erros, verificada a existência de procedimento irregular ou com suspeição fundada de irregularidade, é dever da autoridade superior afastar o risco ao devido processo legal, de maneira a garantir os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos consagrados em nossa Constituição. E nós cumpriremos com nosso dever sem hesitar. O deputado Paulo Teixeira do PT defendeu a posição do novo ministro da Justiça.

Paulo Teixeira – O nosso compromisso é de combater a corrupção, mas não pode haver exageros, e, se houver exageros, aquele que cometer exagero tem que ser afastado.

O deputado Roberto Freire do PPS criticou as ações do ministro.

Roberto Freire- A ideia desse ministro parece ser alguém que veio atrapalhar as apurações para tentar, vamos utilizar um termo bem popular, melar a Lava Jato.

Matéria 4: Grampos indicam que Lula atuava para fim de vazamentos na Lava Jato

Cabeça: Os grampos feitos a partir de telefones feitos pelo ex presidente Lula e que tiveram a divulgação liberada pela justiça, indicam que Lula atuava de fato, para que o substituto de José Eduardo Cardozo do Ministério da Justiça acabasse com o que chamava de vazamentos da Operação Lava Jato. A conversa é com o ministro da Secretaria de Comunicação Social, Edinho Silva, e foi gravada quando o substituto de José Eduardo Cardozo ainda era o Wellington Silva, nomeação depois derrubada pelo Supremo Tribunal Federal.

Gravação: Lula: É importante você ficar atento, porque vai sair muitas críticas da indicação do novo ministro, com o objetivo de encurralá-lo.

Edinho Silva: É isso, é isso...já começou.

Lula: O objetivo é encurralá-lo. Crítica da Veja, crítica da Globo, crítica...ou seja, no fundo no fundo, eles querem evitar que qualquer ministro acabe com o vazamento da Polícia Federal.

Edinho Silva: *É isso.*

Apresentadora: *O ministro Edinho Silva disse que o diálogo nada tem de ilícito e que se refere a uma crítica que já é de conhecimento público sobre o vazamento seletivo. Segundo Edinho, esses vazamentos são utilizados para a luta político-partidária.*

Apresentador: *Em uma conversa com até então, o ministro chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, Lula dá indicações segundo os investigadores que queria mesmo a queda de José Eduardo Cardozo a quem acusava de não agir contra o que considerava excessos da polícia federal. Lula diz que não vai viajar para Brasília no dia seguinte ao anúncio de José Eduardo Cardoso do Ministério da Justiça. O motivo é não demonstrar que está comemorando a queda do rapaz. Ou seja, segundo os investigadores do ministro José Eduardo Cardoso.*

Gravação_Lula: *Deixa eu te dizer uma coisa, eu tava pensando se não era o caso de eu não ir à Brasília hoje*

Jaques Wagner: *Por conta da saída do rapaz?*

Lula: *Por conta da saída do rapaz, ou seja.*

J.W. *Isso, ela se preocupou ontem, ficou dizendo “depois vão ficar dizendo que ele só veio aqui para comemorar o bota fora”.*

Lula: *É isso. Então eu acho que era melhor eu não ir.*

J.W: *Deixar para a semana?*

Lula: *É, deixa para semana.*

Apresentador: *O ministro Jaques Wagner disse que não vai comentar gravações de conversas particulares com trechos retirados fora do contexto.*

Apresentadora: *Em outra conversa gravada e divulgada com a autorização da justiça, o ex presidente Lula critica os investigadores do Ministério Público e da Polícia Federal, disse que eles se consideram enviados por Deus e que somente ele Lula, pode colocá-los em seus devidos lugares. A conversa é com o prefeito do Rio, Eduardo Paes.*

Gravação_ Lula: *Deixa eu lhe falar uma coisa. Esses meninos da Polícia Federal e esses meninos do Ministério Público, eles se sentem enviado de Deus.*

Eduardo Paes: *É, mas eles são todos crentes. Os caras do Ministério Público são todos crentes né.*

Lula: *É uma coisa absurda. Uma hora nós vamos conversar um pouco, porque eu acho que eu sou a chance que esse país tem de brigar com eles pra tentar colocá-lo no seu devido lugar. Ou seja, nós queremos instituições sérias, mas tem que ter limites, tem que ter regras.*

Apresentadora: *O prefeito Eduardo Paes não quis comentar a gravação.*

Evaristo: *O ex presidente Lula não se preocupava somente com a atuação do ministério público e da polícia federal. Nas gravações divulgadas oficialmente pela justiça fica claro que ele se preocupava também com as CPIs do Congresso. Em conversa com Lula, o líder do governo na Câmara, José Guimarães, disse que conseguiu segurar a*

CPI do CARF que apura um suposto esquema de corrupção no Tribunal da Receita Federal, a CPI é uma operação, é um desdobramento da operação Zelotes, que investiga entre outros, os filhos de Lula.

Gravação_ José Guimarães: Nossa preocupação tem sido com alguns líderes pra montar aquele panorama de votos para evitar qualquer tentativa de impeachment no futuro. Porque a Comissão deverá ser montada na próxima semana. Essa é a minha preocupação, tenho trabalhado muito isso, né?! E seguramos também hoje, seguramos a CPI DO CARF, né, para não ter problema!

Apresentadora: O Deputado José Guimarães afirmou que o diálogo com o ex presidente Lula revela estratégias da disputa política. Ele disse que sempre teve e continuará tendo relação política e de parceria com o Lula.

Evaristo: O Instituto Lula disse que a violação de conversas do ex presidente nada tem a ver com as investigações da Petrobrás é uma afronta ao artigo 50 da Constituição. O Instituto afirma que Lula não disse nada de ilegal ou imoral e repudia a divulgação desses grampos, porque fomenta intrigas e preconceitos e serve apenas para tumultuar os processos judiciais e o ambiente político.

Matéria 5: Lula nomeou diretores e sabia de corrupção na Petrobras, diz Delcídio

Repórter: Cristina Serra

Apresentadora: Preso em flagrante por ordem do Supremo Tribunal Federal e posteriormente saiu da cadeia para fazer acordo de delação premiada concedeu entrevista ao Jornal Nacional e também a revista Veja. Delcídio do Amaral repete o que disse aos procuradores federais na delação premiada confirmando as acusações contra Dilma, Lula e outros nomes do PT e de outros partidos, mas revela alguns detalhes novos. É a primeira vez em público que ele é confrontando com o fato de que os crimes que ele denuncia, que se de fato foram cometidos, foram cometidos com a cumplicidade dele.

Repórter em off: O senador Delcídio do Amaral recebeu a nossa equipe de reportagem em São Paulo na noite de ontem.

Entrevista: o presidente Lula também sabia, conhecia o propinoduto?

Delcídio do Amaral: Tem ciência disso, conhecia claramente, nomeou junto com as bancadas os principais diretores da Petrobrás.

R.: Todos?

D.A: Todos passavam por ele. E outra coisa também, Cristina, não é de agora que os diretores da Petrobrás são indicados politicamente. Em outros governos, também diretores da Petrobrás foram indicados. Não estou dizendo todos, mas essa prática também não é de agora.

R: Em 2010 e 2014 a Campanha da presidente Dilma recebeu dinheiro de propina?

D.A: Eu não tenho dúvida nenhuma disso. O tempo vai dizer, claramente. Daqui algumas semanas, as pessoas vão ter condições de...e até na minha colaboração, eu falo sobre isso, e a minha colaboração vai fechar com dados que já foram levantados em outras colaborações. Eu não tenho dúvida disso.

R: O senhor é testemunha também de uma corrupção sistêmica no governo. O senhor sabia do que acontecia, o senhor nunca pensou em falar, em denunciar, ou em parar, ou em sair? Como é que o senhor, como a sua consciência lidava com isso que você estava vendo?

D.A: Na verdade eu procurava cumprir com o meu papel de líder do governo e acho que eu cumpri bem. Agora efetivamente eu poderia ter denunciado, até porque eu tenho um nível de conhecimento que é muito diferente dos demais. Por que eu participava desse grupo pequeno que falava de Lava Jato? Porque eu conheço todos os atores. Eu fui empregado da Petrobrás, fui empregado do sistema Eletrobrás. Eu conheci as principais empresas, os donos de empresas, e eu sabia das coisas, mas eu tinha uma missão de ser líder do governo e aprovar os projetos do governo.

Repórter em off: O senador Delcídio do Amaral também deu entrevista a revista Veja, que chegou hoje às bancas. Nela, Delcídio do Amaral, diz que o ex presidente Lula comandava o esquema e tentou interferir na Lava Jato, logo nos primeiros passos da operação. O senador diz que na primeira vez em que foi procurado por Lula nem era líder do governo. Delcídio afirma que isso foi logo depois da prisão de Paulo Roberto Costa, que Lula estava muito preocupado e que ele sabia do tamanho de Paulo Roberto na Operação, da profusão de negócios fechados por ele e do amplo leque de partidos e políticos que ele atendia. O Lula me disse assim: “É bom a gente acompanhar isso. Tem muita gente pendurada lá, inclusive do PT”. Na época ninguém imaginava onde isso ia chegar. O repórter pergunta a Delcídio se a presidente tem o poder de mudar voto no Supremo. O senador respondeu que Dilma costumava repetir que tinha cinco ministros no STF. Era clara a estratégia do governo de fazer lobby nos tribunais superiores e usar seus ministros simpáticos à causa para deter a Lava-Jato. Na entrevista ao Jornal Nacional, o senador assume a sua parcela de culpa no escândalo.

Reporter: O senhor não considera que fez uma tentativa de obstrução das investigações?

Delcídio do Amaral: Evidentemente a partir do momento em que eu fiz essa interface a pedido do presidente Lula. Eu não sou daqueles eu não sei, não é comigo, que nega tudo. Pô, eu sou uma pessoa que reconhece os erros que cometeu e eu cometi um erro como líder do governo.

Passagem: O senador Delcídio do Amaral está de licença médica do senado. Ele não usa tornozleira eletrônica. Mas tem que informar a justiça de todos os seus passos e tem que se recolher em casa a noite. O senador responde pelo crime de obstrução da justiça. Delcídio do Amaral tem mais 30 dias de prazo para acrescentar informações à delação premiada. E, ele, disse que ainda tem revelações a fazer aos investigadores da Lava-Jato.

Apresentadora: O advogado geral da União, José Eduardo Cardoso negou qualquer interferência indevida do governo no poder judiciário para beneficiar investigados na Lava Jato. Ele afirmou que isso já foi desmentido publicamente por magistrados como o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Levandovsky e que a entrevista demonstra um desejo de vingança do senador. José Eduardo Cardoso disse ainda que medidas judiciais serão tomadas.

Evaristo: A secretaria de Comunicação Social da Presidência da República afirmou que o senador Delcídio do Amaral voltou a fazer ataques mentirosos e sem qualquer

base contra o governo da presidente Dilma Rousseff e que isso é uma estratégia de vingança. A secretaria afirmou ainda que o governo nunca interferiu nas investigações da Lava Jato ou do poder judiciário e que a presidente Dilma, que medidas judiciais sejam tomadas.

Apresentadora: Os advogados do ex presidente Lula disseram que as afirmações do senador são vazias e incompatíveis com pronunciamentos anteriores feitos de forma espontânea e que não tem nenhum valor jurídico.

Evaristo: O instituto Lula disse que não vai comentar acusações sem fundamento de uma pessoa envolvida em uma barganha com a justiça e com o Ministério Público para conseguir redução de pena e benefícios financeiros. O Instituto afirmou ainda que em depoimento em dezembro do ano passado à Polícia Federal, o ex presidente Lula, disse que não tinha conhecimento dos desvios da Petrobrás e que o ex presidente não tem nada a esconder.

Apresentadora: As íntegras dessa nota e de todas as outras citadas em reportagem de hoje estão na página do jornal nacional (g1.com.br/jn) na internet.

Matéria 6: Manifestações a favor do governo ocorreram em 55 cidades e no DF

Evaristo: O G1 o portal de notícias da Globo na internet fechou o balanço com os números das manifestações de ontem a favor do governo Dilma. Elas ocorreram em 55 cidades de todos os estados e no distrito federal e tiveram a participação de um milhão e setecentas mil pessoas segundo os organizadores e 275 mil pessoas nos cálculos da polícia militar. Pelo levantamento do G1 é possível dizer que os atos de ontem a favor do PT foram os maiores desde o ano passado, mas também se concluiu que os atos de ontem foram menores que os de domingo passado contra Dilma e Lula, quando manifestações foram realizadas em 337 cidades de todos os estados e no distrito federal e reuniram 6 milhões e 900 mil pessoas, segundo os organizadores, 3,6 milhões de pessoas segundo a polícia militar.

Repórter: Manifestantes foram às ruas de Natal. Para os Organizadores os protestos reuniram 30 mil pessoas e para a PM 17 mil. Em Cuiabá a concentração de grupos a favor do governo foi numa praça, mil pessoas participaram segundo os organizadores e para a PM 250. Em Brasília os manifestantes se concentraram em frente ao museu da república, eles gritaram palavras de ordem e estenderam faixas a favor da presidente Dilma e do ex presidente Lula. Para a Polícia Militar foram 6 mil pessoas e para os organizadores 50 mil. Em Belo Horizonte uma passeata percorreu o centro da cidade, para os organizadores foram 100 mil participantes para a PM 18 mil. No Rio o ato foi organizado pela Frente Brasil Popular e por movimentos sociais, manifestantes se concentraram na praça 15, no centro da cidade e cantaram músicas em apoio ao PT; os organizadores disseram que 70 mil participaram, a Polícia Militar não divulgou números. Em Curitiba, uma grande bandeira, faixas e cartazes, cerca de 30 mil pessoas se reuniram segundo os organizadores e 5 mil de acordo com a PM. Duas pessoas atiraram rojões e foram presas. Em São Paulo mais de 60 entidades, dentre elas a CUT, MST, PT organizaram um ato na Avenida Paulista em defesa da Democracia, dos direitos sociais e contra o golpe. Manifestantes carregaram cartazes de apoio à presidente Dilma Rousseff e ao ex presidente Lula e contra a operação Lava Jato. O presidente Lula discursou:

Lula: Eu na verdade vim para cá pensando em como ia falar sem ficar nervoso, porque tem muita gente que acha que eu vou atacar. Eu na hora que a companheira Dilma me chamou eu relutei muito, desde agosto do ano passado para aceitar ir para o governo e ao aceitar ir para o governo veja o que aconteceu comigo. Eu virei outra vez Lulinha Paz e Amor. Eu não vou lá para brigar, porque eu acho que nós precisamos restabelecer a paz, a esperança e provar que este país é maior do que qualquer crime do planeta Terra e que este país vai sobreviver e vai crescer.

Repórter: De acordo com os organizadores 380 mil pessoas participaram ontem do ato na avenida Paulista. O Instituto DataFolha estimou que foram 95 mil pessoas. A Polícia Militar 80 mil. No ato na mesma avenida contra o governo Dilma e contra o PT no último domingo, os organizadores calcularam 2,5 de pessoas, o Instituto DataFolha 500 mil e a Polícia Militar disse que era 1,4 milhão. No domingo passado os protestos ocuparam 23 quarteirões da Avenida Paulista, ontem foram 11.

Matéria 6: Sede do PT é alvo de vandalismo em Belo Horizonte

Evaristo: A sede do PT foi alvo de vandalismo em Belo Horizonte. O prédio foi pichado e arrombado durante a madrugada. Vândalos depredaram um computador, telefone e móveis. É o terceiro ataque ao prédio neste mês. A Polícia Civil fez uma perícia no local e vai investigar o caso, os dirigentes do PT não se pronunciaram.

Matéria 7: Manifestantes contra o governo Dilma voltam a acampar na Av. Paulista

Um grupo de manifestantes contra o governo Dilma voltou a acampar na Avenida Paulista. Os manifestantes estão acampados na calçada em frente a Fiesp, a Federação das Indústrias de São Paulo. Eles dizem que não pertencem a nenhum partido político e que vão ficar lá até que a presidente Dilma deixe o governo. Em Curitiba o protesto foi a favor do juiz Sérgio Moro e da Operação Lava Jato, em frente ao prédio da Justiça Federal. No Rio Grande do Sul manifestantes contra o governo Dilma bloquearam parcialmente o acesso em três rodovias do Estado.

APÊNDICE

JORNAL NACIONAL: 17 DE ABRIL DE 2016: VOTAÇÃO DO PROCESSO DE IMPEACHMENT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Matéria 1: Senado recebe o pedido de impeachment da presidente Dilma

Bonner: Doze horas depois da votação da Câmara, o Senado recebeu hoje a tarde o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff

Repórter: De carrinho com 12044 páginas foi assim que a pilha com o processo de impeachment da presidente Dilma chegou ao senado. Na sequência formalmente o presidente da Câmara Eduardo Cunha passou tudo para o presidente do Senado Renan Calheiros. Amanhã a tarde no plenário vai ser feita a leitura da denúncia e da autorização da câmara para que o processo siga adiante, depois o presidente do Senado, Renan Calheiros vai discutir com líderes o ritmo dos próximos passos.

Renan Calheiros: Nós temos pessoas que pedem para agilizar o processo, mas nós não poderemos agilizar o processo de tal forma que pareça atropelo ou delongar de tal forma que pareça procrastinação.

Repórter: Como aconteceu na Câmara, o senado também precisa formar uma Comissão Especial com 21 senadores titulares e 21 suplentes para analisar a denúncia. Alguns senadores querem fazer isso já amanhã logo depois da leitura. O presidente Renan Calheiros quer dar um prazo de 48h para que os líderes dos partidos indiquem os senadores. Com a escolha do presidente e do relator, a Comissão é instalada, vai ter 10 dias úteis para fazer e votar um parecer admitindo aceitando ou não o processo de impeachment. Em seguida, o texto vai ser lido e votado pelo plenário do Senado. Se for rejeitado acabou, o processo de impeachment da presidente é arquivado, se for aprovado por maioria simples, metade mais um dos senadores presentes a presidente Dilma vai ser notificada e afastada por 180 dias e o vice Michel Temer assume a presidência interinamente.

Zileide Silva: Passagem: O Supremo Tribunal Federal determinou que o rito a ser seguido no impeachment seja o mesmo adotando para o então presidente Fernando Collor. Assim, a partir desse momento, o processo seria comandado pelo presidente do Supremo, ministro Ricardo Levandowsky.

Off: A mesma Comissão de senadores que atuou na etapa anterior passará, então, a analisar as acusações. A presidente Dilma, já como ré, terá um prazo ainda não definido para se defender. Testemunhas serão ouvidas, provas coletadas. A comissão vai então fazer um novo parecer que vai ser votado pela própria Comissão e depois pelo plenário. Se for rejeitado, o processo é arquivado e a presidente Dilma reassume o cargo. Se for aprovado novamente por maioria simples, aí sim, começa o julgamento. A presidente Dilma poderá comparecer pessoalmente para se defender e o impeachment só é aprovado com o voto de 54 dos 81 senadores. Rejeitado, a presidente reassume o mandato, se for aprovado a presidente é condenada, perde o cargo e fica inelegível por oito anos e Michel Temer assume definitivamente o cargo até a conclusão do atual mandato. Logo após a reunião com Eduardo Cunha, Renan Calheiros foi para o Palácio do Planalto, conversar com a presidente Dilma. Disse que foi chamado por ela, e depois, para o senado conversar com o presidente do Supremo, Ricardo Levandowsky. Aqui no senado, a discussão sobre quem vai participar da

comissão já começou e não vai ser tranquila. O líder do partido do Senado, Eunício de Oliveira, quer o PMDB na relatoria. Já o senador Romero Jucá, presidente em exercício do PMDB, disse que os senadores do PT ou do PMDB não devem ocupar o cargo.

Romero Jucá- presidente em exercício do Partido- O ideal é que não pare nenhum tipo de desconfiança na relatoria ou nas condições dos trabalhos. Como o PMDB em tese é beneficiado com o afastamento da presidente Dilma e o PT quer a manutenção da presidente Dilma, a melhor solução, mas que deverá sair do entendimento dos líderes seria em tese nenhum dos dois ter relatoria.

Off: o PT diz que vai brigar.

Senador Humberto Costa – PT-PE (líder do partido) Não pode alguém que não exerce nenhum papel de liderança chegar com uma proposta para dizer quem é que vai ser o presidente, quem vai ser o relator. Aqui tem que se construir no entendimento. Já conversamos ali dizendo que não é necessariamente do PT, mas tem que ser alguém indicado pelo nosso partido.

Bonner: os presidentes do Supremo e do Senado anunciaram que irão compor em conjunto um roteiro para determinar os próximos passos do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Esse roteiro vai ser elaborado pelas assessorias jurídicas do Senado e do Supremo e será submetido a todos os ministros do STF para verificar se estará de acordo com a constituição, com a lei dos crimes de responsabilidade e com o rito do impeachment de Fernando Collor.

Matéria 2: Congresso lotado vota pelo prosseguimento do processo de impeachment

Renata: O Brasil passou o domingo acompanhando a sessão do plenário da Câmara, o Congresso estava lotado.

Off: o microfone e um pequeno palco no centro do plenário. Dali a cada voto deputados aplaudiam e vaiavam. Dos 513 deputados só 12 faltaram. Clarissa Garotinho do PR do Rio de Janeiro, nas semanas finais de gravidez e Aníbal Gomes do PMDB do Ceará que operou a coluna. Desde o início da votação a proporção de votos para o impeachment foi maior.

Dep. Carlos Sampaio (PSDB-sp) Brasileiros e brasileiras para que a decência se sobreponha a este governo moralmente desonesto, o meu voto é sim.

Miro Teixeira- Rede Rio de Janeiro: Hoje o processo aqui é Dilma Rousseff. Aqui temos que julgar o mensalão inclusive e começar a voltar no tempo para ver como isso começou. E quanto maiores forem as provocações mais voltaremos no tempo e vamos ver o petrolão, por que esse processo contra Dilma Rousseff permitirá fortalecer a Lava Jato e aprofundar as investigações do Petrolão. Ninguém aqui tem medo de ninguém. Eu comecei dizendo, eu voto sim.

Repórter: Os membros do partido governistas votavam e defendiam a presidente Dilma.

Dep. Arlindo Chinaglia – PT-SP: O caminho mais curto para garantir a vontade popular e representar o povo brasileiro é respeitar o resultado das eleições. A segurança desse processo é garantido pela constituição, então, em, defesa de

democracia, em defesa da constituição, em defesa de homens e mulheres que estão na rua hoje e que estiveram sempre nas ruas em defesa da democracia, o meu voto é não.

Off: As 23h07 o voto decisivo da noite foi de número 342 pelo prosseguimento do processo de impeachment, do deputado Bruno Araújo, do PSDB de Pernambuco.

Bruno Araujo: Quanta honra o destino me reservou de poder dar a minha voz sair o grito de esperança de milhões de brasileiros. Senhoras e senhores, Pernambuco nunca faltou ao Brasil, carrego comigo nossas histórias de luta pela liberdade e pela democracia, por isso eu digo ao Brasil, sim para o futuro (gritando)

Off: Dos 511 deputados presentes, 367 votaram sim pela continuidade do processo de impeachment. 137 votaram não e 7 abstenções. A continuidade do processo de impeachment recebeu a maioria dos votos em todas as regiões do país. No norte foram 46 a favor, 17 contra e 2 abstenções. No nordeste, 85 a favor, 61 contra, 4 deputados se abstiveram e 1 faltou. Na região sudeste 140 votaram sim, 38 não e 1 deputado faltou. A continuidade do processo de impeachment conseguiu o maior percentual de votos no centro oeste, mais de 80% do total, 34 sim e 7 não. No sul, 62 sim, 14 não e houve uma abstenção. A continuidade do processo de impeachment recebeu 100% dos votos de 9 partidos, PSDB, Democratas, PPS, Solidariedade, PRB, PSC, PSL, PV e PMEB. A presidente recebeu 100% dos votos não de três partidos PT, PC do B e Psol. Dos dois lados tiveram deputados que contrariaram a orientação do seu partido, o PMDB do vice Michel Temer, que havia encaminhado pelo sim, deu 7 votos ao não e 59 votaram sim, entre eles o líder do PMDB na Câmara, Leonardo Piciane. Já o deputado Mauro Lopes que assumiu a secretaria da aviação civil desafiando o partido e deixou o cargo para votar a favor da presidente, deu voto para prosseguir com o processo de impeachment. O PDT que fechou questão contra o impeachment, 6 dos 19 deputados votaram pelo afastamento da presidente Dilma e 1 se absteve de votar. Hoje a direção do partido abriu processo para expulsar os seis deputados que contrariaram a orientação.

Júlio Mosquera: Passagem: O processo sai do salão verde de Câmara e vai para o salão azul do senado, mas os deputados governistas de oposição disseram que o trabalho deles não para na câmara, eles querem levar a experiência vivida lá na câmara para ajudar os senadores no senado. Acompanhar passo a passo todo o processo do impeachment.

Off: O PT fez hoje uma reunião para discutir como reverter a derrota no senado.

Dep. Afonso Florence, PT-BA. Tem mácula de origem, não há crime de responsabilidade, o golpe é perpetrado na Câmara agora foi transferido ao senado e nós vamos continuar no trabalho parlamentar e nos movimentos nas ruas, que é esse movimento de massas da consciência democrática brasileira contra o golpe.

Off: A oposição vai pedir prioridade absoluta para que o caso tenha um desfecho rápido no senado.

Dep. Pauderney Avelino – DEM-AM: Nós chegamos a uma situação extremamente difícil na vida do nosso país, e o país reque pressa.

Off: Marina Silva da Rede de Sustentabilidade voltou a defender a cassação dos mandatos de Dilma e de Temer no processo no Tribunal Superior Eleitoral.

Marina Silva: Com o julgamento no TSE, com a comprovação do uso do dinheiro ilícito do Petrolão para a chapa Dilma-Temer, se tivermos a cassação da chapa poderá ser convocada uma nova eleição e os brasileiros escolherem aqueles que acham que podem fazer essa transição de dois anos para tirar o Brasil da crise.

Off: Em São Paulo o ex presidente Fernando Henrique disse que o Brasil vive em total liberdade democrática.

Fernando Henrique: Primeiro que não há presidente interino, a presidente é Dilma Rousseff. Vamos ver o que vai acontecer no senado. Essas questões tem que ir com jeito e com calma passo a passo. Mas o que me impressionou mais ontem foi o povo. Eu acho que o povo está maduro. Nós estamos passando por um momento difícil e não houve conflito. Isso é muito importante, quer dizer, o sentimento democrático está se enraizando no povo. Eu acho que é preciso manter a calma, o Brasil é de todos.

Matéria 3: Processo de impeachment começou a tramitar em dezembro de 2015

Bonner: O pedido do processo de abertura de impeachment aprovado pelos deputados ontem começou a tramitar no Congresso em dezembro do ano passado, quando o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceitou a denúncia. De lá para cá, o país tem acompanhado uma séria de desdobramentos políticos e jurídicos, quem mostra é o repórter Marcos Losekann.

Marcos voz em off: No dia 2 de dezembro de 2015, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, anunciou a abertura do processo de impeachment.

Imagem de arquivo: A denúncia vai seguir seu curso normal, com amplo processo de defesa, do contraditório que deverá ser colocado.

Off: A presidente Dilma reagiu com indignação.

Dilma: São inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam este pedido. Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim.

Off: Governistas logo disseram que a atitude de Cunha era uma retaliação, porque no mesmo dia, os deputados do PT decidiram que iam votar pela cassação dele no Conselho de Ética na Câmara, acusação que seria repetida muitas vezes durante o processo.

Deputado: Foi uma retaliação

Off: As circunstâncias mostraram que nada seria fácil para ninguém. O plenário da Câmara virou um ringue. Depois de muita confusão, uma chapa alternativa para a Comissão do impeachment foi aprovada. Como Eduardo Cunha queria e a presidente temia. Mas antes que esse dia tenso acabasse, atendendo a um recurso, o ministro do STF, Edson Faccin, mandou parar tudo. Caberia a justiça validar o processo.

Luís Roberto Barroso: ministro do STF: O Supremo não está nem de um lado e nem de outro. O nosso papel é proteger as instituições. O STF definiu as regras do rito baseado no afastamento do presidente Collor em 92. Os próximos passos ficariam para 2016 na volta do recesso parlamentar. Em votação aberta foram escolhidos os 65 novos integrantes da comissão especial que analisaria o pedido de impeachment da presidente Dilma. A essa altura, o país já estava nas ruas, embora as pedaladas fiscais e a edição de decretos pelo governo sem autorização do congresso sejam a base legal

para a abertura do processo de impeachment, o que mais inflamou os manifestantes contra o governo foram as denúncias da Lava Jato que envolvem o PP, o PMDB de Michel Temer e o PT de Dilma e Lula. No dia 13 de março um milhão e seiscentas mil pessoas segundo a polícia militar de todos os estados e do Distrito Federal manifestaram em torno de 300 cidades. Manifestantes contra o impeachment com bandeiras e camisetas vermelhas também protestaram. Na maior de todas as manifestações a favor da presidente Dilma nas contas da PM foram 275 mil pessoas em 55 cidades de todo o Brasil. De tanto repetirem a palavra golpe, a presidente e seus aliados chamaram a atenção de ministros do supremo repudiaram o argumento de que o impeachment seria ilegal.

Dias Toffoli: Não se trata de um golpe, todas as democracias têm mecanismos de controles e o processo de impeachment é um tipo de controle.

Off: A acusação versus defesa. Na comissão de impeachment o processo seguia de acordo com as regras estabelecidas pelo STF. E veio o mês de abril. No parecer para a admissibilidade do processo, o relator Joavair Arantes explicou como as pedalas e as edições de decretos não autorizados pelo congresso prejudicaram a economia do Brasil.

Jovair Arantes (PTB-GO) São vários os prejuízos dessa contabilidade; “dessa contabilidade criativa”. Desemprego, recessão, paralisação dos programas sociais, inflação, aumento de preços, perdas do poder de compra, perda de credibilidade, encerramento de empresas, alta de juros, restrição nos empréstimos bancários. Os serviços públicos, senhores e senhoras deputadas, também estão falidos. Há crise na saúde, na educação e na segurança pública, entre outros.

Passagem: cinco dias depois por 38 votos a 27 a comissão especial do impeachment aprovou o parecer, mas antes que o plenário da Câmara pudesse votar, o Supremo seria mais uma vez acionado. Em uma sessão extraordinária que acabou de madrugada, os ministros aqui do STF aprovaram a ordem de votação do parecer no plenário da Câmara e negaram o mandado de segurança que pedia a suspensão do processo.

Off: por 8 votos a 2 o pedido da advocacia geral da União que alegava cerceamento de defesa da presidente Dilma na Comissão foi rejeitado.

Celso de Melo ministro do STF: Que se registrou nessa fase nesse procedimento preliminar foi o exercício do direito de defesa, inclusive por parte da senhora presidente da república, o advogado geral da União ao menos em duas oportunidades esteve presente perante a comissão especial e lá produziu uma competente defesa técnica e também política.

Off: sinal verde para a Câmara votar e aprovar o processo de impeachment que agora está nas mãos do senado federal.

Matéria 4: Michel Temer se reúne com assessores em São Paulo

Bonner: O vice presidente Michel Temer se reuniu com assessores hoje em São Paulo. Aliados disseram que já pensa na formação de uma equipe econômica.

Off: Foi só o resultado se definir no plenário da Câmara e começou uma romaria de políticos ao Palácio do Jaburu, residência oficial do vice presidente, Michel Temer,

sucessor de Dilma Rousseff caso o senado aceite a denúncia contra a presidente, o vice já busca alternativas para um possível novo governo.

Dep. Hugo Motta (PMDB-PB) É um momento de muita responsabilidade e a partir de agora o PMDB tem a condição junto com os demais partidos conduzir um processo de união nacional em prol de um país e dos brasileiros.

Off: Mais cedo uma das pessoas que estavam com o vice presidente tirou fotos que circularam pelas redes sociais e em seguida estavam na imprensa. Sentada em um sofá, Temer assistiu a votação ao lado do presidente interino do PMDB, senador Romero Jucá, e dos ex ministros Eliseu Padilha e Ricardo Alves. Nesta outra foto, ele está em pé. Apesar de o vice-presidente estar conversando bastante declaração oficial nenhuma. Hoje no fim da manhã, Michel Temer foi de Brasília para São Paulo. O vice presidente veio direto para aqui no escritório dele, que fica na zona Sul de São Paulo onde ele passou a tarde reunido com assessores, entre eles, o ex governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, que é hoje uma das pessoas mais próximas de Michel Temer. Numa rápida entrevista, o ex governador falou das articulações para a formação de um possível novo governo e contou como o vice presidente reagiu à votação de ontem na Câmara dos Deputados.

Moreira Franco: Ele tem a noção exata do tamanho do desafio que a presidência da república impõe àquele que a exerce, e esse desafio começa pela necessidade de reestabelecer a credibilidade do país, reestabelecer a possibilidade da economia crescer, que nós possamos gerar emprego e renda e tranquilizar a sociedade brasileira.

Repórter: Da tempo de formar um governo até o começo de maio?

Moreira Franco: É obrigação dele, as regras são essas e é assim que terá que ser.

Off: Moreira Franco que também foi ministro chefe da aviação civil no governo de Dilma Rousseff falou também sobre a economia.

Moreira Franco: Como eu tenho dito, o problema maior da sociedade brasileira hoje é a economia. O segundo problema é a economia. O terceiro problema é a economia.

Repórter: O vice presidente já estaria pensando numa possível equipe econômica.

Moreira Franco: É claro, claro. Até ele e acho que o Brasil inteiro, está todo mundo desesperado em busca de uma alternativa.

Repórter: Já houve contatos?

Moreira Franco: Não. Isso eu não sei.

Matéria 5: Dilma volta a dizer que é inocente e se diz injustiçada

Renata: Um dia depois de a Câmara votar o processo de impeachment para o senado, a presidente visivelmente abalada, Dilma Rousseff falou hoje com a imprensa, voltou a insistir que é inocente e se disse injustiçada.

Dilma: Eu queria dizer pra vocês que hoje sobretudo eu me sinto injustiçada. Injustiçada, porque considero e...esse processo é um processo que não tem base de sustentação e é por isso que me sinto injustiçada. A injustiça sempre ocorre quando se

esmaga o processo de defesa. Mas também quando de uma forma absurda se acusa alguém por algo primeiro que não é crime e segundo acusa e ninguém se refere ao qual é o problema. Pode parecer que eu esteja insistindo em uma tecla só, mas é uma tecla muito importante é a tecla da democracia, não há crime de responsabilidade.

Bonner: Sem citar nomes a presidente Dilma atacou o presidente da Câmara, Eduardo Cunha do PMDB.

Dilma: Não há contra mim nenhuma acusação de desvio de dinheiro público, não há contra mim acusação de enriquecimento ilícito. Eu não fui acusada de ter contas no exterior, por isso eu me sinto injustiçada, eu me sinto injustiçada, porque aqueles que praticaram atos ilícitos, que tem contas no exterior, presidem a sessão que trata de uma questão tão grave que é a questão de um impedimento de um presidente da república.

Renata: E atacou duramente o vice presidente Michel Temer.

Dilma: E é extramamente inusitado, estranho, mas, sobretudo, estarrecedor que um vice presidente no exercício do seu mandato conspire contra a presidente, abertamente. Em nenhuma democracia do mundo, uma pessoa que fizesse isso seria respeitada.

Bonner: A presidente disse que vai lutar pelo mandato agora no senado.

Dilma: Tenho certeza que nós teremos a oportunidade de nos defender no senado e quero dizer aos senhoras que nós ao contrário do que uns anunciaram não começou o fim. Nós estamos no início da luta, essa luta ela será muito longa e demorada, ela não é apenas uma luta que envolve o meu mandato, essa parte é muito importante para a democracia, o meu mandato, não é por mim, mas pelos 54 milhões de votos que eu tive, mas além disso, é uma luta de todos os brasileiros, mesmo aqueles que criticam o meu governo e não o apoiam. É uma luta pela democracia em nosso país.

Renata: O vice presidente Michel Temer não quis comentar as declarações da presidente Dilma.

Bonner: Um pouco antes de a presidente se manifestar sobre a votação de ontem, os juristas Hélio Bicudo e Janaína Paschoal, dois dos autores do pedido de impeachment, deram uma entrevista em São Paulo. Janaína Paschoal voltou a tratar dos crimes de responsabilidade inscritos na denúncia que deram origem ao processo de impeachment.

Janaína Paschoal. O governo está querendo criar uma ilusão de que aquela denúncia não diz o que diz. Se você pegar a lei de responsabilidade fiscal, você tem lá o artigo 36 e o artigo 38. No artigo 36 esta escrito lá que o governo não pode pegar empréstimos de bancos públicos. No artigo 38 trata das chamadas operações por antecipação, operações de créditos por antecipação, que é aquela em que você paga na frente alguma coisa, que corresponde ao governo e isso é como se fosse um empréstimo. A própria lei de responsabilidade fiscal diz com todas as letras que a operação de crédito por antecipação ela é sinônimo de empréstimo. Esses dois dispositivos proíbem essa operação. O 36 proíbe a tomada de empréstimos por antecipação de bancos públicos. O 38 proíbe, inclusive, a tomada de empréstimos de bancos privados dessa modalidade por antecipação no ano eleitoral, mormente se no ano anterior não estiver sido resgatado.

Renata: As declarações da presidente Dilma repercutiram mal no congresso.

Senador José Agiprino Maia –DEM RN: O crime de responsabilidade tanto existe que direito de defesa foi dada, a acusação foi renovada e os parlamentares votaram referindo-se muitos deles às práticas de pedaladas fiscais e a contaminação do processo pela condenação do Tribunal de Contas da União pela presidente da República, as contas da presidente foram condenadas pelo Tribunal de Contas da União.

Antonio Imbassahy – PSDB BH, líder do partido. Olha a presidente violou o artigo 35 da constituição federal violou o artigo 10 da lei que trata de crimes de responsabilidade fiscal a lei 1079 de 1950 e também infringiu o artigo 4 da lei orçamentária de 2015 e teve amplo direito de defesa. O relatório que foi apresentado na comissão processante foi claríssimo e o congresso seguiu rigorosamente as ordens da suprema corte e da constituição federal, então não tem nenhum cabimento isso. Para uma presidente que mentiu para os brasileiros, que tentou obstruir as investigações da Lava Jato, que queria proteger um ex presidente da justiça, o ex presidente Lula, isso é muito feio. Realmente não dá pra ter esse tipo de conversa porque não convence a ninguém.

Bonner: Em nota o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, do PMDB, disse que a presidente Dilma deveria se ater a explicar as denúncias de crime de responsabilidade que pesam contra ela. Cunha disse também que a presidente era presidente do conselho da Petrobrás quando, segundo ele, ocorreu o maior esquema de corrupção do mundo.

APÊNDICE

ENTREVISTA FREI BETTO

FREI BETTO

Roteiro de Entrevista:

Essa entrevista possui apenas finalidade acadêmica. Os trechos selecionados serão publicados exclusivamente na tese e possivelmente em congressos da área.

- 1) Como foi assessorar os Movimentos Sociais no governo Lula? E, como foi trabalhar com o Lula?

Frei Betto: No governo Lula fiquei responsável, junto com Oded Grajew, pela Mobilização Popular do Programa Fome Zero. Infelizmente não tive apoio suficiente para levar adiante o trabalho. Em dois anos de trabalho – 2003 e 2004 – o orçamento público destinado à Mobilização foi zero. E o governo, que criou o Fome Zero, por razões que explico detalhadamente em CALENDÁRIO DO PODER, decidiu trocá-lo pelo Bolsa Família. O primeiro era emancipatório, o segundo, compensatório.

- 2) Notamos claramente uma alteração da nossa noção de espaço público, antes marcado por pautas universais e direitos universais e agora por pautas fragmentadas a partir das diferentes e multifacetadas identidades, que criam e lutam por suas próprias agendas. Nesse sentido, de que maneira, você avalia que isso tenha afetado a nossa noção de pensar e agir politicamente?

FB: Essa fragmentação é típica do neoliberalismo, como demonstra Bauman. Não interessa ao capitalismo a visão dialética, e sim a analítica. Não pretende formar cidadãos, e sim consumistas. Não interessa que tenhamos visão histórica, e sim fragmentada, circular, como os antigos gregos. Assim impede que a utopia mobilize as pessoas.

- 3) Nessa mesma linha de raciocínio nota-se uma grande dificuldade da própria esquerda brasileira em se articular de forma expressiva não somente nas instâncias executivas e legislativas, mas na própria sociedade. Qual estratégia adotar mediante as diversas discrepâncias da própria esquerda a fim de pensar em um lugar comum de fala?

FB: Quem é esquerda no Brasil? O PT, que trocou um projeto de Brasil por um projeto de poder. O PCdoB, que aprovou um Código Florestal favorável ao agronegócio? Salvam-se o PSOL, o MST e o MTST. Há que buscar, não um lugar comum de fala, e sim de prática, junto aos setores excluídos da sociedade. Porém, são raros aqueles que, na esquerda, se propõem a ir as periferias, favelas, roças. E sem organização popular qualquer projeto de esquerda está condenado ao fracasso.

- 4) De que maneira você acredita que o PT tenha se distanciado das suas utopias?

FB: Ao assumir o governo e menosprezado o apoio dos movimentos sociais para priorizar as alianças espúrias com seus inimigos de classe. Ao abandonar seus três princípios fundadores: ser o partido da organização da classe trabalhadora; ser o partido da ética; e ser o partido da utopia socialista.

- 5) Quais as diferenças cruciais entre o governo Lula e o governo Dilma que contribuíram para que o impeachment criasse condições materiais em 2016? Já que a prática das pedaladas fiscais era e ainda é, em diversas instâncias, uma prática normal na política brasileira.

FB: O dois mandatos de Lula e o primeiro de Dilma foram os melhores de nossa história republicana. No seu segundo mandato Dilma abraçou a mesma política neoliberal proposta pelo PSDB e hoje leva a cabo pelo governo golpista de Temer.

- 6) O PT personificou a sua imagem ao Lula, como construir uma nova identidade ao partido, principalmente às vésperas de uma eleição presidencial?

FB: O PT jamais abriu espaço para o surgimento de novas lideranças que pudessem se cacifar para uma candidatura presidencial, exceto Lula. Quadros como Tarso Genro, Olivio Dutra e Paul Singer nunca tiveram chances. E em seu recente congresso o partido se negou a fazer autocrítica e dizer se seus quadros dirigentes na prisão são culpados ou inocentes.

- 7) Na sua perspectiva, o Lula ainda continua sendo o nome que representa o PT?

FB: Sim, o PT é Lula e Lula é o PT. Sem ele o partido perde identidade.

- 8) Como você avalia o papel da mídia tradicional brasileira no processo de impeachment?

FB: Já dizia o velho Marx que a ideologia de uma sociedade é a da classe que a domina. Nada de novo sob o sol...

- 9) Ao fazer uma retrospectiva histórica, qual identidade você imputaria ao Lula, a Dilma e ao PT?

FB: O PT ainda conta com muitos quadros íntegros, éticos e competentes, mas com pouco espaço nas instancias dirigentes do partido. Volto a dizer: lamenntavelmente trocou o projeto de Brasil pelo de poder.

- 10) Como você explica a aproximação histórica do PT com a Igreja (que, via a CNBB até hoje o defende) e também via as comunidades eclesiais de base? E, em tempos mais recentes, o distanciamento do discurso do PT (e de Lula, em especial) em relação à igreja católica frente a uma aparente aproximação recente com os neo-evangélicos?

FB: O PT abandonou o trabalho de base desde de que chegou ao governo. Onde estão os antigos núcleos de base? Onde a Escola Cajamar de formação de quadros? E a Igreja Católica, via CEBs, sempre se dedicou ao trabalho de base. E por não valorizar os movimentos sociais, o PT perdeu a oportunidade histórica de assegurar sua governabilidade pela eleição de líderes populares ao Congresso. Somente as Igrejas evangélicas tiveram a estratégia de ocupar espaços no Congresso.